

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDUARDO LUIZ DE MEDEIROS

DE FILIPE II a FILIPE AUGUSTO, UMA ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO DO
PODER RÉGIO NOS TERRITÓRIOS DA MONARQUIA FRANCESA ENTRE OS
ANOS 1180 E 1223

CURITIBA

2015

EDUARDO LUIZ DE MEDEIROS

DE FILIPE II a FILIPE AUGUSTO, UMA ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO DO
PODER RÉGIO NOS TERRITÓRIOS DA MONARQUIA FRANCESA ENTRE OS
ANOS 1180 E 1223

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História, no curso de pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fátima Regina Fernandes

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Medeiros, Eduardo Luiz de

De Filipe II a Filipe Augusto, uma análise da estruturação do poder régio nos territórios da monarquia francesa entre os anos 1180 e 1223.
/ Eduardo Luiz de Medeiros. – Curitiba, 2015.

183 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Fernandes

Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,

Universidade Federal do Paraná

1. História – feudalismo – França.
2. História – ciência política – civilização medieval. 3. Monarquia – França – Séc. XII - XIII. I. Título.

CDD 940.14



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **EDUARDO LUIZ DE MEDEIROS** intitulada: **De Felipe II a Felipe Augusto, uma análise da estruturação do poder régio nos territórios da monarquia francesa entre os anos de 1180 e 1223**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, vinte e sete de agosto de dois mil e quinze.

Profa Dra Fátima Regina Fernandes (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora

Profa Dra Maria Cecília Amorim Pilla (PUC/PR)
1º Examinador

Profa Dra Adriana Mocelim (PUC/PR)
2º Examinador

Prof. Dr. Renan Frighetto (UFPR)
3º Examinador

Profa Dra Marcella Lopes Guimarães (UFPR)
4º Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha parceira de aliança Meiry Ellen Gonzales de Medeiros, fonte de todo o amor, apoio e suporte. Obrigado por acreditar que a realização de sonhos é possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, Fonte de toda a sabedoria, esclarecimento e Senhor de minha história;

À minha amada Meiry, obrigado por ser o meu suporte, meu porto seguro e o pilar que mantém minha vida afastada do completo caos;

Ao pequeno Joshua, mesmo não sabendo, seu sorriso trouxe a força que precisei para concluir este projeto, você é o nosso presente mais especial.

Aos meus pais e irmãos pela estrutura e consciência, vocês abriram o caminho hoje trilhado.

À minha orientadora, professora Dra. Fátima Regina Fernandes pelo tempo dedicado, por acreditar neste projeto e pela amizade de quase uma década.

Aos professores do Núcleo de Estudos Mediterrâneos NEMED, Doutores Renan Frigueto e Marcella Lopes Guimarães pelas orientações e conselhos para que o presente trabalho fosse apresentado.

À amiga e pesquisadora Dra. Andrea Dal Pra de Deus, pela amizade e ajuda nos dias decisivos.

Ao amigo Wellington Dias pelo auxílio nas ferramentas cartográficas e base de dados para elaboração dos mapas. Verdadeiros amigos surgem nos momentos mais inesperados.

Ao querido pastor Gilson de Souza por conselhos ancestrais que de uma forma ou de outra resultaram neste trabalho.

À memória do querido amigo Daniel Arpelau Orta, seu exemplo como pesquisador, amigo e ser humano transpassam as barreiras da existência física. Em nossos corações você alcançou a eternidade.

Como é feliz o homem que acha a sabedoria, o homem que obtém entendimento.

Salomão

RESUMO

A presente tese doutoral propõe uma análise do governo do monarca Filipe II da dinastia capetíngia a partir do recorte temporal de seu reinado entre os anos de 1180 e 1223, e geográfico através de um olhar para os territórios sob o domínio da monarquia ao longo de seu reinado. O prisma temporal é importante por mostrar a sociedade medieval em um período bastante rico de mudanças e transformações, entre a segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII. A análise do reinado de Filipe a partir da verificação de territórios anexados ao longo de 43 anos mostra aspectos importantes da política medieval e as tensas relações entre monarquia, nobreza e clero, em um complexo código que previa concessões e benefícios de cada uma das partes envolvidas. O monarca celebrado pela historiografia francesa como um dos mais proeminentes reis medievais, terá alguns aspectos de seu reinado relativizados ao longo deste trabalho, na medida em que a análise das fontes documentais chancelares utilizadas mostram que o rei não teve uma presença efetiva em todos os territórios que tradicionalmente são apontados como conquistas da monarquia franca. A análise do rei tem o objetivo de, através de sua trajetória apontar para aspectos da política medieval que auxiliam na transformação de Filipe II, sucessor de sua casa dinástica como seus antepassados e em Filipe Augusto, um monarca feudal que ampliou seu domínio sobre territórios através da utilização dos elementos tradicionais da política feudal além do desenvolvimento de novos códigos jurídicos e militares que permitiram tais resultados. Em localidades onde esta política não foi efetiva, como na região do Languedoc, além dos elementos políticos, vínculos culturais ou a falta deles foram acrescentados à discussão de modo a buscar uma visão profunda da política monárquica neste período, através da figura de Filipe II.

Palavras-Chave: Monarquia Franca. Chancelaria Régia. França. Filipe II. Filipe Augusto. Legislação Medieval. Cartas Chancelares. Política Medieval. Cidades. Burguesia. Fundação cidadina. Cruzada Albigense. Batalha de Bouvines

ABSTRACT

This thesis doctoral proposes a government analysis of the monarch Philip II of capetian dynasty from the time frame of his reign between the years 1180 and 1223, and geographical through a look at the territories under the control of the monarchy over his reign. The time perspective is important for showing the medieval society in a very rich period of change and transformation, between the second half of the twelfth century and first half of the thirteenth century. Analysis of Philip's reign from the check annexed territories over 43 years shows important aspects of medieval politics and the strained relations between monarchy, nobility and clergy, in a complex code that provided grants and benefits of each party involved . The monarch concluded by French historiography as one of the most prominent medieval kings, will have some aspects of their relativized reign throughout this work, to the extent that the analysis of used chancelar documentary sources show that the king had no effective presence in all territories which are traditionally identified as achievements of the Frankish monarchy. King's analysis aims to, through its course point to aspects of medieval politics that assist in the transformation of Philip II, successor of his dynastic house as their ancestors and Philip Augustus, a feudal monarch who expanded their hold on territories through the use of traditional elements of feudal politics and the development of new legal codes and military that allowed such results. In locations where this policy was not effective, as in the Languedoc region, in addition to political elements, cultural ties or lack of them were added will discuss in order to get a deep insight of the monarchical policy in this period by Philip II figure.

Keywords: Monarchy France. Royal Chancellery. France. Philip II. Philip Augustus. Medieval law. Chancelar letters. Medieval policy. Cities. Bourgeoisie. City foundation. Albigensian Crusade. Battle of Bouvines

LISTA DE FIGURAS

ILUSTRAÇÃO 1 – CARTAS DE CONCESSÃO CIDADINA 1180-1223.....	166
ILUSTRAÇÃO 2 – CARTAS DE CONCESSÃO CIDADINA 1180-1189.....	167
ILUSTRAÇÃO 3 – CARTAS DE CONCESSÃO CIDADINA 1190-1199.....	168
ILUSTRAÇÃO 1 – CARTAS DE CONCESSÃO CIDADINA 1200-1209.....	169
ILUSTRAÇÃO 1 – CARTAS DE CONCESSÃO CIDADINA 1201-1223.....	170

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CARTAS CHANCELARES SOBRE CONCESSÕES E REAFIRMAÇÕES PARA CIDADES	91
----------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CARTAS PROMULGADAS POR DÉCADA DE REINADO	80
GRÁFICO 2 – ATOS PROMULGADOS POR ANO DE REINADO	83
GRÁFICO3 – CARTAS DE FUNDAÇÃO AO LONGO DO REINADO DE FILIPE.....	113
GRAFICO 4 – CONCESSÕES RÉGIAS DA MONARQUIA ENTRE CLERO E NOBREZA.....	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL CONTEMPORÂNEA.....	14
1 FILIPE AUGUSTO E SEU TEMPO	40
1.1 SÉCULOS XII e XIII, PERÍODO DE MUDANÇAS.....	40
1.2 A NOBREZA “FRANCA”	49
1.2.1 O Condado de Flandres e as Relações Comerciais.....	51
1.2.2 O Ducado de Borgonha e os conflitos com a monarquia.....	54
1.3 AS CIDADES E SEUS HABITANTES.....	57
1.4 O LANGUEDOC E O CATARISMO.....	63
1.5 O REI.....	73
2 OS ATOS DE FILIPE AUGUSTO	76
2.1 A CHANCELARIA RÉGIA	76
2.1.1 Metodologia	76
2.1.2 Classificação da Documentação.....	78
2.2 A CRONICA DE FILIPE AUGUSTO.....	90
2.3 MAPAS DIGITAIS.....	104
3 DE FILIPE II A FILIPE AUGUSTO	108
3.1 FUNDAÇÕES.....	108
3.1.1 Cartas de reafirmação régia: o exemplo de Corbié.....	116
3.1.2 Cartas de concessão de privilégios: o exemplo de Chevrières.....	118
3.1.3 Cartas de estabelecimento citadino: Chaumont-en-Vixem.....	119
3.1.4 Cartas Legislativas – O Exemplo de Soissons	121
3.1.5 Cartas de Concessão para Vilas ao sul de Paris.....	124
3.2 PRIVILÉGIOS	136
3.2.1 Simon de Montfort e a nobreza de serviço na França de Filipe Augusto.....	137
3.2.2 A nobreza e o rei.....	146
3.2.3 Concessões ao clero.....	154
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
5 REFERÊNCIAS	171
5.1 DOCUMENTOS.....	171
5.2 BIBLIOGRAFIA.....	172

INTRODUÇÃO

HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL CONTEMPORÂNEA

O historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura¹. Esta definição de Marc Bloch é bastante pertinente para descrever em partes, as razões pelas quais escrevemos o presente trabalho. Perguntas sem resposta, fontes a serem analisadas, de modo a gerar conclusões sobre o objeto de estudo da história, o homem em sua sociedade². Este homem histórico deve ser entendido a partir das variáveis que a ciência histórica nos apresenta, entre elas o tempo e a maneira como esta escrita da história ocorreu ao longo da diacronia.

A pesquisa histórica contemporânea, em especial o segmento conhecido como História Cultural procura entender seu objeto de estudo através do maior número de prismas possíveis para então poder enxergá-lo “do topo do prédio” para citar Jacques Le Goff.

Parece perene entre os historiadores que a maneira como estes objetos são analisados, esteja pautada pelo presente daquele que o descreve. Tomando a chamada Idade Média como base, nos territórios que no presente constituem a região norte da França, a historiografia francesa de maneira especial, mostra estas especificidades dentro desta pretensa feudalidade³. Modelos não podem ser adotados, tendo em vista a regionalidade e as exclusividades de cada região analisada. A historiografia sobre o período medieval, em especial a francesa, durante os séculos XVIII e XIX, demonstra de maneira clara, através de seus autores, que esta alternância no “sentido da medievalidade” é bastante clara e fundamental para inserir o presente trabalho no campo da pesquisa histórica referente ao tema proposto para esta

¹ BLOCH, M. **Apologia da História, ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 21.

² LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990, p. 8.

³ FOURQUIN, G. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1970.

tese. Dentro da perspectiva da Revolução Francesa, o medieval foi visto e analisado como a origem da opressão que gerou o contexto dentro do qual o gérmen revolucionário nasceu. Para tanto, era preciso destruir aquilo que a gerou, buscando no período clássico as bases para a política francesa. Desta maneira, através da leitura de autores deste período, é possível perceber o papel desta medievalidade. Conforme Thierry:

Tudo o que tinha produzido, na ordem política, a sucessão dos acontecimentos ocorridos na Gália desde a queda do Império romano, cessa de existir para a revolução francesa⁴.

Neste sentido, para os pensadores franceses do século XVIII, o passado recente do medieval deveria ser desconsiderado, para o estabelecimento das bases do conceito de estado francês, e com ele, a nacionalidade. De acordo com Terezinha Oliveira:

Para estabelecer uma nova sociedade, o século XVIII precisou romper com tudo que pudesse lembrar as origens das classes e da nação; logo, com tudo que lembrasse o mundo feudal, especialmente o cristianismo⁵.

As bases da estrutura medieval foram atacadas pelos pensadores iluministas, de maneira especial a Igreja católica e a monarquia. Sua análise estava pautada pelo seu presente, onde estruturas da propriedade francesa foram alteradas de maneira acentuada. Terras da Igreja e da monarquia passaram para o controle da burguesia. Esta pretensa ruptura com o passado foi revista pelos autores do período pós-revolucionário, pois a partir da urgência e da necessidade deste início do século XIX, era necessário encontrar elementos de identidade e uniformidade para esta França. A partir deste viés, a Idade Média passa a ser vista como o elemento fundador da identidade francesa⁶, desta forma é fundamental que seja estudada de modo

⁴ THIERRY, A. **Considérations sur l'histoire de France**. Paris: Garnier, 1833, 2 vs. p. 138

⁵ OLIVEIRA, T. A historiografia francesa dos séculos XVIII e XIX: as visões iluminista e romântica da Idade Média. In: **Revista Acta Scientiarum**. Maringá: UEM (21), 1999, p. 177.

⁶ Os povos europeus foram sempre muito mais mutáveis, complexos e dinâmicos do que os nacionalistas modernos supõem. Ao cabo de mil anos, os nomes dos povos podem parecer-nos familiares, mas as realidades sociais, culturais e políticas às quais se referiram diferem radicalmente das actuais. Por esta razão, precisamos de uma nova compreensão dos povos da Europa, sobretudo da época de formação da identidade europeia que foi o primeiro milénio. GEARY, P. **O Mito das Nações – A invenção do Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 2008. pp. 20.

a redescobrir os elementos que deram origem às classes, e as lutas que originaram as mudanças de seu presente. Deste modo, muito mais que um estudo do passado, foi através do estudo da história, que o medievo ganha a conotação de fundador do estado moderno francês. Para Guizot;

[...] o estado social da idade média foi constantemente, sobretudo na França, insuportável e odioso. Nunca o berço de uma nação lhe inspirou semelhante antipatia; nunca o regime feudal, suas instituições, seus princípios, obtiveram esta adesão irrefletida, fruto do hábito, que os povos frequentemente deram aos piores sistemas de organização social⁷

Neste sentido era imprescindível desconstruir a imagem negativa que seus antecessores haviam criado deste contexto medieval. Esta seria a “inovação” que os estudiosos do século XIX trariam para a historiografia, inserir as bases para a formação da sociedade francesa nas invasões que ocasionaram a queda do império romano no Ocidente. Para estes pensadores, a organização posterior às invasões, em especial o período carolíngio, contemplam a origem da nação francesa. Este esforço historiográfico do século XIX tem um fundamento político. Com o fim da Revolução Francesa, cada uma das classes em disputa pelo poder buscava nas origens medievais justificativas para seu direito de supremacia sobre as demais⁸. Para tanto, segundo Guizot, o papel dos historiadores seria o de buscar uma análise de todas as classes sem esta distinção, em uma visão que seria conhecida como romântica da História.

Um relato do organizador da fonte que será utilizada ao longo do presente trabalho, Leopold Deslile explica a razão pela qual está investindo sua vida na catalogação da chancelaria de Filipe Augusto:

À la même époque, en 1856, Léopold Delisle insiste fortement dans l'introduction à son Cataloguesur «l'importance historique de la collection des actes de Philippe-Auguste. J'espère», continue-t-il, «convaincre mes lecteurs qu'il est indispensable de combiner les actes de Philippe-Auguste avec les chroniques et autres documents contemporains, pour bien connaître et bien apprécier l'une des plus remarquables époques de notre histoire». Et d'ajouter plus loin, «il faut avoir recours aux actes pour fixer la chronologie; entre autres, ils mentionnent le lieu d'où ils ont été expédiés et, comme rien ne

⁷ GUIZOT, F. **Histoire de la civilisation en France, depuis de la chute de l'Empire Romain**. Paris: Didier Émile Perrin, 1844, 4 vs., v. III, p. 25.

⁸ OLIVEIRA, T. Ibid. p. 181.

permet de supposer qu'ils l'aient été en l'absence du roi, ils nous font connaître la résidence de la cour à une époque donnée (...); ils permettent aussi de résoudre divers problèmes historiques, comme l'ordre des campagnes royales en Normandie, Poitou et Touraine (1204), la date précise de l'expédition en Bretagne (1206) ou encore les divers épisodes relatifs au mariage du roi et d'Ingeburge.⁹

Esta é a perspectiva de nosso trabalho em termos metodológicos, ou seja, o cruzamento das fontes chancelares com as crônicas régias, documentos institucionais com documentação literária. Cada qual deve ser avaliada dentro de suas limitações metodológicas.

Outro extremo seria atingido neste ponto: da depreciação anterior, passou-se ao enaltecimento exacerbado. Um excelente exemplo deste modelo, a partir da criação de uma Idade Média “francesa” germen da centralização da monarquia que seria vista nos demais territórios desta cristandade latina nos séculos seguintes, está na monumental obra do parisiense Jules Michelet, intitulada *Histoire de France*¹⁰. Nascido no período posterior à Revolução Francesa, dos dez volumes de sua obra na edição original, seis tratam da idade média¹¹. Michelet inicia sua narrativa em sua “Histoire de Moyen Age”, nas invasões ditas bárbaras, e a encerra na Revolução Francesa. Um grande compêndio de informações onde alguns elementos podem ser verificados. Em primeiro lugar, a associação do elemento geográfico para a compreensão do mover histórico. Segundo Michelet:

Le matériel, la race, le peuple qui la continue, me paraissent avoir besoin qu'on mît dessous une bonne forte base, la terre, qui les portât et les nourrit. Sans une base géographique, le peuple, l'acteur historique, semble marcher en l'air comme dans les peintures chinoises où le sol manque. Et notez que ce sol n'est pas seulement le théâtre de l'action. Par la nourriture, le climat, etc., il y influe de cent manières. Tel le nid, tel l'oiseau. Telle la patrie, tel l'homme¹²

⁹ DUFOR, J. L'édition d'actes médiévaux. In: Pourquoi éditer des textes médiévaux au XXI^e siècle? **8e rencontre de la Gallia Pontificia, organisée par l'École nationale des chartes, l'Institut historique allemand et les Monumenta Germaniae Historica**, Paris, 17 mai 2013, éd. par Olivier Canteaut, Rolf Große (discussions, 9).

¹⁰ MICHELET, J. **Histoire de France**. Tomo V. Paris: Ernest Flammarion, 1893. A edição mais recente da obra de Michelet foi publicada em 2008 foi dividida em dezessete volumes divididos por temas e personagens. Foi editada por Pierre Muchon e publicada pela editora equateurs. Isto denota a importância que o mesmo possui na França, como um clássico da historiografia francesa. **N. do A.**

¹¹ JUNIOR, H.F. **A Idade Média e o nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 13.

¹² MICHELET, J. Ibid. p 15.

A herança de Michelet e outros de sua geração, a partir dos quais é possível perceber uma constante busca por uma primazia do processo histórico francês, pautado na Idade Média, como elemento aglutinador e formador do conceito de nação, mostra-nos a França como força motriz para o progresso e desenvolvimento europeu como um todo, muitas vezes em detrimento de outros contextos espaços-temporais. Deste modo, é necessário relativizar esta visão da história, buscando uma leitura mais abrangente da historiografia como um todo.

Este autor, segundo Douglas Labaree Buffum em sua introdução à seleção do autor editada em 1909:

[...] has never the cold blooded objective characters of the modern scientific historian, in his intensely subjective, lyrical work, in this sensibilité in his "gift of tears" his is above all the historian of the romantic school¹³

O advento da filosofia da história (iluminista, positivista, historicista e marxista) que pensava a partir de uma história "universal", partindo sempre do continente europeu para as extremidades, desenvolvendo um sistema histórico eurocêntrico. Desta forma, os grandes manuais de História do século XIX buscavam sua legitimidade na perspectiva de que, através do avanço europeu as demais nações, atrasadas, carentes de intelectualidade e subdesenvolvidas, poderiam usar a gloriosa história europeia como base de desenvolvimento intelectual¹⁴. A ideia de uma História universal tendo como protagonistas França e Inglaterra, conheceu a derrota ao longo das grandes guerras. Neste ambiente, na segunda metade do século XX, outra argumentação a respeito da história, a ideia de uma História que fosse total¹⁵, no sentido de observar todos os elementos disponíveis para poder obter uma aproximação do objeto de estudo distante no espaço e tempo.

¹³ BUFFUM, D. L. **Michelet's Histoire de France selections**. New York: Henry Holt and company, 1909. p. 11

¹⁴ O site da Biblioteca Nacional Francesa, <http://gallica.bnf.fr/?lang=PT> dispõe de um grande acervo com obras do século XIX para download gratuito. Dentro deste universo inúmeras Histórias regionais como a Histoire du Midi, Histoire de Flandres, Histoire de Chèvriennes, Paris entre outras.

¹⁵ BLOCH, M. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

À margem do processo positivista que permeou as ciências, inclusive a ciência histórica durante o século XX, a Escola dos Annales surge como uma alternativa à história metódica com Bloch e Febvre em 1929. A multidisciplinaridade, o uso de outras ferramentas para se entender o “saber histórico”, além do acréscimo de outras fontes - que não apenas aquelas ditas documentais - tornaram-se a base para a historiografia medieval contemporânea. O intangível passa a ser objeto do historiador. A Cultura, as imagens, os símbolos e as reações a estes elementos passam a ser preocupação do pesquisador. Sejam os resultados e ecos de uma batalha, ou a relação do Mar Mediterrâneo com as populações que com ele se envolvem, as percepções passam a ser objetos da ciência histórica tanto quanto a documentação política e econômica.

No âmbito brasileiro, os estudos em história medieval apresentam nuances importantes e distintas da historiografia apresentada até o momento. O primeiro elemento acerca dos estudos medievais no Brasil está em sua contemporaneidade e na rapidez de seu desenvolvimento. Diferente de sua utilização no continente europeu, onde o conceito de medievalidade acompanhou a construção das identidades nacionais europeias, no Brasil esta premissa não é consistente.

Algo diferente aconteceu na Europa onde o desenvolvimento dos estudos da história medieval acompanhou o processo de criação das identidades nacionais. Entre fins do século XVIII e meados do século XIX na Europa, a Idade Média se tornou uma espécie de história nacional “primitiva”. Do mesmo modo veio a tornar-se ao longo do século XX a uma história primeva da Europa. No Brasil as investigações em história medieval começaram a florescer sem que fosse estabelecido um nível qualquer de identidade cultural ou acadêmica com o período¹⁶.

A Idade Média, analisada no contexto brasileiro, foi em seu início associada à Portugal no século XV, buscando um entendimento do contexto que gerou a chegada dos portugueses ao Brasil. A pesquisa histórica

¹⁶ ALMEIDA, Néri de Barros . “L´histoire médiévale au Brésil: du parcours solitaire à l´inclusion dans le champs des sciences humaines”. In: Néri de Barros Almeida; Marcelo Cândido da Silva e Didier Méhu. (Org.). Pourquoi étudier le Moyen Age? Les médiévistes face aux usages sociaux du passé. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012, p. 125.

brasileira teve seu início no início do século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. A iniciativa de eruditos em gerar pesquisas nas áreas humanas, contou com o apoio material do império. Neste período, a pesquisa medieval não apresentava uma tendência de análise, sendo outras áreas e disciplinas aquelas que contaram com uma maior gama de estudos neste período¹⁷ O segundo momento da pesquisa histórica no Brasil acontece a partir do século XX com as universidades federais, que se transformaram em centros de pesquisa científica e formação de pesquisadores. Esta mudança do eixo de formação em pesquisa científica de grupos políticos patrocinados pelo império para instituições federais, tem relação direta com o processo de industrialização que parte do país sofreu neste período. Este “espírito” de modernização, possibilitou que a pesquisa histórica, caminhasse para outros campos para além da História do Brasil¹⁸. A fundação do CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisa) e da CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior), ambos em 1951, acelerou o processo e regulamentação dos diversos programas de pós graduação em história espalhados pelo país.

No tocante à temática dos trabalhos em história medieval desenvolvidos nesta perspectiva, apresenta-se dois eixos principais. O primeiro deles tem relação à proximidade cultural que o Brasil, desde o período imperial alcançou com a França. A fundação da USP (Universidade de São Paulo) em 1932, apresentou uma nuance distinta daquela que verificou-se nos objetivos do IHGB. De maneira especial, a Faculdade de Ciências, Filosofia e Letras, que

¹⁷O início dos artigos que regeram os estatutos do IHGB em sua gênese mostram os seguintes elementos:

1º Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitirem. 2º Corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo. 3º Ramificar-se nas províncias do Império, para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe. 4º Publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 5º Promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcionar esta despesa. Dentro dos ramos de conteúdo do IHGB, encontra-se o seguinte registro de conteúdo medieval: *Entre os muitos assuntos englobados pela documentação arquivística, destacam-se a política ultramarina de Portugal no tempo do Príncipe Regente d. João*. Denotando que o início da pesquisa histórica no Brasil, não tinha a pretensão de abranger este ramo da disciplina histórica. Apenas os conteúdos diretamente relacionados com Portugal em finais de século XV que tivesse uma relação direta à sua chegada ao Brasil. Elementos pesquisados em <http://ihgb.org.br/pesquisa/arquivo.html>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

¹⁸ ALMEIDA, Néri de Barros. A História Medieval no Brasil. In: **Revista Signum**. Volume 14, 2013. p. 6.

contou com diversas missões de professores franceses convidados para lecionarem nas cátedras de História, Filosofia, Geografia e Sociologia. Entre estes convidados daquela que ficou conhecida como missão francesa, estão Fernand Braudel, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Émile Coornaert, Émile Léonard, Jean Gagé e Pierre Mongbei. Jean Gagé, orientou o primeiro trabalho em História Antiga realizado pelo professor Eurípedes Simões de Paula, em 1942. Esta presença e por consequência, influência acadêmica de eruditos e pesquisadores franceses, influenciou a primeira geração de medievalistas brasileiros. Um fator predominante para estes pesquisadores estava na ausência de bibliotecas que tivessem fontes e bibliografia referente aos temas propostos. Orientandos dependiam de maneira quase exclusiva, da biblioteca particular do orientador. Dentre estes membros da missão francesa ao Brasil, o que mais ganhou destaque por sua notoriedade foi Fernand Braudel¹⁹ A maior influência desta missão, foi o de modernizar os estudos de Ciências Sociais no Brasil. Entre os historiadores brasileiros da própria USP, existe uma opinião que relativiza um pouco o processo de seleção desta equipe que, em sua grande maioria eram jovens e recém formados²⁰. Porém a contribuição deste grupo aos estudos de Ciências Humanas, em especial a História é fundamental para o período posterior. A mudança do eixo das pesquisas em história medieval no Brasil pode ser percebida nos últimos anos a partir de 1990. Até a década de 80, poucos especialistas em História Medieval atuavam nos centros de pesquisa espalhados no país. Em 1991, a professora Maria Sonsoles Guerras,

¹⁹ LIMA, Luís Corrêa. **FERNAND BRAUDEL E O BRASIL: Vivência e Brazilianismo (1935-1945)**. São Paulo: EDUSP, 2004.

²⁰ “Já que estamos tratando da influência dos franceses, particularmente na História, gostaria de fazer uma primeira observação: quando se afirma que essa influência foi muito importante, não deixa de haver um auto-elogio. Mas, na verdade, os franceses foram muito importantes na renovação dos estudos de Ciências Sociais no Brasil. A missão foi composta de pessoas de alta qualidade: Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, Braudel, Lévi-Strauss, Pierre Monbeig etc. Costuma-se dizer que a seleção desses professores foi muito acertada, mas na década de 30 eles tinham vinte e poucos anos e eram recém-formados. Quando foram selecionados, não eram e nem se previa que seriam famosos. Braudel, quando veio para São Paulo, ainda não tinha publicado sua tese, apenas uma ou outra resenha. Assim, parece que o Brasil deu sorte para esses franceses. Braudel, que jamais voltou ao Brasil, escreveu em um de seus últimos trabalhos ter sido sua passagem pelo país uma das épocas mais felizes de sua vida. Alguns brasileiros citam exaustivamente uma outra afirmação feita por ele — a de que “se tornou inteligente no Brasil, em São Paulo especialmente”. NOVAES, Fernando: Braudel e a “missão francesa”. Revista Scielo. Estudos. avançados. vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300014 acesso em 15 de outubro de 2015.

apresenta um trabalho emblemático que aponta duas causas para o incremento dos estudos medievais a partir desta década: os órgãos de fomento para a pesquisa nacional, CNPQ e CAPES começam a conceder bolsas e auxílios para interessados em Idade Média assim como revistas acadêmicas começam a abrir espaço para a publicação de artigos sobre a idade Média²¹. Além destes elementos, a professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva aponta para outros elementos que contribuíram para esta expansão de estudos medievais no Brasil nos últimos anos, dentre os quais a popularização da Internet, a criação de bolsas de estudo para áreas da pesquisa científica pelos órgãos de fomento consideradas deficitárias no país, dentre as quais a História Medieval, tradução de obras e interesse do mercado editorial pela publicação de pesquisas realizadas no país. Com a entrada de uma nova geração de pesquisadores formados a partir desta iniciativas, houve um aumento significativo da procura por especialização neste segmento²². Com a ocupação das cátedras em História Antiga e Medieval pelas Universidades Federais do país, houve uma eclosão de orientações no âmbito da Península Ibérica, de acordo com as áreas de orientação de cada especialista dos programas de pós graduação. Alguns pesquisadores como Carlos Nogueira Figueiredo Nogueira, apontam para a figura do professor Joaquim Manoel Godinho Braga Barradas de Carvalho (1920-1980) como um dos principais responsáveis por esta mudança de escolas historiográficas a partir da década de 70, quando deixa como legado a cátedra de História Ibérica dentro da qual está a disciplina de História Medieval Ibérica²³.

Pesquisadores que doutoram-se nesta perspectiva de bolsas sanduíche neste ambiente ibérico, hoje ocupam as cátedras dos centros de pesquisa ao longo do país. Natural é que atraíam alunos interessados em trilhar os passos

²¹ GUERRAS MARTIN, M. S. “**A situação da pesquisa de História Geral no Brasil: História Medieval**”. In: WESTPHALEN, C. M. (Org.). Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 11, São Paulo, 1991. Anais... Porto Alegre, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1992. pp. 13-18;

²²SILVA, A. C. L. F. **A península ibérica medieval no Programa de Estudos Medievais de UFRJ**. In: Revista Diálogos Mediterrânicos. Número 2, Maio de 2012. p. 80-82.

²³ NOGUEIRA, Carlos Nogueira Figueiredo. **Os Estudos Medievais no Brasil de Hoje**. In. Revista Ensaios. p. 292. Disponível em <http://revistas.um.es/medievalismo/article/viewFile/51411/49551> Acesso em 15 de outubro de 2015.

destes desbravadores na pesquisa histórica medieval no país²⁴. Grande parte das dissertações e teses nos núcleos de pesquisa histórica medieval mais recentes, apontam para este contexto do mundo ibérico.

Neste sentido, o presente trabalho busca um retorno ao olhar do medievalista brasileiro para o contexto francês. Desta lacuna que a historiografia medieval brasileira apresenta nas últimas décadas, existe a procura de, incentivar a retomada destas pesquisas e tem o objetivo de ampliar o leque de ambientes analisados pelos pesquisadores sobre os diferentes prismas desta medievalidade latina. O enriquecimento da discussão entre os pesquisadores é um dos elementos que originaram o presente trabalho doutoral. Um retorno aos estudos clássicos da escola francesa, com uma documentação baseada em história política, utilizando elementos da Nova História, são os principais pontos de novidade conceitual que procuramos implementar nesta tese.

Este é o contexto historiográfico no qual o presente trabalho está inserido. Esta breve descrição sobre os estudos medievais na França nos remetem à uma justificativa a respeito deste estudo para os pesquisadores além Mediterrâneo. Discussão, de certa maneira resolvida através do excelente trabalho dos historiadores sul americanos, em especial brasileiros que nos últimos anos têm apresentado trabalhos de referência através de intercâmbios com núcleos europeus e revitalizando com energia a pesquisa sobre o medievo²⁵. Para citar dois exemplos, na apresentação do compêndio “História das Guerras”, organizado por Demetrio Magnoli, que apresenta um capítulo a respeito das Cruzadas de autoria da professora doutora Fátima Regina Fernandes:

O fazer histórico é, sempre, uma revisão crítica da historiografia. Cada um dos capítulos de História das guerras expressa a pesquisa mais recente, a bibliografia mais atualizada sobre o fenômeno histórico no qual se debruça. E todos eles representam um “olhar brasileiro” da história mundial. Esse ponto de vista tem significado: os autores podem, quase sempre, tomar uma saudável distância crítica das correntes nacionais de interpretação que, na França, na

²⁴ Como Fátima Regina Fernandes e Renan Frighetto, que atualmente atuam na UFPR.

²⁵ Entre os núcleos de estudos medievais no Brasil, citamos o NEMED, Núcleo de Estudos Mediterrâneos, do Departamento de Pós Graduação em História da UFPR, nas figuras de seus idealizadores professor Renan Frigueto, Fátima Regina Fernandes e Marcella Lopes Guimarães, os quais prestam um grande serviço à historiografia medieval.

Alemanha, na Rússia ou nos Estados Unidos, se debatem em torno de feridas profundas do seu próprio passado.²⁶

Uma segunda justificativa para o “fazer uma história europeia” fora de suas fronteiras pode ser encontrada na introdução da tese de doutoramento de Marcella Lopes Guimarães:

A aventura que formou o Brasil tem a sua escritura infinita da História com as suas consequências e antecedentes. Questionar a Idade Média portuguesa é também correr atrás dos antecedentes daquele encontro na praia, entre diferenças²⁷.

No artigo intitulado “Estudos Medievais no Brasil e a internet: uma análise do uso dos recursos virtuais na produção do medievalista (1995-2006)”, Leila Rodriguez da Silva e Andreia Cristina Lopes Frazão Silva apontam o avanço e incremento no número de estudos medievais propostos por brasileiros, na mesma proporção da ampliação do uso de ferramentas virtuais com a disponibilidade de materiais *on line* por parte dos centros europeus. Segundo as autoras:

O medievalista brasileiro, em geral, luta contra o que poderíamos denominar de “complexo de inferioridade”, já que longe dos grandes centros de produção acadêmica que se dedicam, prioritariamente, ao estudo do mundo medieval, assim como distantes dos arquivos e fontes primárias em geral, corre o risco da condenação à mediocridade²⁸.

Partindo deste princípio, de uma necessidade de um olhar com distância da historiografia francesa, historiografia esta muitas vezes francófona²⁹, desenvolvemos o presente trabalho, que é o resultado de oito anos de

²⁶ MAGNOLI, D. (Org). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

²⁷ GUIMARÃES, M.L. Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV-XV). **Tese de Doutorado Curitiba**, UFPR, 2004. p.3

²⁸ SILVA, L.R. e SILVA, A. C. L. F. Estudos Medievais no Brasil e a internet: uma análise do uso dos recursos virtuais na produção do medievalista (1995-2006), In: **História, Imagens e Narrativas**. Edição 4, 2007.

²⁹ Na obra intitulada introdução à historiografia, Marie-Paulo Caire Jabinet, traça seu panorama a respeito da escrita da história, mantendo como eixo principal a França. Esta obra foi escrita para estudantes de História como uma introdução aos estudos históricos. É interessante perceber que em momentos onde os núcleos eruditos migram para outros centros, segundo a autora eles seriam deslocados temporariamente da França, como ocorreu durante o período revolucionário francês. JABINET, M. P. C. **Introdução à Historiografia**. Bauru: EDUSC, 2003.

pesquisa documental sob o recorte do reinado de Filipe Augusto neste conjunto de territórios que comporiam a França Moderna, séculos mais tarde. Esta pesquisa das fontes relacionadas a este período e região levou a percepção do desenvolvimento de dois modelos explicativos que auxiliam no entendimento e teorização sobre o assunto, dentro de um contexto específico, em uma longa jornada em busca por respostas.

Para o primeiro modelo, desenvolvemos a hipótese da criação de um *vassalo perfeito* personificado nas fontes pela descrição de Simon de Montfort e seu papel na chamada Cruzada Albigense, através do estudo da *Histoire Albigeoise*, escrita pelo monge cisterciense Pierre dês Vaux de Cernay³⁰. A Crônica da Cruzada Albigense, como o documento ficou conhecido, mostra indícios da tentativa de criar um modelo ideal do cavaleiro e nobre associado às terras sob o domínio da monarquia. Este modelo seria transmitido por todo o Reino, em especial na região palco dos eventos oriundos dos conflitos da Cruzada. Nesta análise preliminar, a conclusão estabelecida a partir desta análise, limitada em termos documentais, dentro do âmbito de uma pesquisa em nível de graduação, mostrou indícios a respeito da existência de um projeto expansionista político-militar por parte da monarquia francesa, que teria utilizado o evento cruzadístico, conhecido como Cruzada Albigense como instrumento político para alcançar seus objetivos³¹. Esta hipótese carecia de uma análise mais profunda, que levasse em conta uma documentação mais adequada que apenas crônicas régias, que também possuem suas limitações metodológicas. Esta visão do reinado de Filipe Augusto, até o momento corroborada por uma parte importante dos autores que discorrem sobre o tema da Cruzada Albigense³², para ser revista

³⁰ PIERRE DES VAUX DE CERNAY. **Histoire Albigeoise** Paris: Libraire J. Vriin, 1951.

³¹ Esta hipótese visava encontrar subsídios que apontassem para a realização de um projeto idealizado pela pretensa monarquia francesa que transcendesse à própria Cruzada albigense. Nossa hipótese foi se consolidando na medida em que analisamos as relações entre os envolvidos, em especial Pedro II de Aragão e Filipe Augusto de França, pois se verificou que ambos possuíam um projeto expansionista que visava a conquista das regiões mediterrâneas. O apoio da Igreja ao norte foi notório para a vitória deste projeto, na medida em que a recusa de Inocêncio III às solicitações de Pedro II, legítimas segundo o lexo vassálico, foram decisivas para a eclosão da batalha de Muret, em 1213. Cf. MEDEIROS, E. L. Simon de Montfort e a figura do Vassalo Perfeito na obra *Histoire Albigeoise* de Pierre dês Vaux de Cernay. **Monografia de Conclusão de Curso - UFPR**, Curitiba, 2006.p. 46.

³² Edgard BOUTARIC, "La Guerre des Albigeois et Alphonse de Poitiers". *Revue des Questions Historiques*, tome 2, 1867, p. 155; Pierre BELPERRON, *La Croisade Contre les Albigeois et l'union du Languedoc à la France*. Paris: Librairie Plon, 1942, p. 447; Arno BORST, *Les cathares*. Paris: Payot, 1974, p. 102.

necessitava de elementos que pudessem mostrar de que maneira o reinado de Filipe avançou nos territórios e para quais locais sua atenção esteve mais voltada ao longo dos 43 anos de seu reinado.

A partir deste trabalho inicial, questões adicionais careciam de esclarecimento. Era necessário avançar nos mecanismos de legitimação da monarquia, suas estratégias para a conquista e, de maneira especial para a manutenção de territórios conquistados durante o reinado do monarca no poder durante os anos da Cruzada. Neste caso, uma análise de Filipe II ou Filipe Augusto - rei bastante emblemático, segundo a historiografia francesa, tido como fundador do estado monárquico por Jean Flori, de maneira mais recente³³, e, como o exemplo máximo de seu tempo, na perspectiva de Aquile Luchaire³⁴.

Assim, em parte pela longevidade de seu reinado, que trouxe estabilidade política e permitiu dar cabo de projetos de fortalecimento de sua dinastia, além do uso das estratégias comuns no medievo, através da busca por ampliação territorial e incorporação cultural através de casamentos entre mulheres de feudos vencidos com nobres de sua corte, fundação de novas vilas, concessão de benefícios a aliados, manutenção e estabelecimento de novos vínculos, e o uso do direito e de ferramentas da legislação medieval, fazem com que Filipe Augusto seja visto por alguns historiadores franceses como um monarca de transição entre a monarquia medieval e a moderna³⁵, no que concerne à metodologia, princípios, regras e leis, que serão perpetuadas por seus sucessores. Este argumento que deve ser relativizado no sentido de que alguns pressupostos podem assumir um caráter teleológico³⁶ à questão. O Augusto dos francos não é uma anomalia

³³ FLORI, J. **Philippe Auguste: la Nascence de l'Etat monarchique**, 1165-1223, Tallandier, Paris, 2002.

³⁴ LUCHAIRE, A. **Philippe Auguste et son temps (1137-1226)** Librairie Jules Tallandier, Paris, 1980.

³⁵ FLORI, J. Op. Cit.

³⁶ Habitualmente, chamamos este modelo historiográfico de “teleológico”. O filósofo ou o historiador fixa um “telos”, - isto é, um “fim” – e a partir daí constrói sua história, pois acredita que o desenvolvimento natural ou histórico da história humana ou da história de um determinado povo conduz àquele destino, seja por desenvolvimento lógico, dialético ou por obra de alguma força inerente ou transcendente à história humana. Cf. BARROS, J. **O Tempo dos Historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013. p.76.

histórica³⁷, mas sim um elemento pertencente a um ambiente definido nas concepções do tempo e do espaço.

Buscamos, através deste trabalho, relativizar um destes aspectos do reinado de Filipe Augusto, na medida em que através da análise das fundações das cidades medievais, desejamos demonstrar que a influência da monarquia francesa nas regiões do Languedoc não foi de maneira nenhuma efetivas. Isso será demonstrado ao longo do trabalho, que serão demonstrados através dos mapas que mostrarão as regiões de maior presença e influência do monarca nestes territórios. Caso a hipótese de trabalho de que o campo de atuação e confirmação de territórios de Filipe aconteceram nas regiões comuns e historicamente vinculadas a esta monarquia, comprovaremos a necessidade e a importância deste olhar para além do Mediterrâneo neste contexto.

Além destas prerrogativas, o monarca também é fruto de conceitos inteligíveis, entre eles a sacralidade, a espiritualidade, a cultura, a imagem e um arcabouço específico que o inserem neste ambiente. A grande maioria dos estudos analisados sobre a vida de Filipe Augusto, no âmbito de seu reinado, atribui o cerne do governo e ponto crucial de sua vida à vitória na Batalha de Bouvines, onde Filipe conquistou os domínios dos reis ingleses, ampliando seu território na região norte de Paris onde estavam os domínios da dinastia capetíngia³⁸. O rei não tinha em seus planos uma “França”. Seu objetivo, concatenado ao contexto das monarquias feudais do século XIII era o de aumentar o poder de sua família e este poder viria das fontes medievais para este fim: dos territórios anexados - mesmo que apenas nos tratados - e de sua capacidade militar e econômica.

No sentido inverso, não são encontrados muitos trabalhos que tratem da existência de um projeto expansionista da monarquia capetíngia rumo à

³⁷ Lion Antoine. Smahel (Frantisek) **La Révolution hussite, une anomalie historique**. In: *Archives de sciences sociales des religions*. N. 61/2, 1986. pp. 316-317.

³⁸ DUBY, G. **Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

região sul³⁹ através da Cruzada Albigense⁴⁰. É possível apenas perceber que o território sob seu domínio triplica ao longo de seu reinado, ao término da Cruzada. Esta aparente discrepância nos estudos da historiografia francesa pode ter conotações de cunho nacionalista e patriótico, no sentido de que a autoridade sobre os territórios plantagenetas e sua inserção aos territórios da Francia, possa ter dado origem à própria ideia de unidade da região.

A historiografia francesa da segunda metade do século XX, após a segunda guerra mundial, sob a influência da Escola dos Annales, multiplicou a publicação de material sobre os principais monarcas franceses, de maneira a restaurar o orgulho francês, maculado após os conflitos da guerra⁴¹. Outro

³⁹O'SHEA, S. **A heresia perfeita: A vida e a morte revolucionária dos cátaros na Idade Média**. Rio de Janeiro: Record, 2005. Este historiador norte-americano que trabalha o tema da Cruzada Albigense e pontua este projeto expansionista desejado por três personagens principais: Inocêncio III, Filipe Augusto e Pedro II de Aragão. Cf. BALDWIN, M. **The Rape of Oc**. Londres: Warner, 1994; CAUVIN, A. **Découvrir la France cathare**. Allier, Bélgica: Marabout, 1993. JENKINS, E. E. **The Mediterranean World of Alfonso II and Peter II of Aragon (1162-1213)**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012. Este último, trata da questão da identidade deste sul mediterrâneo a partir de uma contribuição para a criação de uma percepção cultural de uma utopia de unidade sulista em um grande reino mediterrâneo, unindo territórios de Aragão, incluindo Languedoc, em Nice, Toulouse, Montpellier e Marselha. Em especial os capítulos "The Mediterranean Matrix of Connections for Alfonso II and Peter II", "Forging a Regional Community: Alfonso II and the Midi", "Mediterranean Communities in Competition and Conflict", "Alfonso II, Peter II, and the Tradition of Community in the Mediterranean World". O famoso trabalho de Fernand Braudel sobre o Mediterrâneo aborda a existência (embora palpável aos pesquisadores apenas no final do século XV), de um projeto espanhol de unificação destes territórios, ligados ao mediterrâneo, que fracassou. Nos períodos que Braudel analisa, dois séculos, ainda é possível perceber as diferenças culturais entre os territórios com os quais nos deparamos nas fontes. Tal como no caso desta última, há uma França de vocação terrestre, que faz frente à outra, de vocação marítima. Esta oposição, ao longo da história, resolveu-se, em geral, em favor da França terrestre. Por isso, a França nunca foi uma verdadeira potência dos mares, e teve limitadas suas capacidades de projeção para o exterior. O destino dessas "français fora da França", Braudel não teve tempo de analisar. Há também uma França mediterrânea, muito mais presa às dinâmicas deste importante mar, que faz frente a uma França nórdica, oposição que, diante de muitos outros elementos, explica também a célebre fratura do hexágono entre o país d' Oc e o país d' Oil. Cf. BRAUDEL, F. **La identidad de Francia**, 3 vols. Barcelona: Gedisa, 1993.

⁴⁰ Seus domínios haviam obtido saídas para o mar. Em outros territórios do norte da França, como Flandres, Champagne, Borgonha e Bretanha, crescia sua influência na proporção do poder que possuía. E mesmo no sul já controlava uma área considerável. O domínio dos Capeto, contudo, podia ser tudo, mas não era ainda um território integrado. Entre Anjou e a região de Orleans estendia-se domínio do conde de Blois. Ao sul os distritos costeiros em volta de Saintes e, mais para leste, Auvergne, quase não existiam ligações com as regiões setentrionais. Estas últimas, porém, o velho domínio familiar, juntamente com a Normandia e áreas recém-conquistadas que se estendem para além de Arras ao norte, constituíam, em termos puramente geográficos, um bloco na maior parte autossuficiente. ELIAS, N. **O Processo Civilizador Volume II. Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. P. 115.

⁴¹Cf. FLORI, J. **Philippe Auguste: la Nascence de l'Etat monarchique, 1165-1223**, Tallandier, Paris, 2002.; BALDWIN, J. W. **Philippe Auguste et son gouvernement**. Paris, Fayard, 1991.; HADENGUE A. **Bouvines**. Paris. Plon. 1945.; RIGORD. **Histoire de Philippe Auguste**. Paris, CNRS, 2006; BORDONOVE, G. **Philippe Auguste : le Conquérant**. Paris: Pygmalion, 1983, entre outros.

fenômeno historiográfico percebido durante esta pesquisa foi a reedição de clássicos a respeito do período medieval, em especial as obras de Achille Luchaire, obras tomadas como base para nosso contexto e apreensões iniciais sobre Filipe Augusto e seu tempo⁴². Esta retomada dos estudos clássicos da virada do século XIX para o século XX aponta para a importância dos trabalhos destes historiadores, que devem ser levados em consideração, embora buscando uma releitura apropriada ao objetivo proposto.

Dentre os conjuntos de fontes disponíveis para a realização de uma análise sobre o reinado de Filipe Augusto, sob o recorte da verificação documental da existência de um projeto expansionista ao sul dos domínios régios, optou-se por dois grupos de documentos, a chancelaria régia referente ao reinado do rei e a Crônica de Filipe Augusto. A análise de documentos régios como cartas e descrições de Atos reais há muito fazem parte da análise de historiadores que se debruçam sobre a História das linhagens reais de modo a entenderem as relações de poder proeminentes nestes contextos. No Brasil, graças aos esforços dos núcleos de estudos medievais espalhados pelo país⁴³, os trabalhos científicos na categoria de dissertações e teses têm aumentado a cada ano, trazendo viabilidade e embasamento para novas pesquisas neste ramo da ciência histórica.

No âmbito da análise de documentação nobiliárquica e régia é possível encontrar trabalhos realizados, nos limites da Península Ibérica a partir do século XIII⁴⁴. Estes trabalhos oferecem a segurança necessária para realizar

⁴²Em 2005, A Elibron Classics, republicou as obras de Aquille Luchaire. As seguintes obras estão disponíveis em novas edições: Innocent III: II. La Croisade des Albigeois; Innocent III: I. Rome et l'Italie; Histoire de France, Depuis les origines à la Révolution : Tome 5 : Louis VII - Philippe-Auguste, Louis VIII (1137-1226);. Manuel des Institutions Françaises; Innocent III Les royautés vassales du Saint-Siege.

⁴³Dentre eles o Grupo de Estudos Medievais, criado em 1999, que reúne estudantes e profissionais de várias instituições do Rio Grande do Sul; o Laboratório de Estudos Medievais (LEME) que congrega estudantes e profissionais da USP e da UNICAMP; o Núcleo de Estudos Antigos e Medievais, (NEAM) que também no âmbito de São Paulo, abrange desde 1999 estudantes e profissionais da UNESP; o Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED) criado em 2002 na Universidade Federal do Paraná; o Programa de Estudos Medievais (PEM) na UFRJ fundado em 1991; o Laboratório de Estudos Medievais Ibéricos (Scriptorium), atuante na UFF desde 1988; Para maiores informações, ver: BASTOS, M. J. M. ; RUST, L. D. *Translatio Studii. A História Medieval no Brasil. Signum*, 10, 2009, p. 163-188

⁴⁴ Para maiores exemplos: FERNANDES, F. R. O reinado de Dom Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárquicas. **Tese de Doutorado**, Porto, 1996 (Esta tese foi publicada em 2003 sob o título de Sociedade e poder na Baixa Idade Média portuguesa pela Editora da Universidade Federal do Paraná); GUIMARÃES, M. L. Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV-XV). **Tese de Doutorado** Curitiba, UFPR, 2004; GIMENEZ, J. C. A rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica (1280-1336). **Tese de Doutorado**.

uma análise da documentação régia relativa ao reinado de Filipe Augusto. Para tanto, optou-se pela versão mais recente do conjunto dos atos de Filipe Augusto disponível em parte pela Biblioteca Nacional Francesa: a compilação de cartas e documentos relativos à História da França, intitulado *Recueil des Actes de Philippe Auguste roi de France*.

Esta obra, baseada no trabalho de Leopold Deslile, levou praticamente um século para ser concluída. O Primeiro tomo tem sua publicação em 1916 dirigida por Elie Berger; o segundo tomo publicado em 1943 sob a direção de Clóvis Brunel, o terceiro tomo publicado em 1966 foi dirigido por Charles Saraman. Estes três tomos estão disponíveis para download na biblioteca nacional francesa⁴⁵. O quarto tomo dos registros do reinado de Filipe Augusto é considerado uma obra rara e foi o item de maior dificuldade para aquisição para conclusão deste trabalho. Foi editado por Charles Saraman em 1979. O quinto tomo da obra contém o acréscimo de 60 novos atos, correção dos volumes anteriores, além de outros anexos como a relação da numeração da obra anterior de Leopold Deslile e foi adquirido para que fosse possível o acesso à toda documentação disponível sobre a chancelaria régia de Filipe Augusto. Este último tomo foi publicado no ano de 2004 dirigido por Jean Favier, totalizando oitenta e oito anos para que fosse completa.

A compilação de atos oficiais totaliza 1885 cartas em latim que abrangem todos os anos do longo reinado de Filipe Augusto. A primeira fase do trabalho foi uma catalogação e tradução das cartas para consulta e pesquisa posterior. A partir dos resultados obtidos, foi efetuado um recorte segundo a problemática proposta: verificar através da documentação analisada, se é possível verificar a existência de um projeto expansionista da monarquia capetíngia para o sul de seus domínios, percebido sobre o olhar através dos atos régios. As cartas foram classificadas e divididas em grupos específicos para que fosse possível acompanhar estratégias do monarca com relação a seus interesses junto à nobreza, à Igreja e à vilania, as quais serão descritas de maneira pormenorizada ao longo do texto.

Curitiba, UFPR, 2005, para citar alguns trabalhos de proeminência do Núcleo de Estudos Mediterrânicos da UFPR.

⁴⁵ Acesso <http://gallica.bnf.fr/?lang=PT>.

Além da análise da documentação e sua concatenação com a historiografia, a fim de obtermos conclusões que contribuam com o debate historiográfico, elaboramos um produto, a partir dos dados levantados ao longo do período de tabulação e tradução das cartas chancelares. Desta forma, estabelecemos uma pesquisa, utilizando elementos da cartografia⁴⁶, geografia e história para que através de uma plataforma eletrônica desenvolvida na Universidade de Harvard⁴⁷, fosse possível utilizar-se de uma base cartográfica disponível na internet para localizar atos relativos a cartas chancelares relacionadas à fundação de cidades e vilas.

Deste modo, espera-se formar um panorama visual da documentação analisada, que tenha como principal objetivo localizar estas cidades geograficamente às regiões de domínio da monarquia, para então analisar o impacto que estas cidades tiveram nestes territórios. A partir desta concentração será possível verificar quais foram as regiões que mais demandaram a atenção de Filipe Augusto ao longo de seu reinado. Este mapa⁴⁸ pode ser contraposto ao contexto histórico do reinado de Filipe II para que sejam verificados pontos de contato e pontos divergentes ao contexto. Esperamos criar mais demandas para estudos futuros a partir dos resultados deste produto.

⁴⁶ Mapas temáticos podem ser produzidos a partir dos resultados de grande parte das pesquisas aplicadas produzidas em nossas universidades, mas a iniciativa da sua implementação pertence exclusivamente aos que, além do conhecimento de técnicas descritivas possuem uma mentalidade multidisciplinar, associada a uma boa percepção das necessidades do usuário. A equipe deve ainda ter conhecimentos de economia, finanças, técnicas organizacionais, legais e políticas, além do conhecimento e sujeição a fatores culturais. Segundo BAHR e com certeza endossado por todos os professores de desenho, o homem não tem mais tempo para ler, precisa assistir às informações. LOPES, L. A. Mapas Temáticos. Expressão gráfica para análise de resultados de pesquisas envolvendo espaço e tempo. In **Revista Graphica** - VII International Conference on Graphics Engineering for Arts and Design. UFPR, 2007.

⁴⁷ A base digital está disponível para acesso e cadastro para uso, havendo a possibilidade de cadastro para que o produto possa permanecer disponível para acesso de pesquisadores através da plataforma colaborativa. Segundo os fundadores da Database: *Begun in 2007, the web-based version was constructed with ESRI's ArcGIS software products. We expect that DARMC will continue to grow, as generous colleagues prepare new materials which can be added to those already up and available on the web. Those who are interested in contributing such materials should contact darmc[at]harvard.edu.* O link para a Base de Dados geográficos: <http://darmc.harvard.edu/icb/icb.do?keyword=k40248&pageid=icb.page188868>. Acesso em 28/04/2014.

⁴⁸Cf. MARTINELLI, M. **Cartografia Temática – Caderno de Mapas**. São Paulo: EDUSP, 2003 e RAMOS, C.S. **Visualização cartográfica e multimídia: conceitos e tecnologias**. São Paulo: Unesp, 2005.

Através desta ferramenta, apresenta-se a intenção de uma atualização dos clássicos da historiografia francesa que se utilizaram da cartografia e geografia para suas pesquisas⁴⁹ e que não dispunham da tecnologia que agora é disponível⁵⁰.

Uma vez estabelecido este panorama gráfico, buscamos cruzar a fonte cronística, que mostra a eficácia do governo de Filipe Augusto, e utilizada como base para a escrita de trabalhos sobre a relação entre monarquia e Languedoc, e as fontes chancelares através de um recorte que possibilite relativizar a influência efetiva deste reinado na formação territorial que formaria o reino da Francia. Ao término desta análise percebemos que, de maneira divergente da versão francófona de Filipe Augusto, sua influência na ampliação territorial foi mais restrita do que percebemos nos mapas didáticos que mostram a expansão territorial nos domínios da monarquia capetíngia. Podemos afirmar que as tentativas de anexação territorial gestaram mudanças culturais importantes que seriam percebidas nos reinados de seus sucessores. O papel do reinado de Filipe Augusto, através do presente trabalho, percebe-se através de um viés duplo nesta perspectiva: fortalecimento de vínculos e territórios nas regiões limítrofes ao entorno de Paris, de maneira especial na manutenção das conquistas oriundas dos embates com a casa plantageneta, além da busca de firmar legitimidade perante as casas senhoriais dentre as quais a capetíngia era mais uma. Na região do Languedoc, a Cruzada Albigense mostrou uma primeira experiência de aculturação, demonstrada pela baixa fundação de cidades nestas regiões apesar do evento cruzadístico, bem como na dificuldade de manter estes territórios conquistados por Simon de Montfort. Esta instabilidade territorial nestas regiões, demonstram que as diferenças culturais entre as regiões de domínio da dinastia capetíngia e seus aliados, e os povos que habitam o

⁴⁹ Entre os vários que poderíamos citar, LE GOFF, **A civilização do Ocidente Medieval**. Volume 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1983; BLOCH, M. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982, Gerge Duby entre outros.

⁵⁰ Diversos trabalhos tem utilizado a cartografia para demonstração da história de determinadas localidades ao longo dos séculos com interessantes resultados visuais. Este é o caso do Atlas Histórico de Paris disponível em <http://paris-atlas-historique.fr/> acessado em 19/06/2014. Ver também Babonaux Yves. Un Atlas historique des routes de France [Reverdy (G.), 1986, Atlas historique des routes de France. Paris, Presses de l'École nationale des ponts et chaussées]. In: *Espace géographique*. Tome 16 n°4, 1987. pp. 313-314

Languedoc deveriam ser transpostas na mesma medida em que as estratégias de conquista e militar para que pudessem ser efetivadas.

Em complementação a este conjunto de documentos, optou-se, como fonte secundária de estudos, pela crônica intitulada *OEUVRES DE RIGORD ET DE GUILLAUME LE BRETON, Historiens de Philippe-Auguste* em Paris, entre 1882 e 1885. O texto encontra-se em Latim com alguns comentários em francês. Esta documentação é fundamental para uma análise em profusão da figura real, e, de maneira especial, encontrar indícios que mostrem a mudança nos parâmetros da monarquia instituída pelos antecessores de Filipe.

A análise da crônica complementa a chancelaria régia⁵¹ na medida em que permite uma análise do objeto de estudo nas esferas de um imaginário medieval⁵², de uma simbologia régia para uma cultura medieval⁵³. O domínio régio não pode ser verificado apenas pelo tradicional viés político e econômico, mas através dos elementos que a assim chamada Nova História Cultural⁵⁴ traria para o campo da historiografia das últimas décadas.

⁵¹ À la même époque, en 1856, Léopold Delisle insiste fortement dans l'introduction à son Cataloguesur »l'importance historique de la collection des actes de Philippe-Auguste. J'espère«, continue-t-il, »convaincre mes lecteurs qu'il est indispensable de combiner les actes de Philippe-Auguste avec les chroniques et autres documents contemporains, pour bien connaître et bien apprécier l'une des plus remarquables époques de notre histoire«. Et d'ajouter plus loin, »il faut avoir recours aux actes pour fixer la chronologie; entre autres, ils mentionnent le lieu d'où ils ont été expédiés et, comme rien ne permet de supposer qu'ils l'aient été en l'absence du roi, ils nous font connaître la résidence de la cour à une époque donnée (...); ils permettent aussi de résoudre divers problèmes historiques, comme l'ordre des campagnes royales en Normandie, Poitou et Touraine (1204), la date précise de l'expédition en Bretagne (1206) ou encore les divers épisodes relatifs au mariage du roi et d'Ingeburge. J. Dufour: **L'édition d'actes médiévaux In: Pourquoi éditer des textes médiévaux au XXIe siècle? 8e rencontre de la Gallia Pontificia**, organisée par l'École nationale des chartes, l'Institut historique allemand et les Monumenta Germaniae Historica, Paris, 17 mai 2013, éd. par Olivier Canteaut, Rolf Große .

⁵² DUBY, G. "La Féodalité? Une mentalité médiévale". **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**, nº. 13 (4), outubro-dezembro, 1958, pp. 765-771.

⁵³ SCHMITT, J.C.. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. Bauru-SP: Edusc, 2007.

⁵⁴ Discute-se muito na historiografia contemporânea a respeito dos limites e conceitos de uma Nova História Cultural. Para permanecer no debate no campo da historiografia recente, incluindo a contribuição de pesquisadores brasileiros ao debate sobre o tema apontamos os textos de BARROS, J. A. A história cultural francesa – caminhos de investigação. **Fênix: revista de história e estudos culturais** 2(4), 2005, pp. 1-17; FALCON, F. **História cultural**. RJ: Campus, 2002; DUBY, G. A história cultural. In: RIOUX, J.P & SIRINELLI, J.F (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 405-408; DUBY, G. **Problemas e métodos em história cultural. Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 214-130; CHARTIER, R. A nova história cultural existe? In: PESSAVENTO, S. **História e linguagens**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 29-44. BURKE, P. **Variedades de história cultural**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

Neste sentido, os elementos a serem observados na documentação proposta serão: a utilização dos códigos feudais, através da delimitação dos territórios de domínio e contato da monarquia capetíngia ao longo do reinado de Filipe; a construção da soberania real por meio das relações entre o reino Capeto e as demais grandes casas e senhorios contemporâneos à ele.

A análise da documentação proposta, *a coletânea dos atos do rei Filipe Augusto*, apresenta ao pesquisador uma ampla gama de possibilidades para campos de pesquisa na história política. O grande número de registros encontrados pelos pesquisadores que compilaram a obra mostra a importância do monarca para o entendimento do século XII e XIII nos territórios desta cristandade latina em formação⁵⁵. Estes escritos envolvem as mais diversas naturezas documentais tais como: cartas destinadas a confirmar as ordens de seu pai, Luís VII relativas aos nomes dos clérigos confirmados para a Abadia de Soissons, a renovação de aliança que o rei Henrique II possuía com o pai de Filipe, ou mesmo a manutenção dos pagamentos aos *Homens Bons* de Gué de Chappes.

Uma fonte tão vasta necessita de um recorte específico para nortear o trabalho, tendo em vista que o mesmo abrange os 43 anos do longo reinado do monarca. É necessário buscar uma visão ampla da documentação, que por ser fragmentária atende aos mais diferentes propósitos e públicos. Dentre estes grupos constantes na documentação chancelar encontram-se a nobreza, aliada ao rei Filipe além de uma nobreza vinculada aos seus adversários e o clero, que atendia ora a seus interesses pessoais, ora aos interesses da Santa Sé, num espaço de tempo muito amplo. Para auxiliar nesta tarefa, buscou-se literatura de apoio para um bom entendimento do funcionamento das instituições políticas neste conjunto de territórios que comporiam a porção geográfica conhecida como França, a partir do século XIII.

É possível obter um parecer complementar ao analisarmos uma obra desta magnitude. Além da função diplomática de estabelecer, confirmar e registrar os decretos reais, a chancelaria, através do contato de tantos documentos em circulação ao longo do reino nas mais diferentes esferas do

⁵⁵ BERGER, É. (Org) **Recueil des Actes de Philippe Auguste roi de France Tome I**. Paris, Imprimerie Nationale, 1916. Introdução p. IX

governo, acabou por desenvolver um senso de unidade e vínculo entre diferentes localidades e o principado capetíngio, de maneira especial nos territórios onde sua influência não possuía respaldo, como, por exemplo, nas regiões do Languedoc. Afinal, segundo George Duby, Filipe só se tornou o Augusto após 1214⁵⁶. Esta legitimação do poder real do rei da França foi um processo gradativo, que durou praticamente todo o reinado, de modo que a documentação existente auxilia no acompanhamento deste processo.

O universo historiográfico no qual o presente trabalho foi elaborado encontra amparo conceitual em bibliografias especializadas a respeito do tema. Sobre a vida e o reinado de Filipe Augusto, destacamos as obras de Aquile Luchaire⁵⁷ e Capefigue⁵⁸, para uma visão de uma historiografia do final do século XIX a respeito do monarca. Para uma historiografia dos territórios analisados, estudos mais recentes, contemporâneos sobre a monarquia capetíngia, Georges Duby⁵⁹, March Bloch⁶⁰, Elizabeth Hallan e Judith⁶¹, além de Jean Dunbabin⁶² podem ser utilizados para um aprimoramento do contexto. No tocante à metodologia para leitura e trabalho com fontes oficiais no baixo medievo, bem como e sua relevância na administração régia, utilizaremos dois trabalhos de Fátima Regina Fernandes⁶³, sendo o primeiro

⁵⁶*Na tarde do combate, Filipe tornou-se de fato o Augusto, o verdadeiro César, desdenhando ostentar as insígnias imperiais encontradas nos despojos da vitória, mas, no entanto, seguro de presidir, agora apenas com o papa, ao destino da cristandade.* In: DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982. p. 372.

O rei usa o cognome de Augusto. Foi-lhe dado por Rigord, no intuito de celebrar aquele que havia aumentado o domínio real, triplicando de uma só vez sua extensão. Mas este epíteto encerra um sentido mais forte. Ele evoca César, como todos sabem. Soa como uma pretensão ao Império. In: DUBY, G. **Domingo de Bouvines, 27 de julho de 1214**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 40.

⁵⁷LUCHAIRE, Aquile. **Philippe Auguste et son temps (1137-1226)** Librairie Jules Tallandier, Paris, 1980.

⁵⁸CAPEFIGUE, M. **Histoire de Philippe-Auguste.Tome I (1180-1191)** Paris. Librairie Dufey, 1829.

⁵⁹ DUBY, G. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

⁶⁰ BLOCH, M. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

⁶¹ HALLAN, E. M. **Capetian France: 987-1328**. New York: Routledge, 2001.

⁶² DUNBABIN, J. **France in the making, 843-1180**. New York : Oxford University Press,2000.

⁶³FERNANDES, F. R. **Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2000. Para uma melhor compreensão do conceito de nobreza e fronteira, fundamentais em nossa pesquisa, resguardadas as especificidades geográficas, utilizaremos o artigo do mesmo autor intitulado: A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Espanha, v. 28, p. 155-176, 2005.

para auxiliar na compreensão da documentação administrativa no desenvolvimento e na percepção das relações na sociedade e o segundo para uma melhor percepção do conceito de fronteira, muito importante para estabelecermos os parâmetros necessários em nossa pesquisa. Como ambos os trabalhos encontram-se inseridos no contexto peninsular, tomamos o cuidado de respeitar as especificidades geográficas de cada realidade. Como os elementos utilizados são de ordem teórica e de técnica, em como utilizar e catalogar os registros chancelares, as diferenças geográficas e temporais nos estudos da pesquisadora podem ser apropriados por nosso trabalho.

Uma discussão recente no ambiente francês referente ao trabalho com cartas chancelares tem sido citada como uma *novelle diplomatique*⁶⁴ por pesquisadores europeus. Um autor consultado para ampliar o entendimento a respeito dos mecanismos jurídicos na legislação régia, foi Ernest Kantorowicz⁶⁵ em sua obra “Os dois corpos do Rei”. Embora o autor trate do fortalecimento das monarquias inglesas no século XVI e XVII, muito além do recorte temporal proposto neste trabalho, o autor foi bastante útil, pois trata da origem medieval do código jurídico que elevou o poder da monarquia. O principal conceito utilizado foi o *Character Angelicus* do Rei, na medida em que além do homem temporal, o monarca era investido de um “segundo corpo” de natureza divina, que lhe atribuía a *potestas*. Com o passar do tempo, esta natureza divina do príncipe foi alterada para uma natureza jurídica e sua missão passou a ser a defesa da *Respublica Christiana*.

Existem estudos recentes analisando a utilização de cartas e documentação régia através da utilização de tecnologia proveniente da informática e da internet e serão utilizados como respaldo para o produto resultante da análise da documentação proposta. Entre eles, a tese de

⁶⁴ Para uma conceituação de metodologias contemporâneas para a leitura e pesquisa com documentação chancelar medieval: Cf. BERTRAND, P. **Cartulaires et recueils d'actes: aux avant-postes d'une "novelle diplomatique"** (espace français, XI-XIII) *Revue Mabillon*, 17, 2006, p. 261-267; GUYOTJEANNIN, O. L'erudition transfigurée, dans J. Boutier et de D. Julia (dir), **Passés recomposés: champs et chantiers de l'histoire**, Paris, Autrement, 1995, p. 152-162; CHASTANG, P. L'archéologie du texte medieval. **Annales. Histoire, Sciences sociales**, 63/2, 2008, p. 245-269; TALLAFIGO, M.R. Nueva diplomática, nueva metodología para la História del documento. **Signo Revista de Historia de la Cultura Escrita**, 14, 2004, p. 139-183.

⁶⁵ KANTOROWICZ, E. H. **Os Dois Corpos do Rei. Um estudo sobre teologia medieval**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2000; ULLMANN, W. **Historia del pensamiento político em la Edad media**. Barcelona: Editorial Ariel, 1983. ULLMANN, W. **Principios de gobierno y política em la Edad Media**, Madrid: Alianza Editorial, 1985.

doutorado *post mortem* de Daniel Arpelau Orta, que desenvolveu uma plataforma colaborativa para adição de dados prosopográficos em uma base de dados que pode ser alimentada por qualquer historiador que obtiver acesso ao sistema, contribuindo desta forma com outras pesquisas que venham a ser realizadas. Outro exemplo da atualização do uso das cartas chancelares está na elaboração de mapas temáticos cartográficos elaborados a partir da chancelaria ibérica em projetos de pesquisa desenvolvidos por Isabel Alfonso nos últimos anos⁶⁶.

Os nomes clássicos no tocante à historiografia medieval⁶⁷ ofereceram um pano de fundo para o aprofundamento no entendimento do contexto pertinente, relativo ao recorte temporal abordado. Entre eles é possível apontar: Georges Duby⁶⁸, em especial nas figuras e representações militares contidas em seu “Domingo de Bouvines”, Jaques Le Goff e March Bloch⁶⁹, com a estruturação da sociedade medieval, contida na obra “Civilização do Ocidente Medieval” e “Sociedade Medieval”, respectivamente, além de Brenda Bolton⁷⁰, com as razões para o desenvolvimento religioso e o entendimento das causas das mudanças no pensamento do homem medieval nos séculos XII e XIII.

Entre os autores mais recentes, os quais nos foram úteis, podemos citar Stephen O’Shea⁷¹, com uma análise das razões políticas e as tensões entre o poder régio e papal no desenrolar da Cruzada Albigense, além dos ótimos trabalhos que a historiografia brasileira tem realizado a respeito do período medieval, dentre eles Franco Hilário Júnior⁷², com sua obra “Idade Média,

⁶⁶ ORTA, D. A.. **Novos ramos de velho tronco. Relações de poder na Península Ibérica e no norte de África a partir da escrita cronística e chancelar (séc. XV)**. Tese de Doutorado. UFPR, Curitiba, 2013. ALFONSO, Isabel. **El Formato de la información judicial em la Alta Edad Media Peninsular**. In: ESCALONA, J.; SIRANTOINE H. *Chartres et Cartulaires Comme Instruments de Pouvoir*. Madrid: Etudes Medievales Iberiques, 2013.p. 191-218.

⁶⁷ ESCALONA, J.; SIRANTOINE H. **Chartres et Cartulaires Comme Instruments de Pouvoir**. Madrid: Etudes Medievales Iberiques, 2013.

⁶⁸ DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁶⁹ BLOCH, M. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.pp. 110

⁷⁰ BOLTON, B. **A Reforma na Idade Média: século XIII**. Lisboa: Edições 70

⁷¹ O’SHEA S. **A heresia perfeita: A vida e a morte revolucionária dos cátaros na Idade Média**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁷² FRANCO JR, H. **A IDADE MÉDIA: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

nascimento do Ocidente”, onde o autor mostra as estruturas medievais, econômicas, demográficas e políticas, baseado em autores franceses. Talvez por esta razão, Hilário tenha dado uma ênfase tão grande na ascendência das monarquias francesas, que são tomadas como base para o desenvolvimento da Europa como um todo, instrumentalizando, em parte, nosso trabalho. Outro autor relevante, o professor José Rivair Macedo⁷³, foi pesquisado através de sua obra “Heresia, Cruzada e Inquisição na França Medieval”, tese de doutoramento. A obra nos foi útil para entender os desdobramentos da Cruzada Albigense, onde Filipe Augusto teve uma participação decisiva, porém o foco da obra é o de analisar a participação dos chamados “faidits”, grupos de bandidos e outras categorias as quais não se encaixavam no conceito de nobreza ou clérigos.

Por fim, nesta breve análise de autores pertinentes para um aprofundamento da discussão do contexto, de conceitos e de personagens ao trabalho proposto a título de doutoramento, é necessário destacar o papel da retomada de publicações clássicas francesas nos últimos anos. Quando analisamos a produção da historiografia francesa, e de maneira particular a reedição de obras do início do século XX, nota-se que a produção historiográfica francesa está intimamente relacionada à construção de um conceito de patriotismo e nacionalismo, em especial⁷⁴.

Os primeiros anos do século XXI, não foram favoráveis a esta imagem, seja devido aos escândalos políticos e sociais, com revoltas que têm exposto ao mundo a desigualdade econômica existente no território francês, ou, a grande crise econômica que têm mudado drasticamente o estilo de vida de boa parte da população. Além disso, existe a derrota em outros elementos aglutinadores da sociedade no âmbito do fenômeno da globalização, como o esporte, mais especificamente o futebol, a partir do qual, existe a frustração neste espírito nacionalista e patriótico dos franceses. Neste sentido, ao nos depararmos com reedições de obras clássicas, é possível perceber uma tentativa de apego aos heróis do passado, em detrimento a um presente um tanto quanto inglório a esta pretensão de um nacionalismo francês. Um

⁷³MACEDO, José Rivair. **Heresias, cruzada e inquisição na França Medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

⁷⁴ GEARY, P. Op Cit. p. 26

exemplo deste movimento pode ser a obra de Jean Flori⁷⁵, “Philippe Auguste: la Nascença de l’Etat monarchique, 1165-1223”, obra de forte apelo à origem do estado monárquico, à figura de Filipe Augusto.

Nossa intenção neste trabalho é buscar uma análise da figura do monarca, que não atribua o valor de responsabilidade sobre o período posterior, mas sim que verifique suas realizações, sem deixar de levar em conta o contexto das demais regiões que interagem neste espaço.

No primeiro capítulo, será traçado um panorama a respeito do contexto no qual Filipe Augusto atuou e uma breve análise de sua figura pessoal, a partir do conjunto de fontes analisado. O segundo capítulo trata do estudo da fonte chanceler e sua classificação, a partir do qual os eixos temáticos, para o confronto com a hipótese sugerida, foram desenvolvidos, além da metodologia para a produção dos mapas temáticos a partir dos Atos régios do monarca. O terceiro capítulo desenvolve a análise dos eixos extraídos das fontes de maneira individualizada, conectada à historiografia pertinente ao tema, na busca pelas conclusões que serão expostas ao término desta análise.

Desta forma, a expectativa desta pesquisa é auxiliar na explicação das razões que levaram Filipe Augusto a ser considerado como um modelo de monarca, de maneira especial para seus sucessores, como exemplo de “rei feudal”. Um rei que se utilizava das mesmas ferramentas que seus antecessores no trato com a terra e com o governo, mas que alterou a percepção de sua dinastia a respeito da função do *Francorum Rex*, de um senhor de terras da monarquia, para um monarca feudal em posição superior aos demais senhores de terras de seu tempo. Para tanto, Filipe utilizou e aperfeiçoou o sistema jurídico vinculado à monarquia através da legislação régia, estratégia que seria cada vez mais utilizada para o fortalecimento das casas reais na cristandade latina.

⁷⁵FLORI, J. **Philippe Auguste: la Nascença de l’Etat monarchique**, 1165-1223, Tallandier, Paris, 2002.

1 FILIPE AUGUSTO E SEU TEMPO

1.1 – SÉCULOS XII e XIII - PERÍODO DE MUDANÇAS

O período histórico compreendido pela segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII revela, através da historiografia relativa aos mais diversos temas⁷⁶, que nos territórios da cristandade latina, de maneira mais específica a região geográfica sob o domínio da monarquia capetíngia, existe uma mudança no pensamento das estruturas políticas e religiosas que não é encontrada nos séculos precedentes, de maneira especial, os séculos X e XI. Embora tal mudança não seja estanque ou restrita a uma cronologia temporal, na medida em que acompanhar as mudanças nas estruturas da sociedade é uma tarefa complexa e não linear, os séculos precedentes gestam as mudanças que ocorreram no período seguinte.

Para que seja possível apreender conceitos sobre o contexto desta sociedade *latina*, é fundamental em primeiro lugar definir o conceito⁷⁷ que diz respeito à denominação desta região de estudo. Este empenho auxilia-nos à evitar erros com imprecisões conceituais e anacrônicas, presentes ao longo de uma historiografia que torna possível relativizar a existência de uma

⁷⁶BOLTON, B. **A Reforma na Idade Média: século XIII**. Lisboa: Edições 70, 1983; FALBEL, N. **Heresias Medievais**. São Paulo: Perspectiva, 1976. CAMPI, J.M. **Atlas de los Cátaros**. Barcelona: Ediciones Península, 1997; VERGER, J. **Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Edusc, 2001, entre outros.

⁷⁷ Para construir uma problemática eficaz — pois, repito-o, é disso que se trata — o melhor método, creio, é partir das palavras, explorar um campo semântico, isto é, o nicho onde se acha refugiado o conceito. Ao tomar este caminho, tenho além disso a impressão de ser fiel ao espírito daqueles eruditos que, à época que escolhi observar, cumpriam uma função análoga à que cumprio, e que em primeiro lugar eram gramáticos, começavam por estudar um vocabulário para aproximar-se do incognoscível, progredindo do mais conhecido ao menos conhecido. DUBY, Georges. (org.) **História da Vida Privada, vol. 2: da Europa Feudal a Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 15.

“Europa Medieval”⁷⁸ em pleno século XII, sendo portanto, imperativo pontuar este conceito dentro dos limites da epistemologia da pesquisa histórica.⁷⁹

Esta pretensa Europa nascente encontra um respaldo mais adequado através de outros enfoques e olhares historiográficos⁸⁰. Suas fronteiras não podem ser encontradas pois para qualquer compreensão satisfatória da questão fronteira neste período, necessitaria de um segundo conjunto de elementos deve ser levado em consideração, compostos por elementos que são intangíveis, mas que no período analisado, parecem mais presentes e determinantes a este sentido de pertencimento, que as fronteiras físicas do reino ou do condado. A religião é um destes elementos.

O cristianismo é uma linguagem conhecida entre aliados e entre adversários neste ambiente e será, em grande medida, o argumento utilizado para legitimar e autorizar conflitos, acordos e alianças⁸¹. Fronteiras possíveis

⁷⁸ HOPPENBROUWERS, Peter e BLOCKMANS. **Introduction of Medieval Europe 300-1550**. Oxon: Routledge, 2007 e 2014 (Segunda Edição). Neste recente manual sobre a História da Idade Média que abrange doze séculos de história em ambientes tão diversos em uma diacronia tão extensa que os resultados são questionáveis. A terceira parte da obra intitulada *The Beginnings of European expansion 1000-1500* bem como o epílogo *The medieval roots of modern culture*, mostram que ainda sob alguns aspectos, a ideia de uma Europa Medieval,

⁷⁹ L'Europe : ce mot semble exprimer un ensemble physique et humain nettement dessiné, avec un contour tracé d'une main sûre et une incontestable personnalité. C'est du moins ce que chacun de nous a appris à l'école, et ce que le général de Gaulle, qui avait le sens de la formule, a résumé dans une définition apparemment irréfutable : « l'Europe de l'Atlantique à l'Oural ». En fait, les choses, comme toujours, sont beaucoup plus compliquées. S'agit-il d'une réalité ou d'une représentation ? Des deux à la fois ? Mais jamais une représentation n'est tout à fait identique à la chose qu'elle est censée exprimer. Les continents sont à la fois « réels » et construits d'une manière plus ou moins subjective. Il y a toujours dans l'élaboration de nos concepts un mélange – fluctuant et dynamique – entre réalités, imaginaire, idéologies... Existe-t-il une Asie ? Comment rassembler, sinon par l'imaginaire, le Japon et l'Arabie, l'Inde et la Sibérie ? Ou une Afrique ? De toute évidence, l'Afrique nord-saharienne présente des caractéristiques géographiques et humaines tout à fait différentes de celles de l'Afrique noire (et plus proches, en fait, de l'Europe méridionale et du Proche-Orient asiatique). BOIA, Lucian. **Les frontières de l'Europe : réalités, imaginaire, idéologies**. In: *Lieux D' Europe Mythes et limites*. Stella Ghervas et François Rosset (dir.) Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2008. p. 101.

⁸⁰ Nos recortes e limites do presente trabalho, utilizamos o conceito de uma cristandade latina utilizando como palco o Mediterrâneo. O centro real dessa postulada latinidade se encontraria justamente no próprio mar Mediterrâneo. O trabalho clássico de Fernand Braudel apresenta o Mediterrâneo como ator histórico mostram estas possibilidades de utilização de objetos e estruturas diferenciadas daquelas que a historiografia tradicional se apropriou. BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1980. Mesmo abraçando um contexto posterior, no século XVI as bases teóricas para sua análise são importantes e mantem sua relevância. Ver também Aguirre ROJAS, Carlos Antonio. **Fernand Braudel e as ciências humanas**. Londrina : Eduel, 2013.

⁸¹ O cristianismo, por sua vez, foi o elemento que possibilitou a articulação entre romanos e germanos, o elemento que ao fazer a síntese daquelas duas sociedades forjou a unidade espiritual, essencial para a civilização medieval.

neste campo imagético diferenciam esta cristandade latina dos infiéis muçulmanos que tomaram o Santo Sepulcro em Jerusalém e dominam grande parte do ambiente peninsular e dos territórios do outro lado do mar mediterrâneo.

Além dos infiéis, outro grupo inserido neste contexto de estabelecimento de fronteiras para além dos territórios desta cristandade latina, são aqueles grupos que, segundo a ótica das lideranças cristãs, não estão em acordo com a ortodoxia estabelecida, tornando-se uma inflexão dentro da concepção aceite de um *corpo* desta cristandade. Esta segunda fronteira separa a cristandade dos hereges e pagãos, mas dificulta esta diferenciação por pertencerem ao mesmo espaço geográfico. Através do desenvolvimento da legislação registrada no interior da monarquia por eruditos que, gradativamente, orbitarão os círculos reais. Essa legislação, baseada no direito canônico, estabelece uma nova fronteira cultural entre os príncipes destas casas e entre os demais senhores de terras, através de uma sacralidade régia vinculada à um passado heroico com o apoio daqueles que detém o controle desta cristandade.

Outro fator que anula a ideia de se legitimar a existência de uma Europa Medieval, considerando o recorte proposto, séculos XI e XII, está na ideia de uniformidade entre as diferentes regiões deste ambiente. Realidades díspares que não podem ser inseridas nos mesmos modelos explicativos, quando muito apenas para que se verifiquem similaridades e distanciamentos do presente objeto de estudo⁸².

Neste sentido, encontramos um amparo mais adequado, para nossa visão deste contexto, nos pesquisadores que mudaram o enfoque de uma tradicional escola historiográfica, voltada ao estudo das instituições políticas e econômicas, voltados por muito tempo à explicação teleológica da história. Para estes, a assim chamada Idade Média seria apenas uma estação, uma pausa entre a Antiguidade Clássica e a *Era Iluminada* do século XVI e XVII⁸³.

⁸² Neste sentido aproveitamos toda a bibliografia utilizada ao longo do curso de pós-graduação voltada para o ambiente da Península Ibérica, em especial ao Reino de Portugal, um dos eixos mais utilizados dentro do Núcleo de Estudos Mediterrâneos (NEMED) do programa de Pós Graduação da UFPR. A utilização deste arcabouço tem o objetivo de destacar os conceitos que circulavam entre as cortes nestes ambientes ao longo do século XIII, sendo mais presente nas duas centúrias subsequentes.

⁸³ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Fernand Braudel e as ciências humanas**. Londrina: Eduel, 2013. Nesta tradução realizada pela Editora da Universidade estadual de Londrina, o autor faz

Procuramos uma nomenclatura adequada para a região de domínio do rei dos francos, que no início do reinado de Filipe era uma faixa de terra ao norte e ao sul de Paris conhecida como Île de France. Uma vez mais esta definição passa pela compreensão histórica que os personagens possuem de si mesmos. A introdução das cartas forais do reinado de Filipe II apresentam indícios a este respeito.

In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen. Philippus Dei gratia Francorum rex [...], anno incarnationis Domini M^oC^oLXXX^o regni nostri anno primo.⁸⁴

Phillipus Dei gratia Francorum rex. Noverint universi presentes et futuri. [...] Actum Parisius, anno Domini M^oCC^o vicesimo tercio, mense januario.

Estes dois extratos da fonte chancelar, o primeiro e o último das fontes, são importantes por mostrarem a apresentação do rei perante os receptores desta documentação. Em ambos, Filipe é retratado como o *Francorum Rex*, título que remete a uma tradição que o rei deseja ser associado. Este talvez, seja um dos pontos que demonstram a busca por um destaque para a dinastia real diante das demais casas senhoriais, como Flandres, Borgonha e Champagne. A manutenção de uma continuidade sucessória, mesmo após a alternância dinástica, contribuiu para a criação de uma imagem real de estabilidade nos domínios dos francos. Esta imagem está associada à abadia de Saint-Denis, centro e núcleo da simbologia real capetíngia. Os ritos de sagração e coroação realizados pelo abade, associados à cripta real onde repousavam, lado a lado, Dagoberto; Pepino, o Breve; o imperador Carlos; e Hugo Capeto. Segundo a discussão de Duby:

uma revisão da vida e da metodologia de Braudel e suas influencias para o desenvolvimento de seu trabalho.

⁸⁴ Os trechos da fonte latina utilizadas neste trabalho serão citadas na versão integral extraída da fonte primária e traduzidas pelo autor em notas de rodapé para orientação dos leitores, deste ponto em diante estas atribuições serão feitas sempre que uma citação latina aparecer no texto.

Em nome da Santíssima e indivisível Trindade, Amém. Filipe, pela graça de Deus rei dos francos. [...], no ano da Encarnação do Senhor 1180, o primeiro do reinado.

Filipe, pela graça de Deus, rei dos Francos. Aquele que sabe tudo sobre o presente e o futuro. [...] Escrito em Paris, no ano do Senhor 1223, em janeiro.

Esta necrópole oferecia a impressionante imagem da continuidade monárquica na sucessão das três dinastias, merovíngia, carolíngia e capetíngia. Mais que em Reims, cidade do batismo e da sagração, o poder real apoia-se nesses túmulos ⁸⁵

O segundo elemento constante na introdução das duas cartas forais está na associação da monarquia franca ao cristianismo oriundo de Roma. Nos últimos anos de seu reinado a sentença “*In nomine sanctae et individuae Trinitatis*”⁸⁶ foi suprimida das últimas cartas forais⁸⁷ do reinado de Filipe Augusto. Esta verificação é bastante sintomática a respeito da simbologia que o monarca adquire e da dinâmica de escrita relacionada à monarquia durante a última década de seu reinado. A confecção desta chancelaria régia sofre uma inflexão importante ao longo de seu reinado de 43 anos. Os responsáveis pela escrita da história dos reis capetos foram os monges de Saint-Denis⁸⁸, incluindo o cronista de Filipe Augusto, denominado Rigord⁸⁹. Sua história através da crônica porém, foi concluída por um segundo autor, Guilherme o Bretão. Independente das razões pelas quais Rigord não pôde concluir seus

⁸⁵ DUBY, G. Op Cit. p. 21

⁸⁶ Si l'invocation cruciforme ou monogrammatique a disparu au cours du XIIe siècle, l'invocation verbale est de règle: In nomine sanctae et individuae Trinitatis. Après la suscription royale, il n'y a point d'adresse. La formule de corroboration fait état de la finalité perpétuelle (souvent : Quod ut perpetuum robur obtineat ou une formule analogue) et elle annonce l'apposition du sceau et du monogramme, appelé karacter. De plus, fréquemment liée à cette clause est, à partir du règne de Philippe Auguste, une formule générale de réserve : salvo jure nostro ou salvo jure alieno, ou les deux. BAUTIER Robert-Henri. **Typologie diplomatique des actes royaux français (XIII^e-XV^e siècles)** In. Diplomatique royale du Moyen Âge XIII-XIV siècles. Disponível em http://elec.enc.sorbonne.fr/cid/cid1991/art_01 acesso em 16/10/2014.

⁸⁷ As primeiras cartas de cunho foral, eram, fundamentalmente, contratos agrários com o objectivo de povoamento, pelo que muitos forais se encontram na base da formação de núcleos populacionais autónomos. As cartas de foral eram concedidas pelo Rei ou por um senhor, laico ou eclesiástico, a uma terra, estabelecendo as normas a seguir pelos habitantes entre si e em relação à entidade outorgante. Trata-se, na realidade, de uma carta de privilégio, e não existem grandes diferenças entre as concedidas pelo rei e as outorgadas pelos senhores, particulares ou eclesiásticos. A atribuição de forais a conselhos, novos ou já existentes, feita pelo Rei, nos séculos XIII e XIV, pressupunha um movimento das próprias populações no sentido de se libertarem das leis e da justiça senhorial. Muitas vezes o foral concedido a uma terra tomava-se como modelo outros, com ou sem alterações, o que justifica a possibilidade de criação de tipologias. Ao longo do século XV, o fortalecimento do poder real e as leis gerais levaram ao declínio das instituições, pelo que os forais perderam a sua anterior importância, ficando reduzidos a simples listas de tributos dos municípios. Disponível no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4185722>. Acesso em 11 de outubro de 2014.

⁸⁸ Suger é amigo do avô de Filipe e o autor da crônica a Luis VI.

⁸⁹ Rigord será analisado de maneira pormenorizada mais adiante.

escritos é interessante verificar que, enquanto o primeiro redigiu sua versão da *Gestes de Philippe Auguste* na Abadia de Saint-Denis, Guilherme acompanhava Filipe nos diversos ambientes e o representava em questões delicadas relacionadas à Roma, como no interdito papal decretado por Inocêncio III quando de seu segundo casamento. A demanda documental exigiu um número cada vez maior de escribas de um clero, digamos, secular, o qual atuava na capela real à disposição do monarca. Este é o ponto que mostra a importância da mudança na introdução das cartas chancelares do governo.

A retirada de elementos que exaltavam os símbolos sagrados do cristianismo medieval como a Santíssima Trindade por exemplo, denotam uma transferência do centro de poder da historiografia medieval neste início de século XIII. Ele passa das ordens monásticas para um clérigo, de uma abadia para o palácio real. Conforme a monarquia se solidifica neste contexto, aos poucos os símbolos de sacralidade são retirados para dar lugar a um ambiente cada vez mais secularizado.

A partir da introdução das cartas chancelares é possível destacar dois elementos a respeito da realidade de Filipe e de seu entorno. O primeiro destaque está na perspectiva de governo da dinastia capetíngia sobre os francos. Assim como seus antecessores, Filipe tem como objetivo a manutenção da dinastia através da sucessão hereditária utilizando os mecanismos da legislação medieval, da guerra e da diplomacia. A “novidade”, se é que podemos assim denominar, está no distanciamento progressivo do monarca dos demais senhores de terras concorrentes a Filipe, através do estabelecimento de uma monarquia feudal. O segundo elemento que nos chama a atenção é um progressivo distanciamento de símbolos de uma sacralidade⁹⁰, embora o próprio conceito de realeza nesta feudalidade⁹¹ medieval esteja vinculado à existência de um corpo sagrado⁹².

⁹⁰ Durante o século XII, vemos acentuar-se aí duas tendências: uma, para laicizar a moral do príncipe; a outra, para promover, segundo os modelos exemplares, a expensas dos valores da “clerezia”, os valores da cavalaria. DUBY, G. **As três Ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 314.

⁹¹ GANSCHOF, F.L. **Qu'est-ce que la féodalité?** Paris. Tallandier, 1982.

⁹² Sobre o tema da sacralidade real, ver: BLOCH, M. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; KANTOROWICZ, E. H. **Os Dois Corpos do Rei. Um Estudo sobre a Teologia Política Medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; LE GOFF,

A monarquia vai adquirindo autonomia perante o papado, na proporção em que a estrutura jurídica e legal institucionaliza-se, e precisa ser atualizada e profissionalizada, devido a demandas jurídicas que aumentam de maneira exponencial, passando de algumas centenas de cartas chancelares, durante o reinado de Filipe Augusto, conforme levantamos durante a pesquisa, para, segundo Bautier, centenas de milhares durante o reinado de Luís IX⁹³.

A primeira observação sobre este “mundo de Filipe Augusto”, a partir das fontes escolhidas, está vinculada a uma mudança na mentalidade desta monarquia capetíngia sobre quem deveriam governar. Uma interessante mudança está na apresentação dos atos chancelares, tendo em vista os dois antecessores do rei a quem as fontes o remetem, Luís VI e Luís VII, que apontam para o alcance e os efeitos de uma cultura da realeza que permeou estes territórios durante pelo menos uma centúria antes do recorte proposto.

Luís VI, apresentava sua chancelaria com a alcunha *Ego Ludovicus Dei gratia Francorum rex*⁹⁴ no início de seu reinado, por volta de 1113. Quase duas décadas depois, a apresentação do rei era a seguinte: *In nomine sanctae et individuae Trinitatis. Ego Ludovicus Dei gracia rex Francorum*.⁹⁵ Seu filho e sucessor, Luis VII, apresenta-se em 1143: *Ludovicus ego, Dei gracia rex Francorum et dux Aquitanorum*⁹⁶. Nos anos finais de seu reinado, a fórmula régia aparece na chancelaria: *in nomine sancte et individue trinitatis, Amen*⁹⁷. *Ludovicus dei gratia francorum rex*⁹⁸. Este tipo de análise das insígnias pode

Jacques. PALAZZO, E. (Orgs). **Le sacre royal à l'époque de Saint Louis**. França: Éditions Gallimard, 2001.

⁹³ C'est que le travail n'avait cessé de croître: de la centaine d'actes par an qui pouvaient être expédiés par la chancellerie au temps de Philippe Auguste, on en était venu à une soixantaine de mille au milieu du XIV^e siècle, à la centaine de milliers sous Louis XI. BAUTIER, R. H. Op. Cit p.12.

⁹⁴ *Eu, Luis com a graça de Deus, rei dos Francos* (Tradução do Autor. Doravante identificado como T.A.)

⁹⁵ *Em nome da Santíssima e indivisível Trindade, eu Luis com a graça de Deus rei dos Francos*. T.A.

⁹⁶ *Eu Luis, com a graça de Deus rei dos Francos e duque da Aquitânia*. N.A.

⁹⁷ *Em nome da Santíssima e indivisível Trindade, eu Luis com a graça de Deus rei dos Francos*. T.A.

⁹⁸ Gasparri Françoise. **Études sur l'écriture de la chancellerie royale française de Louis VI à Philippe Auguste, d'après vingt-cinq actes originaux jusqu'ici inconnus..** In: Bibliothèque de l'école des chartes. 1968, tome 126, livraison 2. pp. 297-331.

ser encontrado dentro de uma historiografia francesa corroborando com nossa abordagem neste trabalho.⁹⁹

A partir das cartas analisadas e de várias outras encontradas, os casos de Luís VI e VII apontam para uma espécie de equilíbrio entre essa monarquia e os demais grandes condes e senhores. Existe uma necessidade de comprovar seu valor para então usar as insígnias de sacralidade: em ambos os casos entre a passagem do “Eu, Luís” (*Ego Ludovicus*) para o *In Nomine Sancte*. etc. existe um espaço de anos, o que não encontramos na chancelaria de Filipe. Conforme esta discussão apresentada, as insígnias sagradas de Filipe sofrem uma inflexão para apenas *Francorum Rex*.

Para além das insígnias jurídicas, os atos do monarca também incorporam símbolos de poder que foram estabelecidos a partir de Luís VI, através de Suger¹⁰⁰, que gestou uma teologia de unidade retomando um ideal de sacralidade real carolíngio. Luís VII passou o reinado buscando cumprir esse ideal, fazendo-se presente em todos os campos desta monarquia. Este fato é percebido através do imenso número de atos régios, nos quais Filipe confirma e renova acordos, tratados e privilégios que seu pai havia estabelecido em seu reinado

In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen. Philippus Dei gratia Francorum rex. Noverint universi presentes pariter et futuri quod karissimus genitor noster bone memorie Ludovicus, in privilegio suo Bertranno abbati Sancti Egidii concessit et confirmavit quicquid dictus abbas in villa Sancti Egidii vel extra in ejus territorio juste possidebat per se vel per alium, vel in posterum acquisiturus erat.¹⁰¹

⁹⁹ Berger Élie. **La formule "rex Francorum et dux Aquitanorum" dans les actes de Louis VII.** In: Bibliothèque de l'école des chartes, 1884, tome 45. pp. 305-313.

¹⁰⁰ Há cem anos Suger já trabalhara para esta captura da herança carolíngia, imaginando reunir em torno da Abadia de Saint-Denis, isto é, da monarquia parisiense, todos os emblemas culturais do Império franco. O dinamismo do progresso econômico, de que a Île de France desfrutava mais que qualquer outra província, estimulava o desenvolvimento de Paris e elevava ao máximo o renome da cidade real, sustentava o edifício assim forjado no plano da ideologia e dos símbolos. DUBY, G. Op.Cit. p. 40-41.

¹⁰¹ SARAMAN. **Op Cit** Ato 1150 Tomo III. p. 248

“Em nome da Santíssima e indivisível Trindade Amém. Filipe com a graça de Deus, Rei dos Francos. Fique conhecido a todos no presente e no futuro que para a boa memória de nosso querido pai, Luis, concedemos e confirmamos os privilégios ao abade de Sant-Guilles, Bertranno no referido território, na cidade de Saint-Guilles possuído de maneira justa por ele próprio ou por algum aliado, no presente ou no futuro.” T.A.

O exemplo acima data de 1210, trinta anos após o início do reinado de Filipe. Assim, estabelece-se o ideal de uma continuidade régia através da dinastia capetíngia, não apenas através da ordem de primogenitura. A canção de Gesta anônima do século XII intitulada *Le couronnement de Louis*¹⁰², apresenta a informação de que a hereditariedade¹⁰³ é incontestável, já em 1137 Esta associação ao império carolíngio formava um elo comum com outras casas importantes deste final de século XII e início do XIII¹⁰⁴. As uniões, através do matrimônio, sempre levaram em conta a questão da ancestralidade, e com uma importância especial neste período, através do cuidado e do interesse em conceber genealogias fidedignas para o rei. É importante manter a associação consanguínea com os antepassados que se deseja vincular¹⁰⁵.

Outro elemento importante está na decisão, que ocorre a partir de Filipe Augusto, de enterrar toda sua parentela na cripta de Saint- Denis. Até então apenas monarcas eram enterrados nesta localidade. Todos estes elementos apontam para uma tomada de consciência de que a dinastia capetíngia, a partir de Filipe tinha uma tarefa maior que aquela que seus antecessores tiveram o cuidado de realizar: a manutenção dos territórios da monarquia.

Uma visão externa à figura do rei se faz importante para continuarmos esta análise da estrutura que foi palco deste reinado. Para isso, utilizamos uma carta chancelar oriunda do condado de Flandres, datado de janeiro de 1211.

Ego Fernandus Comes Flandriae et Hainoniae notum facio universis, quod ego sum homo ligius domini mei, illustris Franciae regis Philippi contra omnes homines et feminas qui pussunt vivere et mori, et juravi eidem quod ego e faciam honum servitium et fidele, Si autem de hono et fideli servitio ei deficerem, , concedo, quod omnes homines mei, tam Barones, quam milites et omnes cominae et communitates villarum et burgi terrae meae contra me sint eidem Domino Regi [...] Actum Parisius anno Domini MCCXI mense Januario die Sancti Vincentii.¹⁰⁶

¹⁰² LANGLOIS, E. (Ed.). **Le couronnement de Louis : chanson de geste du XIIe siècle** (2e éd. rev.) éd. par Ernest Langlois Paris: LIBRAIRIE HONORÉ CHAMPION, 1984.

¹⁰³ DHONDT J. **Élection et hérédité sous les Carolingiens et les premiers Capétiens**. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*. Tome 18 fasc. 4, 1939. pp. 913-953.

¹⁰⁴ WAARD, R.V. **Le Couronnement de Louis et le principe de L'hérédite de la couronne. Neophililigus**. Volume 30, 1945. Pp 52-58.

¹⁰⁵ SELAMI, J. **Lectures du Couronnement de Louis**. Perspectives médiévales, 36 | 2015.

¹⁰⁶ WARNKONIG, **Leopold August. Histoire de la Flandre et de ses Institutions civiles et Politiques**. Bruxelles: Imprimneur de L'Académie, 1835. p. 345.

A partir de um ato chancelar direcionado ao rei Filipe, via conde de Flandres, que lhe presta uma homenagem, jurando fidelidade através de todas as suas posses e de tudo que estiver em seus territórios, é possível destacar alguns elementos para uma melhor aproximação de três instituições, que serão fundamentais para o reinado do rei Capeto: nobreza (*Comes-Barones, Milites*), burguesia (*burgi terrae*) e cidade (*Communitates villarum*).

1.2 - A NOBREZA “FRANCA”¹⁰⁷

Uma caracterização apropriada para nobreza é aquela fornecida por Fátima Regina Fernandes:

O que caracteriza a nobreza é o exercício efetivo ou a capacidade de exercício direto ou indireto de prerrogativas senhoriais e jurisdicionais, julgar, convocar e cobrar tributos. Tais direitos só são, no entanto, exercidos na prática, por quem domina as principais fontes de poder, a proteção do rei e o controle de contingentes bélicos mantidos a partir de vinculações vassálicas pagas com patrimônio e com a intercessão junto ao rei para obtenção de benefícios. Nesta linha podemos definir sociedade política como o conjunto dos indivíduos ou grupos que detenham capacidade efetiva de ação e intervenção política junto à monarquia, interferindo efetivamente na governação¹⁰⁸.

As relações régio-nobiliárquicas neste ambiente que compõe o pequeno domínio dos reis capetos ao centro, Flandres ao norte, Champagne ao leste, Borgonha a sudeste, Normandia a oeste, Aquitânia a sudoeste e Toulouse ao Sul, neste início de século XIII, foram fragmentárias em demasia ao longo de

“Eu Fernando, conde de Flandres e de Hainaut, trago ao conhecimento de todos que eu sou vassalo de meu senhor, o rei dos Francos, Filipe, ilustre, faço saber a todos os homens e mulheres que vivem e morrem, que eu lhe jurei que eu, de minha parte farei o bem do serviço e serei fiel. Eu concedo, que todos os homens do meu povo, os Barões, os soldados e toda a mão que trabalha para mim, e as comunidades de aldeias, digo que estão á disposição do rei e nosso senhor das terras. [...] Ato escrito no ano de Nosso Senhor 1211, em Paris, no mês de São Vicente, janeiro” T.A.

¹⁰⁷ A questão da existência de uma nobreza coeza que se entende como pertencente à monarquia dos francos neste período de análise ainda precisa ser relativizado. Esta construção dinástica ainda está em processo durante o reinado de Filipe II, por esta razão nobreza “franca” entre parênteses no subtítulo.

¹⁰⁸ FERNANDES, F. R. . **A construção do conceito de monarquia medieval**. 2010. (Apresentação de trabalho) Disponível em <http://www.pem.historia.ufrj.br/arquivo/fatimafernandes001.pdf>. Acesso em 20/10/2014

todo o período entre os séculos IX até o início deste século XIII. Em grande parte esta fragmentação se deu pela ausência de poder e influência oriunda da monarquia, além da existência de uma diversidade regional bastante acentuada nestes territórios, que embora tivessem uma distante vinculação ao termo *Francorum*¹⁰⁹, atuavam de maneira autônoma perante o principado.

Os elementos já citados, da elaboração e o aceite de símbolos do poder régio - que atuaram como elementos transmissores de uma cultura aglutinadora ao redor de Paris - não poderiam surtir efeitos por si mesmos. A figura de Filipe Augusto foi o ponto de conexão entre o imaginário, que o processo de sacralização da monarquia lentamente, ao longo de todo o século XII foi sendo estabelecido pelos códigos jurídicos, e uma regência bem sucedida, seja nos campos da legislação, da economia, da política, da guerra e porque não dizer de sua longevidade e longo reinado que permitiram a continuidade de seu reinado por quase meio século.

Esta conexão com a monarquia, funcionou nas localidades em que esta ideia era comum, nos ambientes supracitados, basicamente nas fronteiras com Paris. Na região do Languedoc, esta vinculação não estava estabelecida neste período com a dinastia capetíngia e seria iniciada através de um longo processo de aculturação com regiões mais relacionadas a outras monarquias como a de Aragão, por exemplo. Para auxiliar no entendimento destas diferentes realidades, utilizaremos algumas destas terras senhoriais como exemplos de ambientes com os quais o senhor de Paris teve de lidar durante seu reinado. Importante ressaltar que os elementos que associaremos a estes núcleos territoriais não são estanques ou se restringem a estas localidades. Cada localidade dentro de cada casa senhorial apresenta uma realidade específica

¹⁰⁹ Francos: Um dos principais povos germânicos do Ocidente. Na época das migrações tribais dos séculos IV e V, os francos instalaram-se em dois grupos principais, os sálios, que ficaram a noroeste da fronteira do Reno, incluindo grande parte da Bélgica moderna, e os ripuários, em redor de Colônia, nas terras entre o Mosela e o Reno. Aliados dos romanos durante a maior parte do século V, assumiram o domínio político da Gália sob a liderança do sábio Clóvis I (481-511). Ainda pagãos nessa época, com seus governantes, os merovíngios, afirmando-se descendentes de um deus marinho, os francos passaram pelo que Gibbon chamou uma “conversão oportuna” ao Catolicismo romano (496-506). Essa nova identidade da religião com a população românica da Gália ajudou-os politicamente, em especial na luta contra os visigodos arianos, a quem Clóvis derrotou na batalha de Vouille (507). A preservação de costumes de uma herança dividida favoreceu a grande perturbação política no decorrer dos séculos subsequentes, mas o seu Catolicismo, o crescente interesse mútuo entre bispos e reis, e a preservação de uma reserva agrária e fundiária no nordeste da Gália permitiram aos francos lançar os alicerces do que viria a ser o reino da França. LOYN, H. R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990 p. 330

de acordo com o ator envolvido. Assim, esta divisão proposta tem uma razão didática em poder demonstrar, através das fontes de análise, que as diferenças geográficas e políticas de cada ambiente apresentam elementos distintos nas cartas chancelares.

1.2.1 – O Condado de Flandres e as relações comerciais

É possível perceber que as relações entre monarquia e nobreza não se solidificaram após o reinado de Filipe: o controle do principado sobre Flandres, por exemplo, cresceu até 1300, quando a dinastia capetíngia é derrotada na Batalha de Courtrai em 1302. O tratado de Athis-sur-Orge em 1305¹¹⁰ devolve a independência flamenga impondo encargos econômicos e cedendo territórios à Coroa. Cada condado atuava com autonomia para organizar e buscar a unidade territorial. Em um primeiro momento, quando o foco da pesquisa está inserido apenas no ambiente de atuação do Príncipe, é possível cometer a imprecisão de não perceber que os mesmos fenômenos ocorreram nestes condados estruturados. Neles, observamos a mesma mecânica de alteração do sistema econômico¹¹¹, em grande medida devido ao desenvolvimento citadino que se espalhou pelos condados que circundavam Paris. Com a importância das feiras e do mercado, as cidades tornam-se fundamentais dentro deste contexto. A relação entre o nobre e as cidades, na figura dos conselhos, transforma-se em um intrincado jogo de concessões, no qual o senhor concede benefícios aos habitantes, mas não pode abrir mão de todo o controle e autoridade sobre o território. Cada região terá sua especificidade neste conjunto de concessões.

¹¹⁰ O tratado de Athis-sur-Orge foi um tratado de paz firmado em 23 de junho de 1305 entre Filipe IV da França e Roberto III de Flandres. O tratado foi firmado em Athis-sur-Orge depois da Batalha de Mons-en-Pève. Segundo este pacto, as cidades de Lille, Douai e Béthune seriam incorporadas pela coroa francesa. Como compensação, o reino da França garantia a independência de Flandres.

¹¹¹ Na cristandade latina séculos XII e XIII, o setor de produção é essencialmente agrícola e inscreve-se no contexto de um modo de produção que os marxistas denominaram de feudal e que Georges Duby recentemente propôs chamar de senhorial. Esse modo de produção baseia-se na exploração da terra por camponeses submetidos a um senhor que exerce sobre os súditos da senhoria um conjunto de poderes e direitos da renda feudal que os camponeses lhe entregam, sejam em produtos, seja em dinheiro. LE GOFF, J. **O Apogeu da cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 55-56.

A relação entre o rei e as feiras, na fonte analisada, mostra a importância que esta estrutura apresentava dentro do espectro da monarquia, mostrando-se como mais uma tentativa de gerar um elemento de atuação e controle nos territórios sob influência majoritária do condado de Flandres.

Philippus Dei Gratia Francorum rex. Omnibus mercatoribus Fandrensibus, Pontivi, Viromandensibus et universis mercatoribus ad quos littere presentes pervenerint, salulem.[...] Quod ut vobis ratum habeatur, presens scriptum sigilli nostril auctoritate communimus. Actum anno ab incarnatione Domini M^oC^oLXXX^o IIII^o mense martio¹¹²

Neste ato, Filipe concede a proteção real aos mercadores do Condado de Flandres e dos pequenos condados de Ponthieu e Vermandois, garantindo a paz pelos caminhos, tanto durante a viagem de ida quando no seu retorno da feira de Compiègne, durante a Quaresma de 1185. Este é o mesmo ano da assinatura do tratado de Boves que concedeu a monarquia capetíngia os territórios de Vermandois, Artois e Amiens, todos na região entre Flandres e a Île de France¹¹³.

O crescimento das feiras e mercados está diretamente relacionado com a reestruturação das cidades neste final de século XII e início de XIII. As rotas de comércio eram perigosas, tanto que necessitavam de estímulo senhorial para garantir a segurança dos mercadores. A atividade comercial em Flandres, desde o século X, mantinha sua liderança em contato estreito com a região escandinava: pesquisas da segunda metade do século XX descobriram moedas flamengas na Dinamarca e na Rússia, além de intensas trocas com a Inglaterra. O comércio estimulado pelas feiras gerou um “talento flamengo” para a produção em quantidade para venda na Champagne, onde os tecidos produzidos alcançavam a partir de Genova os rincões mais distantes. Segundo Henri Pirenne¹¹⁴, o aumento da produção de tecidos em Flandres, diminuiu sua

¹¹² BERGER. Op. Cit Ato 135, p.135.

“Com a Graça de Deus, Filipe, Rei dos Francos. A todos os comerciantes de Flandres, Ponthieu e Vermandois e a todos os comerciantes a que estas letras se tornam presentes, saudamos. [...] Desta forma, temos que fortificar completamente com a autoridade de nossa escrita presente no selo real. No mês de Março. Escrito no ano 1185 da encarnação de nosso Senhor” T.A.

¹¹³ PLATELLE, H; CLAUDEL D. **Histoire des Provinces Françaises du Nord**, T. 2. Artois: Westhac Editions, 1989, p.25

¹¹⁴ PIRENNE, H. **História Econômica e Social da Idade Média**. 4ª ed. – São Paulo: Mestre Jou, 1968. p. 43-44

atividade marítima, gerando dependência das grandes feiras e a vinda de mercadores externos para levarem suas mercadorias. Isso demandou investimentos em contingente que melhorasse a segurança das rotas do comércio, estimulando a autorização de mais cidades ao longo destas rotas comerciais. Filipe Augusto concede um salvo conduto¹¹⁵ para os comerciantes e mercadores que participam da feira patrocinada por Paris.

Além de passagem segura pelas rotas de acesso, o rei também oferece diversos benefícios a estes comerciantes, em especial, nas localidades onde estas feiras acontecem. Encontramos uma carta de 1186 que apresenta a concessão de benefícios para os homens deste mesmo destino dos mercadores, um ano antes: Compiègne.

Philippus Dei Gratia Francorum rex. [...] Concedimus etiam communie predictae minas nostras Compendii in perpetuum tenendas pro triginta modis frumenti Parisiensibus annuatim reddendis ad minam Silvanectensem, et novam villam propter viginti modios avene Parisius annuatim solvendo ad minam Silvanectensem, et pro trecentis et viginti caponibus quos reddent singulis annis, ita ut quicquid in nova villa supercreverit, totum burgenses Compendii et Girondi Mesnilii propter ducentas et sexaginta libras cere et totidem gallinas nobis annuatim reddendas. [...]¹¹⁶

Nesta carta, o rei concede privilégios para este grupo cidadão vinculado ao comércio das feiras. Interessante perceber que enquanto a nobreza incentiva e concede privilégios a este grupo de mercadores ou comerciantes, o clero continua com uma pregação contrária. Como afirmou Aron Já Gueveric: *O contraditório da posição do mercador medieval é posto em evidência perfeitamente na pregação dos irmãos mendicantes*¹¹⁷. Neste sentido, a disputa nas cidades, entre burgueses e clero secular, será constante. As cartas que

¹¹⁵ Há, inicialmente, os salvo-condutos concedidos em toda a extensão das terras condaís. Em seguida, a isenção de todas as taxas servis sobre os terrenos onde se construíram alojamentos e estabelecimentos comerciais. Os burgueses foram, isentados das talhas e dos foros em troca de taxas fixas resgatáveis. Os terrádegos e as banalidades foram abolidos ou limitados consideravelmente. Esses mercadores não estavam sujeitos nem aos direitos de represailles e de Marque, nem ao direito de aubaine e de épave. Os condes, sobretudo, asseguravam o policiamento das feiras, controlavam a legalidade e a honestidade das transações, garantiam as operações comerciais e financeiras. LE GOFF, J. **Mercadores e Banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 15-16.

¹¹⁶ BERGER. Op. Cit, Ato 168, p. 201.

¹¹⁷ GUEREVIC, A J. El Mercador. In: LE GOFF J. **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989. p. 259.

atendem aos pedidos, oriundos das cidades para mediação de conflitos, serão abundantes na chancelaria de Filipe, na mesma proporção de concessões ao clero, das cidades que recebem concessões para esta burguesia.

Philippus Dei gratia Francorum rex. Noverint universi ad quos littere iste pervenerint quoniam fratribus de Vaucellis, intuitu Dei, concessimus ut, nete Compendii in transverso nostro quod fuit Agathe de Petrafonte, neque in terra nostra Viromandesii, de rebus que ad proprios usus dictorum fratrum pertineant, sicut de vino, ferro, oleo, clavis, sepo, unguento, mulas dent nobis consuetudines, quod utique. Et comes Radulphus Viromandie et Agatha predictis fratribus ante nos concesserat. Quod ut ratum sit, presentem cartam sigilli nostri auctoritate confirmamus. Actum anno ab incarnatione Domini M^oC^oLXXX^o.Sexto, mense decembri.¹¹⁸

Em contrapartida aos religiosos das redondezas, na mesma cidade de Compiègne, o rei libera o pagamento de taxas de trânsito de mercadorias, produzidas pelos religiosos de Vaucelles em suas terras (*Fratribus de Vaucelles*). As concessões são tão importantes durante o reinado de Filipe Augusto que trataremos delas em um momento específico da pesquisa.

1.2.2 O Ducado da Borgonha e os conflitos com a monarquia

A Borgonha partilha de uma origem carolíngia semelhante as demais casas do norte. Com o diferencial de que, após a desintegração do império Carolíngio no século IX, a Borgonha foi dividida em duas partes: o Reino da Borgonha, que no século XI passa para as mãos imperiais e, no tempo de Filipe Augusto, fica conhecido como condado da Borgonha, e o ducado da Borgonha governado por um ramo secundário da dinastia capetíngia até meados do século XIV. A Borgonha tinha a importante função de ser uma fronteira entre a monarquia franca e os territórios que formariam a Itália. Os duques da Borgonha buscavam no século XIII o auxílio dos ingleses para evitar a dominação franca. Um conflito interno entre Hugo III, duque da Borgonha e seu vassalo Hugo de Vergy ofereceria a oportunidade que o rei aguardava para agir nos territórios borgonheses. Baseado no suposto pedido de ajuda oriundo do clero, que solicita o auxílio do monarca, Filipe parte para os territórios em conflito para

¹¹⁸ BERGER. Op Cit. Ato 199, p. 241.

proteger a Igreja. Este evento apresenta respaldo nas duas fontes principais de nossa pesquisa, *A Crônica* e os *Atos Régios*. No relato cronístico, Rigord descreve Filipe como o campeão da cristandade, quando recebe os enviados dos bispos e abades sobre o que está acontecendo nos territórios da Borgonha:

Post hec, brevi temporis elapso curriculo, ab episcopis et abbatibus et aliis viris religiosis totius Burgundie missi sunt nuncii ad christianissimum Francorum regem Philippum Augustum, de jamdicto Hugone, duce Burgundie, in multis conquerentes et a rege justitiam exigentes.¹¹⁹

O fragmento deixa claro uma das funções do rei dentro da estrutura da monarquia feudal proposta: o rei garante a paz e executa a justiça divina (*rege justitiam exigentes*). Esta atribuição está de acordo com os escritos de Suger, que declarou

É dever dos reis reprimir com suas poderosas mãos, e pelo direito originário de seu ofício, a audácia de tiranos que dilaceram o Estado com guerras sem fim, que se comprazem em saquear, em desolar os pobres, em destruir igrejas¹²⁰.

O cronista continua seu relato com uma interessante analogia:

Antiquitus enim pissimi reges Francorum, zelo christiane fidei inflammati, ut Karolus et ejus successores, expulsis Sarracenis christiane fidei inimicis, et cum multo sudore et labore in pace régnantes, ecclesias seu nionasteria plurima in honore Domini nostri Jesu Christi et béate Dei genitricis et virginis Marie et omnium sanctorum propriis manibus fundaverunt,¹²¹

Um artifício literário muito utilizado pelo cronista será o de recorrer a um passado heroico, associando Filipe a uma mística ancestral de campeões do cristianismo. Neste fragmento, a associação entre o duque da Borgonha com os sarracenos revela a importância que estes documentos possuem neste

¹¹⁹ DELABORDE, H. F. **Oeuvres de Rigord et Guillaume Le Breton. Historiens de Philippe-Auguste.** Tome Premier Chroniques de Rigord et de Guillaume Le Breton. Paris: Librairie Renouard, 1852 p.49-50.

“Depois disso, em um curto espaço de tempo, por bispos e abades e outros homens religiosos de toda a Borgonha enviou os mensageiros que voltaram com o rei dos Francos, Filipe Augusto, o mais cristão contrário a Hugo, líder da Borgonha, sob o qual houve muita reclamação e o rei requer justiça.” T.A.

¹²⁰ DUBY, G. Op Cit, p.106.

¹²¹ DELABORDE, H. F. Op Cit, p. 50.

período como instrumentos de legitimação. O contexto histórico influencia a construção de um discurso legitimador em favor do monarca.

Por outro lado, nas cartas chancelares, o confronto entre o rei e o ducado da Borgonha também estará presente, desde o início de seu reinado, através do mesmo princípio de socorrer igrejas oprimidas nas terras de Vienne, inseridas nos domínios borgonheses.

In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen. Philippus Dei gratia Francorum rex. Ad querimonias ecclesiarum contra earum impugnatores, in multa regni copia, Burgundiam intravimus ut que malefactorum injuris opprimebantur nostro levarentur auxilio et firmam ecclesiis pacem restitueremus.¹²²

A construção cultural do discurso legitimatório a respeito da monarquia mostra-se presente desde o primeiro ano de reinado de Filipe, sendo aprimorada e refinada ao longo de seu governo. A presença desde 1180, demonstra que o projeto de Filipe não é um projeto pessoal, mas sim a continuidade de um grande projeto dinástico, iniciado por seus antecessores, e por seus preceptores no início do reinado do jovem rei. De maneira especial, o arcabouço teórico que concebeu as bases culturais para a autoridade monárquica, através de Suger, vinculando o rei do presente aos heróis de um passado lendário das origens da dinastia. Filipe aproveitará a efervescência da atividade escrita, em razão direta ao aumento progressivo da autoridade régia, segundo Duby¹²³. A política territorial do rei estará ligada à concessão de benefícios, em grande parte ao clero e à burguesia inserida nas cidades.

¹²² BERGER. Op Cit, p. 11.

“Em nome da Santa e indivisível Trindade, Amém. Pela graça de Deus, Filipe, Rei dos Francos. As igrejas apresentam queixas contra os seus adversários, com grande parte de Borgonha, que também servem como criminosos, que atacam fazendas.” T.A.

¹²³ DUBY, G. Op Cit, p. 22.

1.3 A CIDADE E SEUS HABITANTES

O controle real sobre as cidades será estabelecido a partir dos códigos existentes que serão adaptados para esta realidade. Eles englobam os laços de vassalagem entre os territórios senhoriais, para tanto haverá uma adaptação dos compromissos, deveres e direitos do código jurídico feudal para o contexto citadino.

Estas relações são complexas e novas pesquisas atualizam a historiografia sobre o tema¹²⁴. De maneira geral, as obrigações chamadas de *Ação* por José-Manuel Pérez-Prendes consistiam no serviço, conselho e auxílio. Com a estruturação dos mecanismos senhoriais, a vassalagem passou a ser uma atividade desenvolvida e especializada. Especialmente, relacionada com o auxílio na guerra através do *Servitium*. A arte da guerra apresenta uma dinâmica própria e uma identidade, justamente, por ser uma referência inequívoca do feudo. Entre elas, estão atividades de guarnição e campanha: as expedições ou *Hostis, hueste*. Para as demais atividades militares, fundamentais para a manutenção de conquistas, proteção de castelos e estruturas do feudo, exige-se um contingente cada vez maior de soldados disponíveis para atender a demanda crescente de conflitos.

Para outras atividades importantes para o funcionamento desta estrutura, o nome *auxilium* é aquele que melhor representa estas funções, visto ser um termo genérico que engloba diversas funções importantes para a vida do feudo e manutenção das *milites* neste sistema. Com a estruturação do século XII, o *auxilium* também foi especializando-se para funções administrativas, legislativas e jurídicas. O terceiro e último elemento proposto nesta relação, que deveria ser prestada pelos vassalos do senhor ou do rei, é o conselho. Vinculado à obediência aos chamados do senhor quando este tivesse a necessidade dos serviços do vassalo.

Em contrapartida ao serviço prestado, as obrigações do senhor estão na proteção, no estabelecimento e na manutenção dos territórios de seus vassalos. A proteção está relacionada com utilizar os mecanismos jurídicos existentes contra os inimigos do vassalo, o estabelecimento, os códigos que originam estes territórios dentro da perspectiva territorial, de acordo com o nível

¹²⁴ PÉREZ-PRENDES, J. M. **Instituciones Medievales**. Madrid: Editorial Sintesis, 2011. O autor trata das relações tratadas pelas instituições medievais sob uma perspectiva teórica.

de benefícios acertados e a concessão, em “manter o vassalo” de maneira a poder realizar suas obrigações com relação ao senhor.

Apresentamos esta rápida definição de alguns elementos dos tradicionais vínculos feudo vassálicos para mostrar que eles serão adaptados e transferidos para o relacionamento senhorial com aos conselhos citadinos, no qual a documentação mostra o interesse nas concessões régias a este grupo de maneira especial. Esta cidade medieval, de maneira geral é reestabelecida, erguida a partir das ruínas de uma cidade anterior, do período romano ou do período posterior. Nas palavras de Le Goff: *A história muda, mas faz-se quase sempre no mesmo local. Daí as ilusões de continuidade*¹²⁵. Esta cidade tem uma memória, um acesso ao seu passado, através de seus símbolos, monumentos e lugares que contam esta história.

Por fim, esta cidade medieval possui três estruturas fundadoras básicas, das quais a maioria foi concedida entre o final do século XII e início do XIII. A primeira origem mais comum para esta cidade é proveniente daquela edificada sobre as ruínas de um cidade do período romano ou posterior. A segunda origem citadina mais comum, é aquela que cresce a partir de uma estrutura precedente que deu origem a ela como um castelo ou mosteiro. Por fim, o terceiro modelo fundador para as cidades medievais são as *bastides*, ou cidades novas. Georges Dumézil traçou três funções para esta cidade medieval: a função religiosa, a função econômica e a função política¹²⁶. A primeira questão sobre este desenvolvimento das cidades está na relação tensa entre o *dominus* e o conselho local, em especial no que concerne ao clero¹²⁷. O rei precisava estabelecer alianças, acordos e possuir habilidade diplomática para oferecer concessões para a cidade nascente, oferecendo certas

¹²⁵ LE GOFF, J. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 32.

¹²⁶ MAURICE, L. Georges Dumézil, Les dieux des Indo-Européens. In: **L'antiquité classique**, Tome 22, fasc. 2, 1953. p. 531.

¹²⁷ Lembremos, em primeiro lugar, que as cidades permanecem no domínio de um ou vários senhores, conde, duque ou visconde, bispo, arcebispo ou abade, e o rei, imediatamente no domínio monárquico que aumenta consideravelmente durante o período (séculos XII E XII), e em toda parte, em virtude de seu direito eminente. Esses senhores abandonam parte de seus direitos às comunidades urbanas ascendentes, realizam partilhas, acordos, mas conservam seus direitos de alta justiça, a cobrança de certas obrigações e, na teoria ou na prática, a comunidade urbana não pode em muitos casos decidir e agir sem o consentimento deles. Os mais reticentes são, cumpre lembrá-lo, os senhores eclesiásticos, e às vezes estes conseguem, por outro lado, no começo do nosso período, obter de seu co-senhor ou do rei um aumento de seus poderes sobre a cidade. LE GOFF, J. Op. Cit. p. 79.

liberdades que se fizessem vantajosas a estes grupos, em especial benefícios na administração local e diminuição nas taxas e cobranças. Por outro lado, o rei precisava conceder benefícios para o clero secular, o mais reticente com o crescimento desta burguesia, devido a estrutura conceitual com as três ordens desta sociedade, fato que gerava um imaginário medieval¹²⁸, em que este grupo não estava representado. Além disso, toda a teologia contrária à usura e os questionamentos envolvendo o trabalho monetário geravam instabilidades entre os dois grupos no ambiente citadino onde ambos circulavam¹²⁹. A carta de Filipe datada do final de seu reinado mostra a concessão de partes de Paris para o bispo Guilherme.

[...]Noverint universi presentes pariter et futuri quod hec est forma pacis facte inter nos ex una parte, et Guillelmum episcopum, G. decanum et capitulum Parisiense, ex altera. Volumus et concedimus ut episcopus parisiensis et sucessores sui Parisienses, episcopi habeant apud Parisius unum draparium, unum cordubanarium, unum ferronem pro fabro et ferrone, unum aurifabrum, unum carnificem in Paraviso, unum capentarium, unum circularium, unum bolengarium, unum clausarium, unum pelliparium, unum tannatorem, unum speciarium, unum cementarium, unum barbarium et unum sellarium, gaudentes libertate quam ministeriales episcoporum hactenus habuerunt, et unum prepositum qui eamdem habedit libertatem, quamdiu erit prepositus episcopi. Clamatores etiam et mensuras vini habemus in locis predi. De mensuris bladi sic erit, quod eas talliari faciet prepositus noster Parisiensis, in quarum custis et expensis ponet episcopus Parisiensis tertiam partem, et habebit serviens episcopi sine contractione mensuras illas in sua septimana. [...]¹³⁰

¹²⁸ DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

¹²⁹ Lo contradictorio de la posición del mercader medieval es puesto em evidencia perfectamente em la predicación de los Hermanos mendicantes. Por outro lado, el prestigio social de los mercadores es bastante modesto. El rico despierta envidia y malevolência, su honestidade y consciência inspiram serias dudas. Em general, el mercader era considerado, según um historiador contemporâneo, como um “paria” de la sociedade medieval. In: GUEREVIC, A. Op Cit. pp. 258-259.

¹³⁰ SARAMAN, Op Cit., pp. 489-490.

Seja conhecido de todos agora no presente e no futuro que esta é a forma do acordo de paz que se fez entre nós por um lado, e o bispo Guilherme, o Deão e o Capítulo de Paris, por outro. Concedemos ao bispo de Paris e aos seus sucessores, (descrição dos benefícios e concessões), a alegria e liberdade do para suas atividades ministeriais, o reitor é também um dos frutos dessa mesma liberdade, enquanto o guardião dos Bispos. Além de medidas de vinho, temos nós também os locais de Clamatores. Sobre as medidas de milho, assim será, que possam ser tributados, faremos o nosso reitor de Paris, em um dos quais um terço dos custos e despesas que ele vai fazer o bispo de Paris, e deve ter servido a Deus com os seus próprios bispos sem a contração de calculá-las com uma semana[...] T.A.

O documento é bastante extenso, os fragmentos citados mostram um pouco do cuidado do rei em atender as demandas e reclamações do clero secular de Paris, concedendo parte de sua autoridade para satisfazê-los. Este atendimento ao clero das cidades apresenta outro pilar para o estabelecimento de Filipe nos territórios diversos. Através do apoio a concessão de cartas de autorização para cidades e do apoio ao clero secular de cidades sobre a influência de outras casas senhoriais, obteve além do apoio, que era o desejado, algo muito mais sutil e que daria o resultado nos reinados de seus sucessores. A circulação destes documentos, os pedidos para resolução de conflitos, as campanhas militares na Borgonha, Normandia e para Toulouse e Languedoc, disseminou uma mentalidade, um imaginário, uma conduta. Quando Luís VIII partiu para as campanhas da Cruzada Albigense e de maneira especial, São Luís, o caminho aberto por Filipe Augusto permitiu a conquista e uma vinculação destes territórios em torno de Paris.

A cidade não é apenas uma estrutura física, mas também imaterial. O desenvolvimento do comércio dentro de seus muros quebrou o ciclo de uma educação com fins de formar corpo para a Igreja, demandando novos conceitos para esta educação. Com o avanço da escrita e o aprimoramento das instituições medievais, as cortes precisavam estar servidas de juristas e conselheiros letrados para preparar todo o arcabouço teórico dos acordos a serem firmados. Essas pessoas já não estavam nos mosteiros, mas na capela real.

Além desta função intelectual, a cidade apresenta uma função cultural. As igrejas, os monumentos, a disposição das ruas. Cada item representa um símbolo de poder e autoridade. Isso se dá nas igrejas, nos castelos, nas muralhas e pode ser visto até mesmo na pavimentação das ruas de Paris, como Rigord aponta em sua Gesta,

Factum est autem post aliquot dies quod Philippus rex semper Augustus Parisius aliquantulam moram faciens, dum sollicitus pro negotiis regni agendis in aulam regiam deambulet, veniens ad palatii fenestras, unde fluvium Sequane pro recreatione animi quandoque inspicere consueverat, rhede equis trahentibus per civitatem transeuntes fetores intolerabiles lutum revolvendo procreaverunt, quos rex in aula deambulans ferre non sustinens, arduum opus sed valde necessarium excogitavit, quod omnes predecessores sui ex nimia gravitate et operis impensa aggredi non presumpserant. Convocatis autem burgensibus cum proposito ipsius civitatis, regia auctoritate precepit quod omnes vici et vie totius civitatis Parisii duris et fortibus lapidibus sternerentur. Ad hoc

enim christianissimus Rex Conabatur quod nomen antiquum auferret civitati.¹³¹

Neste fragmento da Crônica, vemos Filipe Augusto preocupado com a lama e o mau cheiro das ruas no entorno de seu Palácio e requisita dos burgueses e do seu preboste que pavimentem as ruas da cidade com grandes pedras (*Duris et fortibus lapidibus*). A questão de urbanismo encontrada na Crônica, neste medieval francês, está baseada, segundo Le Goff em quatro pilares: Limpeza, segurança, regularidade e a beleza¹³².

Por fim, é importante apresentar um breve panorama sobre estas pessoas que compunham estas cidades, para não incorrer no erro de pensarmos que as cidades eram núcleos burgueses nos territórios da nobreza tradicional. Esta verificação deve passar pelo crivo tanto do espaço quanto do tempo para nos aproximar de uma imagem desta cidade medieval. Nos limites dos territórios de uma futura França, existem entre diversas subdivisões territoriais, duas grandes distinções no espaço de um século a partir de 1150. Neste período, existe uma forte participação desta mesma nobreza na afirmação, concessão e autorização destes municípios. O espaço para isto é a região meridional, composta pelos senhorios da região norte da atual França. Na segunda metade do século XIII, esta mesma nobreza passará a fazer oposição às cidades, a partir da grande importância que elas desenvolvem ao longo deste século de crescimento.

É possível perceber, já dentro do espaço do recorte de nossa pesquisa, durante o reinado de Filipe Augusto, após 1211, que os atos de fundação e autorização de cidades praticamente desaparecem, em pleno andamento da Cruzada Albigense, demonstrando que a força propulsora das

¹³¹ DELABORDE, H. F. Op Cit., p. 54.

“E sucedeu que, depois de muitos dias, que Felipe Augusto, o rei em Paris estava um pouco atrasado ao fazê-lo, para os assuntos do reino. Assim que ele cuidadosamente entrou no salão do palácio, quando ele veio para as janelas do palácio, de onde o rio Sena, estava acostumado a olhar para a recriação da mente, às vezes, odores intoleráveis que passam pela cidade de cavalos, os indivíduos podem remar um a argila é rolou, deu à luz, Ele ordenou como rei, um trabalho árduo, mas muito necessário que funcionou, e que todos os seus predecessores devem ter presumido como algo muito agressivo, talvez por causa do excesso de dificuldade e custo da obra. Convocou os burgueses da própria cidade, a residência real pela autoridade de toda a cidade, ele ordenou que todos os parisienses, trouxessem pedras duras e fortes do grande e poderoso exército para se espalhar. Para fazer isso, o rei cristão as tiraria da estrada da cidade antiga.” T.A.

¹³² LE GOFF, Op Cit., p. 214

idades como instrumentos da monarquia estava se esgotando. Ao consideramos a região ao sul deste eixo meridional, com todas as suas especificidades, evidenciamos uma ausência da presença física, por que não dizer política, desta nobreza. Existe a presença de cavaleiros nas cidades, conforme descreve Jean-Pierre Poly¹³³. A presença desta nobreza nas cidades será um traço importante, um elemento de diferenciação entre estas regiões norte e o sul, segundo Le Goff¹³⁴, na medida em que a região do Languedoc não possui as prerrogativas similares à nobreza do norte.

No tocante à relação entre municípios e partes da igreja, alguns pesquisadores como Petit-Dutaillis, citam que existia “ódio”¹³⁵ por parte dos clérigos com relação às cidades e este conceito deve ser relativizado. Em primeiro lugar um importante braço da Igreja neste período serão as ordens mendicantes que encontram nas cidades o palco ideal para o seu desenvolvimento. Interessante que Le Goff em sua obra “A Civilização do Ocidente Medieval” descreve a importância econômica que a Igreja desenvolveu de maneira especial no investimento em construção cidadina a partir do ano Mil. No período anterior, a Igreja havia gerado o que o autor chama de fase de “entesouramento”, a necessidade de investir em construir símbolos de poder papal e episcopal, através da perseguição da ideia de reconstruir a Casa de Deus¹³⁶. Com a demanda por recursos, os judeus e mercadores não foram suficientes como “instituições de crédito”, sendo este papel complementado pelos mosteiros, conforme Robert Génestal demonstrou em seu estudo sobre o assunto¹³⁷.

¹³³ JULIEN, D.; BOURNAZEL, E.; POLY, J.P.(dir.). Les féodalités. In: **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 2002, vol. 57, n° 5, pp. 1209-1212.

¹³⁴ LE GOFF, J. Op Cit. p. 155.

¹³⁵ PETIT-DUTAILLIS, C. **Los Municipios Franceses. Caracteres y Evolucion desde los Origenes hasta el siglo XVIII**. Mexico: Union Tipográfica Editorial Hispano Americana, 1959, p.68.

¹³⁶ LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. p.116.

¹³⁷ GÉNESTAL, R. **Rôle des monastères come Etablissements de credit. Étudie em Normandie du XI^o a la fin du XIII Siècle**. Paris: Libraire Nouvelle droit et de jurisprudence, 1901. DEMADE, J.; BOURNAZEL, E.; POLY, J.P (dir.) Les féodalités . In: **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 2002, vol. 57, n° 5, pp. 1209-1212.

1.4 O LANGUEDOC E O CATARISMO

Procuramos abordar a região sul do reino francês, conhecida como Languedoc e Midi, pois esta localidade será o palco de nossa observação mais profunda: um dos objetivos fundamentais de nosso estudo é perceber como a política de concessão de cidades de Filipe Augusto comporta-se nestes locais. Os resultados dos levantamentos dos atos régios mostraram que a atenção do monarca não estava voltada para esta região, pois as políticas de estabelecimento do domínio monárquico nestas regiões não foi efetivo e não conseguiu permanecer nos locais onde as concessões oriundas dos espólios da Cruzada Albigense foram direcionadas aos aliados do rei.

Neste início de século XIII, a região do Languedoc consiste no Condado de Toulouse, Provence, Carcassonne e outros pequenos condados. Para determinar o que é esta região sul, utilizamos a definição de Georges Duby:

Em 1214 eles não tinham alcançado o sul do reino da França. Um sul que começa bem perto de Paris, já que se pode penetrá-lo depois de atravessar Tours, Órleans e Chalon-sur-Saône, Essa imensa região, onde nasceram as noções de paz e de trégua de Deus, que conheciam as primeiras manifestações da chamada reforma gregoriana, que os papas percorreram pessoalmente e onde sua influência era maior que em todos os outros lugares, que tinham sua maneira particular de situar a fronteira e de estabelecer as relações entre o sagrado e o profano - o que explica o fato de ter sido o berço do amor cortês e de ter-se mostrado tão acolhedora à seita cátara.¹³⁸

As diferenças culturais com o norte são bastante acentuadas sendo a língua uma das principais. O próprio conceito de Languedoc é uma contração de langue d'oc que significa a língua do sul. O vínculo da língua desta região estava muito mais conectado com Aragão que com Paris. Estas diferenças permitiram o nascimento e desenvolvimento das poesias provençais e de conceitos relacionados à vida cotidiana¹³⁹. Esta maior abertura de cunho cultural nestas localidades possibilitou a entrada dos primeiros pregadores do

¹³⁸ DUBY, G. Op Cit, p.106.

¹³⁹ Enquanto no Loire e no Reno os nobres ainda se entusiasmavam com épicos falando de vísceras que gotejavam da espada de Carlos Magno, seus equivalentes no ensolarado sul estavam aprendendo a conhecer outros caminhos. O ethos da Ânsia de amorosa, em contraste com o misto de pilhagem e piedade que passava por comportamento comum em todas as outras regiões, deu ao pensamento do Languedoc uma conformação diferente. O'SHEA, S. Op. Cit. p. 36.

catarismo. A partir do afrouxamento dos instrumentos de controle das instituições sobre estas localidades, aliado com uma cultura de maior abertura, o terreno para a simpatia do catarismo perante os senhores do sul estaria preparado.

No campo religioso, é possível perceber uma mudança que não encontra paralelo nem nos séculos X e XI¹⁴⁰, nem tão pouco nos séculos que sucedem este período¹⁴¹. Neste sentido, para que seja possível entender de maneira mais clara o papel da instituição eclesiástica no território francês, é necessário verificar algumas destas mudanças religiosas. A primeira delas, as heresias, embora não seja um fenômeno considerado novo¹⁴², apresenta neste período uma incidência sem precedentes, levando tanto o papado quanto a monarquia à ação efetiva, modificando assim os objetivos originais do fenômeno conhecido como Cruzada¹⁴³.

O período compreendido entre os séculos XII e XIII recebeu a nomenclatura de *séculos heréticos* pela historiografia tradicional a respeito do tema¹⁴⁴. O incremento na incidência de heresias no seio da cristandade europeia neste período em especial, encontra respaldo no contexto de mudanças que ocorrem no continente europeu, sejam nas estruturas sociais, religiosas ou mesmo nas relações de poder entre a Igreja e diversos reis do período como Ricardo Coração de Leão, João Sem Terra, Frederico Barba Ruiva e Filipe Augusto¹⁴⁵.

¹⁴⁰ BLOCH, M. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

¹⁴¹ *Desde el tiempo em que el misticismo lírico y dulcemente doloroso de Bernardo de Claraval, había introducido en el siglo XII la fuga de la emoción florida por la Pasión de Cristo, habíase ido llenando el espíritu, em medida siempre creciente, de uma rendida compassión por los dolores del Salvador; había llegado a estar totalmente penetrado, saturado de Cristo y la cruz.* In: HUIZINGA, J. **El outono de la Edad Media**. Madrid: Revista de Occidente, 1930.p. 66.

¹⁴² *As heresias estão catalogadas desde o fim do século II, a lista estereotipada alongou-se e a Idade Média conheceu-a por intermédio de Santo Agostinho (De heresibus, começo do século V: 88 heresias) e do resumo de Isidoro de Sevilha (Etimologias, século VII: 70 heresias).* ZERNER, Monique – Heresia. In. LE GOFF, J; SCHMITT, J.C (Orgs.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002, pp. 503.

¹⁴³ Cf. MEDEIROS, E.L Simon de Montfort e a figura do Vassalo Perfeito na obra Histoire Albigeoise de Pierre dês Vaux de Cernay. **Trabalho Monográfico**. Curitiba, UFPR, 2006.

¹⁴⁴ FALBEL, N. **Heresias Medievais**. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 13.

¹⁴⁵ LUCHAIRE, A. **Innocent III Les royautés vassales du Saint-Siege**. Librairie Hachette Et C., Paris, 1908.

No tocante às heresias, é possível perceber que este fenômeno se interpõe como uma tentativa de apontar erros e desvios da instituição eclesiástica e da gradativa intervenção da Igreja no poder secular em detrimento de sua missão espiritual. A historiografia brasileira recente tem atentado para a importância em analisar um fenômeno desta magnitude em profundidade¹⁴⁶. A legitimação destes desvios pode ser encontrada na especificidade das mudanças que o continente apresentou durante os séculos XII e XIII. Estas mudanças atingiram todos os níveis da sociedade medieval¹⁴⁷, através do crescimento demográfico, que segundo Le Goff, duplicou entre o final do século X e o início do XIV¹⁴⁸. Outro fator que auxilia como mais um exemplo deste contexto, foi a intensificação na cunhagem de moedas neste período¹⁴⁹.

Para tentar explicar a força motriz que impulsionou este desenvolvimento europeu, a historiografia apresenta pontos distintos. Maurice Lombard busca sua explicação no contato entre o Ocidente e o mundo muçulmano, que gerou a necessidade de produzir matérias-primas para atender cidades como Córdoba, Damasco e Bagdá¹⁵⁰. Para Lynn White, por outro lado, este desenvolvimento se deve aos progressos técnicos desenvolvidos pelos próprios europeus¹⁵¹. Independente do motor deste processo econômico é necessário ressaltar o impacto que este fenômeno causou no seio da cristandade e em seu corpo eclesiástico, que até meados do século XII, estava

¹⁴⁶THOMÉ, L. M. S. **Da ortodoxia à heresia: os valdenses (1170-1215). Dissertação de Mestrado.** Curitiba, UFPR, 2004.

¹⁴⁷*Vários factores han incidido em ello: las guerras internas, la de los señores feudales, prácticamente han terminado: los condados, los ducados, han sido ya establecidos. Ahora solo guerrearán reyes contra reyes; se trata de guerras localizadas que causan estragos em sítios concretos, pero de lãs que pediam al margen la mayor parte de los tyerritorios. Todo ello há permitido el incremento demográfico: se habían hecho avances com la natalidad y la esperanza de vida sobrepasa el limite de los 30 años. El bosque há sido artigado, se cultivam nuevas tierras y la ganaderería se incrementa. Hay una expansión Del médio rural, pero también de lãs villas y de los burgos, com una incipiente industria, la têxtil, que experimenta um mayor intercâmbio comercial; los templários, los hospitalários han organizado la banca. Occitânia aporta a todo ello el hecho cultural: trovadores y cortess de amor serían signos renovadores.* In: CAMPI, J. Mestre. **Atlas de los Cátaros.** Barcelona: Ediciones Península, 1997, p. 6

¹⁴⁸ LE GOFF, J. **O Ocidente Medieval** Lisboa. Editorial Estampa, 1983, p.298

¹⁴⁹*E, por fim, o renascimento monetário do século XIII deslumbrou os historiadores, principalmente, com o regresso à cunhagem de moedas de ouro.* In: LE GOFF, J. Op.Cit. p.302

¹⁵⁰LOMBARD, M. **The Golden Age of Islam,** Markus Wiener, Princeton, 1971

¹⁵¹ WHITE, L. **Medieval Technology and Social Change.** Oxford University, London, 1964

representado pelas ordens monásticas, que experimentaram grande desenvolvimento, em especial, as ordens de Cister e Cluny.

O século XIII mostra uma inflexão no clero regular com o surgimento das chamadas ordens mendicantes, devido a uma transformação gerada em função do desenvolvimento das cidades que proporcionou uma realidade citadina e, por consequência, um público para estes pregadores nas aglomerações e ajuntamentos das feiras, das muralhas. Com isso, os religiosos iniciam um processo de pregação pública, buscando um retorno à simplicidade da pregação apostólica. Dois exemplos destas novas ordens são os dominicanos e os franciscanos¹⁵², sendo que os fundadores de cada uma delas estiveram em contato direto tanto com Paris quanto com o Languedoc.¹⁵³ Além das ordens monásticas, o clero secular também sofreu mudanças estruturais durante o período. É importante ressaltar que o episcopado sofreu mudanças profundas em sua maneira de atuação mediante uma sociedade com a presença de universidades, e um envolvimento cada vez mais estreito entre o poder régio e a Igreja. Houve um gradativo abandono territorial das regiões rurais a partir de uma importância crescente da centralização do poder nos arredores das cidades. Este renascimento das cidades europeias não é linear, nem idêntico para as diferentes regiões, e a historiografia relativa ao tema tem analisado a questão da cidade medieval através de dois prismas principais: o retorno a uma estrutura semelhante à clássica e uma nova estrutura citadina, resultado do processo histórico de cada local analisado¹⁵⁴.

¹⁵²Pesquisas recentes têm buscado compreender a papel de São Francisco de Assis e sua ordem no plano político e eclesiástico no contexto europeu, segundo SILVA, Victor Augustus Graciotto: Qualquer trabalho que aborde, direta ou indiretamente, São Francisco de Assis acaba se defrontando com uma enormidade de obras sobre sua vida e da sua fraternidade. Para maiores informações sobre estas pesquisas: SILVA, V. A. G. A pregação e o pregador: análise da eficácia discursiva do escrito admoestações de Francisco de Assis entre 1206 e 1226. **Dissertação de Mestrado**, UFPR, 2005, p. 2 e CARVALHO, C. Francisco de Assis entre duas regras (1221 - 1223). **Dissertação de Mestrado**, UFPR, 2005.

¹⁵³A segunda parte da Crônica escrita pelo monge cisterciense Pierre dês vaux de Cernay, intitulada: os pregadores narra a presença de dominicanos na região do Midi Francês buscando, através da pregação, trazer os hereges albigenses novamente à fé cristã, a mando do papa Inocêncio III. CERNAY, P. V. **Histoire Albigeoise**. Paris: Libraire J. Vrin, 1951, pp.11-23.

¹⁵⁴ Para maiores informações a respeito deste debate historiográfico, vide: LOPEZ, R. **A cidade medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1988; LE GOFF, J. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992; PIRENNE, H. **As Cidades da Idade Média**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1964 e BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII**. São Paulo : Martins Fontes, 1996. v. 3

No tocante ao clero secular, o bispado no século XIII, apresenta uma transição entre as estruturas tradicionais, adotadas principalmente, entre os séculos X e XI, e outro modelo, adequado para a nova realidade da estrutura eclesiástica. Ambos os modelos são encontrados nos anos 1200. A estrutura clássica do episcopado franco era considerada como profundamente decadente¹⁵⁵, numa sociedade com a presença das ordens mendicantes e pregadores urbanos. Surgem sátiras contra esta instituição como por exemplo, a de Pierre de Blois, que contestam a veracidade da pregação destes homens através da ostentação e opulência em que muitos vivem. É possível encontrar respaldo para este estilo de vida dos bispos franceses em dois concílios ecumênicos: o de Paris em 1212 e o de Montpellier em 1214. É possível encontrar em ambos, alusões à manutenção de direitos em utilizar casacos de pele luxuosos, em meio a outras especificidades de caráter teológico como lidar com casamentos ilícitos, por exemplo. O segundo modelo para o clero secular pode ser encontrado na pessoa do bispo de Paris Maurice de Sully. Mestre em Teologia cursou a universidade de Paris e foi eleito bispo desta cidade em 1160 onde permaneceu por 36 anos. Político, conquistou a confiança de reis e papas considerado praticamente um santo. A renovação do pensamento clerical também faz parte das mudanças na estrutura desta sociedade latina neste período.

Outro fenômeno religioso do tempo de Filipe Augusto e seu pai, Luís VII foi a construção de catedrais, tanto que este período ficou conhecido como “a era das catedrais”¹⁵⁶. Durante o reinado de Filipe Augusto, a arquitetura gótica atinge seu auge. Iniciada nos domínios da dinastia capetíngia, ao norte em Amiens, Auxerre, Paris, Noyon, Laon, entre outras. No sul, as catedrais também são construídas, como ponto de reafirmação da supremacia da igreja, mesmo em locais em conflito, como é o caso da catedral de Saint-Etienne de Toulouse em 1211, período dos conflitos da Cruzada Albigense.

¹⁵⁵ *Les évêques, dit Geoffroi de Troyes, sont des loups et des renards passés maîtres. Ils flattent et séduisent pour extorquer. Ils sont dévorés par l'avarice, brûlés du désir de posséder. Au lieu d'être les amis et les protecteurs des églises, ils en sont les ravisseurs. Ils les dépouillent, vendent les sacrements, violent la justice. Leur seule règle est leur propre volonté. Voyez-les marcher; ils ont la tête haute, un air cruel, des yeux farouches, la parole dure. Tout, dans leur personne, respire l'orgueil. Leur conduite est le renversement des bonnes moeurs : leurs ouailles et oublient qu'ils sont des médecins, non pas des souverains.* In: LUCHAIRE, A. **Philippe Auguste et son temps (1137-1226)** Librairie Jules Tallandier, Paris, 1980. p. 337-338.

¹⁵⁶ LUCHAIRE, A. **Les Premiers Capétiens, nous ed., Paris.** Librairie Jules Tallandier, Paris, 1980, pp. 442-423.

O florescimento das universidades, como é o caso da Universidade de Paris em 1200, mostra que mesmo com a instituição monárquica buscando influenciar com certa autonomia o comando da instituição, foi o clero, e o papado de maneira especial, quem centralizou as decisões nas universidades. Isto em grande medida devido ao ensino de Teologia em grande parte delas. O momento de ruptura entre Igreja e Universidade se daria mais tarde, mais por conflitos internos entre clérigos e pensadores do que devido à intromissão monárquica¹⁵⁷. As universidades são fundamentais para entender como nasceram as bases teóricas para a afirmação da supremacia régia. Até o século XI, os clérigos detinham o monopólio do saber entre si. A partir do século seguinte, a concorrência das universidades passou a descentralizar o núcleo citadino de saber. Embora os clérigos continuassem a lecionar nestas universidades, o patrocínio régio foi determinante para nortear os pensadores medievais oriundos destas Universidades. Durante este século, os pensadores uniram ao *Corpus* canônico da Patrística, um resgate de fontes clássicas como o Direito Romano e obras de Aristóteles como a política e Ética a Nicômaco¹⁵⁸. Neste sentido, a missão do monarca era a de manter o bem comum medieval associado agora ao conceito clássico da *utilitas publica*. Para tanto, o rei tinha a função de manter a paz e a estabilidade dentro de seu reino e de toda a Cristandade através da proteção do clero e da Igreja como um todo, no sentido de ser o Papa o guardião da *Plenitude Potestatis* - ou o poder supremo que estaria acima do poder régio ou imperial, mediante o qual toda a cristandade deveria se submeter - enquanto o monarca deteria a Potestas, ou o poder temporal. Em relação ao projeto político, estes conceitos estão propostos, na medida em que o aceite

¹⁵⁷ Quanto a Filipe Augusto, seu privilégio que garantia aos *scholares* a proteção real, mas, sobretudo generalizava em seu proveito o privilégio do foro, mostrava que, afirmando sua benevolência global em relação às escolas, ele as considerava como instituições de natureza antes de tudo eclesiástica e remetia-se a Igreja para que ela assumisse seu acompanhamento. Esta clericalização sistemática, já bem avançada na prática, pois as escolas parisienses eram praticamente orientadas para os estudos de teologia, comandaria, em grande medida, o destino posterior da universidade. Nas etapas seguintes da caminhada das escolas parisienses rumo à autonomia universitária, o poder real pouco influenciaria, e para praticamente todo o século XIII, teria apenas um papel de espectador benevolente do debate que oporia então essencialmente os mestres e escolares às autoridades religiosas locais. In: VERGER, J. **Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 193.

¹⁵⁸ FERNANDES, F. R. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade. **Revista de História UNESP**, 2004, v. 28, p. 46

dos mesmos, depende de uma série de fatores, o que não acontece sem resistência, alterações e adaptações ao longo de sua existência.

A última instituição clerical para análise dos séculos XII e XIII é o papado. A legitimação e o respeito aos sucessores de Pedro, sempre necessitaram, em grande medida, do desempenho pessoal da pessoa do Papa¹⁵⁹. A historiografia é unânime em apontar para a figura do Papa Inocêncio III como um dos maiores papas medievais, devido a seu desempenho nos campos político, unidade interna e luta contra as forças externas das heresias medievais¹⁶⁰. Este personagem é fundamental quando analisamos o reinado de Filipe Augusto, na medida em que a relação de ambos era complexa e tensa, em alguns pontos ambos discordavam de maneira veemente, ao mesmo tempo em que em outras questões eram aliados. Um exemplo desta discordância entre o papa e o Rei, foi o episódio do interdito papal sobre o Rei Filipe Augusto em 1200 devido ao repúdio de Filipe à rainha Ingeburge, por questões políticas¹⁶¹. Aquile Luchaire traça um panorama político da vida de Inocêncio III e narra as incursões e debates deste com todos os monarcas de proeminência em seu tempo: desde a Península Ibérica nas questões entre muçulmanos e cristãos e o processo de Reconquista do território, passando pelas localidades dos atuais domínios

¹⁵⁹A Igreja não ficou imune a todas essas mudanças, ela mesma cenário de grandes reformas desde o início do que podemos chamar de período medieval do papado. Em meados do século XI, o papado caiu sob o domínio dos condes de Tusculum, aristocratas romanos, sendo elevados consecutivamente ao sólio pontifício três membros dessa família, Bento VIII (1012), João XIX (1024) e Bento IX (1032). In: BARRACLOUGH, G. **Os papas na Idade Média**. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p.74.

¹⁶⁰Lotário queria certificar-se que os próximos 100 anos seriam menos turbulentos que os precedentes. Os anos 1100 não tinham sido uma época feliz para os delegados de Cristo. Antes de Inocêncio, onze dos dezesseis pontífices do século XII viram os papas mantidos à força longe de Roma por amotinados, republicanos ou agentes de reinos distantes. A comuna romana, liderada por Arnold de Brescia na metade do século, foi um episódio particularmente vívido em um pesadelo recorrente. Em 1145, o papa Lúcio II morreu por conta de ferimentos sofridos em uma batalha pelo controle do Capitólio; trinta anos antes, um fraco e velho Gelásio II foi posto sentado em uma mula e forçado a suportar as zombarias de seus inimigos. "Antipapistas" eram frequentemente eleitos pelos clãs romanos rivais e por homens da Igreja que serviam ao imperador germânico, que representavam a única ameaça maior à independência do papado. In: O'SHEA, S. **A heresia perfeita: A vida e a morte revolucionária dos cátaros na Idade Média**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.51.

¹⁶¹Et pourtant ce roi très chrétien s'est brouillé plus d'une fois avec le pape. Incidents de vie privée, questions de juridiction, de finances, de guerre ou de haute politique, les causes conflits étaient fréquentes entre le chef de la nation française et le maître de l'Eglise universelle. In: LUCHAIRE, A. **Innocent III Les royautes vassales du Saint-Siege**. Librairie Hachette Et C., Paris, 1908, p. 248

Húngaro e Esloveno, pela Inglaterra de Ricardo Coração de Leão, João Sem Terra e por fim a própria França de Filipe Augusto.

Estas incursões do papa no seio da monarquia medieval apontam para a notoriedade deste papa em seu tempo, além de mostrar sua tentativa de implementar em profusão o desenvolvimento da teoria da Teocracia Papal. Foi em seu papado, porém que a Quarta-Cruzada foi convocada, resultando no saque de Constantinopla pelos Venezianos e a própria Cruzada contra os Albigenses, que se mostrou, na prática, muito mais um artifício político para tentar implementar políticas de expansão territorial por Simon de Montfort e o rei Filipe Augusto, do que uma luta contra os hereges¹⁶². Esta tentativa porém não foi efetiva devido às razões e motivos destacados anteriormente, de maneira especial aos vínculos políticos e culturais estarem voltados para outros reinos e senhorios que não a dinastia capetíngia. Claro está, porém, que a influência de Inocêncio perante o poder secular não ocorreu de maneira estanque, na medida em que os vínculos que uniam o papado e o poder régio mudavam de acordo com as alterações no contexto. Como por exemplo, quando o papa envia repetidas cartas ao monarca francês, solicitando sua participação efetiva na Cruzada Albigense¹⁶³.

Outros aspectos da sociedade medieval nos anos de 1200 relevantes para nossa análise, no que concerne aos poderes seculares e mesmo uma rápida visão da sociedade ligada aos domínios reais como um todo, são necessários para uma boa compreensão do mundo no qual operou o rei Filipe Augusto, durante seu longo reinado de 43 anos no trono franco. Os territórios que viriam a compor este reino, de maneira especial durante o reinado de Luís VII, pai de Filipe-Augusto, estavam divididos claramente em duas partes principais: as casas senhoriais ao entorno de Paris e a região do Midi ao sul. Quando o filho de Filipe, Luís VIII, assume o trono, a influência da monarquia havia sido intensificada e estendida para além da região ao entorno de Paris,

¹⁶² “Inocêncio III e Filipe Augusto parecem ser duas faces da mesma moeda, no sentido que possuíam objetivos similares de agregarem respectivamente, a cristandade e o território francês, mas para tanto precisavam um do outro. Ambos precisavam de um exemplo para mostrar aos demais, tanto do norte quanto do sul francês a síntese entre o verdadeiro cristão e cavaleiro, segundo seus objetivos. Na narrativa de Pierre dês Vaux de Cernay, não temos dúvida que este personagem ganha vida na pele de Simon de Montfort”. In: MEDEIROS, E. L Op.Cit, pp. 25-26.

¹⁶³ “Il lui avait déjà écrit trois fois, le 28 mai 1204, le 16 janvier et 7 février 1205, avec une insistance de plus en plus vive”. In: LUCHAIRE, A. **Innocent III la croisade dês albigois**. Paris: Librairie Hachette, 1911, p. 116.

a região dos Flandres, Champagne, Normandie, Ile-de-France. O reinado de Filipe Augusto colocou a monarquia francesa em evidência mediante as demais monarquias feudais, através da ação real e do restabelecimento do *status quo* e de um período de relativa estabilidade interna dos territórios de sua monarquia, através das relações diplomáticas. Esta estabilidade passa pelas vitórias sucessivas no campo militar além da longevidade de seu reinado que isentou a dinastia capetíngia das instabilidades de mudanças bruscas na liderança da casa real por quase meio século, período de duração de seu reinado.

A região central, do Midi, apresenta um histórico de certa independência cultural e política do norte francês, através de uma raiz muito antiga de ocupação de gauleses considerados como povos ditos primitivos pelos fenícios, gregos e romanos¹⁶⁴. Este isolamento da tomada de decisões e da influência real mostrou que esta região obteve um caminho distinto daquele das terras do norte através de um esvaziamento do poder senhorial que de certa forma gera o componente aglutinador. Mesmo os grandes condados de Toulouse e de Carcassonne, apresentavam uma relação mais pujante com os outros reinos desta região como Aragão, em função da própria vinculação linguística e cultural.

Os caminhos ao Midi também eram palco para assaltos e assassinatos de mercadores por ladrões, levando, durante o ano de 1182, segundo Ch. Portal¹⁶⁵ e José Rivair Macedo¹⁶⁶, a esforços simultâneos de membros da nobreza e dos camponeses, no sentido de organizar uma força militar para a região. O estabelecimento de uma iniciativa desta natureza, independente no sentido de não estar necessariamente vinculada à monarquia ou ao clero, mostra de que maneira a ausência do poder monárquico estimulou a formação de movimentos diversos daqueles grupos

¹⁶⁴ MARY-LAFON, M. **Histoire Politique, Religieuse et Literature du Midi de la France**, Tome I, Paris, 1845, pp. 30-64. Corroborado por PORTAL, C.I. **Histórique de la Region albigeoise**, Albi, 1913, pp. 2-6

¹⁶⁵ PORTAL, C. **Historique de la region Albigeoise**. Albi: Socièté des Sciences, arts et belles-letres du Tarn, 1913. pp. 23-26.

¹⁶⁶ MACEDO, J. R. **Heresias, cruzada e inquisição na França Medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

próximos à monarquia. Esta força militar ficou conhecida como a Brigada da Paz.

No tocante a fé cristã, é importante perceber que na região do Midi francês, da mesma forma como não houve uma expressiva presença real, seja da França, ou dos reinos peninsulares, a hegemonia da estrutura católica também não era muito coesa. Da mesma forma como participavam dos cultos cristãos, inseriam-se em cultos pagãos de tradições antigas.

Assim, é possível dizer que o século de Filipe Augusto foi uma época de fé, mas o espírito de oposição à Igreja renasce. Este espírito se alimenta das heresias, dos embates com a nobreza e da política de um rei que propõe uma política de centralização territorial e do poder de sua casa dinástica. A nobreza destes senhorios, de maneira bastante sucinta, pode ser compreendida de acordo com algumas características principais: o vínculo à posse da terra, seja através de conquista militar, casamentos ou hereditariedade; o desenvolvimento militar através da cavalaria ou *Miles*; a distinção entre a nobreza e os não-nobres, bastante clara no século XI, mas que começa a perder esta definição com a ascendência de outros grupos de importância incontestável, como os comerciantes, banqueiros, e uma nova nobreza por serviço, que disputavam o poder com os nobres de origem tradicional na medida em que a sociedade medieval se tornava cada vez mais complexa¹⁶⁷.

¹⁶⁷LUCHAIRE, A. **Manuel des Institutions Françaises**. Mégariotis Reprints, Gêneves, 1979

1.5 – O REI

Filipe II governou o reino dos francos, ao longo de quatro décadas. Iniciou seu reinado limitado pelos territórios ao redor de Paris, na Île-de-France e concluiu este reinado com uma área de influência três vezes maior. Os resultados no campo diplomático para selar acordos com outros senhores bem como a vitória em importantes campanhas militares como a famosa Batalha de Bouvines em 1214, trouxe notoriedade diante de seus sucessores, tornando o monarca um exemplo. Em grande medida, suas vitórias diminuíram a presença continental plantageneta dos reis da Inglaterra Ricardo Coração de Leão e João Sem Terra, fazendo com que se restringisse a um pequeno território na Aquitânia¹⁶⁸. Antes de Filipe, o território da Monarquia francesa era três vezes menor do que a região que Luís VIII herdou de seu pai¹⁶⁹. O monarca venceu resistências internas logo no início de seu reinado após o casamento com Isabelle de Hault, sobrinha do Conde de Flandres, trazendo a hostilidade de outros vassalos como o próprio conde flamengo, que buscou uma aliança com Henrique II da Inglaterra para atacar os domínios de Filipe. Esta hostilidade acabou não sendo efetiva, devido a um acordo de paz entre os dois monarcas.

O principal inimigo de Filipe no início de seu reinado foi o duque da Borgonha¹⁷⁰. O mesmo rende-se sem batalha, devido o auxílio dos aliados da Aquitânia e da Inglaterra, por deveres vassálicos ao qual Filipe tinha direito como Suserano destes territórios. Estes conflitos internos demonstram que o poder régio não era aceito de maneira inata pelos poderes nobiliárquicos locais. Este reconhecimento deveria ser conquistado através da diplomacia, relações matrimoniais e poder militar. Filipe conseguiu aumentar o domínio do poder régio durante seu reinado através destas três áreas da política medieval.

¹⁶⁸O´SHEA S. **A heresia perfeita: A vida e a morte revolucionária dos cátaros na Idade Média**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.12.

¹⁶⁹“Uma figura decisiva na expansão do poder real foi Filipe Augusto (1180-1223), que combateu o rei inglês o mesmo João da Magna Carta, que tinha mais território na França que o próprio Filipe. Filipe triplicou o tamanho de seu reino, tornando-se mais forte que qualquer senhor francês”. In: PERRY, M. **Civilização Ocidental: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp. 170

¹⁷⁰ CAPEFIGUE, M. **Histoire de Philippe-Auguste**. Tome I (1180-1191) Paris. Libraire Dufey, 1829, p 181.

Pelas razões analisadas anteriormente, Filipe Augusto não possuía expressão sobre a região do Languedoc. A Cruzada Albigense pode ter sido utilizada como tentativa de aumentar sua influência nesta região, embora este projeto militar fosse arquitetado pelo Papa Inocêncio III, o que explica a demora no atendimento às solicitações do Sumo-Pontífice, devido ao Papa apresentar insígnias nobiliárquicas¹⁷¹. O *Francorum Rex* só participa de maneira mais efetiva do conflito após 1215, quando a ameaça plantageneta está dissipada, após a famosa Batalha de Bouvines em 1214, com o envio de seu filho Luís VIII até a região do Midi Francês. Até então, o rei em pessoa não se envolve na Cruzada Albigense, apenas a legitima e envia um grupo de nobres e cavaleiros até a região de conflitos na figura de seu líder, Simon de Montfort. Esta presença capetíngia no Languedoc comprovou-se muito pouco efetiva, na medida em que poucas cidades foram legitimadas nesta região e as conquistas obtidas através da Cruzada foram retomadas ou perdidas pouco tempo depois.

Esta constatação mostra uma dupla razão para esta fraca vinculação da monarquia: por um lado existe uma forte resistência local, através da ausência de atributos de vinculação cultural que estivessem ligados diretamente à monarquia. Por outro lado, a própria monarquia não conseguiu manter as conquistas devido à importância atribuída às regiões em torno de Paris. Parece notório pelo levantamento realizado das cidades concedidas pelo rei nos diferentes territórios destas regiões, que a preocupação do monarca era muito mais consolidar os senhorios nortistas do que singrar novos polos de conflito no sul. Desta forma, as conquistas no Languedoc mostram o apoio de Filipe à proposta papal de iniciar uma cruzada contra os hereges, além do interesse nos espólios que os ataques e cercos realizaram ao longo do processo.

O monarca foi vitorioso contra a resistência dos demais senhores das regiões adjacentes ao domínio real, e em vencer importantes batalhas contra

¹⁷¹“Le roi répondit au messenger du siegneur pape qu'il avait sur lès flancs deux grands lions dangereux: Othon, soi-disant emperor, et Jean, roi d'Angleterre qui de parte t d'autre s'efforçaiment à qui mieux mieux de troubler le royaume de France, et pour cette rason il refusait de quitter le nord de la France ou d'envoyer son fils: il jugeait suffisant pour l'instant d'autoriser sés vassaux à partir dans la Province de Narbonne pour y combattre ceux qui troublaient la paix et la foi”. In: LUCHAIRE, A. **Innocent III la croisade dès albigeois**. Paris: Libraire Hachette, 1911, p. 116

outros monarcas feudais, de maneira especial os plantagenetas e o imperador do sacro império. Desta forma conseguiu aumentar o domínio interno e receber notoriedade perante os demais monarcas feudais de seu tempo. Não foi efetivo porém, no estabelecimento destes mesmos vínculos nas regiões do Languedoc, lançando as sementes de uma aculturação tardia que seria colhida por seus sucessores. A Cruzada contra os albigenses iniciaria este processo de aproximação entre norte e sul.

2 - OS ATOS DE FILIPE AUGUSTO

2.1 – A CHANCELARIA RÉGIA

2.1.1 – Metodologia

A análise da totalidade das cartas chancelares descritas na introdução deste trabalho deve ser realizada de acordo com o respaldo da metodologia a respeito do tema. Para dar início a esta discussão, é importante salientar que o percentual da documentação tardo-antiga e medieval remanescente ao período contemporâneo é muito pequeno. Por exemplo, Michael Clanchy¹⁷² sugere que, na Inglaterra dos séculos XII e XIII, a relação entre o número de documentos régios e senhoriais remanescentes e o número dos que tenham sido efetivamente escritos, é de cerca de 1 para 100, ou seja, apenas 1% da documentação régia e chancelar sobreviveram até o presente momento. Embora não se tenha acesso a um estudo como este, no âmbito francês, é possível extrair um dos princípios que devem reger o estudo do pesquisador de períodos mais recuados na diacronia. Ele mostra que não é possível extrair a totalidade dos aspectos da sociedade analisada, apenas fragmentos deste contexto podem ser compreendidos pelo historiador. Por esta razão, limitar o objeto, tanto temporal quanto espacialmente, é de importância primaz de maneira especial aos períodos mais recuados. É importante salientar que as cartas chancelares, assim como as crônicas, espelhos de príncipes e demais registros históricos de cunho narrativo e escrito não excluem a análise das imagens, esculturas, elementos arqueológicos. Ainda assim, segundo Luís Krus, a escrita prevaleça como sinônimo de poder na Idade Média¹⁷³.

Existem outros elementos a serem levados em conta quando tratamos das fontes chancelares, apesar de serem documentos da administração régia, também sofrem com “filtros” dos autores, compiladores e precisam ser observados por aqueles que as analisam. Segundo Fátima Regina Fernandes:

¹⁷²CLANCHY, M. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford: Blackwell, 1993. p:55-59.

¹⁷³ KRUS, L. Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III. In: **Estudos Medievais**, Porto, nº 1, 1981, p. 62

Mas outros fatores ainda se interpõem entre nós e estes documentos, os filtros intencionais propostos pelos ordenamentos régios e regimentos das Chancelarias são disto um bom exemplo. Concebemos em geral que as Chancelarias seriam as fontes mais contemporâneas dos fatos narrados, no entanto, as filtragens e seleções promovidas nos séculos posteriores com certeza nos privaram de uma quantidade larga de informações adicionais apresentando-nos apenas uma parcela da realidade, aquela que se queria preservar, estratégia que permitiria aos agentes régios ofuscar projeções indesejadas ou realçar grupos e mesmo o rei frente sua sociedade política¹⁷⁴.

Desta forma, a documentação chancelar remanescente é produto de uma escolha, uma seleção que se deseja transmitir com o propósito de reafirmar o poder régio. Ainda assim, permanecem sendo uma das principais fontes para o estudo da História Política. É preciso ter em mente que:

A Chancelaria é a sede do governo, constituindo-se como o principal órgão da administração central, tanto em recursos humanos como em meios especializados na produção, organização e guarda dos documentos régios. A natureza da atividade desenvolvida por este órgão central condiciona seu funcionamento, o comportamento dos agentes que nele trabalham o processo e resolução das petições chegadas à Corte, matéria do âmbito da atividade dos oficiais afeitos ao despacho e escrita de diplomas pela Chancelaria régia¹⁷⁵.

Neste sentido, é possível dizer que a chancelaria desempenha uma função administrativa fundamental porque nela se reflete a atividade de boa parte dos serviços da monarquia, dos séculos XII, XIII e, sobretudo, do século XIV. Exerce também uma função política, porque evidencia as estratégias régias de governo. A classificação dos atos registrados nos livros de Chancelaria permite uma análise dos atributos dos ofícios régios, mas também proporciona perceber quais são os domínios privilegiados do governo, ou seja, quais são suas características mais fortes, como por exemplo, na economia, política, observando o favorecimento de determinados grupos. A documentação chancelar régia é uma das principais fontes para o estudo da política do príncipe, de acordo com a análise e trabalhos de

¹⁷⁴ FERNANDES, F.R. As Crônicas e as Chancelarias Régias: A natureza e os problemas de aplicação das fontes medievais portuguesas. In: **Revista Ágora**. Vitória. v. 16. p. 80.

¹⁷⁵ FREITAS, J. A. G. Chancelarias régias Quatrocentistas portuguesas: produção manuscrita e aproximação político-diplomática. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2009, pp. 136-150

Armando Luís de Carvalho Homem¹⁷⁶, Judite Antonieta Gonçalves de Freitas e Fátima Regina Fernandes.

Armando Luís de Carvalho Homem, através da análise de documentação chancelar no contexto português, no período próximo ao proposto para nossa análise, consegue distinguir cerca de 20 tipos específicos de documentação diplomática e o dividiu em quatro categorias distintas. A primeira categoria, intitulada “Graça” abrange as benesses atribuídas aos nobres, dentre elas legitimações, doações de bens e direitos, privilégios em geral e cartas de tabelionato. O segundo grupo, a “Justiça” na configuração de Homem, abrange o Perdão, Sentenças Diversas e Cartas de Segurança. O terceiro grupo nomeado pelo autor como “Fazenda” inclui os aforamentos, a finalidade e o provimento de ofícios. O quarto e último grupo, o da “Administração Geral”, contém cartas de contrato, cartas de fisco, resposta a capítulos das cortes e defesa e regulamentações de encargos militares.

A análise primária de tantos temas distintos permeando a mesma documentação retrata o desafio do manuseio destes extratos chancelares, por isso, deve-se ter em consideração a seleção e recorte diacrônico para se obter as informações necessárias.

2.1.2 – Classificação da documentação

Para a análise da documentação chancelar proposta, utilizamos a versão transcrita, editada e publicada da chancelaria régia de Filipe Augusto. O material utilizado, segundo o conteúdo da introdução da edição crítica da fonte, relata que o mesmo é o resultado de quase dois séculos de trabalho dos especialistas em paleografia da Biblioteca Nacional Francesa, onde os manuscritos foram transcritos do original latino para a versão impressa da obra também em latim. A edição do início do século XX é baseada na obra de Léopold Deslile, que pautou sua pesquisa no confronto entre duas fontes manuscritas, uma sob a guarda da Biblioteca do Vaticano, intitulada “Le Registrum veterius” (Bibliothèque du Vatican, Oltoboni 2796; registre A de Léopold Deslile) e a cópia da documentação transcrita do Século XIV

¹⁷⁶ HOMEM, A. L.C. **O Desembargo Régio (1320-1433)** Porto, INIC/CHUP, 1990, pp. 163-172

(Archives nationales, JJ 8, registre B de Léopold Deslile)¹⁷⁷. Ao longo da obra, estão dispostos a localização física dos originais nas duas fontes manuscritas e catalogadas para acesso e pesquisa posterior que se faça necessário.

Para efetuarmos o recorte necessário para entender a mecânica da política régia durante o reinado de Filipe II, foi necessário efetuar a tabulação prévia de todos os atos constantes na fonte, para efetuar a separação dos itens pertinentes para a pesquisa. Em primeiro lugar, efetuamos a divisão simples dos atos expedidos por ano de reinado do monarca. Este exercício teve como objetivo verificar em quais anos houveram uma promulgação acentuada na administração, para então verificarmos junto ao contexto de seu reinado quais são os elementos pertinentes para a pesquisa. O resultado deste levantamento primária encontra-se no Gráfico de número 1¹⁷⁸. Na primeira década de seu reinado, a promulgação total de atos foi de 370 cartas chancelares. Entre os anos de 1190 e 1200, o número total foi de 380 cartas. Na década seguinte, entre 1201 e 1210, as cartas analisadas somam 475 atos régios. O próximo grupo de cartas, no qual incluímos os últimos anos de seu reinado, totalizam 794 atos promulgados. É possível verificar neste breve resumo do levantamento realizado, que a quantidade de atos régios aumenta de maneira considerável na segunda metade do reinado de Filipe Augusto. Este foi o período de maior tensão junto aos plantagenetas que possuíam os domínios da Aquitânia, que culmina com Bouvines em 1214, além da questão com o Languedoc através da cruzada Albigense entre 1209 e 1218. É neste período também que Filipe necessita de um esforço maior de legitimação régia, na medida em que os territórios sob sua influência aumentam. O gráfico a seguir mostra a totalidade de atos promulgados de acordo com cada década de reinado de Filipe Augusto.

¹⁷⁷ BERGER, É. (Org) **Recueil des Actes de Philippe Auguste roi de France Tome I**. Paris, Imprimere Nationale, 1916. Introdução I – XL.

¹⁷⁸ O Gráfico 1 mostra a totalidade de atos por período do reinado e está página 79 do trabalho.



Gráfico 1: Cartas promulgadas por década de reinado

Embora toda a fonte tenha sido analisada para a realização da pesquisa, apuramos a busca de extratos que mostrem a atuação da monarquia nos diversos ambientes relacionados a ele dentro da perspectiva da fundação de cidades durante seu reinado. Para tanto, baseando nosso argumento nas definições de Armando Luís de Carvalho Homem, elaboramos uma divisão própria das categorias das cartas chancelares avaliadas. Diversas classificações da vasta documentação poderiam ser adotadas de acordo com cada recorte que seja proposto. Elaboramos o recorte das cartas a partir de 1180, desde o início do reinado de Filipe Augusto, procurando extratos que mostrem o relacionamento do monarca com as cidades e sua relação com os ambientes de contato com este ambiente urbano e suas relações, seja com a nobreza local, com o clero e com a própria burguesia cidadina. Através desta análise documental, procuramos por vestígios que pudessem comprovar, a partir das localizações das vilas autorizadas pela monarquia, os ambientes de contato de Filipe que pudessem corroborar com parte da historiografia a respeito do tema que aponta para a existência de um projeto expansionista oriundo da dinastia capetíngia para anexação de todo o Languedoc. Este projeto apontaria para a intenção régia pela busca de uma saída para o mar Mediterrâneo. Este levantamento não apontou para este projeto tendo em vista a concentração geográfica de cidades em outras regiões, muito mais próximas a Paris que do Languedoc. Este fato aponta para a possibilidade de relativizar uma das características atribuídas a Filipe Augusto pela historiografia, de maneira especial a francesa. Esta característica mostraria Filipe como um rei conquistador. Verificamos através

da análise realizada e demonstrada neste trabalho que sua característica mais importante pautada nesta política de fundação de cidades e concessão de benefícios estava na política de manutenção dos territórios já conquistados por seus antecessores e na resolução de novos conflitos e casamentos que concederam a ele a anexação de outros ambientes.

Em um primeiro momento, dividimos as cartas em quatro conjuntos de documentos específicos. Esta classificação mostrou-se demasiada abrangente para os limites do presente trabalho. Desta reflexão surgiu uma segunda classificação, envolvendo apenas dois subgrupos que facilitaram a utilização de dados pertinentes aos resultados desta pesquisa. Para pesquisas futuras, diversas outras classificações desta documentação podem auxiliar na compreensão das políticas individuais de cada cidade ou personagem citado através do acompanhamento destes conceitos ao longo da documentação.

Para uma melhor visualização da dinâmica da monarquia capetíngia no reinado de Filipe Augusto, organizamos as cartas chancelares na razão de número de atos promulgados por ano de reinado. Desta forma é possível visualizar as nuances verificar a relação entre uma quantidade acima da média em determinado ano e sua relação com o contexto deste mesmo período. É possível perceber que existe uma linha média ao longo dos anos que envolve cerca de 40 atos por ano de reinado. Alguns anos onde esta linha média está muito acima das demais poderiam ser chamados de “Anos Pujantes”. O gráfico mostra que existem períodos onde a utilização das cartas chancelares foi muito mais acentuada que em outras ocasiões, existindo um esforço por parte da administração régia na promulgação destes atos. De maneira geral, estes anos, segundo a chancelaria de Filipe II aconteceram nos anos de 1190, 1204, 1212 e uma leve elevação desta média para os anos finais de seu reinado. Não é nosso objetivo imediato pormenorizar e detalhar os atos destes anos específicos. Através deste levantamento que envolve todos os atos da chancelaria do reinado de Filipe II, procuramos por aqueles que envolviam a fundação de novas cidades. Esta flutuação no número de promulgação de cidades por ano de reinado é também importante para verificar as razões do contexto para que estas fundações. A título de entendimento de contexto, 1190 e o ano da partida de Filipe Augusto para a terceira cruzada, onde permanece até meados de 1191 quando retorna após

a morte de Filipe da Alsácia durante a Cruzada. Filipe retorna para participar da sucessão flamenga. 1204 foi o ano em que Filipe e seus aliados conseguiram romper as defesas plantagenetas na Aquitânia e portanto a promulgação de atos régios tendem a confirmar e estabelecer os territórios conquistados nestas campanhas militares. Por fim, em 1212 existem dois momentos fundamentais para o reinado capetíngio de Filipe: Após as sucessivas vitórias na Aquitânia, inicia-se um período de consolidação da monarquia franca nas localidades anexadas. Esta notoriedade conquistada pela casa real, oferece uma contrapartida da união de seus adversários. A promulgação de atos régios que legitimem o poderio de Filipe e sua administração além de firmar novas alianças que seriam fundamentais para o período seguinte que culminaria com a Batalha de Bouvines em 1214. Além disso, em 1212 a Cruzada Albigense está em pleno funcionamento, a chancelaria é importante para organizar a partilha dos despojos conquistados nos cercos às cidades que em grande medida são apenas saqueadas, não ocupadas. O resultado deste levantamento encontra-se no GRÁFICO 2.

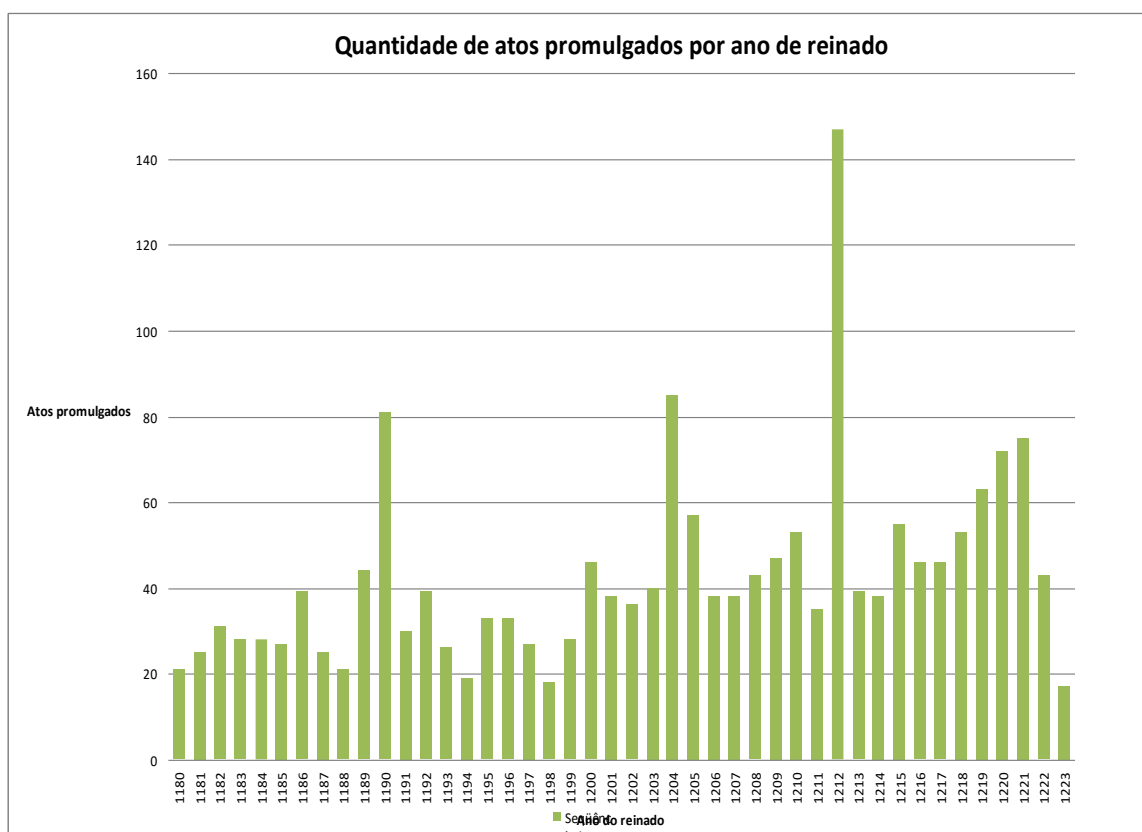


Gráfico 2: Atos promulgados por ano de reinado

Esperamos dar continuidade a esta análise dos Anos Pujantes de Filipe Augusto em um trabalho complementar e futuro sobre o tema.

Desta forma, a distribuição das cartas dentro da classificação proposta foi dividida nos seguintes grupos:

1º Grupo: Fundações. Diz respeito à Chancelaria de Concessão e confirmação régia para estabelecimento de cidades ou manutenção daquelas já existentes. Após a primeira classificação, foram verificadas as características de cada conjunto e quatro estruturas para as cartas foram identificadas: Cartas de Reafirmação Régia, Cartas de Concessão de Privilégios, Cartas de Fundação, Cartas Legislativas. Para verificarmos este instrumento da política régia, separamos alguns exemplos de cartas chancelares para cada classificação destas em ambientes geográficos bastante distintos, com o objetivo de perceber diferentes nuances para cada realidade. A partir dos exemplos tomados de cada estrutura, associamos estas cartas à localização geográfica com o destino de cada carta para algumas conclusões a respeito desta política.

2º Grupo: Privilégios. Cartas de Confirmação de benefícios, Concessão de benefícios para Abadias, Igrejas citadinas e nobres, através da confirmação de vínculos estabelecidos no passado por ele mesmo ou por seus antecessores, bem como a criação de novas relações oriundas de acordos, tratados, e disputas realizadas. Esta análise será quantitativa, e estes vínculos poderão ser trabalhados em novos e futuros recortes para pesquisas posteriores. A preocupação em efetuar este levantamento está na busca em verificar qual dos grupos envolvidos na política régia foi mais beneficiado ao longo do reinado de Filipe Augusto. Constatamos que existe uma quantidade mais elevada de benefícios para o clero secular e regular do que para a nobreza tradicional. Ao cruzarmos as duas classificações propostas, as concessões citadinas que beneficiavam de maneira mais acentuada a burguesia local, e a segunda com a verificação de benefícios para clero regular e secular, é possível sugerir uma política de limitação do poder nobiliárquico em detrimento do progressivo aumento do poder e influência régia neste contexto dos territórios de domínio da casa real capetíngia.

Para a documentação legislativa que não faça parte destes dois grupos, em especial cartas punitivas e cartas de assuntos diversos, optamos por deixar fora da contagem para os gráficos deste trabalho. A ênfase principal está no posicionamento do monarca com relação às estruturas tradicionais da política medieval, no trato com o clero e a nobreza tradicional, bem como na política mais recente de apoio às cidades para sua utilização e na utilização dentro da política régia. Durante o período de catalogação dos atos algumas tentativas de classificação foram efetuadas, verificando a atual como mais adequada para o recorte e ênfase propostos.

Nas relações entre monarquia e a nobreza, no que concerne as cartas de concessões, percebemos algo bastante notório que será demonstrado mais adiante. Verificamos que, de maneira geral a manutenção de vínculos anteriores ao seu reinado e acordos e alianças provenientes das conquistas militares, são feitos com a nobreza dita tradicional, ao passo que os novos vínculos são estabelecidos com uma nobreza dita de serviço que surge neste período, de acordo com os parâmetros estabelecidos por Fátima Regina Fernandes. Esta análise parte de uma perspectiva ibérica em fins do século XIII e início do XIV. Este grupo, por causa da ausência de terras, devido à sua posição na escala sucessória ou bastardia, passa a prestar serviços, de maneira especial o militar para o rei em troca de espólios e territórios que passam ao controle da monarquia, sob a tutela destes nobres de pouca expressão. Desta forma é possível entender o ato em que Filipe transfere praticamente todo o Languedoc ao líder da Cruzada Albigense, Simon de Montfort:

In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen. Philippus. Dei gratia Francorum rex. Noverit universi presentes pariter et futuri quod nos dilectum et fidelem nostrum Simonem comitem de Monte Forti recepimus in hominem nostrum ligium de ducatu Narbonensi, comitato Tolosano, vicecomitatu Biterrensi et Carcassonensi.¹⁷⁹

¹⁷⁹ SARAMAN, C. **Recueil des Actes de Philippe Auguste roi de France Tome IV**. Paris, Imprimerie Nationale, 1979. p. 22 - Ato nº 1418.

“Em nome da Trindade santa e indivisível. Amém. Filipe com a graça de Deus, Rei dos Francos. Seja conhecido a todos aqueles que lerem esta carta, no presente e no futuro, que recebemos de nosso amado e fiel Simon, conde de Montfort, sob a orientação do nosso vassalo, o ducado de Narbonne, o condado de Toulouse, viscondado de Béziers, e Carcassome.” T.A.

Esta classificação da documentação proposta engloba uma das características que possa ter corroborado para que seu governo tenha alcançado a notoriedade ao longo dos anos: a capacidade de mediar as relações entre a monarquia, a nobreza tradicional, o clero e a burguesia, na qual estavam inseridos esta nobreza de serviço. Esta percepção encontra-se nas cartas chancelares onde o rei apresenta-se como um mediador, o responsável pela manutenção da paz¹⁸⁰. Além de conceder benefícios aos grupos de aliados políticos é função do rei retirar estes mesmos benefícios quando os juramentos não mantiverem os vínculos para com o monarca. Com a presença destas estratégias nos documentos chancelares percebe-se uma demonstração do discurso teórico sobre os príncipes, com o aumento das insígnias reais, como a justiça e manutenção da paz. No discurso da crônica, o monarca é aquele que restaura a paz e articula um excelente acordo com seus adversários. O cronista descreve a conclusão do entrave entre Filipe e o duque da Borgonha em 1186:

Philippus rex sufficienter preinstructus, a duce Borgonha cautionem sufficienter, tria castra, optima, nomine vadii recepit, tali tamem pactione. [...] Vergiaci dono regio duci concessit: et sic pace reformata, Philippus rex semper Augustus cum suis, Dominum laudans et magnificans, in palatium suum Parisius reversus est cum gloria¹⁸¹

A fonte cronística neste contexto, demonstra seu objetivo de criar uma imagem, uma simbologia a respeito do representante da justiça divina na terra. No fragmento acima, o cronista mostra o desprendimento do rei com relação aos bens. A ideia transmitida por ele parece ser a de que é mais importante resolver as disputas através da diplomacia, mesmo que isso custe

¹⁸⁰ Cabe ao conde, associado ao bispo, fazer com que o respeitem. O príncipe conserva suas prerrogativas: durante os dias de abstinência de guerra, ele é o único que detém o direito de conduzir expedições pelo bem comum e cuidando para que os guerreiros que o acompanham não se excedam nos saques. Não é, tampouco, o bispo quem julga os delitos de *fractio pacis*, mas a corte condal, perante a qual os acusados vêm se justificar por juramento, acompanhados de doze de seus pares, ou por meio do ordálio do ferro em brasa. O poder dos príncipes afirma-se então como a fonte de toda a paz. In: DUBY, G. Op Cit., p. 99

¹⁸¹ RIGORD. Op Cit., p. 53.

“O Rei Filipe procurou resolver a questão com o duque da Borgonha de maneira satisfatória: três de seus castelos, os melhores, como um penhor para ele. [...] O castelo de Vergiaci também foi concedido, e assim houve a restauração da paz, o rei Filipe Augusto tendo ido com eles, louvando e glorificando o Senhor, ele retornou então para o seu palácio em Paris.” T.A.

uma série de benefícios e territórios. As fontes chancelares apontam para o sentido contrário, onde Filipe é aquele que recebe os benefícios e estas disputas serão resolvidas em diversas ocasiões, no campo de batalha.

A estruturação da monarquia ao longo deste século XII e especialmente no século XIII, constituíram elementos importantes na gestação de códigos a partir dos quais o rei deveria constituir uma expressão de autonomia jurídica nesta comunidade, tanto em questões pertinentes ao Reino e suas nuances, quanto para aos problemas oriundos da política externa. O conteúdo da crônica corrobora com esta definição de monarquia, apontando Filipe como um campeão da cristandade no âmbito da monarquia feudal, conceito este tratado anteriormente. Bracton apresenta uma definição interessante sobre as regiões de controle da coroa para mostrar os elementos que eram necessários para um bom governo neste século XIII nos territórios da monarquia capetíngia:

Para gobernar bien, disponer de dos cosas, armas y leyes, por médio de ellas, tantos los tempos de paz como los de guerra pueden ser dirigidos correctamente. Para cada una es necesaria la otra. Así lo obtenido por las armas se conserva em las leyes y las leyes mantienen el poder de las armas. Si las armas fallan contra enemigos rebeldes e indómitos, el reino estará desprotegido Si las leyes fallan la justicia quedará extirpada y no habrá quien dicte juicios justos.¹⁸²

A documentação analisada até o momento mostra o monarca alinhado com políticas régias, no campo das instituições medievais. É importante ressaltar que estas políticas, por serem tradicionais, também são práticas comuns aos demais senhores desta região. O conde de Flandres, o duque da Borgonha, da Champagne, por exemplo, também realizavam concessões em seus territórios. Os antecessores de Filipe II eram senhores feudais pertencentes à dinastia capetíngia. Neste sentido, o ponto de inflexão que a documentação apresenta a partir de seu reinado, está na formação de um monarca feudal que, passará a não apenas manter seus territórios, como seus antecessores fizeram, mas buscará o direito jurídico de primazia perante os demais senhores. Podemos relativizar a eficácia destes vínculos de

¹⁸² PÉREZ-PRENDES, J. M. Op. Cit. p. 88.

maneira prática, pois nas regiões conquistadas ao longo da Cruzada Albigense não existirá efetividade de domínio, devido às revoltas e levantamentos constantes pelos grupos locais. Esta presença da monarquia capetíngia só será solidificada a partir de 1250. Diversos autores colaboram com este vazio de poder real nas terras do Languedoc¹⁸³.

Esta relação entre os diversos territórios e a influência da monarquia não pode ser analisado apenas pelo viés institucional, mas através das fronteiras físicas e simbólicas que conectam estas localidades à diferentes realidades. Uma das questões que nos levaram aprofundar no contexto do reinado de Filipe Augusto através das fontes, está na representação gráfica das fronteiras do reino comandado pelo monarca, que os manuais didáticos apresentam. Verificar se de fato os territórios ditos pertencentes à coroa possuem efetivamente o controle por parte do rei e relativizar este domínio é importante para uma visão mais acertada das monarquias medievais neste início do processo de centralização de poder. Temos uma tendência neste século XII, tendência esta que será depurada ao longo dos reinados posteriores, mas que ainda está em formação, em experimentação neste período.

As fronteiras neste processo são muito importantes pois apontam para uma percepção diferenciada do conceito fronteiriço que é apresentado posteriormente com a chegada das monarquias nacionais. Neste século XII, as fronteiras são simbólicas e os marcos geográficos são apenas referências, que são adaptados conforme a percepção destes nobres e da população desta cristandade latina neste período. O conceito de fronteiras fluidas proposto por Fátima Regina Fernandes auxilia nesta compreensão¹⁸⁴. O

¹⁸³ A expansão francesa não foi menos vigorosa. O seu berço foi a França do Norte, onde a pressão demográfica estava no auge. Nas planícies onde a revolução agrícola dava os mais eficazes resultados. Essa França do Norte colonizou a França do Sul por Paris (1229), que preparou a do Languedoc à França capetíngia criada por morte de Afonso de Poitiers, irmão de São Luis. (1271). LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. p. 95. O Languedoc nunca foi redimido de seu pecado original de dar abrigo à heresia. Incorporada à força ao reino da França, como resultado da Cruzada Albigense, a região viu passar gerações antes que redescobrisse o nacionalismo nascente que os cavaleiros do norte e os inquisidores dominicanos primeiro deflagraram e depois destruíram, no século XIII. O'SHEA. Op. Cit. p. 35. Mas, em 1214, ninguém pode assegurar que esta não ressurgirá logo depois. No Sul da França, o reino continua dividido: o mero acordo entre padres e pobres não basta para fundar solidamente a paz. DUBY, G. Op Cit. p. 98.

¹⁸⁴ FERNANDES, F. R. **A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. En la España Medieval**, Espanha, v. 28, 2005. p. 158

contexto movimenta essas fronteiras aproximando alguns personagens e afastando outros, a partir dos acordos e resultados de campanhas militares¹⁸⁵.

Desta forma, a partir da classificação proposta, procuramos abranger os aspectos do reinado de Filipe Augusto que pudessem demonstrar e comprovar a efetividade de seu reinado. Com o grupo das concessões, quantificamos qual o grupo recebeu mais benefícios do rei, e conforme demonstramos, o clero obteve mais concessões. Esta verificação aponta para uma estratégia de enfraquecimento da nobreza tradicional por parte da monarquia através do fortalecimento de outros grupos. Com o grupo das fundações, procuramos localizar geograficamente as cidades fundadas pelo rei para que fosse possível uma representação gráfica das localidades em que a presença real foi efetiva através destas fundações. Adicionalmente, dividimos estas fundações para demonstrar algumas nuances adotadas pela monarquia para diferentes realidades regionais dentro deste território. Estas medidas foram adotadas visando observar, a partir do exemplo do governo de Filipe como a política monárquica medieval neste ambiente do reino dos francos iniciou sua estruturação e fortalecimento da figura dos reis capetos. Esta inflexão na maneira de governar é apontada por uma historiografia francesa mais tradicional, que aponta para a fundação de municípios como um diferencial importante entre Filipe Augusto, seus antecessores e seus sucessores.

Luís VI y Luis VII han tenido una política vacilante, determinada por las circunstancias más bien que por miras generales; que Filipe Augusto y Luis VIII han sido los primeros – y los últimos – de los reyes de Francia que favorecieron sistemáticamente la creación de municipios¹⁸⁶

O embate entre o clero e a monarquia passa pela fundação de municípios, na medida em que, segundo Petit-Dutaillis, a instituição eclesiástica considerava estes espaços como atentados aos seus direitos e por esta razão, era uma opositora a sua formação. Com o passar do tempo as cidades foram estruturadas pelo clero secular, com a construção de

¹⁸⁵ FERNANDES, F. R. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Espanha, v. 28, p. 155-176, 2005. p. 172.

¹⁸⁶ PETIT-DUTAILLIS, C. **Los municipios franceses**. México: Union Tipografica Editorial Hispano Americana, 1959. p. 60

catedrais, muitas delas financiadas pelo próprio rei. Obter o apoio deste clero na política cidadina pode apontar para uma das razões pelas quais as concessões entre o rei e o clero superam as demais concessões em termos quantitativos. A construção de universidades e catedrais foi uma das características do governo de Filipe.

Esta seria a razão pela qual, segundo o autor, Filipe Augusto seria o primeiro entre os reis capetíngios a incentivar estas concessões para esta burguesia. A administração destas cidades seria entregue a esta burguesia que possuíam seus próprios objetivos comerciais e econômicos nestas fundações. De um lado a administração urbana era beneficiada com esta autonomia perante os compromissos senhoriais e da influência da Santa Sé, por outro a monarquia formava quadros próprios e colocava estes grupos a seu serviço, através da vinculação e regras contidas na documentação chancelar.

Estas cidades tornaram-se instrumentos do Reino em territórios de pouca ou nenhuma influência. Os conselheiros de Filipe Augusto no início de seu reinado estimularam esta aliança entre esta burguesia em formação e o rei. Enquanto os burgueses necessitavam de legitimação e autonomia dos vínculos tradicionais da estrutura da sociedade medieval, o rei precisava de domínio territorial para além de seus domínios. A fundação de cidades serviu a este duplo propósito.

2.2 - A CRÔNICA DE FILIPE AUGUSTO

Após o desenvolvimento dos primeiros passos na análise da documentação régia, percebemos que era necessário um segundo grupo de fontes para aprimorar o contexto e estabelecer uma cronologia própria do reinado de Filipe Augusto. Partiu-se, desta forma, ao estudo do documento intitulado *Gesta Philippi Augusti* escrita pelo Cronista do Languedoc Rigord e concluída por Guilherme, o Bretão.

A escrita desta crônica aponta para uma importante mudança de paradigma dentro do campo imagético desta monarquia. O autor que iniciou a escrita deste material, Rigord, oriundo da região do Languedoc, talvez da região de Nimes, um Monge de Saint-Denis incumbido de auxiliar na escrita da vida de Filipe Augusto. Escreveu duas obras, um resumo da vida do rei para ser inserido na História dos Francos e a *Gesta* do rei. A Crônica é composta por duas partes: iniciada com uma epístola dedicada para o Príncipe Luís e um prólogo. Este prólogo é mais antigo que o restante do texto¹⁸⁷. Ele apresentou duas versões de sua *Gesta*, uma em 1196 e outra em 1200, sendo então substituído na tarefa de relatar a vida do rei. A crônica é concluída, então por Guilherme o Bretão. O segundo casamento do rei é apontado como uma das causas para esta mudança na escrita da obra oficial do rei. Um monge oriundo da região do Languedoc mostra que este isolamento e ausência de poder régio por um lado e eclesiástico por outro, não são estanques. A igreja estava presente no Languedoc, e havia o trânsito entre este clero, “sulista” e a passagem para outras localidades, como a trajetória de Rigord demonstra.

Por outro lado, considerando aquele que concluiu a obra, Guilherme o Bretão, segundo as considerações de Duby:

Ele é um desses parvens da cultura, como tantos outros que conhecemos e que eram numerosos à época. Para os que, de baixa extração, queriam subir na escada social, o melhor caminho era ingressar em uma escola e aprender a falar e escrever bem. Os príncipes tinham uma necessidade premente de pessoas dotadas desses conhecimentos e lhes retribuía generosamente¹⁸⁸.

¹⁸⁷ RIGORD, Op Cit, p. IV

¹⁸⁸ DUBY, G. Op Cit. p. 22

A biografia do Bretão é muito esclarecedora com relação a este grupo, pois mostra a mobilidade que eles tinham por entre os territórios. Migrações “internacionais” bem como o surgimento de um intelectual voltado para a vida secular. O rei tem vantagem em escolher Guilherme para escrever sobre seus atos heroicos, na medida em que seria uma testemunha ocular dos eventos, pois diferente de outros monges que permaneciam nos mosteiros, este grupo de eruditos tinham uma atuação na esfera secular. Claro está que tanto Rigord quanto Guilherme apresentam uma versão da História de acordo com o patrocínio de seu senhor. O acompanhamento enriquece a narrativa e os detalhes, mas não modifica o resultado do mesmo que é o de exaltar a figura do rei, conforme o objetivo da Crônica. O ambiente intelectual neste século XIII nesta região de trânsito entre estes clérigos seculares era promissor:

Mais, à la fin du XII siècle, Gervais de Canterbury témoigne de la place prise par chroniques aux dépens à' annales 34. Au XIII siècle, annales disparaît presque. Histoires et chroniques restent seuls. Ils sont souvent synonymes, comme le sont chr ono graphe et historiographe. Mais alors que chroniques n'a pas d'autre sens que celui d'ouvrage relatant des événements, histoires a hérité de son long passé de multiples significations. Uhistoire, c'est à la fois ce qui s'est passé, le récit de ce qui s'est passé, n'importe quel récit Trop de richesse nuit¹⁸⁹.

Este século XIII apresenta um ambiente bastante propício para o desenvolvimento deste intelectual que passa a ser necessário para o andamento das cortes, dos conselhos administrativos das cidades, entre outras necessidades desta sociedade cada vez mais complexa e carente de corpo intelectual. A partir do processo de laicização, os clérigos se apresentam um grupo bastante distinto e com força de organização nas discussões. O clérigo secular é chamado de intelectual por Mariateresa Fumagalli Beonio Brocchieri¹⁹⁰ em seu texto.

Importante não dissociar a existência desse grupo pensadores com o desenvolvimento das cidades. As universidades urbanas, relacionadas à dinâmica das ruas desta cidade movimentada, trouxeram um aspecto mais cosmopolita e aberto a estas localidades. Bastante diferente do ensino dos

¹⁸⁹ Guenée Bernard. Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 28e année, N. 4, 1973, pp. 997-1016.

¹⁹⁰ BROCCHIERI, Mariteresa Fumagalli. **Universidades de Europa. Raices culturales del Viejo Mundo**, Anaya, 1991.

mosteiros fechado e “sisudo” na definição de Jaques Le Goff em seu estudo clássico sobre a figura destes personagens¹⁹¹. Nesta obra, Le Goff associa o surgimento destes atores com a estruturação citadina que ocorre a partir do século XII no âmbito desta França. É importante estabelecer que as cidades eram uma realidade no período anterior, porém a partir do século XII o fenômeno urbano:

Modificou então, profundamente, as estruturas econômicas e sociais do Ocidente.¹⁹²

Neste sentido, a atuação destes intelectuais deve ser vinculada às cidades. O próprio conceito deste intelectual da idade média tem sido revisto pela historiografia contemporânea verificando a trajetória deste conceito ao longo dos últimos 50 anos. Isto demonstra a importância que este grupo continua tendo para uma compreensão do ambiente medieval desde o século XII¹⁹³. Neste sentido, a Crônica de Filipe Augusto, apresenta aspectos de dois universos inseridos em suas páginas. Por um lado um monge de uma tradição de ensino monástico tradicional, e por outro um intelectual oriundo de uma realidade de ensino urbano com objetivos de prestação de um serviço laico. Geograficamente ambos os personagens são provenientes de ambientes distintos, Rigord originário do Languedoc, e Guilherme das terras do norte.

A respeito das crônicas medievais, é importante ressaltar que elas se caracterizam como relatos históricos elaborados segundo a intenção do cronista e do comitente ou requerente da obra. Seu objetivo primário é o de transmitir à posteridade uma memória selecionada de fatos. Porém, esta transmissão dos acontecimentos é na verdade uma seleção especial de ações memoráveis, daquilo que seria digno de ser lembrado como um grande feito: bons exemplos, atos de príncipes e santos. Por serem produções literárias de gênero narrativo devem ser associadas à literatura existente na época, como as canções de gesta, os romances de cavalaria, sermões, espelhos de

¹⁹¹ LE GOFF, J. **Os Intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. p. 23.

¹⁹² LE GOFF, J. Op Cit. p. 25.

¹⁹³ SALOMÃO, Igor Teixeira. **O Intelectual na Idade Média: divergências historiográficas e proposta de análise**. In: Revista Diálogos Mediterrânicos. Número 7, 2014. p. 155-172.

príncipes e poemas épicos, com atenção às devidas diferenças e objetivos de cada uma destas estruturas.

Sobre o discurso cronístico, segundo as considerações de Marina Sartori Martins¹⁹⁴, a investigação desta narrativa deve levar a um entendimento de uma construção social e política, dotada de intenções e estratégias, ou seja, uma expressão do imaginário da época. O fortalecimento do projeto teórico de legitimação régio, que encontra um eco crescente ao longo do século XII nestes territórios, mostra que embora exista um desalinhamento entre o projeto e a práxis política e jurídica, a teoria não condiciona a prática, porém a influencia de maneira a mostrar uma tendência.

A preocupação com o engrandecimento das figuras heroicas é perene ao longo de toda a história, porém na Baixa Idade Média percebe-se que esta preocupação foi crescente, graças ao uso corrente da compilação que se cria a partir da síntese dos valores antigos e daqueles estabelecidos no presente, através das experiências dos compiladores. A partir do século XIII o contato com as referências antigas, em especial do imaginário romano, tornou-se mais intenso, em razão da participação de senhores laicos na produção escrita e do crescente aceite dos livros no âmbito das cortes. A disseminação de universidades e o crescimento das cidades, com o desenvolvimento de corporações de ofícios laicas podem ter contribuído para este vislumbre ao laicismo clássico encontrado nos relatos cronísticos, muito embora o arcabouço teórico da cristandade permaneça impregnado em todas as esferas desta sociedade.

A importância das ordens cavaleirescas e seus romances laicos também estarão inseridos nas crônicas régias e senhoriais. O elemento cristão permanecerá fundamental neste estilo literário, e este amálgama entre uma tradição heroica pagã associada ao código cristão será percebido nos relatos destes documentos. Esta valorização da figura do herói medieval está diretamente ligada à moral cavaleiresca que se configurou e se expandiu nas cortes medievais, conforme a análise de Leopold Genicot¹⁹⁵. Com efeito, a relevância das ações de um homem que influencie não só sua geração, mas

¹⁹⁴ MARTINS, M, S. Nuno Álvares Pereira e a Apologia da Cavalaria na Crônica do Condestável. **Revista Vernáculo**, nº 21, 2008.

¹⁹⁵ GENICOT, L. **Europa en el siglo XIII**. Barcelona: Ed. Labor, 1970

as posteriores é justamente a figura ideal que encontramos nas crônicas, bem como o caráter dado à figura real. O rei e seu ofício de governar trabalham constantemente para que se mantenha uma boa relação com o povo, na qual o indivíduo sobreponha o coletivo. Para exercer o poder de maneira constante e eficaz, é necessário encontrar uma série de fatores que favoreçam esta permanência, entre eles os símbolos que pairam sobre a imagem real, dentre os quais é possível citar o caráter sagrado do monarca, sua configuração cavalheiresca, a dependência dos cortesãos tanto para a subsistência quanto para a manutenção de sua posição social. Para José Luis Bermejo Cabrero, o mundo político, neste contexto da Baixa Idade Média, apresentava a ideia de reflexão histórica como um modo de formação política através de um duplo plano de conduta, no âmbito pessoal e coletivo¹⁹⁶.

Desta forma, torna-se primordial a funcionalidade de certas imagens e mitos na construção da memória histórica visto que esta não é entendida como o passado transcorrido, mas sim como um registro que é constantemente reinventado de acordo com o contexto do presente.

Esta análise da tipologia das fontes pode ser percebida nos relatos dos reis ibéricos dos séculos XIII e XIV, através de estudos como o apresentado por Simone Ferreira Gomes de Almeida¹⁹⁷, que apresenta uma análise deste contexto e a imagem heroica apresentada por seus cronistas, mostrando o aperfeiçoamento da supremacia régia enquanto indivíduos. A honra e a valentia em primeira instância configuraram o ideal do cavaleiro medieval. Além disto, este cavaleiro era portador de uma beleza física idealizada, tanto na estatura quanto nos detalhes dos cabelos, do porte e da beleza facial do retratado pelo cronista¹⁹⁸. Todos estes elementos devem ser levados em conta pelo pesquisador das crônicas quando da análise destas fontes. Segundo Fátima Regina Fernandes¹⁹⁹, as fontes cronísticas

¹⁹⁶ CABRERO, J. **Orígenes del Oficio de Cronista Real**. *Hispania – Revista Española de Historia*, nº 145, Madrid: Instituto Jeronimo Zurita, 1980. p. 366

¹⁹⁷ ALMEIDA, S. F. Os Heróis nas Crônicas Medievais Ibéricas. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. São Paulo, 2008

¹⁹⁸ Para maiores informações a respeito da figura do líder da Cruzada Albigense durante o reinado de Filipe Augusto retratado pelo monge cisterciense e cronista Pierre dês Vaux de Cernay, Cf. MEDEIROS, E. L. Op Cit., p. 23

¹⁹⁹ FERNANDES, F. R. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Espanha, v. 28, 2005, pp. 155-176

apresentaram-se como modelos de uma ideologia legitimatória no sentido de serem utilizados tanto pela monarquia quanto pela nobreza enquanto meios para legitimação ideológica. A análise do reinado de Filipe Augusto corrobora para a hipótese de que monarquia e nobreza apresentam-se como agentes concorrentes e complementares deste poder. Enquanto no âmbito individual tanto este rei como sua corte buscavam legitimação através destas Crônicas, coletivamente, uma imagem de unidade e estabilidade política era construída, que envolvia o âmbito cultural paralelo ao universo político.

O rei amou a equidade como sua própria mãe e fez todos os esforços para assegurar que a clemência prevaleceria através de mais justiça, e ele nunca permitiu que a verdade fosse maculada [...]. O Príncipe possui um zelo ardente vindo da parte de Deus para defender as Igrejas e o clero [...] É o chamado que Deus lhe deu porque foi dado por Deus, como rei, para a construção de igrejas e cuidados de clérigos e de todo o povo de Deus²⁰⁰.

As crônicas atuam elemento de transmissão de um imaginário real que funciona como propaganda exercendo um papel que as cartas chancelares não podiam realizar, o de mostrar um rei que tivesse as características ideais de um bom rei.

A crônica de Filipe Augusto escrita por Rigord e Guilherme o Bretão conforme verificado anteriormente, apresenta em sua narrativa uma complexa reconstrução histórica da linhagem dos francos para que não parem dúvidas sobre a origem e legitimidade da dinastia de Filipe Augusto. Este texto é o cerne do entendimento do autor com relação à tradição da monarquia e, por conseguinte sua visão do passado²⁰¹.

Através da leitura da genealogia proposta pelo autor, é possível perceber alguns elementos muito importantes na busca por uma, historiografia na qual o autor está embasado, com o objetivo de legitimar o novo monarca

²⁰⁰ RIGORD, **Gesta Philippi Augusti**, in **Oeuvres de Rigord et de Guillaume le Breton**, ed.. DELABORDE, H. F. Paris: Société de l'Histoire de France, 1882, p. 96, p.98, p.108

²⁰¹ Et quoniam multi solent dubitare de origine regni Francorum, quomodo et qualiter reges Francorum ab ipsis Trojanis descendisse dicantur; ideo sollicitus, prout poltuimus colligere ex historia Gregorii Turonensis, ex chronicis Eusebii et Hidachii et ex aliorum multorum scriptis, in hac nostra historia satis lucide determinavimus. DELABORDE, H. F. **Oeuvres de Rigord et Guillaume Le Breton. Historiens de Philippe-Auguste**. Tome Premier Chroniques de Rigord et de Guillaume Le Breton. Paris: Librairie Renouard, 1852, p.55.

“E uma vez que muitos estão acostumados a duvidar da origem do reino dos Francos, como porque que são chamados os reis dos francos; por esta razão, portanto, ter o cuidado de recolher a partir da história de Gregório de Tours, na medida em que possui, a partir dos escritos de muitos das crônicas de Eusébio e Hidachi os problemas dos outros, em uma compreensão suficientemente clara da história determinada.” T.A.

da dinastia dos capetos que é representado pelo autor como pertencente a casa dos francos. O recuo histórico realizado neste ambiente acompanha os autores do documento que realizam um exercício historiográfico de modo a associar a dinastia do rei à um passado glorioso e mítico.

Importante destacar três elementos fundamentais no texto de Rigord para entender sua base historiográfica. O primeiro deles é o vínculo da dinastia presente a um passado heroico, mítico voltado à perspectiva grega²⁰². O segundo elemento está na ideia de tradição dos francos²⁰³. Uma longa linhagem de reis e imperadores, atribui credibilidade a esta dinastia, a partir da ideia de ordem e estabilidade, associando assim, ao favor divino para a sucessão²⁰⁴. O terceiro e último elemento para uma visão da história dos

²⁰² Uma lenda a respeito da origem da dinastia franca envolvendo o nome mítico do rei Faramund ou Pharamond que seria um descendente do próprio rei de Tróia Príamo. O nome aparece em primeiro lugar na obra anônima *Liber historiae Francorum* datada do século VIII sendo reproduzida por outros autores como Gregório de Tours em seu *Annales Francini* e texto mais próximo de Rigord a *Gesta Francorum* de 1110 onde é descrito no capítulo 8 como os francos mudaram as leis sob o reinado de Pharamond. Rigord informa: *E o tempore Marcomirus cum suis Gallias intravit, et audientes Parisii quod de Trojanis descenderat ab ipsis honorifice receptus est: quos quia ad exercitium armorum docuit et civitates, propter frequentes incursos latronum, murari fecit, ab ipsis defensor totius Gallie constitutus est. Hic **Faramundum** fillium suum militem strenuum, primum regem Francorum diademate insignivit, qui ob honorem Paridis, filii Priami regis Troje, a quo ipsi populi denominati fuerant, et ut magis ipsis placeret, civitatem Parisiorum que tunc Lutetia vocabatur, de nomine Paridis Parisius vocari voluit. Affectabant enim omnes Trojani qui de excidio Troje descenderant, quod nomen eorum per universum orbem longe lateque diffunderetur. **Faramundus** genuit Clodium: Clodius genuit Meroveum a quo rege utili reges Francorum Merovingi sunt appellati. Meroveus genuit Childericum: Childericus genuit Clodoveum primum regem christianum, a quo nomina regum Francorum ab ipso descendunt, propter ordinem historie memoriter tenendum, hic posuimus.* DELABORDE, H. F. Op. Cit., p.57.

²⁰³ *Clodoveus genuit Clotarium; Clotarius genuit Chilpericum, qui Dagobertum primum. Hic ecclesiam hieromartyris Dionysii fundavit et multa donaria eidem ecclesie contulit. Dagobertus genuit Clodoveum, qui Clotarium, Childericum et Theodericum. Isti tres fuerunt fratres, filii Clodovei, filii Dagoberti primi et sancti Baltildis. Childericus genuit Dagobertum, qui Theodericum, qui Clotarium. Deinde regnavit Ansbertus qui genuit Arnoldum, qui sanctum Arnulfum postea Metensem episcopum; qui Anchisen vel Ansegiisilum vel Ansedunum, qui Pipinum majorem domus, qui Karolum Martellum imperatorem, qui Pipinum reges, qui Karolum Magnum imperatorem, qui Ludovicum Pium imperatorem, qui Karolum Calvum imperatorem. Hic attulit ad ecclesiam ter beati Dionysii clavum et spineam coronam et brachium sancti senis Simeonis et cristam auream cum gemmis pretiosissimis impretiabilem, et crucem auream cum lapidis pretiosis pondere LXXX marcarum et multa alia carissima dona jam dicte ecclesie contulit, que longum esset hic ponere. Karolus Calvus genuit Ludovicum regem, qui Karolum Simplicem.* DELABORDE, H. F. Op. Cit., p.59.

Este texto trata da genealogia dos reis dos francos que busca em um passado merovíngio a origem da dinastia capetíngia. Desta forma, não existem descontinuidades, apenas a perpetuação de uma casa real ao longo dos séculos. Desta forma, o autor está mostrando estabilidade e a legitimidade que o governo de Filipe está mostrando. Esta ideia de continuidade está muito vinculada ao Antigo Testamento com as linhagens que culminaram na vinda do Messias. Partindo de Adão chegando a Jesus Cristo, a continuidade dinástica denota favor divino para ela. Nota do Autor.

²⁰⁴ Quanto a você, sua dinastia e seu reino permanecerão para sempre diante de mim; o seu trono será estabelecido para sempre". In: BIBLIA. Nova Versão Internacional. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003, 2 Samuel 7:16

autores, está na dicotomia entre civilização e barbárie²⁰⁵, muito aplicado nos tratados das fontes de origem tardo antiga, mas que se perpetua até o baixo medievo.

O vínculo entre o presente e um passado heroico pagão, como no exemplo apresentado com Troia e seu rei mais expoente, Príamo era algo recorrente dentro das narrativas medievais, mesmo considerando um cronista cristão oriundo das fileiras eclesiásticas de mosteiros importantes desta latinidade ocidental. No caso de Rigord, sendo considerado físico, o conhecimento de autores clássicos era parte de sua ocupação. A utilização de elementos de uma herança Greco-romana por parte dos pensadores da igreja foi incorporada, atingindo seu ápice na chamada idade de ouro da Patrística, entre os séculos IV e V. Na gênese da igreja cristã, havia a necessidade em diferenciar a filosofia cristã daquela dita clássica, em especial nos autores do século II como Tertuliano por exemplo²⁰⁶. Os pensadores da Patrística mudam a perspectiva e incorporam parte destes elementos da tradição clássica em seus escritos de maneira especial no campo da filosofia²⁰⁷. Claro está que esta apropriação da cultura pagã por parte do cristianismo em sua origem não pode ser percebida como algo contínuo e estanque, mas sim de maneira seletiva e fragmentada. Trechos desta tradição são adotados e adaptados para a realidade no contexto que a recebe.

Os primeiros experimentos neste sentido permaneceram restritos ao campo das ideias entre os primeiros pensadores cristãos, até meados do século IV, quando os levantes e ocupação de povos das regiões setentrionais

²⁰⁵ *Tempore istius, Dani de Scythia per Oceanum vecti ceperunt Rotomagum, habentes ducem nomine gentis sue nomine Rollonem, qui multa ecclesiis Dei intulit mala. Iste totam sibi Neustriam subjugavit et a nomine gentis sue Normannian vocavit. Normanni vero **língua Barbara homines septentrionales** dicti sunt, eo quod primum ab illa mundi parte venerint.* DELABORDE, H. F. Op. Cit. p.55 Desta

*Inde digressi, juxta Thraciam super ripas Danubii fluvii consederunt; sed post paululum temporis, Turchus eum suis, a Francione consanguíneo suo recedens, in Seythia **inferiore se transtulit et ibi regnavit**; a quo descenderunt **Ostrogoti, Ypogoti, Wandali et Normanui**. Frâncio autem circa Danubium fluvium cum suis remansit et edifican ibi civitatem, Sicambriam vocavit* DELABORDE, H. F. Op. Cit. p.60

²⁰⁶ TERTULIANO. **El Apologetico**. Versión y notas Germán Prado. Sevilla: Apostolado Mariano, 1991. (Los Santos Padres, 6).

²⁰⁷ Para maiores detalhes Cf. ROEDEL, L. R. "A Cristianização e a tradição clássica na transição da antiguidade para a Idade Média: o caso Suevo." In **Boletim do CPA** nº 4. Campinas: UNIP, 1997. p.111.

a partir do século V, ofereceram para a Igreja uma nova perspectiva de adaptação e contato com estes povos que oscilavam entre o paganismo e o arianismo.

Importante salientar que estas estratégias de aculturação dos povos que ocuparam os lugares de cultura e poder deixados a partir do enfraquecimento do império romano não foram oriundas de um plano central arquitetadas pelo núcleo de poder eclesiástico, ainda em formação neste período. Ainda assim, algumas estratégias foram utilizadas, visando a aproximação entre a igreja e esta nova realidade de povos “não cristãos” a partir de então em contato e habitando o mesmo espaço. Segundo Leila Rodrigues de Roedel:

Apesar da inexistência de um plano geral deliberadamente estabelecido, alguns mecanismos, como a criação de mosteiros nas áreas rurais, a instrumentalização e melhor preparação dos membros da igreja local; e a aproximação entre eclesiásticos e monarcas, foram adotados com maior ou menor empenho, dependendo principalmente, das especificidades de cada grupo germano em questão²⁰⁸.

Desta forma, a partir desta nova realidade, a partir da desestruturação do império romano, a mentalidade unificadora e civilizatória adotada ao longo do império, será transmitida para as fileiras da igreja a partir da vinda e estabelecimento de reinos de origem germânica nos espaços desta latinidade. Este esforço, passa do campo estritamente teórico para algo mais prático, no sentido em que as especificidades de cada povo exigem estratégias pensadas e orquestradas para cada caso. Neste sentido, a tradição clássica não será abandonada, mas mantida a partir dos escritos dos autores da Patrística e novos elementos serão incorporados, e apresentados dentro uma nova perspectiva, através de ótica dos escritos cristãos.

Neste sentido, a opção de Rigord em utilizar a História de Gregório de Tours, as Crônicas de Eusébio²⁰⁹, Idácio entre outras obras não citadas,

²⁰⁸ ROEDEL, Op Cit., p .112

²⁰⁹ Sobre a Crônica de Eusébio, sugerimos o trabalho de SANCHEZ, P. J. G. **El Género Historiográfico de la Chronica – Las Crônicas Hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994. Segundo o autor: *La Crônica de Eusébio de Cesárea marca el comienzo de la Crônica Cristiana, Eusébio establecio, em el s. IV d.C., lós constituyentes esenciales Del género, constituyentes que, em general, habrían de mantenerse vigentes durante vários siglos.*

mostra a tendência de manutenção da escrita das linhagens que permaneceu bastante presente durante a baixa idade média entre os cronistas²¹⁰. Alguns elementos contribuíram para esta expansão do trabalho cronístico na manutenção destes elementos clássicos em seus escritos como a fundação das universidades, o aumento de importância e poder por parte da nobreza e o progressivo aceite de livros em suas cortes.

A prática do estabelecimento de cronologias régias com o objetivo de legitimar e fortalecer determinada casa real remonta aos tempos bíblicos do Antigo Testamento com as genealogias dos reis de Israel. Foi apropriada pelos autores do Novo Testamento para estabelecer um vínculo entre Cristo e o período anterior. Neste sentido, continuou sendo utilizada pelos primeiros pensadores desta igreja nascente nos primeiros séculos deste cristianismo nascente. As cronologias continuaram sendo utilizadas por estes autores e pelas gerações futuras. Um dos autores citados por Rigord é Gregório de Tours. Para entender a influência de Gregório nos escritos do cronista de Filipe Augusto, podemos citar o próprio Gregório no segundo livro de sua *Historiarum*:

Ita et nos idcirum sic scripsemus, quod facilius saeculorum ordo vel annorum ratio usque nostra tempora tota repperiatur. Venientes ergo per antedictorum auctorum historias, ea quae in posterum acta sunt Domino iubente disseremus.²¹¹

Para Gregório, tanto quanto para Rigord, Deus é o Senhor da História e a narrativa dos eventos passados, seria uma narrativa dos atos divinos ao longo do período analisado.

O segundo elemento historiográfico utilizado pelo cronista de Filipe Augusto em sua obra está na tentativa de considerar a continuidade e sucessão de monarcas desde um passado remoto até o seu presente. Esta tentativa em criar uma dinastia perpétua tem sua origem nos próprios escritos

²¹⁰ MEDEIROS, E. L. “Análise da estrutura da fonte cronística e registros chancelares na monarquia francesa entre 1180 e 1223” In. **Atas da IX Semana de Estudos Medievais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p. 249.

²¹¹ GREGORII TURONENSIS. **Historiarum Liber Secundus**. Prólogo. Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/gregorytours/gregorytours2.shtml>

“E assim nós escrevemos para que se aplica à nossa antiga ordem e os encontrou em todos os momentos. Quando, portanto, o referido autor da história, o Senhor, no comando desta ação, e discutir as coisas que estão no futuro [...]” T.A.

bíblicos, como é possível perceber na leitura do livro de 2 Samuel capítulo 7 verso 16: *Quanto a você, sua dinastia e seu reino permanecerão para sempre diante de mim; o seu trono será estabelecido para sempre*²¹².

Este texto é uma das bases para a visão eclesiástica sobre a monarquia. Dentro desta perspectiva, a dinastia que se perpetua, apresenta a benção e a aprovação divina para seu governo²¹³. Esta permanência da descendência do monarca dependia de sua obediência aos princípios cristãos e sua justiça de acordo com as definições e qualidades que um governante deveria possuir. Estes elementos podem encontrar sua origem nos escritos romanos de vários autores, entre eles o próprio Cícero²¹⁴.

Dentro do viés historiográfico, esta vertente seguida por Rigord, aparece em outros manuscritos como na *Historiae adversum paganos* de Paulo Orósio²¹⁵, identificada por José Miguel Allonso Nuñez, como a teoria da

²¹² BIBLIA. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003

²¹³ MEDEIROS, E. L. **Historia de Israel**. Curitiba: SGEN, 2011. p.77: Após a morte de Salomão, seu filho Roboão assume o poder, porém o contexto político do jovem rei é bastante diferente de quando Davi entregou o posto nas mãos de seu filho. Acompanhamos isto no capítulo 6, quando vimos que a apostasia e a idolatria de Salomão levantaram inimigos que fizeram oposição a seu governo.

²¹⁴ FRIGHETTO, R. Transformação e Tradição: A influência do pensamento político e ideológico do mundo romano clássico na antiguidade tardia. **Revista Diálogos**, Maringá, v.12, n. 3, p-24, 2008: Dos pontos de vista político e filosófico a obra de Cícero pode ser enquadrada no âmbito das idealizações (se preferimos, elaborações) teóricas relativas à Res publica perfeita, aquela que é definida pelo pensador romano como a optima re publica.

²¹⁵ ²⁰ A flumine Tigri usque ad flumen Euphraten **Mesopotamia** est, incipiens a septentrione inter montem Taurum et Caucasum. ²¹ cui ad meridiem succedit Babylonia, deinde Chaldaea, nouissime Arabia Eudaemon, quae inter sinum Persicum et Arabicum angusto terrae tractu orientem uersus extenditur. ²² in his sunt gentes XXVIII. ²³ A flumine Euphrate, quod est ab oriente, usque ad mare Nostrum, quod est ab occasu, deinde a septentrione id est a ciuitate Dagusa, quae in confinio Cappadociae et Armeniae sita est haud procul a loco ubi Euphrates nascitur, usque ad Aegyptum et extremum sinum Arabicum, ²⁴ qui ad meridiem longo angustoque sulco saxis insulisque creberrimo a Rubro mari id est ab oceano occasum uersus extenditur, **Syria** generaliter nominatur, habens maximas prouincias Commagenam Phoeniciam et Palaestinam, absque Saracenis et Nabathaeis quorum gentes sunt XII. ZANGEMEISTER, C. *Pauli Orosii Historiae Adversum Paganos. Liber I*. Leipzig, 1889.

É o lado da inundação desde o rio Eufrates até o Rio Tigre, e, a partir do norte, entre o Monte Taurus, para o Cáucaso. A que se sucede ao sul de Babilônia, Caldéia e, em seguida, o último de todos Arábia Felix, que é uma terra estreita entre a região do leste para o Golfo Pérsico e línguas árabes que lhes são aplicáveis. Estão nessas coisas as nações a partir do rio Eufrates, que é a partir do leste, tanto quanto para o mar, é a nossa parte, o que está longe do ocidente, do norte, ou seja, a partir da cidade de Dagusa e, em seguida, nos confins da Capadócia e Eufrates, a partir de Armênia, está situado não muito longe do lugar onde ele nasce, até o Egito, e no final do Golfo Pérsico, são sulco longo e estreito no sul do Mar Vermelho, rochas freqüentes e ilhas que se estendem desde o oceano em direção ao oeste, a Síria é geralmente chamado, tinha uma grande província Fenícia e Palestina, além dos muçulmanos e as 12 nações dos nabateus. T.A.

sucessão dos impérios universais²¹⁶. A prática é adotada por Orosio no mesmo estilo literário, atribuindo uma origem mítica aos povos pagãos formando, na cosmogonia orosiana, quatro impérios universais: Babilônia, Macedônia, Cartago e Roma. Sua obra é fortemente influenciada pela Crônica de Eusébio e Jerônimo²¹⁷.

O discurso de legitimidade dinástica é algo recorrente desde os primórdios do cristianismo, oriundos da legislação romana acerca do poder e da divinização do príncipe²¹⁸. Podemos citar, por exemplo, o Panegírico de Trajano, escrito por Plínio, o jovem, em 100 d.C., a vida de Apolônio de Tiana de Filóstrato, do século III e a coletânea de biografias imperiais conhecida pelo título de História Augusta, composta no século IV. Cada uma delas mostra a maneira exemplar como o príncipe deveria se portar, objetivando a perpetuação de sua dinastia. São estes os discursos que os cronistas medievais utilizarão para definir as regras de conduta dos monarcas, ao menos no plano teórico, nos séculos posteriores²¹⁹. O interesse dos cronistas do século XII, assim como o de seus antecessores era o de criar uma imagem ideal do monarca. Para alcançar este objetivo, era necessário a criação de um modelo teórico dentro desta estrutura do feudalismo denominado como “Espelhos de Príncipes”. Seu objetivo principal era o de ser um instrumento didático a ser utilizado e lido pelos príncipes na sociedade de corte. Estes manuais deveriam pautar a conduta dos reis, através da instrução por parte de seus preceptores de acordo com este modelo teórico²²⁰.

O terceiro e último elemento historiográfico na análise da crônica, está na elaboração de um sistema, por parte do cronista de uma antítese entre os

²¹⁶ ALLONSO-NUÑES, J.M. Op. Cit., p.150

²¹⁷ ALLONSO-NUÑES, J.M. Op. Cit. p.153

²¹⁸ LE GOFF, J., NORA, P. **História: novos problemas**. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p.130. Entre as fontes documentais mais acessíveis e nas quais o ensinamento encontra-se mais claro, figuram evidentemente todos os escritos de propaganda, os tratados de boa conduta, os discursos edificantes, os manifestos, panfletos, sermões, elogios, epitáfios, as biografias de heróis exemplares, em suma, todas as expressões verbais que um meio social dá às virtudes que reverencia e aos vícios que reprova, e que lhe servem para defender e propagar a ética onde se apoia sua boa consciência.

²¹⁹ Para uma análise detalhada da elaboração da figura de um herói exemplar no âmbito do século XIII, ver: MEDEIROS, E. L., Op Cit, 2006.

²²⁰ FERNANDES, F. R. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade. História (UNESP. Impresso), v. 28, 2010, p. 47

francos em sua origem e os demais povos, através de um conceito de civilidade franca²²¹. Esta dualidade entre o civilizado e a imagem do outro como bárbaro tem sido objeto de estudo de pesquisadores brasileiros que são referência a nível internacional sobre o tema da Antiguidade Tardia²²². A crescente incursão de outros povos, possível a partir da desestruturação do império romano, apresentará a aculturação e aceitação, na medida em que a acomodação geográfica fará surgir novas fronteiras²²³ e reinos autóctones que surgirão deste contexto. O conceito bárbaro como instrumento de diferenciação cultural continuará sendo utilizado ainda no século XII pelos autores. Com a cristalização do poder eclesiástico a partir do fortalecimento e centralização do poder papal²²⁴, esta diferenciação foi gradativamente substituída de bárbaros para hereges e infiéis, com o cerne de ordem e civilidade substituído de cidadão romano para cristão. Esta adaptação do discurso e mudanças entre o civilizado e o outro será notória neste século XII, onde o bárbaro é substituído pelo infiel muçulmano e pelo herege ou herege. O discurso será revisto e atualizado para a realidade contextual, cultural e geográfica neste medievo mediterrânico.

Esta breve análise da historiografia contida na Crônica de Filipe Augusto, apresenta, através dos argumentos apresentados, uma releitura de elementos oriundos da patrística e de escritos da Antiguidade Tardia, apreendidos e atualizados para o contexto no qual escreve, legitimando o poder de um monarca através de uma descrição da origem de sua dinastia remontando a um passado mítico, mantendo sua descendência como elemento de aprovação divina a seu governo e o diferenciando dos demais grupos, originando-os em meio aos povos bárbaros para então atualizar o discurso, atribuindo aos francos à responsabilidade de manter e propagar a

²²¹ Normanni vero **língua Barbara homines septentrionales** dicti sunt, eo quod primum ab illa mundi parte venerint. DELABORDE, H. F. Op. Cit. p.55

²²² Entre eles podemos citar um dos trabalhos mais recentes de FRIGHETTO, R. **A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)**. Curitiba: Juruá, 2012. De maneira especial, o capítulo IV da obra intitulada “Da barbárie à civilização: os bárbaros e sua integração (séculos IV-VIII.)”

²²³ Para uma análise do conceito de fronteira no âmbito medieval, vide: FERNANDES, F. R. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Espanha, v. 28, p. 155-176, 2005.

²²⁴ BARRACLOUGH, G. **Os papas na Idade Média**. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

chama do cristianismo aos moldes da civilização romana como núcleo de ordem e civilidade, contra a desordem e infidelidade dos demais grupos. Este vínculo a um passado heroico, justifica ao mesmo tempo em que legitima as vitórias de Filipe Augusto e as derrotas de seus adversários que não tiveram uma origem tão nobre quanto a sua. Este elemento de recorrer a um passado clássico para legitimar o presente, pode ser encontrado na trajetória de Filipe, de modo a construir uma imagem do monarca que envolvesse heróis de uma tradição pagã, ao mesmo tempo em que apresenta características tradicionais da crônica medieval onde as qualidades cristãs são os componentes desta construção intelectual.

Os limites e as amplitudes destes textos é algo bastante discutível, além da real influência que eles alcançaram ao longo do tempo. É interessante notar que todos os reis contemporâneos a Filipe Augusto também apresentaram crônicas régias, como uma prerrogativa de seus governos. No ambiente inglês, tanto Ricardo Coração de Leão²²⁵, quanto João Sem Terra possuíam Crônicas relacionadas a seus governos. Desta forma, esta literatura patrocinada pelos monarcas apresenta um objetivo de influência interna, de fortalecimento da própria dinastia a partir de seus aliados e sua corte. A partir das prerrogativas anunciadas, a supremacia da casa real, em detrimento de outras casas senhoriais estaria comprovada e seria incontestada, ao menos em nível teórico. Estas prerrogativas teóricas seriam corroboradas ou não pela prática régia. A mudança dinástica, seja pela morte repentina do monarca sem herdeiros ou pela incapacidade fisiológica de reproduzir filhos tenderia a associar a nova dinastia com a anterior.

²²⁵Ambroise, *Itinerarium regis Ricardi*. London, 1920. Arquivo disponível em <https://archive.org/details/itinerariumregis00richuoft>.

Radulphi de Coggeshall Chronicon Anglicanum, De expugnatione Terræ Sanctæ libellus, Thomas Agnellus De morte et sepultura Henrici regis Angliæ junioris, Gesta Fulconis filii Warini, excerpta ex Otiis imperialibus Gervasius Tileburiensis. Ex codicibus manuscriptis edidit Josephus Stevenson. Disponível em <https://archive.org/details/ChroniconAnglicanum>

2.3 - MAPAS DIGITAIS

O trabalho com as fontes documentais desenvolvidas neste capítulo, para uma representação didática e geográfica dos objetivos propostos e dos dados levantados ao longo da pesquisa e tabulação dos atos régios resultaram na necessidade da utilização de mapas digitais que possibilitassem esta representação gráfica.

Esta etapa trabalho foi bastante relevante por inserir nosso trabalho em um movimento concomitante a outros pesquisadores que buscam uma atualização na metodologia de estudos históricos. Esta atualização leva em consideração um período onde a interdisciplinaridade era mais presente nos estudos históricos. A Geografia e a Cartografia sempre acompanharam as pesquisas históricas. Esta etapa importante de nossa pesquisa visa um resgate desta tradição historiográfica, atualizando-a dentro dos avanços e ferramentas disponíveis em nosso tempo onde os fundadores da Escola dos Annales nem poderiam imaginar que estariam disponíveis em nossos dias.

Dentre os pesquisadores contemporâneos brasileiros que adaptaram os mecanismos tradicionais de pesquisa histórica para plataformas e bases de dados digitais, destacamos a base de dados prosopográfica apresentada na tese de doutoramento de Daniel Arpelau Orta, denominada Data Clio:

As fichas de papel, usadas para os estudos de outros tipos de documentos, foram consideradas por mim satisfatórias no âmbito das pesquisas até então em curso. Entretanto, um mecanismo de busca mais refinado, e mesmo a separação de dados em categorias, foi entendido naquele suporte físico como pouco eficiente; uma ferramenta de busca capaz de separar registros por data, temas ou personagens seria muito trabalhosa para os testes de podem ser feitos pelo computador²²⁶.

Durante a fase de tabulação dos dados das fontes chancelares do reinado de Filipe Augusto, sentimos a necessidade em localizar as regiões abordadas pelo monarca ao longo do tempo. Sem esta referência geográfica, entender sua política expansionista em momentos específicos seria uma tarefa bastante complexa. A partir deste problema metodológico, buscamos

²²⁶ ORTA, D. A. Op Cit., p.46

alternativas para a produção de material cartográfico que auxiliasse neste propósito.

A solução para este problema metodológico, no sentido em que não seria possível utilizar mapas contemporâneos para localizar cidades do século XII, veio de uma sugestão apresentada pelo professor doutor Renan Frigueto quando do período de qualificação da presente tese, onde sugeriu algumas bases de dados existentes para análise e escolhas que melhor se adaptassem à realidade de nossa pesquisa.

Adotamos a base de dados do *Digital Atlas of Roman and Medieval Civilizations*²²⁷, um projeto de compartilhamento de dados para acadêmicos, realizado pela Universidade de Harvard. A partir de uma base de dados cartográfico com mapas de diversos períodos históricos, selecionamos o período do século XII para a utilização na confecção do mapa principal. Esta plataforma, através de seus administradores, procura manter os mapas mais próximos do período analisado. Todos os mapas são editáveis e podem ser inseridas camadas distintas de dados.

Este trabalho teve o objetivo de apresentar um panorama didático da distribuição geográfica das concessões citadinas durante o reinado. A distribuição das cidades ao longo das décadas de reinado possibilitaram uma visualização do avanço territorial do monarca através dos anos.

A locação de pontos no mapa foi realizada após efetuarmos uma pesquisa, utilizando livros da história das regiões e senhorios, além de localizar os vilarejos no mapa, efetuamos um levantamento historiográfico com cada um deles, pois é comum existirem vilarejos homônimos. O resultado desta importante fase de nossa pesquisa está disponível no Apêndice deste trabalho. A partir do mapa primordial, digitalizado, é possível gerar quantos mapas forem necessários para verificar, por exemplo, a localização das cidades que foram autorizadas em qualquer ano do reinado. Com os dados deste produto, é possível perceber a concentração de cidades em determinada direção e quais as prioridades do rei ao longo de seu governo.

Como este trabalho é elaborado em uma base on line, os mapas poderão ser acessados ou alimentados com outros recortes e outras bases

²²⁷ Disponível em <http://darmc.harvard.edu/icb/icb.do?keyword=k40248&pageid=icb.page188865>
Acesso em 20/06/2015

de dados, a partir das quais será possível extrair as conclusões para as questões apontadas ao longo desta narrativa. Como base teórica para este projeto, utilizamos o Atlas de Europa Medieval organizado por Angus Mackay e David Ditchburn, que buscam ilustrar a documentação de diversos contextos através de mapas, além da obra bastante utilizada para a pesquisa sobre os cátaros, o Atlas de los Cátaros dirigido por Jesus Mestre Campi²²⁸. De maneira concomitante, buscamos apoio em textos sobre a elaboração de mapas em bases de dados, nos aspectos da disciplina cartográfica²²⁹

O conteúdo das cartas, aliado à distribuição geográfica das mesmas durante o longo reinado de Filipe, nos darão as respostas que precisamos para confirmar, através das fontes, os projetos políticos e de que forma o monarca os colocou em prática no território deste reino em formação.

Para uma visualização adequada, partimos de uma linha partindo da cidade de Paris. As cidades ao norte serão marcadas pela cor azul enquanto as cidades ao sul de Paris serão marcadas de laranja.

O processo de marcação das cidades foi efetuado através de uma revisão historiográfica destas regiões, procurando obras de história regionais para assegurarmos a localização das mesmas. A partir do proposto, este mapa é tido como um produto originário do presente trabalho e pode ser adaptado as mais diversas proposições dentro dos limites da fonte. No modelo constante no apêndice deste trabalho, inserimos todas as cidades ao longo de todo o reinado do monarca. O objetivo é verificar qual região foi mais utilizada dentro desta política régia de autorização e fundação de cidades. Através desta distribuição dos pontos após a localização das cidades, nossa hipótese de trabalho e pesquisa não foi corroborada. A concentração de cidades autorizadas pelo monarca estão ao norte de Paris e mostram que o principal foco de atuação real estava nos embates com os reis plantagenetas e em retomar os territórios dominados pelos monarcas ingleses. A existência de um projeto expansionista em direção ao Languedoc por parte desta política régia seria comprovada por uma concentração de fundações citadinas na

²²⁸ CAMPI, J. M. **Atlas de los Cátaros**. Barcelona: Ediciones Península, 1997. MACKAY A.; DITCHBURN D. **Atlas de Europa Medieval**. Madrid: Cátedra, 1997.

²²⁹ BANKER, MUCIO PIRAGIBE RIBEIRO DE. Cartografia Noções Básicas DHN, 1965; Manual Técnico de Noções Básicas de Cartografia - Fundação IBGE, 1989; RAISZ, ERWIN. Cartografia Geral - Rio de Janeiro, 1969; VIADANA, MARIA ISABEL C. DE FREITAS. Artigo, Alguma Metodologia de Aplicação Cartográfica UNESP - Rio Claro, SP, 1993.

última etapa de seu reinado, coincidindo com o período da Cruzada Albigense. Os mapas mostram que esta hipótese não se sustentou diante dos dados tabulados e levantados. Os atos chancelares que transferiram as terras dos senhores desta região para a monarquia, através da figura de Simon de Montfort, conforme já relatado, mostram que o rei não tinha condições de estabelecer uma política de benefícios nesta região, como realizou nos territórios limítrofes aos seus domínios. O contexto aponta para a instabilidade destas posses reais. Sem esta efetividade, a ocupação será inconstante e pouco efetiva por mais de 30 anos após a morte de Filipe Augusto.

Neste sentido, a utilização desta ferramenta digital contribuiu sobre maneira para os resultados desejados neste trabalho.

3 DE FILIPE II A FILIPE AUGUSTO

A mudança de paradigma que Filipe represente no contexto da dinastia capetíngia é muito importante para a compreensão de seu tempo. Neste sentido, propusemos o título da tese como “De Filipe II a Filipe Augusto”. Esta nomenclatura tem o objetivo de mostrar que o houve uma inflexão importante a partir deste monarca que não existiu nos reinados de seus antecessores. Seus sucessores utilizarão o modelo de seu governo para sedimentarem a importância da monarquia capetíngia perante os demais senhorios em um processo de centralização do poder régio. O elemento inovador do governo de Filipe, foi sua atenção e favorecimento para com as cidades, com a utilização das mesmas como aliadas da coroa em conflitos e ampliando o domínio territorial ao mesmo tempo em que diminui a efetividade do poderio de outros grupos nobiliárquicos.

Para a compreensão de como este monarca inicia seu reinado com a descrição de Filipe II e recebe a alcunha por seu cronista de o Augusto, devemos analisar de maneira pormenorizada, esta política relacionada as cidades e quais as estratégias adotadas para cada uma das realidades regionais encontradas. De acordo com a bibliografia analisada, distribuimos as cartas chancelares nos diferentes grupos citados no capítulo anterior. Porém, através do uso das fontes e de estudo de casos, aprofundaremos a discussão a respeito de cada um dos grupos apresentados.

3.1 - FUNDAÇÕES

Este grupo de cartas apresenta a autorização para o estabelecimento de vilas, onde a cidade passa a ser um instrumento da monarquia. Longa discussão entre os historiadores franceses tem sido realizada sobre estas questões, desde Aquiles Luchaire em sua obra *Les communes françaises*, de 1890, passando por Petit-Dutaillis, em sua obra *Los Municipios Franceses, caracteres y evolucion desde los Orígenes hasta el siglo XVIII*, de 1949, passando pela “nova escola” intitulada pelo próprio Jaques Le Goff em O

apogeu do Ocidente Medieval onde critica de maneira bastante incisiva os escritos de seus antecessores.

Para Petit-Dutaillis, no reinado de Filipe e seu filho Luis VIII, houve uma “aliança entre o rei e a burguesia”²³⁰, já para Le Goff:

O estudo das relações de Filipe Augusto e as cidades mostrou os limites da velha escola medievalista na explicação dos fenômenos históricos. Associou-se afoitamente o anacronismo (“houve uma verdadeira aliança política entre a monarquia e a burguesia”, escreve Petit Dutaillis) ao excesso imaginativo pretensamente baseado na análise rigorosa do vocabulário jurídico (Luchaire define as cidades como “senhorias coletivas populares”, Giry assimila “comuna” e “vassalo”, aprovado por Petit-Dutaillis, que por outro lado, critica Luchaire por “nunca se colocar no ponto de vista do jurista”²³¹).

Nesta introdução, a respeito da crítica da chamada “Nova Escola” medievalista para com o *Annales* da geração de Le Goff, temos a demonstração do quanto é difícil uma análise por parte dos próprios especialistas no assunto. A historiografia francesa parece ter sempre a necessidade de suplantar a geração anterior, questionando e criticando seus escritos. A visão de Le Goff não é tão distinta da de Petit-Dutaillis, como ele mesmo sugere. Por esta razão, buscamos uma interpretação da relação entre o monarca e as cidades que privilegie o “olhar das fontes” e para isto alguns estudos de casos constantes na chancelaria podem nos auxiliar nesta discussão.

A primeira concessão régia de confirmação de costumes de uma *commune* foi emitida em 1181, entre 5 de abril e 31 de outubro, para a localidade de Soissons, cidade a nordeste de Paris. O início de seu reinado, segundo as fontes chancelares está voltado à confirmação de concessões e benesses estabelecidas com seu pai, Luis VII e seu avô, Luis VI. Para estes dois antecessores de Filipe, as cidades eram vistas através do termo *instituições de paz*, que estariam de acordo com seu governo. Filipe consegue, através de seus preceptores no início de seu reinado, incorporar cidades como pontos importantes de apoio da monarquia. Enquanto seus antecessores apresentavam uma mentalidade de senhorio monárquico, onde

²³⁰ Durante el reinado de Felipe Augusto, hubo una verdadera alianza política entre la monarquía y la burguesía, y los hechos económicos no son, em absoluto, suficientes para dar cuenta del desarrollo de las libertades urbanas, aunque recientemente se haya querido sostener esta tesis. PETIT-DUTAILLIS, C. Op. Cit., p. 77

²³¹ LE GOFF, J. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 125

as práticas eram semelhantes às dos demais grandes senhores feudais, o novo rei inicia uma mudança neste paradigma, ao incorporar as cidades com vínculos específicos com o rei. Esta associação com a burguesia, embora já existisse em menor escala, foi remodelada durante seu reinado. Este foi sem dúvida, uma das causas para os resultados obtidos ao longo de seu governo: a incorporação dos conceitos de *servitium*, segundo as considerações de Le Goff, nas relações com esta burguesia em ascensão.

Segundo Jaques Rossiaud, em seu capítulo na obra *El Hombre Medieval*, não eram apenas burgueses em busca de ascensão que aludiram as terras de oportunidades cidadinas entre os séculos XII e XIII, mas também os pobres, prostitutas, trabalhadores, enfim uma miríade de pessoas convivendo em um mesmo espaço confinado pelas muralhas. Este confinamento era potencializado pela guerra, pela peste, e pelas influências externas e geográficas.

Da mesma forma como verificamos entre o clero, os cidadãos, ou vilãos para utilizar a nomenclatura das cartas chancelares, haviam divergências internas entre grupos destas cidades e, embora a burguesia se diferenciasse da nobreza, não estava alheia à questão da linhagem, através da criação de vínculos, quando estes não existiam

Esta es la razón los mercaderes pertenecientes a la gente nova se inventaban antepasados fundadores de domus de fabulosa antigüedad (como en el caso de G. Morelli, pese a su aparente cautela), mientras que los cronistas explicaban los conflictos internos con la existencia de estirpes incompatibles entre si que habitaban la ciudad. No es que las grandes familias sea desconocidas em la ciudad, o que la consciencia del linaje haya desaparecido allí precozmente; el linage domina la vida social y política de las ciudades mediterráneas hasta el siglo XIV al menos; em los siglos XI y XII reforzó su consistencia, despertó su memoria genealógica, aumento el control del patrimonio, lucho para transmitir al primogénito la domus magna y el gobierno del grupo²³².

É importante realçar estas divergências internas para verificarmos a complexidade das relações desta cidade medieval composta por diferentes grupos dentre os quais, a burguesia, que seria o elemento de recepção com a monarquia nesta política de aproximação cidadina. É interessante notar que,

²³² ROSSIAUD, J. El ciudadano y la vida em la ciudad. In: LE GOFF, J. **El hombre medieval**. Madrid: Alianza Editorial, 1987. p.158.

de acordo com as fontes, é possível estabelecer que ao contrário do que esperávamos encontrar, a política de fundação de cidades e autorizações régias ocorreu logo no início do governo de Filipe II. Em uma análise preliminar, poderia se supor que o monarca passaria os primeiros anos de governo realçando as alianças políticas com a nobreza e senhores vassallos. Porém, o que encontramos nas cartas são concessões de autorizações para novas cidades, proteção régia para cidades e concessões para bispos de cidades sob seu domínio. Esta percepção é bastante importante para mostrar esta mudança na política governamental de Filipe, quando analisados no âmbito de seus antecessores. A primeira década do reinado concentra 50% das cidades fundadas e autorizadas ao longo do reinado. A expectativa inicial ao levantamento era encontrar estas fundações a partir de 1200, a partir do qual os três grandes conflitos armados nos quais o rei capetíngio esteve diretamente envolvido, os conflitos com os reis plantagenetas entre 1199 e 1206, a Cruzada Albigense entre 1208 até sua morte em 1223 e a batalha de Bouvines em 1214. Estes grandes eventos gerariam a oportunidade de fundar e confirmar as cidades entre os derrotados. Porém o que percebemos após o levantamento estatístico e quantitativo foi que a prioridade destes estabelecimentos aconteceu, em sua grande maioria entre os demais senhores da pertencentes à sua corte.

Par ilustrar o que tratamos até aqui, a Tabela número 1 apresenta os atos chancelares que envolvem fundação de cidades. As informações nela contida, apresentam o ano do ato fundador, a descrição da cidade e o número do ato contido na documentação chancelar para facilitar uma busca rápida pela fonte.

As fundações nas cartas chancelares estão assim distribuídas:

Ano	Commune	Ato nº	Ano	Commune	Ato nº
1180	Corbie	10	1190	Amiens	319
1181	Tours	30	1192	Hesdin	408
1181	Soissons	35	1192	Aire	430
1181	Bourges	40	1194	Arras	473
1181	Dun	40	1195	Saint-Quentin	491
1181	Noyon	43	1196	Hénin-Lietard	529
1182	Chevrières	51	1196	Wacquemoulin	530
1182	Beauvais	53	1196	Villeneuve-Saint-Melon	531
1182	Chaumont-em-Vexin	59	1196	Bapaume	538
1182	Mesves	61	1196	Roye	539/540
1182	Reims	73	1197	Saint-Omer	557
1182	Paris	74	1200	Ville Neuve Beavaisis	642

1182	Charité-sur-Loire	75	1201	Cléry	691
1183	Dijon	101	1202	Senlis	706
1184	Brayères	110	1202	Tournus	740
1185	Vailly	159	1203	Vézelay	746
1185	Condé	159	1204	Andely	782
1185	Chavones	159	1204	Boiteaux	787
1185	Celles	159	1204	Rouen	789
1185	Pargny	159	1204	Falaise	790
1185	Filain	159	1204	Pont-Audemer	809
1186	Compiègne	169	1204	Bonport	825
1186	Boiscommun	174	1204	Niort	828
1186	Chapelle-la-Reine	183	1204	Saint Jean d'Angély	847
1186	Couches	188	1204	Poitiers	858
1186	Miles de Bellefontaine	196	1205	Verneuil	877
1186	Cherêt	197	1207	Péronne	977
1186	Vorges	197	1208	Poix	1059
1186	Valbon	197	1210	Charlieu	1116
1187	Lorris	202	1210	Bray-sur-Somme	1117
1187	Voisines	208	1210	Sens	1125
1187	Lagan	209	1212	Mantes	1233
1188	Tournay	224	1212	Athies	1237
1188	Pontoise	233	1212	Limoges	1282
1188	Poissy	234	1212	Brive	1283
1188	Montreuil	236	1212	Saint-Léonard-de Noblat	1284
1188	Nonette	241	1213	Chauny	1295
1189	Saint-André-le-Desert	248	1214	Montpellier	1366
1189	Saint-Riquier	271	1215	Crépy-em-Valois	1398
1189	Laon	279	1217	Pontoise	1507
1189	Sens	280	1222	Potiers	1803
1190	Dixmont	303	1223	Chambly	1812

Tabela 1: Cartas Chancelares sobre concessões e reafirmações para cidades no reinado de Filipe Augusto.

A catalogação destes atos régios teve o objetivo primário de perceber as direções geográficas do avanço do monarca ao longo do reinado nos territórios dos domínios da monarquia capetíngia. Associando o ano do reinado com o número de concessões atribuídas, seria possível verificar algumas nuances da política territorial de Filipe Augusto. Perceber quais anos estiveram uma distribuição mais vigorosa de cidades apontariam para algumas conclusões pautadas no contexto de seu governo.

Neste sentido, estabelecemos o seguinte gráfico para uma melhor visualização dos dados catalogados:

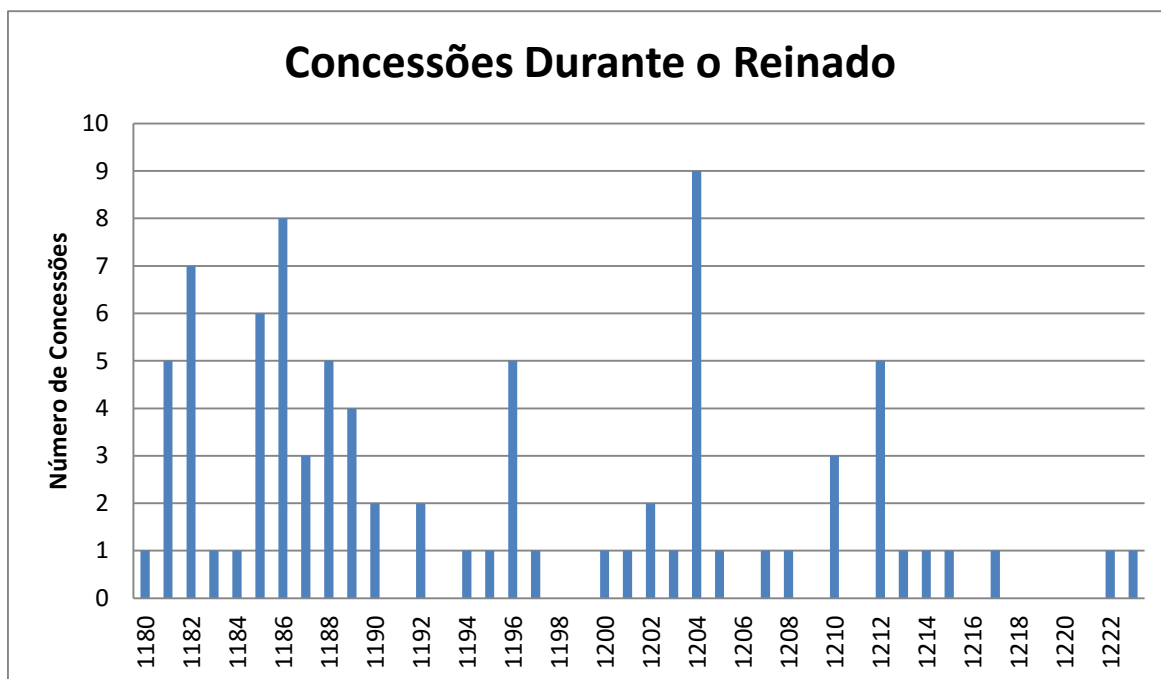


Gráfico 3: Cartas de fundação de cidades ao longo do reinado de Filipe

Um primeiro olhar para esta relação entre Atos Promulgados x Anos de reinado mostra uma concentração na primeira década do reinado do monarca, exatamente em um período onde o rei estaria buscando consolidar os acordos e alianças estabelecidas por seu pai, Luís VII. A partir da segunda década de seu longo reinado, percebe-se uma queda neste tipo de política régia, salvo em datas bastante significativas como 1196 com cinco concessões, 1204 com nove, e 1212 com cinco. Porém, a partir de um olhar mais aprofundado deste modelo de chancelaria, é necessário avançar e observar outras variáveis necessárias para uma melhor compreensão desta categoria do governo de Felipe.

O ano de 1196 é bastante emblemático quando associado à região em que as cidades foram fundadas. As disputas com os Ricardo Coração de Leão estavam presentes desde a ida de ambos os reis para a participação da chamada Cruzada Real. Após o retorno de Filipe em 1191, Ricardo continuou por mais um ano lutando na terra santa com algumas conquistas para os cristãos. Seu retorno em 1192 não foi bem sucedido e, após um naufrágio, foi capturado e enviado a Henrique VI da Germânia, que solicitou resgate para sua libertação. Neste período, Filipe negociou com João Sem Terra, que após uma intervenção militar, anexou grande parte da Normandia em 1192. Ricardo

foi liberto por sua mãe em 1194 que pagou uma parte do resgate proposto e com seu regresso, os acordos entre Filipe e João Sem Terra foram anulados e os territórios reintegrados à coroa inglesa em um tratado de 1196. Neste sentido a fundação de cidades nestes territórios à monarquia inglesa explicam em partes a fundação de cidades nestas regiões neste ano de 1196.

Por outro lado, o ano de 1204 apresenta o avanço de Filipe nesta mesma região em uma campanha de conquistas. As cidades fundadas neste ano apontam para uma ocupação cidadina nas regiões recém conquistadas em especial no vale de Loire.

Por fim, em 1212 o monarca estava buscando sua hegemonia entre os dois últimos ducados que ainda não haviam entrado em sintonia com a casa real: Bolonha e Flandres. As cidades fundadas neste período apontam para a mesma política de ocupação após os embates.

Mais uma comprovação de que a região do Languedoc não estava nos planos de conquista do monarca que não efetivou a mesma estratégia com o advento da Cruzada Albigense, as ocupações foram inconstantes e não foram mantidas após os conflitos. Não verificamos nas fontes um esforço da administração em manter conquistas na região do Languedoc, pois não foram encontradas cartas chancelares que solicitassem auxílio ou oferecessem ajuda a estas cidades. A conclusão que chegamos é que as cidades fundadas na região do Languedoc foram utilizadas como base do exército real durante as campanhas de ocupação, não tendo utilidade real posterior, à medida em que a campanha avançava.

O primeiro desafio é verificar e classificar as cidades para as quais o rei atribuiu importância suficiente para que, através dos atos de chancelaria, buscasse confirmar seu poder sobre seus cidadãos. Para esta verificação, através de uma base de dados disponível no site da universidade de Harvard, acessamos e elaboramos um mapa para verificar a concentração geográfica das cidades envolvidas. Os detalhes para esta fase do trabalho foram pormenorizadas no capítulo 2 desta tese.

É possível verificar, através das locações constantes nos mapas nos anexos deste trabalho, que existe um esforço inicial em manter os limites do reino capetíngio nos anos iniciais do reinado de Filipe. Esta tentativa de reafirmar os vínculos estabelecidos por seus antepassados, embora seja recorrente dentro do prisma da política medieval, pode apontar para o norte

da política dos conselheiros de Filipe Augusto, em um primeiro momento, mantendo a política dos reis capetos até então. Esta estratégia zela pela manutenção de seus territórios em uma primeira fase do reinado, para que no período seguinte de seu governo, trate de expandir seus domínios.

Esta expansão se daria através da busca de apoio de cidades sob o controle de uma burguesia em formação, da conquista de territórios sob o controle da nobreza tradicional e anexação de territórios através de seus casamentos e pela assinatura de tratados.

O avanço territorial do monarca da dinastia capetíngia rumo ao sul acontece de acordo com a evolução do contexto de seu reinado e estão concentrados na última década de seu governo, em grande medida através da campanha militar da já citada Cruzada Albigense. Porém, este avanço não é estável, pelo contrário, é pouco efetivo e duradouro. Apenas meio século mais tarde esta ocupação será retomada de maneira efetiva.

O outro elemento necessário para uma maior compreensão deste sistema de apoio às cidades através destes atos de confirmação de costumes conforme aparecem nas fontes, está na análise da estrutura documental da chancelaria régia referentes a estas cidades. A estrutura dos documentos indica de que maneira a monarquia buscou o apoio destas vilas. Concomitantemente, é possível perceber que a estratégia e a confirmação do apoio a este grupo de cidades, foi uma estratégia bastante acertada, na medida em que várias ofereceram suporte ao monarca nos anos subsequentes. Para tanto, apresentaremos exemplos do conteúdo destas cartas chancelares, para efetuarmos a análise e as devidas comparações entre os diferentes tipos de documentos pesquisados.

3.1.1 Cartas de Reafirmação Régia: O exemplo de Corbie

A cidade de Corbie na Picardia, próximo a Amiens, está posicionada a pouco mais de 100 quilômetros ao norte de Paris. É a primeira cidade que recebe uma carta chancelar do governo de Filipe II em seu primeiro ano de reinado²³³. A estrutura do documento apresenta alguns elementos pertinentes para a presente discussão, os quais estão elencados abaixo:

In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen. Philippus Dei gratia Francorum rex. Sicut ea que bona fide temporibus nostris agimus, precipue que scriptis commendamus, aput posteros inconcussa volumus permanere, sic nostre congruit excellentie predecessorum nostrorum instituta immutabiliter servare; in quo debitani regibus reverentiam exhibemus antiquis, et ad id successores nostros congruis invitanius exemplis. Noverint ideo universi presentes pariter ac futuri quod Ludovicus, gloriosus Franconum rex, avus noster, ad petitionem clericorum, militum et burgensium Corbiensium. Communiam ab eis tenendam et qua ipsi inter se confederati tenerentur, assensu etiam et petitione abbatis Corbie condidit et conditam confirmavit. Cujus auctoritatem secutus, karissimus pater noster Ludovicus eandem communiam assecuravit et manutenuit.²³⁴

A estrutura desta chancelaria aponta para alguns elementos importantes para que seja possível diferenciar os diferentes tipos de concessões cidadinas geradas durante o reinado de Filipe. Este modelo utilizado como exemplo apresenta uma longa introdução legitimadora da dinastia capetíngia, associando a história de Corbie com a ancestralidade do próprio monarca. Existe uma genealogia proposta desde o avô de Filipe, inclusive com uma suposição de uma aliança ancestral com os homens de Corbie. As palavras *predecessorum*, *patris nostrum*, *avus* e *pater* no documento apontam para esta ancestralidade solicitada aos habitantes de Corbie.

²³³ Actum publice apud Castrum, Nantonis, anno ab incarnatione Domini M^oC^oLXXX", regni nostri anno primo. Berger. **Op Cit.** Ato 10, p. 15

²³⁴ BERGER. Op Cit. Ato 10, p. 15

“Em nome da Trindade santa e indivisível. Amém. Filipe, com a graça de Deus, Rei dos Francos. No nosso tempo, assim como fazemos as coisas que são de boa fé, ou seja, daqueles que nós recomendamos, por escrito, enquanto que entre os descendentes dos que desejam permanecer em inabalável, consonância com a excelência de nossas instituições, dos nossos antecessores para manter nossa unidade imutável; Exibimos reverência aos reis que nos precederam, e aos nossos sucessores convidando a observarem exemplos adequados. Seja conhecido, portanto, a todos os presentes agora e no futuro, que Luis, o rei glorioso do Francos, nosso avô, a pedido do clero, militares, e os burgueses do Corbie. Após as petições ofereceu seu consentimento da fundação da antiga e confirmou a petição do abade de Corbie. Que se seguiu, o nosso querido pai Louis, a mesma manutenção da concessão comum.” T.A.

O documento aponta para um pedido ancestral de auxílio para a monarquia, que foi aceito pela dinastia de Filipe. Sua carta, neste sentido, aponta para uma continuidade. Filipe coloca-se como um mantenedor das tradições dos governos anteriores. Pode-se dizer que seu governo busca manter aliados estratégicos, como neste caso.

No exemplo de Corbie, verifica-se que a estratégia de buscar apoio das comunas municipais mostrou-se bastante acertada ao longo de seu reinado. Dois eventos posteriores a esta confirmação régia apontam para um apoio efetivo destas comunas à coroa, em troca de benefícios posteriores. No primeiro deles, no ano de 1184 durante o conflito com Filipe da Alsácia, senhor de Flandres, a resistência ao Cerco de Corbie foi fundamental para que as forças de Filipe II pudessem se organizar para e vencer o conflito. De maneira mais específica, o apoio dos exércitos comunais, entre eles o de Corbie, foi determinante para a vitória da monarquia capetíngia durante a Batalha de Bouvines em 1214.

Denominamos esta estrutura chancelar como “Cartas de Reafirmação Régia”, na medida em que não apresentam normas de conduta e códigos jurídicos, mas buscam legitimar a autoridade régia sobre este grupo de cidades. Geograficamente, estas cidades estão, de maneira geral, inseridas em território pertencentes aos feudos de posse da nobreza que atuava em constante tensão com a monarquia. Desta forma, verifica-se que a estratégia régia, importante ressaltar que não foi inaugurada pelo próprio Filipe, mas sim por sua dinastia, assemelha-se aquela utilizada pelo papado, ao manter os bispados como senhorios eclesiásticos espalhados pelos territórios dos demais senhores destes territórios em constante tensão política. Em 1180, por exemplo, os territórios abrangentes no recorte desta pesquisa, contavam com Beauvais, Noyon, Lyon, Reims Châlons, Langres e Le Puy²³⁵.

²³⁵ Carte royaume capetiens france 1180 – Disponível em cartes.france.fr Acesso em 31/09/2014

3.1.2 Cartas de Concessão de Privilégios: O exemplo de Chevières

O segundo grupo de cartas de concessão a cidades é exemplificado através do caso de Chevières, no Condado da Champagne, cerca de setenta quilômetros a nordeste de Paris. Cidade fundada no início do século XI ao entorno da Abadia, foi apenas ao final do século XII com a construção de castelo local que ela ganha relevância política no contexto regional. O ato número 51 do Registro dos Atos de Filipe Augusto retratam a concessão de privilégios aos habitantes da localidade.

O documento em questão apresenta os seguintes elementos:

Philippus Dei gratia Francorum rex. Noverint universi presentes pariter et futuri quod locum quem Chivererias appellant hospitari precepimus, hoc pacto quod a tolta et tallia et omni injusta exactione habitatores immunes et liberi erunt. In exercitum et equitatum non ibunt unde eaden die domum reverti non valeant, nisi nomine belli submoneamus. In foresta nostra Cuisie usuarium suum habebunt de mortuo boso. Forisfacto sua emendabunt reddentes, pro forisfacto sexaginta solidorum, quinque solidos, et pro forisfacto quinque solidoruni , duodecim denarios; qui tamen juramento purgare manus si voluerit, liber erit et eos non persolvit. Qui ex consuetudine forisfaciet, de villa exhibit nec revertetur nisi voluntate et beneplacito nostro. Annualim, in festo sancti Remigii, sex minas avene, et in Natali Domini, quatuor capones persolvent; quinque pro masura intégra, et pro dimidia, census dimidium. Quod ut ratum sit et inconcussum, presenteni paginam sigilli nostri auctoritate ac regii nominis karactere inferius annotato precepimus confirmari. Actum apud Bestisiacum, anno incarnati Verbi millesimo centesimo octogesimo secundo, regni nostri anno tercio, astantibus in palatio nostro quorum nomina supposita sunt et signa. Signum comitis Theobaldi, dapiferi nostri. Signum Guidonis buticularii. Signum Mathei cameiarii, Signum Radulphi constabularii. Data per manum Hugo - (Monogramme)nis cancellarii.²³⁶

Este documento, o primeiro voltado com esta estrutura de concessão de privilégios dentro do universo chancelar do governo de Filipe, demonstra uma predominância em estabelecer vínculos em territórios próximos dos domínios da monarquia, porém dentro dos domínios dos demais senhores diretamente ligados à coroa. Tanto Corbie, analisado no exemplo anterior, quanto Chevières, podem apontar para um esforço político de manter uma espécie de postos avançados do governo de Paris. Nele fica claro que a

²³⁶ BERGER. Op Cit. Ato 51, p. 69

Nesta carta são apresentadas alguns benefícios e alguns deveres que os habitantes da cidade devem apresentar para as solicitações reais que envolvem duas de maneira específica: a participação nas guerras e o pagamento de tributos anuais à coroa. Nota do Autor.

monarquia exercia controle e obtinha vantagens com essas concessões. Duas funções aparecem na documentação neste sentido, o apoio militar e o pagamento de tributos anuais à coroa. Além de conceder benefícios, a coroa também obtém uma contrapartida importante em duas áreas sensíveis ao governos medieval: a militar e a fiscal.

3.1.3 Cartas de Estabelecimento cidadão: Chaumont-en-Vixen.

O terceiro modelo de documentação chancelar referente às políticas de Filipe, e de seus antecessores, está relacionado ao estabelecimento de novas vilas. A primeira neste contexto é a vila de Chaumont-en-Vixen, documentada como *Calvum Montem* nas fontes. A cidade, situada a noroeste de Paris, cerca de 100 quilômetros, seria inserida na fronteira entre os limites dos territórios sob domínio real com o ducado da Normandia por volta de 1180. Esta categoria surge, no momento em que as tensões entre os dois territórios começam a aumentar. A estratégia parece ser, em primeiro lugar manter e atualizar alianças pré-estabelecidas pelos antecessores, para que, em um segundo momento ampliar o raio de influência real através do estabelecimento de novas cidades. Importante salientar que estas cidades são concedidas a princípio para o controle desta burguesia cidadina, que em contrapartida deveria edificar e levantar a estrutura da cidade. No caso do presente exemplo, existe um histórico de ocupação franca nesta localidade desde o século IX, através da construção de uma linha de defesa por Carlos o Calvo²³⁷.

A carta chancelar catalogada por Berger como a de número 59 apresenta o seguinte introdução:

Phillipus etc. Noverint universi presentes pariter et futuri nos apud Calvum Montem communitatem statuisse, salva fidelitate nostra et successorum nostrorum et salvis omnibus consuetudinibus, suc hoc tenore: Ut omnes qui in eadem permanebunt communitate ab omni talliata injusta, captione, creditione et ab universa irrationabili exactione, cujuscunque sint homines, liberi et immunes jure perpetuo permaneant.²³⁸

²³⁷ GERMAN, J.; MOREL, M. Chaumont-em-Vexin. In: **Renue archéologique de Picardie**. Numéro spécial 16, 1999, pp 153-156

²³⁸ BERGER Op Cit. Ato 59, p. 80

As cartas denominadas de Concessão Cidadina apresentam em geral uma introdução oferecendo uma opção de segurança e liberdade a estes habitantes, em detrimento de um tratamento aparentemente hostil por parte dos demais senhores que poderiam manter o controle dessas municipalidades. Após a introdução geral, o documento apresenta uma série de concessões e atribuições da localidade, sempre vinculando à proteção do Rei a estas cidades. Ao final do documento, uma sentença pode demonstrar uma importante nuance desta política cidadina de Filipe:

*Omnia similiter que hereditario jure consecuti sunt et quecumque justo modo et rationabili adquisierint et postea tenuerint, sicut diffinitum est, semper habere concedimus.*²³⁹

O rei e seus conselheiros analisam durante o início do reinado aquilo que receberam por direito hereditário. O documento relata que existe uma análise das condições destas localidades, condições estas estratégicas e estruturais. Este modelo de carta chancelar repete-se ao longo da documentação analisada, denotando que antes de qualquer projeto pré-determinado de expansão territorial, a monarquia de Filipe está buscando informações sobre os territórios já pertencentes a ela. Para além desta informação, o monarca está verificando uma espécie de viabilidade técnica e estratégica que facilitem manter estes territórios de posse da monarquia. Este elemento é bastante importante para relativizar a estruturação pura e simples de um projeto de expansão territorial. O perigo de buscarmos uma causa histórica para os resultados obtidos pela historiografia, a partir dos resultados obtidos ao final do reinado de Filipe Augusto, podem nos levar a incorreções importantes que inviabilizem a pesquisa proposta. Neste sentido o uso das cidades não é feito de maneira aleatória, mas através da análise da viabilidade e do retorno que elas podem gerar para a coroa. Interessante perceber as diferenças importantes dentro de uma mesma proposta de estratégia política.

²³⁹ BERGER. Op Cit., Ato 59, p. 81

“Para todas as coisas que do mesmo modo, para um razoável preço que foi pago, o que temos adquirido por direito hereditário, e posteriormente obtido um tempo, como uma definição.”

3.1.4 – Cartas Legislativas – O Exemplo de Soissons

Denominamos cartas Legislativas aquelas cuja estrutura elenca uma série de estatutos e normas que acompanham a concessão de costumes da comunidade. Dentro da documentação analisada, a primeira carta com esta modelagem faz referência à cidade de Soissons. Assim como os demais exemplos, a cidade apresenta registros muito anteriores ao século XII²⁴⁰. Neste sentido, um entendimento a respeito da contribuição que estas cartas do reinado de Filipe trouxeram para estas cidades é importante neste recorte. Segundo a História da Villa de Soissons:

Je crois avoir obtenu en cela d'heureux résultats et j'appelle avec quelque confiance toute l'attention de mes lecteurs sur les points suivants 1° L'emplacement, la grandeur et la population de Noviodunum, capitale des Suessions la position de la terrasse élevée par César, dont j'ai retrouvé la masse l'origine du château de Crise. 2° Les agrandissements de l'enceinte de la ville sous les Romains, aux VIe et IXe siècles. 3° Le démembrement de la ville et du diocèse de Soissons du domaine royal la suite de la révolte des seigneurs, en 922, contre la dynastie carlovingienne. **4° L'établissement du comté héréditaire de Soissons l'avènement de la troisième race.** 5° Le gouvernement despotique d'Enguerrand de Coucy, devenu comte de Soissons; la révolte des Soissonnais et le siège mémorable de 1414. 6° La condition civile et morale de la population chacune des grandes époques de l'histoire nationale, et les causes qui ont arrêté, depuis trois siècles, son, au milieu du développement progressif qui s'est manifesté sur toute la surface de la France.²⁴¹

As cartas de chancelaria régia do século XII confirmaram as comunidades de maneira hereditária, aprimorando a estrutura organizacional e possibilitando a ascensão dos governos municipais. Desta forma, contando com um pretense apoio da monarquia, estes grupos puderam diferenciar-se das demais cidades que possuíam o controle dos senhorios contrários à monarquia capetíngia.

²⁴⁰ Origine. Les Suessions, comme tous les Gaulois tiraient probablement leur origine de la grande famille blonde, dite des Celtes, qui descendit de la chaîne immense du Caucase et du Taurus berceau du genre humain la suite du déluge et vint peupler le vaste désert de l'Europe. Les Gaulois, qui sans doute avaient précédé cette grande migration étaient arrivés aux DE SOISSONS. 13 limites de l'ancien monde, et devinrent nécessairement la population primitive des contrées qui bordent l'Atlantique. LEROUX, M. **HISTOIRE DE LA VILLE DE SOISSONS**, Soissons: FOSSÉ DARCOSSE, 1899, p 13

²⁴¹ LEROUX, M., Op Cit., p 22

A documentação régia trata desta confirmação através de uma longa introdução, que atribui aos antecessores de Filipe a preocupação com esta cidade:

In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen. Phillipus Dei Gratia Francorum rex. Noverint universi presents partier et future quod karissimus avus noster Lodovicus burgensibus Suessionensibus communion inter se habendam concessit et sigilli sui auctoritate confirmavit; post cujus decessum pater noster Ludovicus bone memorie eis eam manutenuit et custodivit. Nos vero, priorum partum nostrorum vestigiis inherentes, cartam super communia eis tenuit, concedimus et confirmamus,²⁴²

Esta estrutura apresenta um cerne de importância à dinastia capetíngia. Um discurso que aponta para uma tradição da casa de Filipe II, associado a outros documentos, como a Crônica de Filipe Augusto, elencam um elemento adicional à discussão política: o elemento cultural. Propagar uma cultura monárquica dos reis capetos, através de uma descrição dos atos de seus antepassados, voltados para uma realidade local, como uma cidade, apresenta uma relevância bastante importante e precisa ser analisada neste contexto.

O restante da estrutura da carta, apresenta uma série de elementos de regulação do funcionamento desta cidade.

1 - Infra firmitates civitatis Suessionensis alter alteri recte secundum suam opinionem auxiliabitur et nullatenus pacietur quod aliquis alicui eorum aliquid auferat vel ei talliatam faciat vel quidlibet de rebus ejus capiat, excepto hoc quod homines civitatis episcopus per tres menses de pane et de carne et piscibus credition.

No exemplo de Soissons, o documento aborda de maneira mais profunda algumas normas como o auxílio e socorro à cidade em caso de conflito. Neste caso, e em outros analisados durante o levantamento documental, questões referentes à economia local, normas judiciais, incluindo penas para determinadas transgressões, estão presentes no códex da chancelaria régia.

²⁴² BERGER. Op Cit., pp 47-50

“Em nome da Trindade santa e indivisível. Amém. Filipe com a Graça de Deus, Rei dos Francos. Seja conhecido a todos, no presente e no futuro que nosso querido avô, Luis através do selo da autoridade concedida aos burgueses de Soissons confirmou que deveria ter comunhão uns com os outros. Depois de sua morte, nosso pai Luis, através de uma boa memória, confirmou e manteve a concessão. Agora, seguindo seus passos, na primeira parte do acordo, uma carta que onde confirmamos e mantemos a concessão” T.A.

A proteção do clero, na figura do bispo cidadão também é recorrente neste tipo de documentação régia:

4. Si autem archidiaconus aliquem implacitaverit, nisi clamator ante venerit vel forifectura apparuerit, non ei respondebit. Si tamen testem habuerit contra quem accusatus defendere se non poterit emendabit.
10. Si episcopus Sussionensis ignoranter adduxerit in civitatem Sussionensem hominem qui forifectum fecerit homini istius communie, postquam sibi ostensum fuerit illum esse de hostibus communie, nullo modo eum postea adducet, nisi lo assensu illorum quibus communia servanda incumbit et ea vice eum reducere poterit.

Não por acaso, o número de concessões régias inseridas no corpo documental, analisadas neste trabalho, serão em sua grande maioria, para este clero cidadão, através das igrejas e de seus bispos. Determinar penas para transgressões diversas dentro da vida da comunidade será um dos papéis do rei e de sua administração, ao buscar em uma tradição capetíngia o direito de conceber a posse da cidade para a burguesia local.

Esta afirmação precisa ser relativizada, na medida em que é necessário verificar quem eram os habitantes deste universo urbano no século XII. Le Goff lança luz nesta questão em seu *Apogeu da Cidade Medieval*:

O que significa o fenômeno das *bastides*? Houve quem as considerasse o canto do cisne do movimento comunal, mas as lutas sociais não parecem ter desempenhado nenhum papel em sua criação. Foram vistas também como uma expressão do impulso demográfico do período, mas num momento em que esse impulso parece bastante atenuado. O aspecto militar nessa zona fronteira onde reis da França e da Inglaterra disputam asperamente o terreno também chamou a atenção, e é provável que os soberanos tenham visto aí pontos de apoio estratégicos, mas a maioria dessas *bastides* não foi fortificada durante longo tempo²⁴³.

Na perspectiva do governo desta cidade medieval, a documentação régia aponta para uma via de mão dupla. O domínio senhorial permanece, seja através do rei, de um ou mais senhores, de bispos ou abades. Esta documentação pressupõe que o dominus, neste caso, Filipe Augusto, abra mão de parte de seu direito nestas comunidades urbanas que estão em processo de estruturação acelerado no período. Estas concessões acontecem através de partilhas, acordos e lucros sobre impostos, mas mantém os direitos

²⁴³ LE GOFF, Jaques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pp. 10.

de justiça e a manutenção de obrigações entre a cidade e seu senhor. Através da documentação régia é possível perceber que a demanda por controle existe e acontece através da ordenação pela participação nas decisões cidadinas. Desta forma, a relação entre senhorio e burguesia, precisa conter outro elemento que acompanha o crescimento das cidades medievais: o clero através da figura dos bispos.

A documentação aponta para uma aproximação entre este clero e o senhorio na perspectiva de ampliar seus poderes sobre a cidade. No exemplo de Soissons, dos 20 itens que compõe a carta chancelar, doze deles mostram referências à justiça e a punição dentro dos limites da cidade. Quatro itens estão associados à figura do bispo da cidade e da proteção a qual ele está submetido e os demais tratam de taxas para compra e venda de produtos por mercadores. Esta autoridade capetíngia sobre estas cidades está baseada no direito e na narrativa de que os antecessores de Filipe já exerceram este mesmo direito sobre estas localidades.

3.1.5 Cartas de Concessão para Vilas ao sul de Paris

Os territórios de Filipe enquanto rei e herdeiro da tradição capetíngia durante o início de seu reinado restringiram-se às cercanias de Paris. Neste sentido, toda a documentação régia direcionada para além das fronteiras sob o domínio régio tem relevância para se entender a dinâmica de seu governo. Mantendo o recorte de análise das concessões régias para a autorização e confirmação de villas e comunas, percebemos de acordo com a geografia dessas concessões, que algumas delas foram direcionadas aos territórios ao sul dos domínios reais. Buscamos verificar, através das fontes analisadas, se houve um progressivo avanço nos domínios da monarquia durante o seu reinado em direção ao sul, de modo a estabelecer a existência de um projeto com este objetivo. Para atingir tal objetivo, elaboramos o mapa que apresenta as concessões régias dentro da perspectiva territorial do governo de Filipe, para uma melhor visualização deste panorama.

O último grupo de cartas forais relacionados às concessões cidadinas pelo governo de Filipe Augusto, de acordo com nossa classificação, são aquelas realizadas em direção ao sul dos domínios da monarquia. Verificar como a

documentação chancelar trata destas cidades e a sua relação com um governo que não apresenta um histórico ou tradição de relevância nas regiões do Midi é bastante importante, na medida em que pode-se verificar ou comparar a estrutura foral deste grupo de cartas com aqueles referentes à região norte de Paris. Estas diferenças podem mostrar quais os elementos da política régia apresentaram um interesse nesta região, de maneira especial ao período anterior à Cruzada Albigense. Importante ressaltar que a diversidade documental dificulta o estabelecimento de um padrão que abranja a totalidade destas cidades. Para esta multiplicidade de ambientes utilizamos mais exemplos em busca de um panorama para esta especificidade.

A primeira carta foral com esta característica nos atos do reinado de Filipe Augusto foi emitida em 1181 para a cidade de Tours. Nesta carta foral, o monarca atribui e confirma os costumes da comuna, que já haviam sido confirmados por seu antecessor Luís VII, em 1143. Fruto de uma disputa entre a Burguesia de Chateau-Neuf, que obteve a autorização para fundação da comuna em 1120 e o abade de Saint-Martin que resultou em uma revolta com a queima da Abadia em 1122.

Neste sentido a primeira característica que o documento aponta para o papel da monarquia é o de trazer a paz e resolução de conflitos. Em um contexto de mudanças e tensões entre os poderes que atuam sobre a sociedade, a equação tende a um equilíbrio entre a nobreza, monarquia e clero. Os resultados deste embate por concessão de poder serão pautados pela habilidade política dos atores envolvidos, conforme bem descrever Lewis Mumford:

Cada vez mais, a Igreja entregava a César não meramente as coisas que pertenciam a César, mas também aquelas que pertenciam a Deus. A Igreja não só se furtou de tocar os antigos fundamentos do poder político e militar, da propriedade privada e do monopólio intelectual. Longe de rejeitar e suas pretensões à vida sagrada, aceitou-as e as tomou para si; quando necessário, procurava conseguir pela ameaça e pela força o que não podia receber pela fidelidade cordata e pela dádiva livre. Ao tempo de Dante, supostamente no ponto culminante da síntese medieval, sonhava ele com um imperador que governasse a cristandade e que fosse capaz de socorrer o mundo contra pretensões de um papa iníquo²⁴⁴.

²⁴⁴ MUMFORD, L. **A Cidade na História. Suas Origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 354

A cidade de Tours está a sudoeste de Paris, entre o Ducado da Normandia e o Condado d'Anjou. Neste sentido, o papel da monarquia de fornecer estas “cartas de franquia” segundo na nomenclatura de Le Goff, para quem estas concessões eram a primeira condição para uma organização econômica eficaz.

As cartas chancelares apresentam dois aspectos fundamentais para sua eficácia na prática dentro do espectro citadino ao qual fosse referendada: primeiro, a existência de privilégios econômicos e segundo, a instituição de um conselho eleito²⁴⁵. Desta forma, a autorização a respeito da vila de Tours a um grupo de dez homens da burguesia local de Saint-Martin denominados como *Probo Homines communi* na chancelaria. É a primeira vez que o termo surge na documentação que se tornará mais frequente a partir dos reinados de São Luis e Filipe o Belo. Esta gestação dos conselhos municipais é o gérmen dos conselhos jurídicos presentes à estrutura francesa até o presente momento. Nos atuais *Conseil de Prud' Hommes* que atuam de maneira especial nos tribunais para resolução de litígios de trabalho. A chancelaria registra este momento:

Preterea statuimus et concedimus ut ipsi decem burgenses probos homines communi assensu ville eligant et eos sibi ita preficiant ut cum omni diligentia negocia ville, misas scilicet, procurent. Illi vero decem burgenses qui aliis preficientur, singulis annis mutabuntur, et alii decem secundum dispositionem eorum qui precesserunt substituentur.²⁴⁶

Além do estabelecimento deste conselho municipal que teria o controle sobre a cidade, a carta estabelece também a alternância neste conselho que deve ser substituído a cada ano. Esta estrutura difere consideravelmente daquelas descritas e analisadas até o presente momento. A concessão de controle e autoridade para um grupo de pessoas de outra localidade, mesmo que a supervisão permaneça a cargo da monarquia, parece denotar uma política de disseminação de uma cultura de aceite do rei. Todas as demais cartas chancelares apresentam o Filipe como mais um senhor de terras com uma

²⁴⁵Conceder liberdade foral as vilas significavam em certa medida a renúncia do senhorio a alguns de seus atributos, e também de muitas de suas obrigações, tornando-o, na prática, o primeiro entre iguais, em meio às outras entidades corporativas urbanas. MUMFORD, L. Op Cit. 1998, p. 276

²⁴⁶ BERGER. Op. Cit, Ato número 30 de 1181, p 42

“Além disso, temos estabelecido o consentimento dos homens honestos entre os burgueses da cidade, e concede a eles o direito de eleger entre si, os dez homens mais proeminentes e que tenham toda diligência. Este grupo dos dez burgueses deve ser mudado a cada ano e que outros dez de acordo com a disposição daqueles que vieram antes deles. T.A.

importância relativamente similar aos demais condes e nobres desta territorialidade que se formaria o reino da França. A partir da concessão desta autorização de gestão da cidade, por parte do monarca a um seleto grupo de pessoas oriundas de outro ambiente, percebe-se um esvaziamento do poder senhorial local em detrimento desta burguesia cidadina que, ao receber os benefícios reais, realizaria uma mudança no eixo de poder senhorial voltando-o para Paris. Interessante notar que este fenômeno tem o seu início já nos primeiros anos do reinado de Filipe, aproveitando, neste primeiro momento, eventos onde seus antecessores haviam se envolvido anos antes. Este movimento será ampliado nos anos seguintes através das conquistas militares e anexações de terras ao longo do tempo. Este ato relacionado a Tours mostra a gênese da política cidadina de expansão proposta por Filipe Augusto.

O segundo documento desta natureza na chancelaria, está relacionado a uma concessão dupla na região do ducado da Borgonha, relativos à cidade de Bourges e a cidade de Dun. Este documento, de 1181 catalogado como Ato número 40 da classificação de Berger, apresenta uma série de normas de conduta para as cidades já existentes. A introdução ao documento é bastante esclarecedora com relação a seu conteúdo:

In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen. Philippus Dei gratia Francorum rex. Ad regiam attinet clementiam subjectis misericorditer parcere et mole gravaminis laborantibus ita liberaliter subvenire quatinus ad commanendum sub nostro dominio copiosa beneficiorum largitione plenius invitentur. Noverint igitur universi presentes et futuri quod hominibus nostris, tam Bituris quam in septena, tam Duni quam in castellania nunc manentibus vel deinceps mansuris, subscriptas consuetudines habendas et in perpetuum retinendas, intuitu Dei, sicut et pater noster bone memorie Lodovicus eisden concessit, concedimus et quedam etiam addentes confirmamos²⁴⁷

Os conceitos de *misericórdia* e *clemência* reais estabelecidos na introdução ao documento, estão alinhados a uma crescente moralidade da monarquia desta cristandade latina que pode ser percebida em diferentes contextos, como no ambiente peninsular de maneira bastante notória, através de diversos estudos, bem como no próprio ambiente destes municípios, cujo domínio pertence à monarquia capetíngia, de maneira especial no século seguinte, através dos espelhos efetuados em homenagem a Filipe o Belo. Estas

²⁴⁷ BERGER, Op Cit., p 54

características do bom governante constantes na documentação chancelar, para um território que havia sido conquistado um ano antes pelo próprio Felipe, apontam para uma melhor aceitação do governante que demonstra virtude ao buscar o convívio aglutinador dos ambientes antes conquistados.

A fonte cronística corrobora com esta visão da figura real encontrada na fonte chancelar através da Crônica de Filipe Augusto, conforme Rigord descreve, percebe-se esta tendência de sacralização do monarca²⁴⁸, associando Filipe aos grandes reis bíblicos como Salomão e ao próprio Cristo através de seus relatos miraculosos.

O monarca surge como aquele que ouve o sofrimento da comunidade e atende a este clamor através da regulamentação do convívio. O padrão de estabelecimento citadino proposto nas fontes, onde o grupo de representantes da cidade seria substituído anualmente, manteria o controle por parte da monarquia. Isto ocorreria na medida em que o grupo que manteria parte do poder sobre a cidade, compartilharia desta autoridade com o monarca que ofereceria concessões para benefícios baseados na mutualidade entre burguesia e monarquia. O período de emissão desta carta chancelar está em fase com o primeiro grande conflito que o monarca enfrenta contra uma aliança entre o Conde da Champagne, de Flandres e o duque da Borgonha. Esta aliança buscava aproveitar a instabilidade política que a morte de Luís VII poderia causar, para ampliar os territórios, todos fronteiraços com os domínios reais. Uma inserção positiva no discurso real que disputava a autoridade nestes territórios mostra, uma vez mais o elemento cultural presente na documentação chancelar.

A cidadela de Dun, conhecida pelas lendas no entorno de sua fortaleza, que remonta ao período celta, segundo a tradição, foi arrasada por Filipe Augusto um ano antes da instituição destes costumes²⁴⁹. Através da

²⁴⁸ Dieu opéra ce miracle pour étendre au loin la gloire et le nom du monarque, et pour répandre le bruit de sa renommée sur toute la face de la terre, comme Salomon semblait l'avoir prophétisé dans son cantique d'amour, lorsqu'il dit « Votre nom est comme une « huile qu'on a répandue » ce qu'il faut interpréter ainsi Le bruit de ton nom, ta gloire et ta sagesse se répandront de la mer à la mer, et de la rive des fleuves jusqu'aux extrémités de l'univers, les rois inclineront. Tous les chevaliers, citoyens et autres bourgeois de la France, à la vue des prodiges que Philippe opérât de leur temps, par la grâce du Seigneur. In: RIGORD. Op Cit., p 34

²⁴⁹ Dun, par son nom celtique, Dunum, par ses ruines, paraît ancien et était très fort par sa situation sur la plus haute montagne du Mâconnais (1). Cette forteresse avait deux portes : l'une de Mâcon et l'autre de Saint-Laurent ; quatre tours rondes et des murs épais ; tout fut pris et ruiné par Philippe-Auguste qui fit la guerre aux comtes de Chalon, de Mâcon et de Beaujeu, pour les punir d'avoir ravagé les terres des ecclésiastiques et des moines, en 1181. Dun ne s'est jamais relevé de ses ruines... C'est une tradition dans le canton que l'ancien bailli de Mâcon siégeait à Dun-le-Roi. Description du duché de Bourgogne, t. III, p. 125, nouv. édit. Voyages de Courtépée

documentação analisada, é possível encontrar ecos destas tradições através de um dos primeiros atos chancelares. O foral número 8 datado entre 28 de junho e 18 de setembro de 1180, onde descreve a entrada do rei nos territórios da Borgonha, atendendo a uma solicitação da igreja de Macon contra o conde de Vienne, Girard. Segundo o documento:

In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen. Philippus Dei gratia Francorum rex. Ad querimonias ecclesiarum contra earum impugnatores, in multa regni copia, Burgundiam intravimus ut que malefactorum injuris opprimebantur nostro levarentur auxilio et firmam ecclesiis pacem restitueremus. Controversiam vero episcopi et clericorum Matisconensium contra Girardum comitem Viannensem, sub Petrepertusio juxta Vizeliacum propter negotia terre Burgundie decidenda sedentes, baronibus regni nostri astantibus, sine subjuncto determinavimus²⁵⁰

A justificativa para esta incursão nos territórios da Borgonha está na legitimação de seu antecessor, que segundo o documento também atendeu ao chamado dos clérigos de Mâcon²⁵¹. Percebe-se que a monarquia se apresenta como uma entidade de ordenação e resposta às reclamações (*Querimonias*) contra inimigos não apenas dos territórios sob o domínio da coroa, mas também do próprio cristianismo representado pelo clero episcopal (*Ecclesiarum earum impugnatores*). A documentação não descreve o ataque à Fortaleza de Dun, apenas que o monarca atendeu à solicitação de auxílio, devido ao vínculo estabelecido por Luís VII. Um ano mais tarde do evento, verifica-se a concessão dos territórios aos homens de valor (*Probo homines*) do rei. Esta estratégia de demonstração de poder regional para, posteriormente investir em concessões régias parece se repetir em outras situações ao longo deste reinado.

A verificação desta documentação régia auxilia o pesquisador a relativizar as declarações exacerbadas a respeito das habilidades de Filipe Augusto em seu início de reinado oriundas de uma historiografia clássica a respeito do

en Bourgogne en 1777 et 1778, Mémoires de la Société éduenne t. XXI, p. 128. Disponível em versão eletrônica em http://pjp martin.free.fr/site/Dun_1.htm. Acesso em 20/05/2015.

²⁵⁰ BERGER. Op Cit., pp 11-13

²⁵¹ Notum itaque facimus universis tam presentibus quam futuris quod in presentia nostra recitatum est privilegium karissimi patris nostri Ludovici cujus hoc erat continentia quod comes Girardus, episcopali sede vacante, In domibus episcopi sive rebus tam immobilibus quam mobilibus nichil juris haberet, et quod in rébus clericorum et villis nullas habebat procuraciones, nullas hospitationes, nullas exactiones, nullas consuetudines; que omnia nos etiam firmamus. BERGER. Op Cit pp 12.

monarca²⁵², bem como o texto encontrado nos registros das crônicas régias relativas a ele²⁵³.

Após a análise de toda a documentação proposta e da tabulação dos dados, encontramos uma concentração de cartas de concessão cidadina na região da Normandia, Flandres e Champagne quando ao norte de Paris e nos territórios da Borgonha e Aquitânia quando ao sul. Muito pouco foi encontrado nesta modalidade de cartas forais na região do Midi e Languedoc. A exceção é o documento 1366 relativo à concessão de Montpellier entre os anos de 1214 e 1215. Seu conteúdo é bastante revelador por apresentar pontos importantes dentro da discussão em curso:

Notum etc. (a) quod nos volumus et concedimus quod villa et homines Montispessulani et res eorum in nostro conductu sint et protectione, ab instante Pascha Domini usque ad quinque annos, sicut alii burgenses nostri, reddendo debitas consuetudines et pedagia. Volumus etiam quod idem homines Montispessulani cum rebus eorum sint salvi et securi in toto regno nostro et in tota terra nostra et amicorum nostrorum, eundo et redeundo et mora faciendo . Super possessione vero et proprietate Montispessulani et castroru pertinentium ad villam Montispessulanide quibus homines sunt in possessione non sustinebimus eos trahi in causam ab aliquo coram nobis vel hominibus nostris vel amicis. Et si dominus papa infra quinquennium predictum nobis litteris suis denunciaverit Jacobum filium quondam regis Arragonie debere habere jure hereditario dominationem Montispessulani, predicta protectio et conductus perpetua firmitate gaudebunt. Si vero contingat quod Petrus, nunc legatus domini pape in partibus illis, injunxerit karissimo primogenito et fideli nostro Ludovico ut, nomine peregrinationis, villam de Montepessulano nitatur debellare, nos a predictis pactionibus penitus erimus immunes nec ad eas aliquatenus tenebimur nos vel nostri, nec homines Montispessulani nobis. Hec autem omnia fecimus et concessimus Johanni Lutiano, Hugoni Laurentii, notariis, et Johanni de Orliaco, pro universitate Montispessulani recipientibus. Actum Parisius, anno Domini MCC XIIIlo, 30 mense aprili.²⁵⁴

²⁵² Ainsi, deux factions, Flandre et Champagne, se disputent l'autorité, pendant qu'Henri II, déjà maître de plus de la moitié de la France, convoite l'autre moitié, notamment l'Auvergne et le Languedoc. Telles sont les circonstances difficiles au milieu desquelles allait débiter Philippe Auguste, un enfant. Mais il se trouva que, par bonheur, cet enfant était extraordinairement précoce et réfléchi. LUCHAIRE, A. **Philippe Auguste et son temps (1137-1226)** Librairie Jules Tallandier, Paris, 1980.

²⁵³ Parmi tous les signes admirables que Dieu fit éclater sur la terre aux yeux de tous les hommes, en faveur du roi Philippe, son serviteur, il n'en est pas qui mérite plus notre admiration que celui dont nous allons parler. RIGORD. Op Cit., p. 40

²⁵⁴ SARAMAN, M. C. (Org) **Recueil des actes de Philippe-Auguste, roi de France Tome 3, Années du règne XXVIII à XXXVI (1er novembre 1206-31 octobre 1215)** Paris, Imprimiere Nationale, 1966, pp. 513-514.

Para este documento, utilizamos fragmentos traduzidos ao longo do texto. Nota do autor.

O primeiro elemento de destaque nesta carta está na integração de Montpellier à estrutura do reino capetíngio através de dois vieses muito claros e presentes nesta conjuntura do governo de Paris: O pagamento dos mesmos impostos que as demais cidades sob a tutela da Coroa, assim como recebimento dos mesmos benefícios (*sicut alii burgenses nostri, reddendo debitas consuetudines et pedagia*) A questão econômica está no cerne do desenvolvimento citadino do final do século XII e início do XIII nos territórios deste reino dos Francos²⁵⁵. Nesta sociedade em transição comumente conhecida como feudal, embora o termo atribuído por George Dudy como senhorial aparente melhor coerência no sentido do fluxo de poder fluir do *Dominus* para o território no qual a renda senhorial era obtida através da relação com os camponeses que nestas terras trabalham. Esta dinâmica estimulou o desenvolvimento do mercado urbano que era útil tanto para o senhor quanto para o camponês. Este suporte financeiro será transportado do campo para as cidades legitimadas pelo rei ou pelo senhor que recebem o vínculo com direitos e deveres conforme descrito no exemplo de Montpellier.

O segundo elemento a ser ressaltado nesta carta em questão está em estabelecer um salvo conduto para os habitantes da cidade para livre circulação por todos os demais territórios sob o domínio do rei (*homines Montispessulani cum rebus eorum sint salvi et securi in toto regno nostro et in tota terra nostra et amicorum nostrorum*) não apenas dentro limites do reino, mas também aos territórios daqueles que juraram fidelidade ao rei. Este documento, emitido logo após a Batalha de Bouvines, conflito este no qual o rei franco foi o grande vitorioso, apresenta uma intenção de unidade de Reino através destas autorizações de circulação entre os territórios. Importante salientar que a noção de fronteira neste início de século XIII não estava sedimentada, mas sim fluida e mutante. Este trânsito não tinha um controle efetivo por parte dos diversos senhorios fiéis à monarquia. A teia de relações senhoriais é bastante intrincada, de maneira especial na região do Midi Francês, neste sul do reino que segundo George Duby encontrava-se muito próximo de Paris, logo abaixo de Tours,

²⁵⁵ A alcunha de Rei dos Francos (Francorum rex) acompanhará os registros da dinastia capetíngia até o reinado de Luis IX quando o termo será substituído por Rei da França (*rex Franciæ*.) *Naissance de la nation France*, Colette Beaune, Paris, Gallimard, 1985, reed. Folio histoire, p.419

Orleans e Chalon-sur-Saône²⁵⁶. A ideia de fronteira²⁵⁷ nestes territórios está ainda por formar-se na medida em que os senhores locais precisam lidar com pequenos castelos independentes, onde o vínculo com esta monarquia nortista não possui uma eficácia permanente, mas varia de acordo com o contexto²⁵⁸. Um elemento de inserção desta cultura na cidade foi a construção de uma universidade em Montpellier em 1220, quando o ato em questão se encerra. As cartas de concessão e autorização cidadina, neste ambiente de certa forma alheio ao que acontece em Paris e em seus territórios vizinhos, não são suficientes para fortalecer estes vínculos. No Languedoc estes vínculos ainda não podem ser equiparados com os deste norte capetíngio e esta é uma das explicações para a pouca existência de cartas chancelares de confirmação cidadina neste ambiente do Midi.

O estranhamento de ambos os grupos nesta região, por um lado os aliados de Filipe Augusto que não encontraram as mesmas condições para o seu estabelecimento e manutenção de direitos e deveres nestes ambientes, por outro os habitantes do Languedoc, sem vinculação histórica e cultural com a dinastia capetíngia e seus aliados.

O ambiente de vinculação e sentimento de pertencimento que o ambiente nortista apresenta nas fontes, originados e fortalecidos em grande medida devido aos conflitos entre as casas senhoriais, como por exemplo, nos domínios capetíngios, na Borgonha, Flandres, Champagne ou Normandia onde uma espécie de cultura feudo-senhorial já havia se estabelecido e estava em franco processo de estruturação e fortalecimento por mais de um século²⁵⁹.

²⁵⁶ DUBY, G. **O Domingo de Bouvines, 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Pp 94.

²⁵⁷ Au Moyen Âge les frontières entre comtés étaient mal définies et faisaient souvent l'objet de procès pour déterminer lequel des deux plaignants détiendrait le droit de justice sur une portion de territoire dénommée marche. CURTA, F. **Borders, Barriers, and Ethnogenesis. Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages** (Studies in the Early Middle Ages, 12). Turnhout: Brepols, 2005.

²⁵⁸ GARDNER, C. Practice and rhetoric. Some perspectives on the legal frontier between "France" and Toulouse. p 272-276 In: **Frontiers. Proceedings of the Third European Congress of Medieval Studies** (Jyväskylä, 10-14 June 2003);

²⁵⁹ Le domaine capétien et les principautés féodales vécurent de la sorte dans une alternance au rythme variable de fièvres anarchiques et de réactions plus ou moins victorieuses. Louis le Gros s'illustra en mettant à la raison les barons d'Ile-de-France, qui avaient indûment prospéré sous les règnes de son père et de son aïeul. Guillaume le Conquérant, Henri Beauclerc et Henri Plantegenêt parvinrent à restaurer en Normandie une véritable discipline monarchique, qu'avaient quasi ruinée trois guerres civiles dévastatrices. En Anjou Foulque V et Geoffroi III

O terceiro elemento desta carta chancelar está no relacionamento entre Filipe II, Pedro II de Aragão e o papado. O estabelecimento de condições e prazos para este domínio (*ab instante Pascha Domini usque ad quinque anos*), com regras estabelecidas para a manutenção da paz preservando esta cidade dos eventos da Cruzada Albigense, em curso desde 1209. Ele demonstra como a autoridade de Filipe era, de certa maneira, limitada em terras longínquas à Paris. O estabelecimento de prazos para esta ocupação distancia o processo de domínio em Montpellier dos demais exemplos aqui analisados.

A tese levantada quando do início do processo de doutoramento, que era verificar e encontrar uma estratégia da monarquia para ampliação dos territórios da dinastia capetíngia através do estabelecimento citadino nas regiões ao sul de Paris, não se sustentou ao longo da pesquisa realizada como esperado. A presença do rei pode ser verificada nestas regiões, não através destes estabelecimentos citadinos, mas através dos privilégios concedidos ao clero urbano. A presença do rei será mais sutil, devido a não existir uma estrutura, econômica e principalmente cultural que suportasse a mesma política citadina existente nos ambientes onde as demais cidades foram estabelecidas. Neste sentido, a afirmação de Le Goff sobre a existência de duas “Franças” uma do Norte e outra do Sul onde a primeira colonizou a segunda através da Cruzada Albigense, preparando assim os territórios do Languedoc para receber esta França Capetíngia no período posterior através do reinado de Luís IX por volta de 1271²⁶⁰, apresenta um conceito mais apropriado para aquilo que as fontes documentais demonstraram após sua análise.

O elemento cultural gera a semelhança e o sentimento de pertencimento, e este não era possível nem para os nortistas para os quais o senso de honra e as virtudes do léxico cavalheiresco eram díspares daquele perpetrado pelos cavaleiros do sul. Neste sentido, a linha de influência nestes territórios era tênue

eurent à juguler l'indépendance récemment acquise par leurs vassaux. En Flandre Baudouin IV et Baudouin V limitèrent les dégâts en instaurant un réseau de forteresses destinées à contenir l'ennemi de l'intérieur. Les grands de ce monde en effet ne laissaient pas de multiplier leurs châteaux eux aussi, dans un dessein à la fois offensif et défensif, tant au cœur de leur États que sur des frontières névralgiques ou sur des territoires en litige : exemples dans les zones de Bourgogne et de Flandre limitrophes de l'Empire, dans la Touraine que se disputaient avec acharnement les maisons de Blois et d'Anjou, enfin dans le Vexin, enjeu de la rivalité franco-britannique. Le terme de cette évolution saccadée se place aux XIIe et XIIIe siècles. Héliot Pierre. **Les châteaux-forts en France du Xe au XIIe siècle à la lumière de travaux récents.** In: *Journal des savants*. 1965, n°2, p. 485.

²⁶⁰ LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente Medieval.** São Paulo: EDUSC, 2005, p. 95.

e justamente por esta razão exponencialmente mais complexa para o principado capetíngio do que aquelas relações encontradas nos senhorios vizinhos à *île de France* na primeira metade do reinado do Augusto²⁶¹.

Nestas vastas regiões, o poder papal e religioso está mais presente que a condição de influência efetiva e prática dos principados do norte. Os juramentos são feitos aos prelados e aos bispos. Uma estrutura diferenciada, que trata os senhores conforme a nomenclatura de Duby, um *adjuntor*, para os quais sua presença é requerida como um braço armado da igreja, cuja principal função seria apenas a de executar sentenças, não de instaurá-las.

Aos poucos, durante o século XI, um conceito de uma ordenação divina oriunda do governo do príncipe, foi sendo moldando nas regiões sob o domínio capetíngio, na medida em que até o início do século XII, os demais senhores eram autônomos e disputavam o poder de maneira igualitário com o monarca. O ponto de diferenciação entre eles estaria, segundo Duby, na elaboração do discurso de unidade do reino através da instituição do rei divino elaborado pelo conselheiro e amigo de Filipe VI e Filipe VII, o abade de Saint-Denis Suger²⁶². No sul, estes signos e símbolos ao redor da figura do príncipe não apresentavam o mesmo teor que nas terras senhoriais nas proximidades de Paris²⁶³.

Um último elemento no que concerne a chancelaria régia referente às cidades, percebido durante a análise documental está relacionado ao corpo jurídico destas concessões. Os juristas a serviço do rei aprimoram e refinam o corpo legislativo dos forais de autorização. Existe um aumento substancial nos itens que firmam os deveres e direitos das comunidades.

²⁶¹ DUBY, G. Op Cit., p.95

²⁶² Para Suger, que apropria-se do pensamento do pseudo-Dionísio Aeropagita, a elaboração de um sistema hierárquico estava baseado em uma mística dos poderes, na concepção de Duby, onde o rei sagrado seria superior aos demais senhores regionais dentro desta perspectiva. Esta visão da utilização do discurso de pseudo-Dionísio por Suger tem sido relativizada e incrementada em estudos mais recentes. Para tanto ver: Zinn, Grover Andrew. "**Suger, theology, and the pseudo-Dionysian tradition**". Abbot Suger and saint-Denis: a symposium. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1986. 33-34. Todo este simpósio realizado para comemorar o oitavo século da morte do Abade apresenta interessantes revisões da historiografia tradicional a respeito das posições de Suger com relação à teologia, à arquitetura e seus embates com Bernardo de Claraval.

²⁶³ Tudo se curvava imediatamente à majestade capetíngia, consagrada pelos bispos. Foi o que aconteceu no sul da Borgonha, quando Luis VII, por duas vezes, em 1166 e em 1171, e depois Filipe em 1180, ano de sua ascensão ao trono, conduzia o nome de Deus a hoste real. Os relatos dos inimigos do rei como desorganizados cruéis, contrários às virtudes cristãs estabelecidas para o príncipe, serão o ponto de inflexão cultural que as fontes, de maneira especial as Crônicas régias apresentarão.

A última carta foral referentes às relações entre o rei e as cidades, estabelecida através de um conjunto de normas a serem respeitadas pelos homens da cidade de Chambly de 1222 apresenta quarenta e sete itens contra apenas 20 na carta de Soissons de 1181. Um refinamento nos dados de origem econômica na tributação dos impostos e taxas devidas à monarquia que não foram encontrados nas primeiras cartas. Este aprimoramento na escrita jurídica mostra-se tão importante quanto as próprias cartas. O refinamento de juristas especializados em direito canônico ao entorno da monarquia capetíngia, apresentam um diferencial entre os domínios do rei e dos demais senhores concorrentes pelo poder territorial. O processo de feudalização destas monarquias, seja no ambiente peninsular, no império romano germânico e nestes territórios dos francos, foram distintas entre si, devendo ser analisadas de maneira individual. No caso francês, embora existam similaridades com o contexto ibérico, de maneira especial no tocante à situação de mobilidade fronteiriça, principalmente sob a dinastia dos Capetos, ainda assim, as especificidades devem ser levadas em conta. A partir de Filipe Augusto, os reis desta dinastia aceitarão a rede de contratos feudais e passarão a utilizá-los como instrumentos de ações políticas concretas que em cada caso permitirão ampliar seus territórios. As relações entre ele e os Plantagenetas passarão pelo campo jurídico como em 1202 quando condena João Sem Terra pela falta de cumprimento de seus deveres como vassalo dos reis capetíngios²⁶⁴.

A emissão de cartas forais envolvendo a fundação das cidades, como visto, foi um instrumento importante no governo de Filipe Augusto dentro do campo jurídico, político e econômico. Outros elementos desta política chancelar devem ser verificados para uma visão mais ampla apresentada na documentação analisada. De maneira especial, a relação das fontes entre o rei, a nobreza senhorial e o clero. Esta divisão da chancelaria busca oferecer um recorte possível de ser atendido dentro das expectativas da pesquisa realizada.

²⁶⁴ La clave para essa política estuvo em disponer de unos juristas especializados que construirán la figura del “soberano feudal del reino”, robusteciéndola poco a poco, pero muy continuamente, a costa de conflictos jurídicos suscitados y resueltos em forma que se pudiesse recortar todo lo imaginable, em la autonomía de los señores territoriales. PÉREZ-PRENDES, J.M. **Instituciones Medievales**. Madrid: Editorial Síntesis, 2011. p 92

3.2 – PRIVILÉGIOS

O segundo grupo de cartas chancelares escolhido apresenta os benefícios da monarquia e as demandas atendidas a diferentes grupos que orbitaram ao redor de Filipe Augusto. Enquanto o grupo das fundações estava relacionado à burguesia cidadina, este grupo de benefícios e concessões atenderia aos grupos tradicionais do sistema feudal, os quais precisavam estar contemplados no projeto monárquico: a nobreza e o clero. As fontes apontam para um grupo nobiliárquico beneficiado nas fontes, nobres que não possuíam muitas terras e receberam consideráveis concessões por parte do rei. A historiografia os denomina como uma nobreza de serviço²⁶⁵, e eles serão fundamentais para a política proposta no contexto francês com o objetivo de equilibrar a posse de terras, sem fortalecer os grandes senhores, evitando que tivessem um poderio militar ou econômico superior ao da monarquia. Neste sentido, o exemplo mais emblemático durante o reinado de Filipe Augusto é, como introduzimos no início deste trabalho, Simon de Montfort. Um representante desta nobreza de serviço que será cada vez mais utilizada pelos governos deste ambiente mediterrâneo de maneira mais intensa nos séculos XIV e XV, com um debate historiográfico bastante pertinente por parte dos estudos produzidos sobre o contexto destas relações na Península Ibérica em recortes posteriores ao proposto²⁶⁶.

²⁶⁵ AUTRAND F. L'image de la noblesse en France à la fin du Moyen Âge. Tradition et nouveauté. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 123e année, N. 2, 1979, pp. 340-354

²⁶⁶ O pesquisador Daniel Arpelau Orta (*in memoriam*) apresenta um debate historiográfico recente a respeito da pesquisa sobre as relações régio-nobiliárquicas no contexto da península ibérica em sua tese de doutorado. Segundo ele: Os estudos de Marcella Lopes Guimarães, Fátima Regina Fernandes, Adriana Mocelim de Souza Lima e André Luiz Bertoli, observaram algumas estratégias e usos políticos que crônicas régio-nobiliárquicas tiveram na sociedade portuguesa dos séculos XIV-XV, em especial a cristalização de valores acerca do passado do reino. Em geral, os pesquisadores identificaram o papel da nobreza como aliada do rei, e que poderiam ser justificadas posições e prerrogativas aos descendentes. A pesquisa de Guimarães evidenciou nas crônicas de Fernão Lopes um contraste entre os reis das dinastias de Borgonha e Avis, exaltando qualidades em Dom João I, rei da dinastia solicitadora das crônicas. O caso da trajetória de Nuno Álvares Pereira, estudado por Fernandes, aproxima-se à de Duarte de Meneses, por conta do caráter de ilegitimidade e da projeção que ambos alcançaram nos documentos, em especial na relação com a monarquia. No caso do Conde Pedro de Barcelos, pesquisa de Mocelim, ela observou a representação da monarquia como necessária à estabilidade e aplicadora da justiça e solidariedade, com valores cristãos. Aos nobres, igualmente, é apresentado um modelo a seguir, com propriedades virtuosas no intuito de coesão social entre eles. Na pesquisa de Bertoli a hipótese da crônica de Zurara como ideal cavaleiresco cristão é sugerida, vinculado em contexto outonal uma ideologia da reconquista ibérica, ou melhor, de recuperação do passado de glórias e exaltação dos princípios de cavaleiro e fiel cristão. ORTA, D. A.. Novos ramos de velho tronco. Relações de poder na Península Ibérica

3.2.1 - Simon de Montfort e a nobreza de serviço na França de Filipe Augusto

Este nobre é apresentado nas cartas chancelares em um registro do ano de 1208, onde uma intervenção real em uma área de litígio entre os senhores de Montfort e os monges de Bazainville estava em curso. A nomenclatura atribuída ao conde como *dilecti et fidelis nostri* não é a mesma que outros senhores recebem na documentação:

In nomine sancte Trinitatis. Amen. Philippus Dei gratia Francorum rex. Noverint universi presentes et futuri quod, sicut ex autencis scriptis dilecti et fidelis nostri Symonnis, comitis Leycestrie, domini Montisfortis [...] ²⁶⁷

Senhor de um pequeno território nas proximidades de Paris, Simon ressurge na fonte oito anos mais tarde, durante a divisão dos espólios originados na Cruzada Albigense:

In nomine sancti et individue Trinitatis. Amen. Philippus Dei gratia Francorum rex. Noverint universi presentes pariter et futuri quod nos dilectum et fidelem nostrum Simonem comitem de Monte Forti recepimus in hominem nostrum ligium de ducato Narbonensi, comitatu Tholosano, vicecomitatu Biterrensi et Karcassonensi, ²⁶⁸

O extrato da carta citado é um exemplo de como esta nobreza de serviço atua nesta sociedade medieval, um exemplo claro da política medieval do *desserviço* prestado por um nobre de uma categoria mediana em vista dos

e no norte de África a partir da escrita cronística e chancelar (séc. XV). **Tese de Doutorado.** UFPR, Curitiba, 2013

²⁶⁷ RECUEIL D'ÊS ACTES DE PHILIPPE AUGUSTE. Op. Cit. Tomo III, Ato nº 1036, p.100.

Em nome da Santíssima Trindade. Amém. Filipe com a graça de Deus, Rei dos Francos. Seja conhecido a todos no presente e no futuro, que, como é evidente, a partir dos escritos que nosso querido e fiel Simon o autêntico, conde de Leicester, senhor de Montfort. T.A.

²⁶⁸ RECUEIL D'ÊS ACTES DE PHILIPPE AUGUSTE. Op. Cit. Tomo IV, Ato nº 1418-1419, p. 24

Em nome da Trindade santa e indivisa. Amém. Filipe com a graça de Deus, Rei dos Francos. Seja conhecido a todos no presente e no futuro, que recebemos de nosso homem amado, e fiel, Simon pelo nosso soberano, o conde de Monte Forti ducato de Narbonne, o condado de Toulouse, ele Carcassome e Beziers. T.A.

grandes feudos franceses e que ascende devido ao seu serviço em batalha. Ao término da Cruzada, tanto o rei quanto Simon, beneficiaram-se deste vínculo. A partir deste exemplo, a relação entre o rei e seus vassallos, de maneira especial na baixa idade média, não estaria vinculada, necessariamente, ao território de origem do nobre. Com a ascensão desta nobreza por serviço, não mais apenas por nascimento, o interesse era o de ser reconhecido pelo monarca que concedesse os melhores benefícios. Neste sentido as fronteiras políticas do reino comportariam uma extraterritorialidade por transitarem livremente por entre os diferentes senhorios como declara Fátima Regina Fernandes:

[...] logo, podemos concluir que a posição de fidelidade ou desserviço será marcada entre cada vassallo e o rei que aquele elege para servir, o que oferecer melhores condições de estabelecimento, o que nem sempre coincide com o rei do reino onde o vassallo nasceu. Fica assim, bem marcada a extraterritorialidade desta nobreza peninsular e a pouca consideração da nobreza pela fronteira físico-política dos reinos, estrutura facilmente ultrapassada por vínculos mais amplos que qualquer limite territorial. Estamos, portanto, diante de um nível de concepções onde as estruturas do Estado ainda estão em processo de amadurecimento²⁶⁹

Nesta perspectiva, pode-se dizer que os vínculos de fidelidade vassálicos não estavam atrelados de maneira específica aos territórios de nascimento, mas a outros fatores como descrito acima. Exemplo deste fato está nos conflitos que envolveram o evento conhecido como Cruzada albigense, onde os atores trocam de posição nos campos de batalha constantemente. O caso de Pedro II, o católico rei de Aragão e Simon de Montfort, líder Cruzado que avança em direção ao sul a mando do rei Filipe Augusto. Ambos, Simon e Pedro, estavam juntos na Batalha de Las Navas de Tolosa em 1212, dois anos depois eram inimigos na batalha de Muret que resultou na morte de Pedro II²⁷⁰. A definição para fronteira apropriada para este exemplo é aquela clássica dada por Matoso:

²⁶⁹ FERNANDES, F. R. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Espanha, v. 28, 2005, p.170.

²⁷⁰ Simon de Montfort inclusive, quando assumiu o viscondado de Béziers e Carcassonne, tornou-se vassallo do Rei Pedro¹⁰², enviando cavaleiros sob seu comando para participarem da Batalha de Las Navas de Tolosa.¹⁰³ Porém, durante os dois anos em que o rei aragonês esteve envolvido com os muçulmanos, Simon passou a ampliar seu domínio sob cidades tutoradas por Pedro. Em 1211 e 1212, Simon conquistou cidades sob a tutela direta de Pedro II, levando o monarca recorrer a Roma, tendo em vista que era vassallo direto de Inocência III. É preciso

[...] no entendo la frontera como una línea de demarcación nítida, sino um área extensa, sobre la que la autoridad pública predominante em cada uno de los lados de la frontera era indecisa, inestable e incluso negociable com um u outro de los soberanos enemigos.²⁷¹

A batalha de Bouvines, segundo vários autores, foi a grande batalha que encerrou o ciclo de conflitos entre os grandes reinos desta cristandade latina no baixo medievo²⁷². Segundo esta linha de pesquisa, após este período, outro tipo de batalha passa a se estruturar a partir do campo jurídico com a diplomacia²⁷³.

Os reinos buscam ampliar e fortalecer suas políticas territoriais, em conjunto com a política internacional, alcançam o objetivo de gradativamente contribuir para uma consciência coletividade dentro de determinado limite territorial. Desta forma, diplomacia e guerra foram moldando as novas fronteiras desta cristandade latina na transição entre o medievo e modernidade. Um elemento bastante utilizado como instrumento legitimador e orientador de conduta dentro dos limites determinados dos reinos cristãos foram as Crônicas régias que traziam as qualidades dos reis²⁷⁴ e foi uma espécie de propaganda aos seus interlocutores, gerando em primeiro lugar, modelos de monarcas cristãos baseados nos relatos bíblicos²⁷⁵ e em segundo

analisar mais de perto o que eram estas relações entre vassalo e senhor para que possamos indagar porque Pedro aceitou Simon sob seu suseranato e este mais tarde rompeu com esta relação para poder investir contra Toulouse. MEDEIROS, E. L.; Op Cit., p.36

²⁷¹ FERNÁNDEZ, E. M. Op. Cit., p.42

²⁷² DUBY, G. **O Domingo de Bouvines**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 9: *Vitória, como já foi dito e repetido, fundadora ; as bases da monarquia francesa foram decididamente consolidadas. Uma batalha. Um acontecimento. Pontual. Retumbante.*

²⁷³ FERNÁNDEZ, E. M. Op. Cit., p.43

²⁷⁴ O objetivo primário da obra é o de transmitir à posteridade uma memória selecionada de fatos que se passaram. Porém, esta transmissão dos acontecimentos é, na verdade uma seleção especial de ações memoráveis e daquilo que seria digno de ser lembrado como grandes feitos, bons exemplos, atos de príncipes e santos. Por serem produções literárias de gênero narrativo devem ser associadas à literatura existente na época, como as canções de gesta, os romances de cavalaria, sermões, espelhos de príncipes e poemas épicos, guardando as devidas diferenças e objetivos de cada uma destas estruturas. MEDEIROS, E. L. Análise da estrutura cronística e registros chancelares na monarquia francesa entre 1180 e 1230. In: **Atas da IX Semana de Estudos Medievais**. Programa de Estudos Medievais – UFRJ, 2011. p.250

²⁷⁵ Com esse ambiente prévio, la misa fue oficiada por el próprio pontífice y em el sermón pronunciado em la misma, siguiendo la version de la Crônica de Alfonso XI, Benedicto XII presentó al monarca como um nuevo Rey David y comparo la batalla del Salado com las victorias

lugar nos heróis oriundos da literatura e romances de cavalaria existentes e conhecidos no período²⁷⁶.

Uma fonte neste estilo, escrita como uma homenagem a Simon de Montfort foi a *Histoire Albigeoise*, uma apologia épica à figura do conde, fonte interessante para analisar para as relações de senhorio e vassalagem constantes neste contexto. Simon de Montfort começou a chamar nossa atenção através de dois trechos escritos pelo cronista:

Arrivée dès Croisés.L'an 1209 de l' Incarnation, dans la douzième année du pontificat du sieigneur pape Innocent, sous le règne de Philippe, roi de France, aux environs de la fête de saint Jean Baptiste, tous lés croisés qui s'étaient mis em marche dans lés diverses parties de la France du nord se concentrèrent à Lyin, ancienne capitale de la Gaule, selon um plan uniforme et réglé d'avance. Parmi eux on remarquait l'archevêque de Sens, lés évêques d'Autun, de Clermont, de Nevers, le duc de Bourgogne, le comte de Nevers, le comte de Saint Pol, le comte de Montfort, le comte de Bar-sur-Seine, Guichard de Beaujeu, Guillaume dès Roches, sénéchal d'Anjou, Gaucher de Joigny et beaucoup d'autres seigneurs nobles et puissants don til serait trop long Donner lés noms.²⁷⁷

Comme l'occasion nous y invite et que la logique de notre plan le demande, intercalons ici ce que nous savons personnellement sur le noble comte de Montfort. Mettons em premier lieu son illustre origine, son inébranlable courage et as connaissance approfondie du maniemment des armes. De plus, si nous passons à l'aspect physique, sa stature était haute, sa chevelure remarquable, son visage élégant, son aspect agréable, ses épaules saillantes, ses bras musclés, son torse gracieux, tous ses membres agiles et souples, son allure vive et alerte : il ne prêtait à la critique, si peu que ce fut, même aux yex d'un ennemi ou d'un jaloux.²⁷⁸

Del monarca bíblico. PICAVEA, E. R. **Diplomacia, Propaganda y Guerra Santa**. Anuario de Estudios Medievales (AEM). 2010, pp. 774-775

²⁷⁶ “Podemos atribuir esta descrição de Pierre (Cronista da Crônica da Cruzada Albigense) a duas razões fundamentais: a primeira vem do conteúdo literário da Provença do século XII, pois era comum que no provençal, os heróis fossem descritos enquanto seres humanos desprovidos de falhas físicas, enquanto sinal da Providência Divina favorável. A semelhança com heróis bíblicos do Antigo Testamento, bastante comum nos escritos eclesiásticos pode apontar para outra fonte de consulta do monge cisterciense. Dois guerreiros natos dos tempos bíblicos são celebrados por sua beleza: Absalão, filho de Davi e Sansão, o libertador de Israel perante os filisteus, ambos inclusive possuindo longos cabelos” .In: MEDEIROS, E.L. Op.Cit. p. 41.

²⁷⁷ PIERRE DES VAUX DE CERNAY. **Histoire Albigeoise**. Traduction par Pascal Guebin et Henri Maisonneuve. Paris: Libraire J. Vrin, 1951. p.39.

²⁷⁸ PIERRE DES VAUX DE CERNAY. Op. Cit., p. 46.

O primeiro trecho retrata a primeira aparição de Montfort na narrativa do Cronista Pierre dês Vaux de Cernay, envolto em modesto lugar entre o duque da Borgonha e o conde de Nevers. O segundo sintetiza a perfeição do agora eleito líder dos cruzados seja na beleza física, na nobreza de caráter, fidelidade cristã ou coragem na batalha. Para entender a transição do conde, que passa de pequeno senhor feudal a mandatário legal de praticamente todo o Languedoc, é necessário analisar o contexto no qual Simon esteve inserido. O'shea define Simon da seguinte maneira:

Campeão da causa católica no sul. Depois de demonstrar patente bravura em batalhas, foi nomeado visconde de Béziers e Carcassonne em 1209. Anos de generalato brilhante e brutal fizeram-no senhor de todo o Languedoc.²⁷⁹

Simon nasceu em 1165 numa propriedade próxima à Paris. Seu clã era ilustre embora não tivesse muitos bens, na medida em que possuía como herança, o condado de Leicester na Bretanha. Com a rivalidade entre os plantagenetas e os reis franceses, a realeza anglo-saxônica não estava propensa a reconhecer o direito de nobres tão próximos à Paris.

Esta pode ter sido uma das razões que o levaram a participar, em 1202 da Quarta Cruzada promulgada por Inocêncio III para reconquistar Jerusalém após a vitória de Saladino, após a Cruzada real de Frederico Barba Roxa e Ricardo Coração de Leão²⁸⁰. A expedição nunca chegou até a Palestina, pois acabou se transformando numa campanha mercenária em que a força dos cruzados foi utilizada pelos venezianos para saquear as cidades de Zara e Constantinopla. Esta Cruzada exemplifica muito bem o espírito do empreendimento que há muito já não tinha como objetivo real libertar a Terra Santa das mãos dos muçulmanos.

Dois personagens pertinentes ao contexto da Cruzada albigense participaram da Quarta Cruzada: Simon de Montfort e o cronista Pierre des Vaux de Cernay²⁸¹ como secretário de seu tio, o abade Guy des Vaux de Cernay. O episódio foi narrado por Pierre em nossa fonte de pesquisa:

²⁷⁹ O'SHEA, Op. Cit., p. 13

²⁸⁰ RUNCIMAN, S. **A História das Cruzadas**. Volume 2. Rio de Janeiro: Imago, 2002, p.49

²⁸¹ Na introdução da edição crítica da Histoire, Paul Guébin, fornece sua hipótese de que o cronista Pierre tenha participado da expedição à Zara e Constantinopla. "*Nous formulons une hypothèse. Ce jeune moine, neveu d'un abbé cistercien, estime du pape et de ses supérieurs,*

En ce temps-là, le noble comte de Montfort et l'abbé des Vaux de Cernay, Guy, le futur évêque de Carcassonne, dont nous avons souvent parlé, s'em allaient avec des barons français pour une expedition d'oultre-mer.²⁸²

Pierre mostra a nobreza de Simon e Guy ao se recusarem a tomar parte no saque à cidade cristã de Zara:

Toulefois, le comte de Montfort et l'abbé des Vaux de Cernay ne suivirent point la multitude pour faire le mal: ils refusèrent de participer au siège el allèrent camper loin la ville.²⁸³

Os laços de amizade entre o abade Guy e Simon de Montfort surgem neste episódio, onde Pierre narra que, o abade foi ameaçado pelos venezianos ao ler uma bula de Inocêncio III para que os cruzados cessassem o saque da cidade de Zara, sob pena de perderem a indulgência de cruzado e serem excomungados. Foi Simon quem salvou o abade da morte iminente:

Les vénétiens voulurent lês tuer, mais le noble comte de Montfort surgit entr'eux et, tenant tête aux vénétiens, il s'opposa au meurte de l'abbé.²⁸⁴

Podemos relativizar a austeridade sobremodo excessiva de Simon de Montfort, que não condiz com suas ações na região do Languedoc, onde sua destreza militar não permitia espaços para o *nobre conde*, que tinha de esmagar revoltas, por vezes com requintes de crueldade, como no episódio dos cegos de Bram. Nele, após vencer e conquistar a pequena cidade de Bram, Simon cegou os líderes e os enviou à cidade de Cabaret, próxima cidade a ser cercada pelos cruzados, como forma de intimidação aos adversários²⁸⁵. Caso analisemos o contexto econômico que envolvia as

charge de la predication contre lês hérétiques, devenu éveque de Carcassonne, le quartier general de Simon de Montfort; ce jeune moine, que fut déjà en 1202 à Venise et à Zara le compagnon, nous pourrions dire le secrétaire de son oncle, et ce letre s'est initié aux Affaires politiques et au "stile" de la Chancellerie pontificale." PIERRE DES VAUX DE CERNAY. Op. Cit., p. XIII e XIV.

²⁸² PIERRE DES VAUX DE CERNAY. Op. Cit., p. 47

²⁸³ Ibid., p. 48

²⁸⁴ Ibid., p. 48

²⁸⁵ O'SHEA. Op. Cit., 127 e 128.

expedições cruzadísticas, é pouco provável que um “nobre pouco importante do norte”, como era a situação do conde, tivesse condições de arcar com uma onerosa viagem para o Oriente, e que não tomasse parte na divisão dos saques, retornar sem despojos para a França. Infelizmente, não encontramos nenhum texto que sustentasse a hipótese de que a participação de Simon na Quarta Cruzada pareça mais uma espécie de *curriculum* do nobre para embasar sua liderança diante dos cruzados. Toda bibliografia que foi encontrada a respeito, mostra que o conde retornou à França sob muitos prejuízos oriundos da expedição²⁸⁶. Isto se deve, talvez, em virtude da narrativa de Pierre ser a grande fonte de consulta a respeito a seu respeito: o texto é apenas reproduzido por aqueles que consultam ao texto.

Voltando ao contexto da Cruzada albigense, como indicado anteriormente, Simon era um senhor de importância secundária entre os barões de Filipe Augusto. Sua escolha enquanto líder da expedição é um importante fator a ser analisado.

Destaca-se a eleição tardia de um líder secular, tendo em vista que o viscondado de Béziers havia sido capitulado pelos cruzados e o cerco à Carcassonne já estava em andamento. Até este momento, a Cruzada era liderada pelo legado de Inocêncio III: Arnold Amaury.²⁸⁷ Pierre narra o episódio da escolha do líder da cruzada como uma escolha de certa forma divina:

Tout ceci réglé, les principaux seigneurs se consultèrent pour savoir à qui attribuer le vicomté. La suzeraineté fut offerte d'abord au comte de Nevers, puis au duc de Bourgogne, mais ils refusèrent. Alors de toute l'armée on désigne pour procéder à l'élection du nouveau vicomte, deux évêques, quatre chevaliers et l'abbé de Cîteaux, légat du Siège Apostolique: tous s'engagèrent formellement à choisir celui qui estimerait le plus utile à Dieu et au siècle. Ces sept personnages, avec l'aide des sept dons du Saint-Esprit qui jette sur toute la terre un regard de miséricorde, élirent un homme de foi catholique, de mœurs honnêtes et d'une grande bravoure militaire : Simon, comte de Montfort.²⁸⁸

²⁸⁶ “[...] ele voltou para casa em 1205, sua honra salva, mas a carteira vazia” O’SHEA, Op. Cit., p.130

²⁸⁷ Les clerics sont nombreux. Au premier chef, Arnaud-Amaury. “Le vénérable abbé de Cîteaux” est un esprit lucide, mais il est aussi cruel et hypocrite. Chef suprême de la Croisade, c’est lui qui confère d’autorité à Simon de Montfort le vicomté de Béziers et Carcassonne. PIERRE DES VAUX DE CERNAY.Op. Cit., p. XVI

²⁸⁸ PIERRE DES VAUX DE CERNAY. Op. Cit., p.45

Dois pontos são necessários para entender esta afirmação de Pierre: o primeiro está relacionado com a recusa dos principais barões de Filipe Augusto envolvidos na Cruzada, o duque da Borgonha e o conde de Nevers, aparentemente os líderes naturais a serem escolhidos, em virtude de suas posições e importância. O segundo ponto a ser considerado, é o momento em que esta escolha foi realizada, logo após a conquista de Béziers e durante o cerco à Carcassonne, ao invés do líder ter sido escolhido no início da expedição, durante o ajuntamento de 1209. Este é o cenário que devemos analisar para entender a escolha de Simon de Montfort para assumir a liderança dos cruzados e seu papel na política monárquica para a região.

Se nos voltarmos para os condados da Borgonha e de Nevers, depois anexado ao condado de Flandres, perceberemos a importância econômica e política de ambos à monarquia francesa desde o século IX. Filipe Augusto por sua vez, busca manter sua dinastia e expandir suas fronteiras. É fundamental que as concessões de terras a barões mantenha o equilíbrio no jogo de poder. Conceder o viscondado de Béziers e Carcassonne a um dos dois barões seria uma escolha perigosa para o regente Filipe, caso lhes cedesse este controle, pois os condes possuíam mais terras que o próprio Filipe Augusto. Neste sentido, seria mais interessante para os propósitos aglutinadores do monarca, conceder o viscondado do sul francês para um senhor de importância secundária como era o caso de Simon, que seria mantido facilmente sob o controle de Paris. Este território foi concedido à Montfort após a morte de Raymond Roger Trencavel, senhor destas terras. De toda a bibliografia analisada, apenas O'shea corrobora com esta hipótese:

O sucessor em questão era Simon de Montfort. A ele tinham sido entregues as terras dos Trencavel pelo agradecido Arnold. Aos mais proeminentes barões da Cruzada tinham sido oferecidas, primeiramente, as maiores propriedades, mas todos rejeitaram o prêmio tentador, por conta de um princípio feudal e, sem dúvida, por medo da reação de seu vigilante monarca, em Paris. Mas Simon possuía tão poucas terras no norte que seu ganho inesperado não ameaçaria ninguém no reino da França, e sua habilidade como guerreiro tinha ficado abundantemente comprovado.²⁸⁹

No tocante ao lado eclesiástico da liderança cruzada, a presença de um líder secular pode apontar para certo receio por parte do poder régio em

²⁸⁹ O'SHEA, Op. Cit., pp. 122-123

permitir mais conquistas sem reclamar pela autoridade sobre as terras capituladas. Não se pode deixar de verificar que, uma vez mais, a relação entre Simon e o Abade Guy podem ter auxiliado na escolha por parte do legado Arnold, que segundo Paul Guébin, buscava conselhos com o Abade cisterciense²⁹⁰.

O ato heroico de Simon anterior à sua escolha enquanto líder secular da expedição pode estar inserido na Crônica Albigense, também de maneira a legitimar sua escolha, através de um diferencial dentre os demais cavaleiros do norte. A coragem era um dos requisitos para identificar a nobreza de um cavaleiro. A escolha de Simon segundo as regras feudais para liderança, serão trabalhadas mais adiante ²⁹¹

De posse legal de grande parte do Languedoc, tendo em vista que o último grande feudo restante era o de Toulouse, Simon passa a adotar uma política de conquista, onde o propósito inicial de combater os hereges fica em segundo plano. Simon avança para territórios mais ao sul, territórios estes que obedeciam ao suseranato do rei de Aragão, Pedro o católico²⁹². É por esta razão que Inocêncio III, em 1213 decreta o final da cruzada. O avanço de Simon para as terras de Pedro de Aragão resultou na batalha de Muret, em um debate jurídico com solicitações de cumprimento de votos vassálicos ao papa Inocêncio III em concílios. Este evento que culmina na morte de Pedro II, denota a complexidade das relações feudo vassálicas para uma cristandade latina de fronteiras fluidas. Com a ascensão da burguesia citadina, conforme analisamos, esta demanda de uma nobreza guerreira a serviço do rei e políticas expansionistas. A mudança no contexto do século XIII modifica as relações entre esta nobreza e dificulta sua operacionalidade e manutenção nos próximos dois séculos de maneira especial.

Os domínios de Montfort não foram consistentes pois foram, em sua maioria retomados logo após a cruzada, mostrando que a ocupação desta

²⁹⁰ Dès 1206, il est légat, charge de la predication contre lês heértiques qu'il confie bientôt à Guy des Vaux de Cernay. PIERRE DES VAUX DE CERNAY. Op. Cit., p. XVI

²⁹¹ Dans ce combat, il arriva qu'un de nos chevaliers, la cruise brisée, resta dans le fosse : personne n'osait aller l'en retirer, à cause des jets de pierres incessants, mais un homme courageux, le comte de Montfort, sautta dans le fosse, accompagné d'un Seul éculyer et saúva le blessé au péril de as propre vie. Ibid. p. 43.

²⁹² Simon de Montfort avec as politique de conquête, tendait à detruire l'oeuvre d'expansion de la monarchie aragonnaisse depuis unsiécle et à la rejeter lês Pyrénées. Ibid. p. XXIX

área seria uma tarefa mais complexa que a ocupação nas cercanias de Paris. Estes laços culturais do Languedoc com outras tradições que não a da monarquia capetíngia, seriam suplantados apenas depois de 1250 em um longo processo de aculturação.

3.2.2 - A nobreza e o rei

Filipe Augusto mantém relações com os nobres e senhores da França, mas não só. Sua figura é peculiar também na medida em que esteve presente nos eventos de cunho internacional para seu tempo. A sua rápida participação na assim chamada Cruzada dos Reis, mostra como havia uma necessidade de atender aos chamados do papado e demonstrar poder e autoridade nos campos de batalha. Filipe parte para o Oriente em 1190 e solicita ao papa Gregório seu retorno em 1191, após a morte de Filipe da Alsácia no cerco a cidade de Acre. As disputas pelos territórios, do conde da Alsácia, que não possuía herdeiros diretos, poderia desestabilizar a região, caso algum dos pretendentes indiretos adquirisse toda a região. As atitudes de Filipe na administração desta crise mostram uma de suas facetas nestas relações.

O ato de número 399 promulgado entre 26 de dezembro de 1191 e 4 de abril de 1192, descreve uma das concessões na sucessão flamenga. Os territórios da Alsácia foram divididos em três partes, entre o próprio Filipe Augusto, cuja primeira esposa, Isabelle de Hainaut, agora falecida, possuía direito, entre o conde de Hainaut e a condessa de Beaumont. Este documento trata da divisão para a condessa, com uma ressalva de suma importância que demonstra a política do rei nesta área de seu governo. Nesta carta, o rei concede à Eleonora os territórios de Vermandois e Valois, que deveriam retornar à coroa após sua morte, ao invés de serem herdados pela descendência da condessa. A fragmentação dos grandes feudos através da divisão senhorial parece ter sido uma das estratégias de Filipe para aumentar a supremacia na região, ao mesmo tempo em que aproveita o vazio temporário de poder para investir em concessões para o clero local. Para a região de Flandres, após a morte de seu antigo senhor, existem cerca de 30 documentos de confirmação de benefícios para as igrejas, mosteiros e bispos.

Esta espécie de “imersão monárquica” em territórios em processo de sucessão e divisão nos parece bastante notória a respeito do processo de transformação de Paris de sede do senhorio monárquico da França, para uma monarquia feudal como verificamos anteriormente. A presença do rei em todos os eventos de relevância política e administrativa é uma mostra desta mudança de postura de seu governo. O terceiro elemento na política sucessória de territórios é estabelecer senhores aliados nestas localidades. O novo conde de Flandres será Balduino V conde de Hainaut, ligado a Filipe por causa de seu primeiro casamento com Isabelle.

Outra área na qual as fontes mostram Filipe bastante presente é no estabelecimento e acordo de casamentos entre nobres. A fiscalização das intrincadas redes consanguíneas entre a nobreza, poderiam fortalecer por demasia determinados nobres. A presença régia nas autorizações oficiais deste tipo de relacionamento é bastante notória nas fontes como no exemplo do duplo casamento entre a casa de Hainaut e de Nevers. O filho de Baudoino se casaria com a filha do conde de Nevers, ao mesmo tempo em que o filho do conde de Nevers, contrairia matrimônio com a filha do novo conde de Flandres. Este evento está descrito no ato 453 promulgado em maio de 1193. O que chama a atenção é a introdução da mesma a respeito do novo conde de Flandres, que segundo o documento:

Petrus, comes Nivernensis, karissimus consanguineus noster et fidelis, juravit Balduino, comiti Flandrensi, karissimo amico et fidele nostro...²⁹³

Caso não pudesse assumir o controle direto sobre as terras, utilizaria o direito medieval, para que seus aliados ganhassem evidência no contexto do reino, ao garantir que os laços de matrimônio ocorressem entre seus aliados.

Em dez anos de reinado, Filipe havia acabado com a oposição do conde de Flandres, aproveitando de sua morte em batalha durante a cruzada, mediando a distribuição de suas terras e não apenas, mas garantindo que permanecesse nas mãos de seus aliados políticos ao organizar e confirmar o matrimônio entre eles.

²⁹³ BERGER, Op. Cit., p. 549

“Pedro, conde de Nevers, um parente nosso e um servo querido e fiel, ele jurou a Balduino, conde de Flandres.” T.A.

O século XIII desencadearia uma mudança bastante significativa para este senhorio da nobreza medieval. As três funções da ordem medieval não atendiam mais os anseios de uma sociedade em transformação. Com a burguesia de um lado e a reestruturação dos vínculos para o aproveitamento desta nobreza de serviço, por outro, os espaços foram se retraindo para esta nobreza de nascença. Neste sentido, a relação de tensão entre monarquia e nobreza, foram se acomodando, no sentido de que o rei precisava dos nobres para governar, ao mesmo tempo em que os nobres precisavam de um dos seus no governo para defender seus interesses. As concessões régias são bastante importantes para entender este contexto político. Enquanto as primeiras categorias passam por aquilo que Brenda Bolton chama de Reforma da Idade Média a partir do século XII, a nobreza, para autores como Bisson, tratam de uma crise neste mesmo século, oriunda das transformações que irão, segundo ele reestruturar esta Medievalidade Mediterrânica feudal dividida para uma um governo monárquico e centralizador. Para ele:

What most profoundly threatened the existing structure of power was the dynamics of social and economic change: increasing population and wealth and the multiplication of people with the means and will to coerce others. In the old passing world nobles had ruled, and nobles were few. In the burgeoning new world of the First Crusade more and more castellans and knights were pretending to noble powers and, inevitably, status. Characteristically, their ambitions exceeded their resources, thus predisposing them to the use of coercive force not only against their own peasants so as to secure a sufficient patrimony for the militant ease they craved, but also against the lands and peasants of others so as to entice fighting men to the rewards of their service and fidelity. Men fought for lordship, or for shares in it, and they learned to despise the peasants they felt compelled to exploit. Incipient nobility could be pitiless—and precarious.²⁹⁴

Outra frente no tocante a nobreza na política de Filipe estava nos chamados para defesa militar e conclamações régias realizadas através das cartas chancelares. Em 1208, por exemplo, o rei convoca os duques do sul, em especial Raimundo, conde de Toulouse²⁹⁵, senhor reconhecido pela igreja

²⁹⁴ BISSOT, T. Op Cit., p. 10

²⁹⁵ *Philippus Dei gratia Francorum rex dilecto consanguineo et fideli suo R. comiti Tholose et omnibus baronibus de Provincia salutem et dilectionem. **Mandamus vobis et vos rogantes requirimus** quatinus ecclesiam Magalonensem cum omnibus pertinentiis suis, amore nostri in jure suo conserventis, nec sustineatis eidem ecclesie vel rebus ad eandem ecclesiam pertinentibus ab aliquo inferi injuriam aut gravamen, scituri pro certo quod exinde vobis tenebimur ad gratiarum actiones cum eandem ecclesiam tenemur modis omnibus defensare. Actum apud*

como simpático aos cátaros, para protegerem igrejas daquilo que o documento trata como um ataque de hereges. Interessante notar os pedidos de ajuda oriundos da monarquia que, um ano mais tarde, esta mesma monarquia estaria cercando e conquistando estes mesmos territórios. Percebemos ecos e tentativas de demonstrar hegemonia real nesta região antes mesmo do início oficial da Cruzada de Filipe ao sul. Neste sentido, a resposta dos endereçados para a solicitação, foi a de não atender ao chamado do rei, pois os senhores de Beziers, Toulouse e Carcassonne, foram atacados pelos cruzados, mesmo com a emissão de cartas atestando a ausência de hereges em seus territórios.

Estas cartas exigindo o cumprimento dos deveres vassálicos de senhores fora de sua jurisdição foi outro eixo de sua política nobiliárquica, que tinha o objetivo de levar a presença real a regiões onde esta influência não era hegemônica e carecia ser efetiva. A recepção destes documentos pode ser relativizada, tendo em vista os resultados do contexto, como foi o longo caso de resistência da casa de Toulouse.

Dentre estes deveres, aquele que mais encontramos nas fontes é o *Servitium*. Este conceito está inserido no lexo jurídico medieval, nas relações de vassalagem senhorial. A relação entre as partes envolve, segundo a carta Foral de Roye, de 1196, uma relação de fidelidade que passa, necessariamente pelo serviço militar. Interessante que esta prestação de serviço militar sempre ocorreu com relação aos senhores e de maneira especial ao rei. A novidade de seu reinado, segundo Thomas Bisson (para buscar uma visão não francesa desta questão), está no fato de que “*Filipe Augusto foi, em certo sentido, o primeiro rei feudal na França, trata-se de uma nova política feudal monárquica*”.²⁹⁶ Neste sentido, o rei passa a se utilizar de conceitos conhecidos na estrutura de poder medieval (termos e obrigações) não como um senhor feudal monárquico como seus antecessores, mas,

Mostorolium Berlai, anno Domini CCº Octavo(sic) mense maio. RAPA Tomo III p. 105-106. Ato número 1039.

296 BISSON, T. **The Crisis of the Twelfth Century: Power, Lordship, and the Origins of European Government**. Princeton: Princeton University Press, 2005. Thomas Bisson apresenta uma visão do século XII de certo modo divergente da maioria dos historiadores franceses, com uma visão de crise das estruturas senhoriais que em grande parte, permitiu, segundo o autor, a ascensão das monarquias feudais. Interessante conceito que seria um estágio intermediário entre as monarquias centralizadoras do século XV.

segundo o autor britânico, como Rei dos Francos. Para adicionar elementos de uma historiografia brasileira a respeito do tema, Fátima Regina Fernandes destaca que,

a relação do rei com suas bases municipais é muito mais institucional, impessoal e centralizadora, as cobranças são muito maiores que os benefícios oferecidos, e este desequilíbrio abalava a fidelidade devida ao rei por parte dos súditos comuns que estavam na base da organização *concelhia* ²⁹⁷.

Nas proximidades de Paris, nos territórios dominados por Filipe, vemos esta estratégia ocorrendo já em 1184, e, ao observarmos este contexto, alertado por Fernandes, é possível entender a razão pela qual esta política monárquica francesa de apoio cidadão não duraria muito, sendo encerrado durante o reinado de Luís IX, neto de Filipe Augusto, devido a esta discrepância entre os deveres e direitos desta burguesia mediante o rei. Este conceito encontra-se bastante dispare da noção proposta pela historiografia medieval francesa mais tradicional de uma pretensa “aliança” entre os grupos.

A *servitium* tinha a característica especificamente de atendimento militar ao rei e este vínculo de fidelidade era o único estabelecido entre rei e burguesia, razão pela qual Le Goff critica denominada “velha escola medieval francesa”. Este conceito gerava benefícios para ambos os grupos: para o rei, fornecia a força militar necessária que trouxe o elemento diferencial que o distinguiu dos demais senhores da França²⁹⁸, sem arcar com todas as prerrogativas de uma relação feudo-vassálica, pois estas estavam restritas ao senhorio tradicional.

297 FERNANDES, F. R. A fronteira luso-castelhana medieval, os homens que nela vivem e o seu papel na construção de uma identidade portuguesa. In: Fátima Regina Fernandes. (Org.). **Identidades e fronteiras no medievo ibérico**. Curitiba: Juruá Editora, 2013, v. 1, p. 40

298 Os contingentes das cidades estão em Bouvines no domingo de 27 de julho de 1214; concorrem para a vitória, dividem as suas honras, Guilherme o Bretão, mostra “as legiões das comunas”, após a captura do conde de Flandres, Ferrand, “e especialmente a comuna de Corbie, Amiens, Arras, Beauvais, Compiègne...acorrer à batalha do rei...as comunas superaram todas as batalhas dos cavaleiros e foram, à frente do rei, de encontro a Otton e de sua batalha”. A Filípida, em sua linguagem épica, proclama que, no caminho triunfal do exército vitorioso de regresso a Paris, “nos castelos e nas cidades os clarins ressoam em todas as ruas, para que esses múltiplos concertos proclamem mais altamente os sentimentos públicos. LE GOFF, J. Op Cit., p.126

Uma função das cidades pré-existentes, dentro da estrutura régia de Filipe Augusto, foi o de estender a determinadas cidades, proteção real contra os senhores que teriam jurisdição sobre essas cidades. Neste sentido, tão importante quanto conceder estas autorizações régias, é entender a localização geográfica destas concessões concatenada com o contexto pertinente ao reinado. Entre estes, um exemplo de caso encontrado nas fontes é a cidade de Dijon. O ato número 101, promulgado entre 1º de novembro de 1183 e 31 de março de 1184 em Chaumont-em-Vexin, é bastante emblemático neste sentido, o qual descreveremos na íntegra para, em seguida, analisarmos o contexto geográfico e histórico que o envolve.

In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen. Philippus Dei gratia Francorum rex. Noverint universi presentes pariter et futuri quoniam fidelis et consanguineus noster Hugo, dux Burgundie, suis hominibus de Divione communiam dedit ad formam communie Suessionensis²⁹⁹, salva libertate quam antea habebant. Hanc autem communiam memoratus dux Hugo et Odo, filius ejus, juraverunt tenendam et inviolabiliter observandam. Unde, ad petitionem et voluntatem ipsius ducis et filii ejus, prefatam communiam manucapimus conservandam et manutenendam sub hac forma quod, si dux vel heredes ejus memoratam communiam vellent infringere vel ab institutionibus communie resilire, nos, ad posse nostrum, eam teneri faciemus. Quod si dux pro nobis facere nollet, nos eos et res suas in terra nostra receptaremus, salvum conductum³⁰⁰ eis prebendes. Quod ut perpetuam et inconvulsam sortiatur firmitatem, presentem cartam sigilli nostri auctoritate et regii nominis karactere inferius annotato communiri precepimus. Actum apud Calvum Montem, anno ab incarnatione Domini M^oC^oLXXX^oIIII^o, regni nostri anno quinto, astantibus in palatio nostro quorum nomina supposita sunt et signa. Signum comitis Theobaldi, dapiferi nostri. Signum Guidonis buticularii. Signum Mathei camerarii. Signum Radulphi constabularii. Data per manum (Monogramme) Hugonis cancellarii³⁰¹

A primeira década do reinado de Filipe Augusto foi pautada pelas estratégias de suprimir a rivalidade de outros senhores feudais, de maneira

²⁹⁹ A concessão dos costumes de Soissons foi um dos primeiros atos do monarca no ano de 1181 e está descrito no ato 35. Esta região foi o alvo do monarca nos primeiros anos devido a rivalidade com o duque da Borgonha, Hugo III. **N. do A.**

³⁰⁰ A petição e o acordo com a vontade do duque e de seu filho, tomamos em nossas mãos este município para conserva-lo e sustentá-lo, de tal forma que si o duque ou seus herdeiros quiserem infringir este município ou invalidar suas instituições, nós, com referência ao nosso poder, os enfrentaremos. Tradução Livre do Autor.

³⁰¹ BERGER, É. (Org) **Recueil des Actes de Philippe Auguste roi de France Tome I**. Paris, Imprimerie Nationale, 1916. Ato 101 p. 124-125.

especial, o duque da Borgonha. A instabilidade na região é bastante notória desde o início do século XII. O senhor de Vergy, vassalo de Hugo III, próximo à região de Dijon, nega-se a prestar homenagem ao seu senhor. Em 1183, mesmo ano da promulgação do ato utilizado como exemplo, ambos entram em conflito. O rei intervém exigindo que o duque indenize os danos causados nas igrejas da região. Hugo então para tentar alcançar a simpatia dos habitantes de Dijon, permite que os cidadãos fundem a cidade de maneira oficial, da mesma maneira como o rei havia autorizado os vizinhos de Soissons dois anos antes.

Com esta autorização, o rei procura intimidar o duque em seu próprio domínio, através de um acordo com os burgueses da região. Ao oferecer apoio a comunidades em território de opositores, de certa forma, instala “bolsões” da monarquia nestes territórios. Inserindo novas fronteiras neste ambiente, obtém o apoio deste grupo importante através dos dois elementos que se esperaria da burguesia: o fator econômico e o fator militar. São os dois elementos que farão com que Filipe supere seus opositores. Em uma estratégia conhecida através de um viés inovador para seu tempo. Concordamos com Le Goff, na inexistência de uma aliança entre rei e burguesia, as relações de fidelidade são mais superficiais que a intrincada rede de conexões feudo-vassálicas e não podem ser confundidas ou inseridas em um mesmo contexto.

Os vínculos de fidelidade entre monarquia e burguesia atingiam um objetivo adicional ao apoiar uma instituição combatida pela igreja do século XII, trazendo certa laicidade régia para o governo. Este antagonismo historiográfico, sugerido por certos autores franceses, é importante para verificar outro viés deste reinado e merece um olhar um pouco mais pormenorizado. A monarquia aprimora o conceito de fronteira e limites neste período. Esta mudança na mentalidade da monarquia francesa, necessariamente passa pela mudança da ideia de fronteira deste reino. Ao voltarmos nosso olhar para a realidade ibérica, percebemos semelhanças no modelo de estruturação régia, em uma realidade do século XIII, pois segundo Fátima Regina Fernandes:

um processo comum a quase todos os outros reinos cristãos nos quais a governação devia desligar-se de modelos senhoriais e

construir os instrumentos de uniformização e os dados de identidade única do reino a começar pela fronteira física³⁰²

Para Filipe Augusto, a figura do rei apresentava, entre outras, a função de expandir seus territórios, na medida em que, ao contrário de seus antecessores, que restringiram seu campo de ação à região de seu domínio, Filipe trabalhou em uma dinâmica de movimento real, onde era necessário expandir o território hegemônico. Em nossa perspectiva, as intrincadas relações de matrimônio do monarca com suas esposas, mostram esta característica de Filipe. O repúdio de sua segunda esposa, a princesa dinamarquesa Ingeborg, após a morte de Isabel de Hainaut, gerou o interdito de Paris por parte do papa Inocêncio III entre 1199 e 1200, devido ao processo instaurado por Filipe para anular seu matrimônio. Este interdito o fez recuar e receber novamente Ingeborg como esposa.

Viveu um relacionamento de bigamia com Inês de Merania até sua morte em 1201, reconciliando-se com Ingeborg até sua morte em 1223. Este episódio de buscar anulação matrimonial, sem êxito, mantendo a bigamia e os dotes de três esposas que lhe concederam territórios, e a incapacidade do papado em reverter o problema, sendo que o interdito foi suspenso e pouca aplicação prática trouxe como medida punitiva ao rei. Esta prática é demonstrada que estas fronteiras da cristandade estavam inseridas em uma discussão filosófica a respeito do Corpo Místico da Igreja e do rei, conforme Flocel Sabaté discute:

A partir do século XII, a Igreja, identificada com a sociedade cristã, assumiu o controle corpóreo de Cristo, avançando, sobretudo no século XIII, para a distinção entre o seu *corpus personale* ou *corpus naturale* e o seu *corpus mysticum*, este associado ao conjunto da Igreja Católica. O sentido corporativo da sociedade medieval e a facilidade de preencher com conteúdo o corpo místico, a partir do *corpus morale et politicum aristotélico*, facilitam a difusão e a expressão. Ao mesmo tempo, a garantia de monarquias que pretendem presidir as cúpulas feudais com poder sobre os conjuntos nacionais coesos, facilita, com grande naturalidade, a assimilação corpórea. Compreensivelmente, o termo passa à esfera política em toda a Europa³⁰³.

³⁰² FERNANDES, F. R. . Op Cit., 2013, p. 14

³⁰³ SABATÉ, F. Expressões da representatividade social na Catalunha Tardo Medieval. In: **Identities e fronteiras no medievo ibérico**. Curitiba: Juruá Editora, 2013, v. 1, p. 77.

Neste sentido, a fronteira deste reino francês no reinado de Filipe Augusto, apresenta o elemento territorial, no sentido da necessidade do rei em ampliar seus territórios e diminuir o domínio de seus adversários; o elemento cultural, na medida em que a figura de Filipe ao longo de seu reinado traz consigo as sementes de uma unidade política em um ambiente culturalmente diverso; o elemento político, através do aprofundamento da utilização da legislação, o rei vai adquirindo, de maneira efetiva seu corpo místico e político. Visão corroborada por Kantorovitz, Flocel Sabaté e Fátima Regina Fernandes e o estudo de Walter Ullmann³⁰⁴, que embora sejam de realidades diferentes, mostram uma tendência de centralização do poder monárquico ocorrendo nos contextos da Francia, da futura Inglaterra e nos territórios catalães e portugueses da Península Ibérica.

Toda esta estratégia de legitimação através do apoio às cidades sob o controle da burguesia francesa deve ser entendida a partir do ponto de vista de seus habitantes. Neste sentido é importante analisar este personagem importante dentro da proposta de Filipe Augusto.

3.2.3 Concessões ao clero.

Um elemento bastante importante encontrado quando da tabulação e análise da documentação chancelar, foi a grande quantidade de concessões e benefícios por parte da monarquia para a igreja em suas diversas vertentes. Embora estejamos trabalhando no estabelecimento dos percentuais e conclusões do material já analisado, percebemos uma discrepância acentuada entre as concessões para a nobreza e o clero. Na continuação de nossos estudos a respeito deste contexto da política de Filipe Augusto, pretendemos classificar estas concessões ao clero em cada uma de suas vertentes seculares (vinculadas às cidades) e regulares (voltadas para os mosteiros) e entender de maneira mais aprofundada a relação do monarca com a igreja.

³⁰⁴ULLMANN, W. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**, Barcelona: Editorial Ariel, 1983.

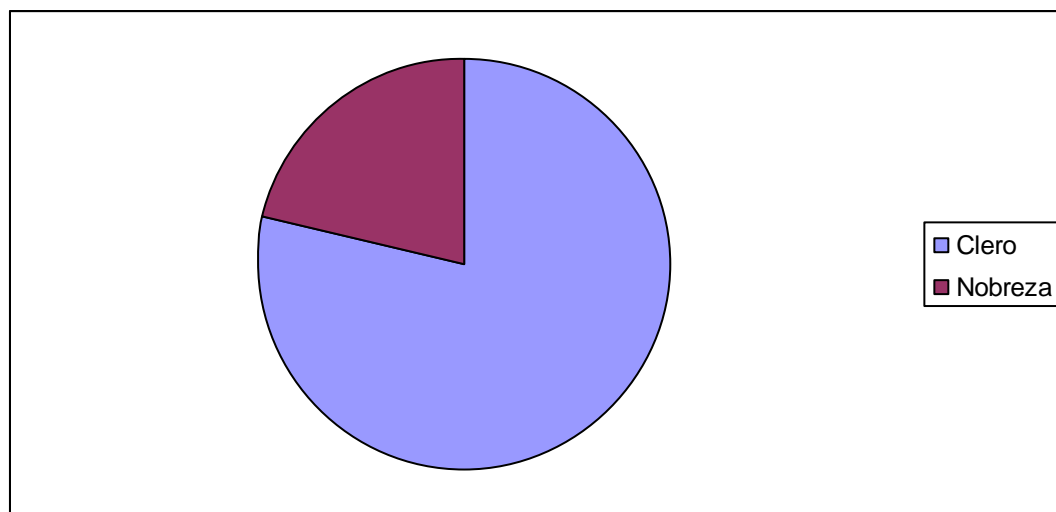


Gráfico 4 - Concessões régias da monarquia entre clero e nobreza

Dos 1212 atos referentes a concessões régias, cerca de 80% (962 atos) deles dizem respeito a concessão de benefícios de Filipe para o clero e apenas 20% (260 atos) são cartas relacionadas as concessões para a nobreza. Concatenando estas informações com a base de dados geográfica que estamos produzindo, poderemos tirar conclusões sobre a geografia política do reinado de Filipe Augusto.

Este panorama na concessão régia aponta para outra estratégia da monarquia francesa neste contexto. Dentro dos benefícios oferecidos ao clero pela monarquia, a maioria delas diz respeito ao auxílio a bispos e igrejas citadinas. A aposta de Filipe nas cidades controladas pela burguesia nas fundações de vilas e comunas conforme analisado anteriormente, mostra um importante viés de sua política. A partir da análise das fontes chancelares, é possível perceber que a cidade é o principal palco de disputa entre as forças políticas em operação no solo do reino dos francos. A explicação para esta atenção do monarca aos bispados citadinos pode ter um viés duplo. O primeiro deles está na busca pela instalação da monarquia no ambiente municipal para usar a nomenclatura de Petit-Dutaillis. Os bispados eram fundamentais neste contexto de transformação por agregarem a função administrativa. Neste ambiente tão importante quanto conceder cartas de fundação para a burguesia nascente, é garantir o apoio do bispo que representava o clero e a administração citadina.

O segundo viés para a valorização dos bispos no reinado de Filipe Augusto está na disputa entre o rei e o papa Inocêncio III pela hegemonia

política. Por muito tempo, Filipe e Lotario dei Conti de Segni disputaram o controle político nesta cristandade latina, na medida em que o papa era também um senhor a quem os reis deveriam atender em caso de necessidade. A cidade se transforma em uma localidade de interesse tanto para a monarquia quanto para o papado, pois ela se transforma em um ambiente prolífico em pregadores como Bernardo de Claraval e Domingos de Gusmão, fruto do contexto de renovação tanto econômico como espiritual da cristandade latina. Inocêncio soube como aproveitar este movimento, regulamentando no seio da Igreja aqueles pregadores que obedecessem aos desígnios eclesiásticos, como Francisco de Assis, através da confirmação da primeira regra franciscana em 1209. Outra iniciativa neste mesmo sentido foi a confirmação dos Humiliati de Milão como ordem religiosa em 1201. Ele modificou o conteúdo do decreto papal escrito por Lúcio III em 1184, *Ad abolendam*³⁰⁵. Inocêncio III restringiu a abrangência do decreto apenas aos grupos que pregassem preceitos contrários à ortodoxia oficial. Os adeptos à via apostólica, desde que se dispusessem a estar subordinados ao papado, através das *propositas*³⁰⁶.

Como dissemos no início do capítulo, Inocêncio III e Filipe Augusto, parecem ser duas faces da mesma moeda, pois possuíam objetivos similares para agregar respectivamente, a cristandade e o território francês, mas para tanto precisavam um do outro. As Crônicas régias cumprem este papel de construção de uma imagem de acordo com a tradição historiográfica tardo-antiga, que merece uma discussão a respeito da construção da imagem do monarca pelos cronistas.

A historiografia francesa do final do século XIX, através da obra *Les communes françaises* de 1890, no Livro IV, intitulado *La commune et la*

³⁰⁵ Este decreto pode ser considerado como a primeira tentativa real de definir uma atitude oficial relativamente a dissidentes manifestos. Grupos inteiros de heréticos, entre eles os Cátaros foram indiscriminadamente excomungados. Além destes, o decreto excomungava também os Valdenses e os Humiliati, que queriam apenas viver as suas vidas de acordo com o conceito de *via apostólica*, comunicando aos outros a sua experiência deste modo de vida cristão. Estes argumentos foram retirados de BOLTON, B. Op. Cit., p. 114-115

³⁰⁶ Estas *propositas* eram curtas declarações que indicavam a disposição destes grupos de se devotar a vidas de piedade cristã. Na forma como lidou com estas *propositas*, Inocêncio III mostrou que estava preparado para enfrentar estes movimentos de protesto como nenhum outro papa o fizera até então. Procurou cobrir o fosso existente entre os grupos e a Igreja hierárquica, contanto que se pudesse considerar que a fé ortodoxa se mantinha intacta e que a autoridade hierárquica era basicamente reconhecida. BOLTON, B., Op. Cit., p. 116

feodalité laïque, o autor traça um panorama bastante contundente entre as cidades denominadas por ele como de “segunda ordem”, ou cidades pequenas, em detrimento das grandes sedes episcopais. A dialética entre clero e burguesia para o autor beira o ódio³⁰⁷. Embora exista uma relação tensa entre os senhores do clero, em especial nos bispados citadinos, que controlavam os grandes centros, contra cidades vinculadas à monarquia ou ao senhorio laico, esta historiografia tradicional, leva a alguns excessos interpretativos. Segundo Luchaire:

Le mouvement communal fut donc essentiellement et primitivement un mouvement urbain plutôt que rural, antiecclesiastique plutôt qu'antiféodal³⁰⁸

Conforme detalhamos até o momento, no contexto do século XII, não seria possível a existência de instituições estanques ou independentes em um contexto de interdependência dos grupos. A animosidade existe, na medida em que estes novos centros urbanos se ergueram em meio ao senhorio episcopal em um ambiente onde as heresias estavam cada vez mais presentes, e a administração eclesiástica acaba perdendo o controle sobre estas cidades de menor importância. Estas atividades gradativamente consolidaram uma tendência no contexto. Segundo Petit-Dutaillis:

Démons cuenta del estado de ánimo de um prebendado, de um simple fraile que assiste a la revolución municipal, vê a los habitantes de la ciudad coaligarse, darse jefes, reglamentar ellos mismos sus deberes cívicos, juzgar a los delincuentes, infringir los privilegios eclesiásticos. El orden social, tal como el lo concebía como instituido por Dios para siempre, está trastornado³⁰⁹

Os grupos citadinos resistiam a autoridade episcopal e abacial em busca de alcançar sua própria autoridade. As cartas chancelares de

³⁰⁷ Es costumbre decir que la Iglesia ha manifestado odio hacia los municipios. PETIT-DUTAILLIS. Op Cit., p. 68

³⁰⁸ LUCHAIRE, A. **Les communes françaises**. Paris: Librairie Hachette, 1890, p. 225

³⁰⁹ PETIT-DUTAILLIS, C. Op. Cit., p. 68

concessão às comunas ou vilas oferece a ideia medieval de liberdade para estes cidadãos³¹⁰.

As cartas chancelares analisadas demonstram as confirmações às comunas além de benefícios para os bispos de diversas localidades dentro do território pretendido. Assim, o monarca amplia sua influência junto à nobreza ao autorizar e legislar acerca delas com esta burguesia crescente, e diminui o avanço do clero citadino com os bispados.

O contexto relativo as cidades não é, de maneira nenhuma estanque e o estabelecimento de modelos é uma tarefa bastante complexa, na medida em que as diferenças geográficas e a noção difusa de fronteira, podem nos levar a cometer anacronismos, no sentido de considerar as cidades nos territórios onde, na atualidade encontra-se a França, como parte destas localidades já nos períodos analisados. As fronteiras fluidas ou a noção de fronteira é fundamental para inserir a dinâmica da monarquia feudal nos anos da presente análise.

Havia tensões dentro da própria igreja, como nos casos relatados entre o papado e os bispos citadinos, como observado por Patrick Guili em sua obra *Cidades e Sociedades urbanas na Itália Medieval (séculos XII-XIV)*. As catedrais concorriam em termos políticos e econômicos com as paróquias locais, o que levou a diversas solicitações por parte das paróquias intramuros com os administradores das catedrais que perderam em importância para as paróquias no contexto citadino italiano³¹¹. Estas relações de tensão interna

³¹⁰ O essencial para a comunidade urbana, com efeito, é a concessão pelo senhor, quase sempre sob a forma de um foral, de privilégios geralmente designados pelo termo *franquias*, às vezes por *liberdades*, que é equivalente, e mais raramente por *burguesia*, que se refere à qualidade dos beneficiários do foral. O documento concedido pode também apresentar-se sob a forma de *costumes* abrangendo as mesmas realidades. Sobre os sentidos dessas *liberdades*, no plural, que estão ligadas a liberdade pessoal, de que falamos acima, mas que não se confundem com ela, deve-se ler a excelente análise de Pierre Michaud-Quantin: “Seria inexato dizer que os medievais ignoravam o que queriam com tanto ardor; era sob outro aspecto e com a ajuda de um termo diferente que eles exprimiam, chamando-o de “liberdade”, ou mais precisamente, “suas liberdades”, pois as aplicações concretas importavam-lhes mais que a ideia abstrata do assunto... Essencialmente, a liberdade na Idade Média opõe-se ao arbítrio de um superior, o homem medieval julga-se livre na medida em que as obrigações impostas a ele são objeto de uma definição contratual ou legal que vem substituir sua determinação unilateral e arbitrária por aquele que detém o poder e de quem ele depende. Ser livre é poder discutir os limites de sua submissão, ter um estatuto definido que especifique direitos e deveres. LE GOFF, J. Op Cit. p. 88

³¹¹ Atrás das vicissitudes locais se escondem as tensões que afetaram, em graus variados, as diversas cidades italianas: conflitos entre igrejas paroquiais e não paroquiais; papel delicado das catedrais extraurbanas que tinham perdido seu prestígio e seu poder em proveito de igrejas canônicas intramuros; rivalidades entre conegos catedrais e comunidades canônicas ou entre bispos e cônegos. Todas as alternativas eram factíveis e se encontravam afetadas, ademais,

entre a igreja, a burguesia entre suas próprias linhas, mostram que, o contexto de crescimento econômico e demográfico que atingiu a Europa nos séculos XII e XIII trouxe consigo, relações mais complexas que o sistema feudal das três ordens. Estas tensões, cada vez mais visíveis, favoreceram o destaque de uma figura centralizadora como mediador de questões urbanas, mas não apenas. Filipe Augusto encarna este papel de mediador do reino, aumentando com este caráter, sua evidência perante o reino. A criação de uma imagem exemplar constante na crônica régia contribui para o imaginário de um território que se pretende uno.

Outro elemento do reinado que o diferenciou de seus antecessores foi o tratamento com relação aos judeus. Enquanto seu pai Luís VII apresentou uma política de tolerância, Filipe Augusto mudou a estratégia para uma relação mais incisiva contra as judiarias e sinagogas nos territórios. Um exemplo desta política, que tinha o objetivo de favorecer o clero citadino, na medida em que as sinagogas judias estavam inseridas em um contexto urbano. Ao retirar a concessão de funcionamento de uma sinagoga e entregar a jurisdição para o bispado citadino, o monarca estabelecia e buscava, desde o início de seu reinado, o apoio deste grupo importante das cidades episcopais³¹². O ato chancelar de número 90, datado entre 17 de abril e 31 de outubro de 1183, mostra um exemplo desta política, que foi eliminada de maneira definitiva durante o reinado de seu neto Luís IX.

pela intervenção dos poderes comunais. GUILLI, Patrick. **Cidades urbanas e sociedades urbanas na Itália medieval: (Séculos XII – XIV)** Campinas: Editora Unicamp, 2011. p. 308.

³¹² In nomine sancte et individue Trinitatis. Amen Philippus Dei gratia Francorum rex. Noverint universi presentes pariter et futuri quoniam nos, intuitu Dei et ob remedium anime nostre et predecessorum nostrorum, sinagogam Judeorum Parisiensem in que orare solent Judei, per manum Mauricii, venerabilis episcopi Parisiensis, donavimus et concessimus, as edificandam ibi ecclesiam in qua divinum de cetero celebretur officium. Quod ut in posterum ratum ilibatumque permaneat, presentem paginam sigili nostri auctoritate ac regii nominis karactere inferius annotato precepimus confirmari, Actum Parisius, anno incarnati Verbi MCLXXX^o tercio, regni nostri anno quarto, astantibus in palatio nostro quorum nomina suposita sunt et signa. Signum comitis Theobladi, dapiferi nostri. Sgnum Guidonis buticularii. Signum Mathei cameratii. Signum Radulphi constabularii. Data per manum Hugonis cancelarii. BERGER. Op Cit. Ato 90, p. 116

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi o de analisar a documentação régia, institucional, fontes tradicionais da pesquisa histórica, na tentativa de obter algumas respostas que nos auxiliassem no entendimento da transição de entre o século XII e XIII nos territórios da monarquia capetíngia. Para tanto resolvemos realizar uma tentativa. Procuramos entender o sentido das fontes, deixando com que elas nos guiassem neste exercício intelectual. A partir da metodologia utilizada, buscamos associar a análise da documentação com um olhar da história cultural. Não são apenas documentos, são símbolos e possuem um receptor para o qual foi destinado. Quando analisamos uma quantidade tão grande e vasta de documentos, com um alcance em tantas áreas diferentes entre si, é necessário verificar, dentro do recorte proposto a relação estabelecida entre receptor e emissor, segundo Duby:

Ao meu ver, o que pode estimular mais eficazmente a pesquisa em história social, abri-la, enriquecê-la, é, sem que de modo algum se negligencie o quantitativo, voltar ao estudo das qualidades sociais³¹³

O historiador da cultura, precisa considerar o conjunto de sua produção e verificar as relações que existem entre os diversos eventos que se dispõe a analisar. O termo utilizado por um dos maiores historiadores culturais do século passado, observar seu objeto do “alto do edifício”³¹⁴ é um objetivo que deve ser perseguido por aqueles que buscam uma compreensão de seu objeto sob a perspectiva do imaterial. Este olhar que almeja uma totalidade necessita da interdisciplinaridade. Neste sentido, buscamos a associação de elementos comuns à história das instituições e história Política com elementos da cartografia e geografia para verificar os resultados do levantamento realizado.

A partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa que ofereceu o norte para este trabalho, entre os objetivos que deveriam ser alcançados, o principal estava relacionado à verificação da existência de um projeto

³¹³ DUBY, Georges. A Sociedade Cavaleiresca. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 140

³¹⁴ DUBY, Georges. Idade Média, Idade dos Homens – do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 126.

expansionista proveniente da monarquia para a região sul dos territórios sob a influência do rei. Esta constatação dar-se-ia através da documentação régia.

Com a catalogação de todo o conjunto de documentos, efetuamos a transferência daqueles relacionados com concessão cidadina e locamos em uma base de dados cartográfica para que fosse possível uma melhor visualização do campo de atuação desta política régia nesta área. A partir da conclusão desta etapa do trabalho, foi possível efetuar algumas apreensões a respeito da política de Filipe Augusto.

O transporte dos dados de pesquisa do campo documental para o campo visual tem sido analisado por pesquisadores de modo a aperfeiçoar a transmissão de dados no campo da cartografia histórica³¹⁵. A utilização de elementos da geografia e cartografia em nossa pesquisa a insere na discussão acadêmica da procura pela interdisciplinaridade na pesquisa científica. Além disso, retoma elementos clássicos dos estudos históricos com a utilização de mapas e levantamentos estatísticos. O diferencial está na utilização de ferramentas oriundas da Internet para desenvolver estas ferramentas de pesquisa colaborativas que não restringem o conhecimento e o encerram. A contribuição de pesquisadores nas mais diversas iniciativas que estão acontecendo de criação de bases de dados participativas mostra esta tendência, recente no mundo acadêmico: multiplicar o conhecimento.

Ao término da pesquisa, que mostrou-se ainda assim uma primeira pesquisa, na medida em que o volume abissal de documentos envolvendo Filipe Augusto abrem as portas para diversas outras pesquisas a serem desenvolvidas no formato de artigos ou projetos de pesquisa a serem desenvolvidos em um futuro próximo, levantamos os resultados que as fontes e a metodologia aplicada a estes materiais nos levaram a concluir.

O primeiro elemento demonstrado através dos dados quantificados e analisados, mostrou que o campo da atuação da monarquia na relação com as burguesias cidadinas aconteceu muito mais nas regiões ao norte de Paris

³¹⁵ A visualização on-line da cartografia histórica (texto, imagem), associada à investigação acadêmica (texto, imagem), permitiria associar informação e imagens de forma eficaz e atractiva, que por sua vez instigariam novas investigações concernentes à área da cartografia histórica e outras áreas afins. Se é verdade que “nós os historiadores investigamos o passado mas ao mesmo tempo também o construímos porque transmitimos uma imagem do que se passou”, também é verdade que “toda a imagem é uma modelação da realidade. As imagens são, sempre, modelos de realidade, independentemente do nível de realidade que possuam” ANDRE, P. **IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica** Porto, 2011. Disponível em <http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/58.pdf>. Acesso em 20/11/2014.

e nos territórios limítrofes da île-de-France. Estas cidades em sua maioria serviram como postos avançados da monarquia e estavam localizados dentro dos territórios dos outros senhorios deste reino dos Francos.

Na região do Languedoc, objeto de nosso projeto de pesquisa, verificou-se que não houve, de maneira efetiva, uma tentativa de ocupação, como ocorreu nos ambientes ao norte, salvo algumas exceções analisadas neste trabalho de maneira individualizada. A existência de um projeto real de ocupação rumo ao sul durante o reinado nos anos analisados, deixaria sinais para que pudéssemos acompanhar essa jornada, porém a documentação mostrou que, salvo alguns poucos casos, as cidades para as quais o rei voltou sua atenção foram aquelas nas regiões de conflito com os plantagenetas na Aquitânia e Normandia a oeste e sudoeste, Flandres ao norte e Borgonha ao sudeste. Mesmo com o advento das campanhas militares da Cruzada Albigense, a ocupação foi turbulenta e inconstante. O elemento que explica esta hipótese constatada através do recorte é o da cultura regional. Segundo Le Goff:

A expansão francesa não foi menos vigorosa. O seu berço foi a França do Norte, onde a pressão demográfica estava no auge, nas planícies onde a revolução agrícola dava os mais eficazes resultados. Essa França do Norte colonizou a França do Sul por meio da Cruzada Albigense, terminada com o tratado de Paris (1229), que preparou o Languedoc à França capetíngia³¹⁶.

O reinado de Filipe Augusto foi de fundamental importância como período de gestação de um vínculo entre as regiões de domínio da monarquia capetíngia e a região do Languedoc. Este embrião de uma unidade política e territorial foi lançada pela Cruzada Albigense e seria efetivamente implementada pelos sucessores de Filipe Augusto. A ausência de cidades ao sul para serem fundadas e autorizadas pela monarquia apontam para um estranhamento não apenas dos habitantes desta região, mas também dos próprios aliados de Filipe que viam na realidade sulista, um sistema muito diverso do que se estava acostumado, dificultando a assimilação e conquista deste ambiente.

³¹⁶ LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 95

O discurso da sacralidade régia iniciado na abadia de Saint-Denis duas gerações antes de nosso personagem com Suger, no mesmo local onde Rigord escreveu a primeira história de Filipe Augusto, sofre uma inflexão através da figura de Guilherme o Bretão, um clérigo secular que trabalha para o monarca e o acompanha em diversas atividades. Algumas insígnias deixarão de ser exigidas na documentação, distanciando a figura do rei do núcleo eclesiástico. Estas mudanças no campo das ideias, associadas a um contexto de competência militar nas principais batalhas das quais participou, colocará este rei capetíngio em uma posição de destaque perante os demais senhores ao longo de seu reinado, dando início a uma espécie de monarquia feudal nesta região. O conceito de sistema proposto por Le Goff para entender o conjunto simbólico que faz parte do sistema vassálico em sua obra *Para um novo Conceito de Idade Média*³¹⁷ é importante que este domínio capetíngio não seja analisado de maneira isolada, mas colocado em perspectiva com relação aos demais reinos e contextos. Através da comparação é possível perceber pontos de contato e afastamento com outros grupos.

Ao longo deste trabalho procuramos em primeiro lugar, mergulhar nas fontes para a partir delas extrair as informações a respeito do contexto histórico que se pretendia analisar. Por esta razão, no primeiro capítulo deste trabalho, associamos o contexto com elementos da própria fonte documental para que o contexto tivesse relação com as fontes, desta forma procuramos dar prioridade para as fontes corroborando com o contexto analisado.

No segundo capítulo do trabalho, abordamos as metodologias de análise das fontes, tanto a chancelaria régia quanto as crônicas literárias, utilizando como base conceitos oriundos da chancelaria ibérica, assim como da historiografia documental francesa para verificar pontos de conexão e afastamento entre elas. Neste segundo capítulo também apresentamos o produto que é o resultado da tabulação destes documentos. Um mapa digital que pode ser publicado e editado por outros pesquisadores, através de uma base de dados.

A partir desta base inicial, outras classificações e divisões podem ser realizadas de acordo com o objeto que se pretenda atingir, como por exemplo, classificar as cidades que receberam a chancela real para casa ano de reinado

³¹⁷ LE GOFF, J. **Para um novo conceito de idade média**. Lisboa: Estampa, 1980, p. 342

do monarca. Para esta apresentação, concentramos todas as autorizações em um único mapa para que se possa rastrear a posição destas perante o reinado do monarca. Complementando esta representação, para que fosse percebida de acordo com o reinado de Filipe, dividimos estes mapas por década de reinado. Esta representação mostrou a dinâmica e a ocupação dos territórios desta monarquia.

O terceiro capítulo foi dedicado a analisar a documentação com relação às cartas denominadas *Fundação* onde reclassificamos as cartas forais por tipos específicos de acordo com sua estrutura e aplicamos a exemplos, situando as cidades no tempo e no espaço. Estes exemplos foram concatenados com a historiografia e diferenças regionais. Verificamos também outros benefícios concedidos pela monarquia, e equalizamos através dos dados estatísticos referentes ao número de benefícios concedidos para grupos do clero, regular e secular, bem como para esta nobreza tradicional.

Embora não tenhamos comprovado nossa hipótese primordial, com as verificações realizadas, relativizamos a imagem de Filipe Augusto por parte da historiografia como um grande conquistador, devido a esta ausência da presença real nos territórios do Midi Francês.

Verificamos também, após o término da pesquisa, que as fundações tinham uma dinâmica regional bastante pertinente em operação. Diferentes tipos de cartas de concessão, para distintas regiões nesta geografia medieval. Havia um padrão para as escolhas das cidades a serem transferidas a grupos de burgueses que deveriam ser substituídos anualmente, promovendo a rotatividade entre este conselho municipal. Algumas delas eram escolhidas por fazerem fronteira com inimigos da coroa, outras eram analisadas em termos de sua viabilidade técnica e econômica.

Buscamos apreender e entender a política medieval do século XII e XIII nos territórios da atual França, através dos olhos de Filipe Augusto. Para tanto, procuramos analisar as razões pelas quais as concessões régias foram quatro vezes mais elevadas para o clero do que para a nobreza local. Filipe procurou fortalecer o clero e a burguesia, isolando de certa forma esta nobreza tradicional.

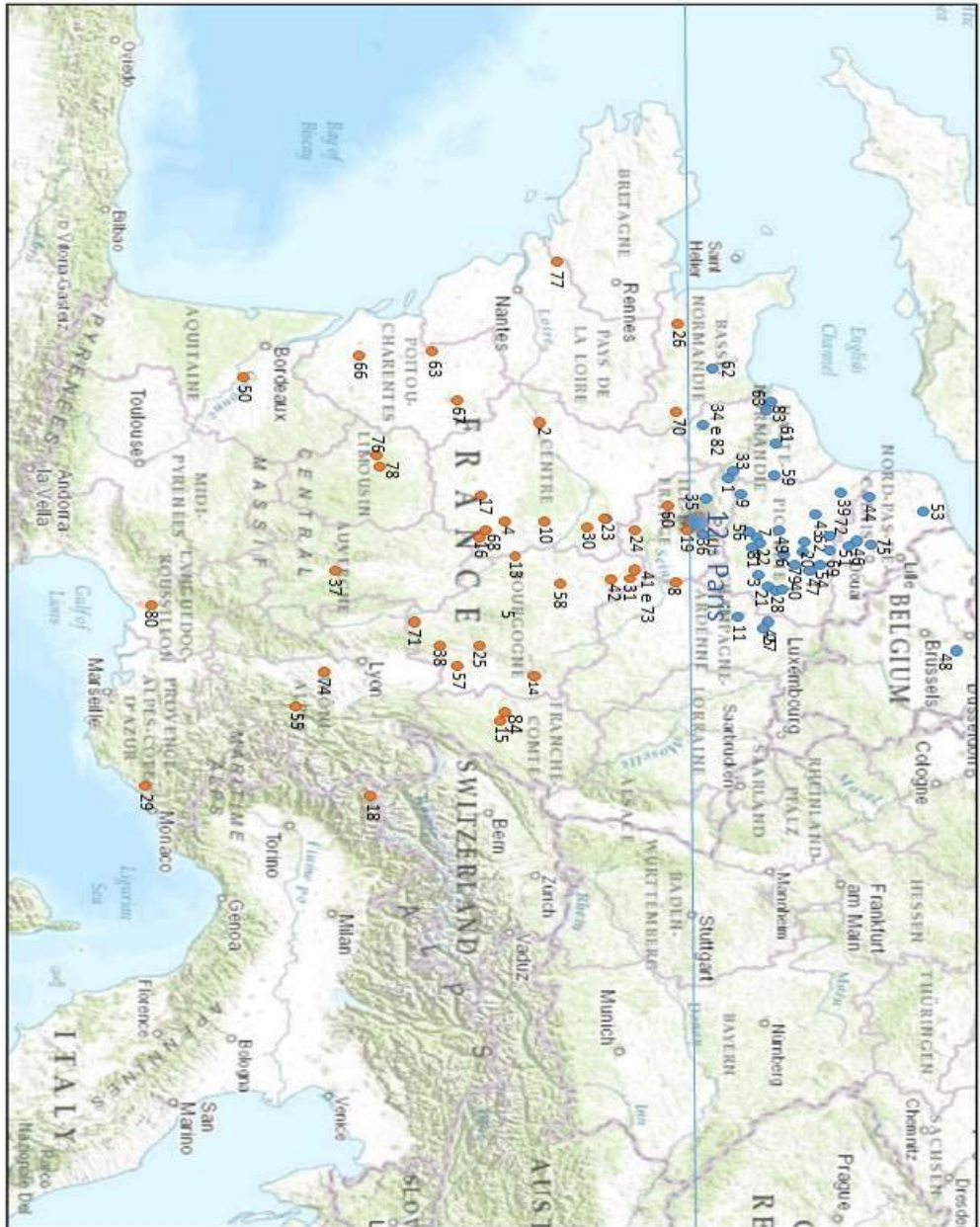
Traçamos a partir deste arcabouço de informações coletadas, tabuladas e transferidas, as conclusões aqui expostas e apresentadas que definiram um panorama da estruturação do poder régio nos domínios desta monarquia feudal

capetíngia entre os anos do reinado de Filipe Augusto. Esta análise se fez a partir das fontes documentais disponíveis e abre uma enorme gama de novas opções de pesquisa para o futuro. Seja analisando casos específicos no trato com cidades de maneira individual, seja através de uma análise dos benefícios concedidos a determinados grupos. Desta forma espera-se continuar utilizando este conjunto de fontes nos anos vindouros para novos objetos e projetos de pesquisa.

A transformação de Filipe II em Filipe Augusto foi compreendida a partir de um aspecto de seu governo. Outros aspectos podem ser tomados daqui em diante para um entendimento mais específico e amplo de seu governo. A partir de Filipe, é possível perceber nuances importantes da maneira como os reis governavam neste século XII.

CARTAS DE CONCESSÃO CIDADINA 1180-1223

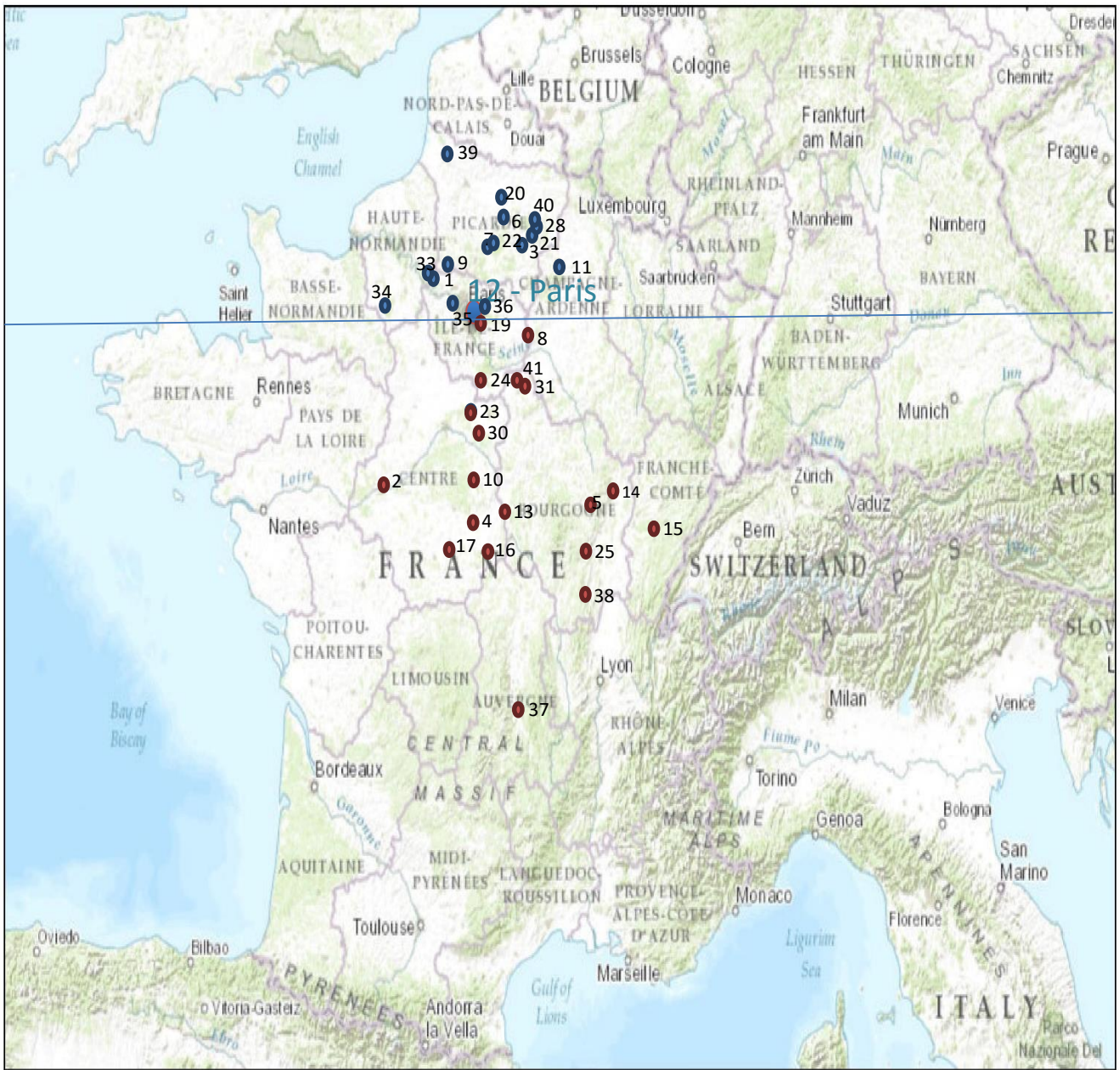
Comuna	Ano	Alto nº	Comuna	Ano	Alto nº
1	Comuna Cible	1180	10	Amiens	1190
2	Tours	1181	20	Heslin	1192
3	Soissons	1181	30/39	Aves	1192
4	Boulogne	1181	40	Ayas	1194
5	Dun	1181	40	San-Quentin	1196
6	Neoyon	1181	43	Hennin-Laleud	1196
7	Cherelles	1182	51	Waconmoulin	1196
8	Beaumont	1182	53	Villeneuve-Saint-Meron	1198
9	Chantilly-Vaux	1182	59	Berchères	1198
10	Noyelles	1182	61	Roye	1199
11	Rams	1182	73	San-Omer	1197
12	Paris	1182	74	Ville Neuve-Bethesis	1200
13	Chantilly-Loise	1182	75	Orly	1201
14	Dion	1183	101	Saules	1202
15	Bravères	1184	110	Tournus	1202
16	Vailly	1185	159	Vesvrey	1203
17	Condé	1185	159	Andely	1204
18	Charonnes	1185	159	Bordeaux	1204
19	Celles	1185	159	Rouen	1204
20	Faigny	1185	159	Palaise	1204
21	Fiam	1185	159	Font-launeur	1204
22	Compiègne	1185	159	Bordot	1204
23	Bossumun	1185	174	North	1204
24	Chastelle-la-Raine	1185	183	St-Jean-d'Angely	1204
25	Coucy	1185	188	Poissy	1204
26	Milles de	1185	196	Veneuil	1205
27	Cherif	1185	197	Peronne	1207
28	Vorges	1185	197	Fox	1208
29	Verbon	1185	197	Orville	1210
30	Lormes	1187	202	Bray-sur-Somme	1210
31	Volzanges	1187	208	Sene	1210
32	Lezart	1187	209	Mantes	1212
33	Tourmay	1188	224	Amiens	1212
34	Ponbais	1188	233	Limoges	1212
35	Possy	1188	234	Brive	1212
36	Montreuil	1188	236	San-Leonard-de	1212
37	Nonette	1188	241	Chauny	1213
38	San-Landre-le-Daert	1189	248	Montbeller	1214
39	San-Riquier	1189	271	Crécy-en-Vallée	1215
40	Laon	1189	279	Fontaine	1217
41	Sena	1189	280	Poissy	1221
42	Dormont	1190	303	Oranby	1221



July 16, 2015

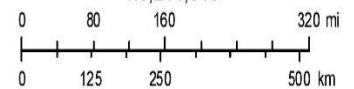
1:9,244,649
 0 80 160 320 mi
 0 125 250 500 km
 Sources: Esri, HERE, DeLorme, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeBCO, IGN, Kaiser NL, OpenStreetMap

CARTAS DE CONCESSÃO CIDADINAS - 1180-1189



July 16, 2015

1:9,244,649



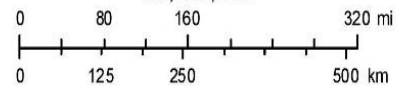
Sources: Esri, HERE, DeLorme, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey,

CARTAS DE CONCESSÃO CIDADINA 1190-1199



July 16, 2015

1:9,244,649



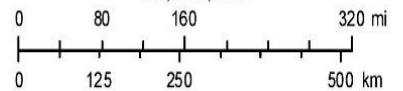
Sources: Esri, HERE, DeLorme, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey,

CARTAS DE CONCESSÃO CIDADINA: 1200-1210



July 16, 2015

1:9,244,649

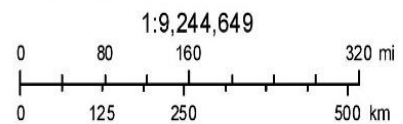


Sources: Esri, HERE, DeLorme, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey,

Cartas de Fundação 1211-1223



July 16, 2015



Sources: Esri, HERE, DeLorme, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey,

5 REFERÊNCIAS

5.1 DOCUMENTOS

DELABORDE, M.H. F. **Recueil des actes de Philippe-Auguste, roi de France** / publié sous la direction de M. Élie Berger,.... Tome I, Années de règne I à XV (1er novembre 1179-31 octobre 1194) / par M. H.-François Delaborde, Paris, Imprimerie nationale, 1943. (*Chartes et diplômes relatifs à l'Histoire de France, publiés par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres.*), *Bibliothèque de l'école des chartes*

GEORGES, T. **Recueil des actes de Philippe Auguste, roi de France**, publié sous la direction de M. Clovis Brunel, par H.-Fr. Delaborde et Ch. Petit-Dutaillis, membres de l'Institut, et J. Monicat. T. II. *Années du règne XVI à XXVII* (1er novembre 1194- 31 octobre 1206). Paris, Imprimerie nationale, 1943. (*Chartes et diplômes relatifs à l'Histoire de France, publiés par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres.*), *Bibliothèque de l'école des chartes*, 1946, vol. 106, n° 2, pp. 330-333.

MONICAT, M. J. et BOUSSARD M. J. **Recueil des actes de Philippe-Auguste, roi de France** / sous la direction de M. Charles Samaran,.... Tome 3, Années du règne XXVIII à XXXVI (1er novembre 1206-31 octobre 1215) / par M. J. Monicat,... et M. J. Boussard,... Paris, Imprimerie nationale, 1943. (*Chartes et diplômes relatifs à l'Histoire de France, publiés par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres.*), *Bibliothèque de l'école des chartes*, 1946, vol. 106, n° 2, pp. 330-333.

NORTIER, M. **Recueil des actes de Philippe Auguste, roi de France. Tome 4, Années du règne XXXVII à XLIV** (1er nov. 1215 - 14 juillet 1223) Paris, Imprimerie nationale, 1979. (*Chartes et diplômes relatifs à l'Histoire de France, publiés par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres.*), *Bibliothèque de l'école des chartes*,

NORTIER, M. **Recueil des actes de Philippe Auguste Roi de France - Tome V Suppléments d'actes, actes perdus, additions et corrections aux précédents volumes.** Paris, Imprimerie nationale, 2004. (*Chartes et diplômes relatifs à l'Histoire de France, publiés par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres.*), *Bibliothèque de l'école des chartes*,.

NORTES M. **Recueil des actes de Philippe Auguste, roi de France, publiés sous la direction de Jean Favier, tome VI:** Lettres mises sous le nom de Philippe Auguste dans les recueils de formulaires d'école ou pouvant être considérées, quoique anonymes, comme lui ayant été attribuées

RIGORD. **Histoire de Philippe Auguste / Rigord** ; édition, traduction et notes sous la direction de Elisabeth Carpentier, Georges Pon et Yves Chauvin. Paris, CNRS, 2006.

CERNAY, P. V. **Histoire Albigeoise.** Paris: Libraire J. Vrin, 1951.

5.2 BIBLIOGRAFIA

AGNOLD, M. Bizâncio. **A ponte da Antiguidade para a Idade Média**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

ALBA LÓPEZ, A. **Príncipes y tiranos. Teología política y poder imperial en el siglo IV d.C.**, Signifer Libros, Madrid, 2006.

ALLONSO-NUÑES, J.M. “La transición del mundo antigo al medieval em La historiografia. La primeira Historia Universal Cristiana: las Histoiae Adversum Paganos de Paulo Orosio”, In: De **La Antigüedad al Medioevo**, Siglos IV-VIII. III Congresso de Estudos Medievales. Ávila: Fundación Sanchez-Albornoz, 1993.

ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

AURELL, M., **La noblesse en Occident (Ve-XVe siècles)**, Paris, Armand Colin, 1996.

BABONAUX, Y. Un Atlas historique des routes de France [Reverdy (G.), 1986, Atlas historique des routes de France. Paris, Presses de l'École nationale des ponts et chaussées]. In: **Espace géographique**. Tome 16 n°4, 1987. pp. 313-314.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BALDWIN, J. W. **Philippe Auguste et son gouvernement**. Paris, Fayard, 1991.

_____. **Pierre du Thillay, Knight and Lord: The Landed Resources of the Lower Aristocracy in the Early Thirteenth Century**. Francia 30,1 – 2003.

BARRACLOUGH, G. **Os papas na Idade Média**. Lisboa: Verbo, 1972.

BARROS, J.D. **A história cultural francesa – caminhos de investigação**. Fênix: revista de história e estudos culturais 2(4), 2005, pp. 1-17.

_____. **O Tempo dos Historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARTHÉLEMY, D. **A cavalaria. Da Germânia antiga á França do século XII**. Campinas: Unicamp, 2010.

BASCHET, J. **A civilização feudal: do ano mil á colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BAUTIER R.H. **Typologie diplomatique des actes royaux français (XIII^o-XV^o siècles)** In. **Diplomatique royale du Moyen Âge XIII-XIV**

siècles. MARQUES, José (org.) Porto: Faculdade de Letras, 1996. Disponível em http://elec.enc.sorbonne.fr/cid/cid1991/art_01 acesso em 16/10/2014.

BAYART, J.F. **L'illusion identitaire**, Paris, Fayard, 1996.

BERLIOZ, J. **Monges e Religiosos na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994.

BISSON, T. **Medieval France and her Pyrenean neighbours: studies in early institutional history**, 1st Edition edition, Bloomsbury Academic, 2003.

BISSON, T. **The crisis of the twelfth century: power, lordship, and the origins of European government**, Princeton, NJ: Princeton University Press. 2009.

BLOCH, M. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

_____. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOBBIO, N. (Org.) **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2007.

BOLTON, B. **A Reforma na Idade Média: século XIII**. Lisboa: Edições 70, 1983.

BORDONOVE, G. **Philippe Auguste: le Conquérant**. Paris: Pygmalion, 1983.

BOULENGER, A. **Historia de la Iglesia**. Barcelona: Editorial Litúrgica Española, 1946.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II** São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1980.

BURKE, P. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: A escrita da história: novas perspectivas. SP: Unesp, 1992, pp. 7-38.

_____. **La escuela de los Annales. La revolución historiográfica francesa, 1929- 1989**, Barcelona: Gedisa, 1993.

_____. **O que é história cultural**: Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Variedades de história cultural**. SP: Civilização Brasileira, 2006.

CABRERO, J. L. B. Orígenes del Oficio de Cronista Real. Hispania – **Revista Española de Historia**, nº 145, Madrid: Instituto Jeronimo Zurita, 1980. Pp. 366.

CALMETTE, J. **The Golden Age of Burgundy (1962)**; R. Vaughan, Valois Burgundy, 1975.

CAMPI, J. M. **Atlas de los Cátaros**. Barcelona: Ediciones Península, 1997.

CANDIDO SILVA, M. **A realeza cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.

CAPEFIGUE, M. **Histoire de Philippe-Auguste**. Tome I (1180-1191) Paris. Libraire Dufey, 1829.

CARDOSO, C. F. **História e paradigmas rivais**. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). **Domínios da história**. SP: Campus, 2011, pp. 1-22.

_____. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. SP: Edusc, 2005.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A nova história cultural existe?** In: PESSAVENTO, Sandra. História e linguagens. RJ: 7Letras, 2006, pp. 29-44.

_____. **O mundo como representação**. Estudos avançados 11(5), 1991, pp. 173-188.

CLANCHY, M. T. **From Memory to Written Record**. England 1066-1307, Oxford: Blackwell, 1993.

COLEMAN, J. **Ancient and Medieval Memories**. Studies in the reconstruction of the past, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995.

COLLADOS, J.M. P. **Uma Aproximación Historica al Concepto Jurídico de Nacionalidad**. Zaragoza: Institucion Fernando el Católico, 1993.

COULANGES, F. "**Histoire des institutions politiques de l'ancienne France**", in EHRARD, J. & PALMADE, G.P – L'Histoire, segunda edição, A. Colin, 1965.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: Edusc, 2002.

DHONDT, J. **Élection et hérédité sous les Carolingiens et les premiers Capétiens**. In: Revue belge de philologie et d'histoire. Tome 18 fasc. 4, 1939. pp. 913-953.

DOMÈNEC, J. E. R. **Entre Historias de la Edad Media**. Granada. Editorial Universidad de Granada, 2011.

DUBY, G. **A Europa na Idade Média**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. A história cultural. In: RIOUX, J.P; SIRINELLI, J.F (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 405-408.

_____. **“As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo”**. Lisboa. EDITORIAL ESTAMPA, 1994.

_____. **A Sociedade Cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval**. Lisboa: Ed. 70, 1987.

_____. **História da Vida Privada**, vol. 2: da Europa Feudal a Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Idade Média, Idade dos Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. “La Féodalité? Une mentalité médiévale”. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**, nº. 13 (4), outubro-dezembro, 1958.

_____. **O Domingo de Bouvines**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Problemas e métodos em história cultural. Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 1989

_____. **Sociedades medievais**. Lisboa: Terramar, 1999.

_____. **The legend of Bouvines: war, religion, and culture in the Middle Ages**, University of California Press, 1990.

DUNBABIN, J. **France in the making, 843-1180** - Fellow and Tutor in History. Oxford: St Anne's College, 2000.

DUTOUR, T. **Les nobles et la ville à la fin du Moyen Âge dans l'espace francophone**, Cahiers de recherches médiévales, 13, 2006

ELIAS, N. **O Processo Civilizador Volume II. Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ESTEVEZ, M., La conquista de Toledo em 1085. Genesis y desarrollo de una frontera através de sus fuentes. NEYRA, A.V.; RODRIGUEZ, G. (Dir.) **Que implica ser medievalista? Prácticas y reflexiones**

em torno al ofício Del historiador, Mar Del Plata, Universidad de Mar Del Plata, Sociedad Argentina de Estudios Medievales, 2012 Vol. 2

EVERGATES, T. **Feudal society in medieval France: documents from the County of Champagne** - Philadelphia: of Pennsylvania Press, 1993

_____. **The aristocracy in the county of Champagne, 1100-1300** - Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007

FALBEL, N. **Heresias Medievais**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FALCON, F. **História cultural**. RJ: Campus, 2002.

FAWTIER, R. **Histoire Des Institutions Françaises Au Moyen Age**, - T. I : Institutions seigneuriales. Les droits du roi exercés par les grands vassaux. Paris, Presses universitaires de France, 1957-62.

_____. **Les Capétiens et la France**. Paris: Presses Universitaires de France, 1942.

FERNANDES, F. R.. **A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. En la España Medieval**, Espanha, v. 28, 2005.

_____. **Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2000.

_____. **Sociedade e poder na Baixa Idade Média portuguesa**. 1ª. ed. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2003.

FERNÁNDEZ, E. M. **La Cristandad Medieval y las formulaciones fronterizas**. Valladolid: Instituto de Historia Simancas, 1997.

FILHO, J. G. S. Guibert de Nogent (c. 1055-c.1125): entre História e exegese no século XII. In: **Varia Historia** vol. 24 nº40. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

FITZ, F. G. La Reconquista: um estado de La cuestión. **Revista Clío e Crimen** vol 6. 2009.

FLORI, J. **Guerra Santa, yihad, cruzada. Violencia y religión em el cristianismo y el islam**, Universidad de Granada—Universitat de València, 2004.

_____. **Philippe Auguste: la Nascença de l'Etat monarchique, 1165-1223**, Tallandier, Paris, 2002.

FOURQUET, F. **“Villes et économies-monde selon Fernand Braudel”**, Les Annales de la recherche urbaine, n.38, 1988.

FOUR-QUIN G. **Les campagnes de la région parisienne : du milieu du XIII s. au début du XVI s.** Paris: Presses Universitaires de France, 1963-1964.

FOURQUIN, G. **História Económica do Ocidente Medieval**. Lisboa. Edições 70, 2000.

_____. **Senhorio e Feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1970.

FRANÇA, S. S. L. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo: Annablume; Brasília: CAPES, 2006.

FRANCO, H. Jr. **A IDADE MÉDIA: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREITAS, J. A. G. Chancelarias régias Quatrocentistas portuguesas: produção manuscrita e aproximação político-diplomática. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2009, pp. 136-150.

FRIGHETTO, R. **A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)**. Curitiba: Juruá, 2012

_____. “A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico.”, in: Programas de Estudos Medievais, Por uma longa duração: perspectivas dos estudos medievais no Brasil. **VII Semana de Estudos Medievais**. Brasília: UNB, 2010.

_____. Identidade(s) e Fronteira(s) na Hispania Visigoda, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilho (Século VII). In: FERNANDES, F. R. (Org). **Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Editora Juruá, 2013.

_____. “Transformação e Tradição: A influência do pensamento político e ideológico do mundo romano clássico na antiguidade tardia”. **Revista Diálogos**, Maringá, v.12, n. 3, 2008.

GALÁN SÁNCHEZ, P. J. **El género historiográfico de la Chronica. Las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.

GANSCHOF, F. L. **Qu`estce que la féodalité?** Paris. Tallandier, 1982.

GAUTIER, L. **La Chevalerie**. Paris: Arthaud, 1959.

GEMELLI, G. **Fernand Braudel e l'Europa universale**. Veneza: Marsilio editori, 1990.

GENICOT, L. **Europa en el siglo XIII**. Barcelona: Ed. Labor, 1970.

_____. **La noblesse au Moyen Âge dans l'ancienne « Francie »**. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 17e année, N. 1, 1962.

- GERMAN, J; MOREL, M. Chaumont-en-Vexin. In: **Renue archéologique de Picardie**. Numéro spécial 16, 1999, pp 153-156.
- GIMENEZ, J. C. A rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica (1280-1336). **Tese de Doutorado**. Curitiba, UFPR, 2005.
- GINZBURG, C. **Relações de força. História, retórica e prova**. Trad. **Jônatas Batista Neto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRIFOLL, I. La literatura catalana em el Mediterráneo medieval, espacio de influencias, e intercâmbios culturales. In: FERNANDES, F. R. (Org). **Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Editora Juruá, 2013.
- GUENEE, B. **Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval**, Paris: Aubier, 1980.
- GUERREAU, Alain. **El Futuro de um Passado: La Edad Media en el siglo XXI**. Barcelona: Crítica, 2002.
- GUIMARÃES, M. L. Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV-XV). **Tese de Doutorado** Curitiba, UFPR, 2004.
- HADENGUE , A. Bouvines. Paris. Plon. 1945;
- HALLAM, E. M.; EVERARD, J, **Capetian France, 987-1328**, New York: Michigan University, Ed. New York, 2001
- HEERS, J. **História Medieval**. São Paulo: Edusp, 1974.
- HEINZ, F. M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006
- HISTOIRE GÉNÉRALE DE LANGUEDOC : avec des notes et les pièces justificatives, composée sur les auteurs et les titres originaux... T. 5 / par dom Claude de Vic et dom Vaissète,... ; commentée et continuée jusqu'en 1830, et augmentée d'un grand nombre de chartes et de documens inédits par M. le chev. Al. Du Mège.
- HOGETT, G. A. J. **Historia Social e Econômica da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- HOMEM, A.L.C., **O Desembargo Régio (1320-1433)**. Porto, INIC/CHUP, 1990, pp 163-172.
- HOPPENBROUWERS, P.; BLOCKMANS. **Introduction of Medieval Europe 300-1550**. Oxon: Routledge, 2007 e 2014 (Segunda Edição)
- HUIZINGA, J. **El outono de la Edad Media**. Madrid: Revista de Occidente, 1930.
- JENKINS, E.E. **The Mediterranean World of Alfonso II and Peter II of Aragon (1162-1213)**. Nova York : Palgrave Macmillan, 2012

KANTOROWICZ, E. H. **Os Dois Corpos do Rei. Um Estudo sobre a Teologia Política Medieval.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KEATS-ROHAN, K. S. B **Family trees and the roots of politics: the prosopography of Britain and France from the tenth to the twelfth century,** Boydell Press, 1997

KNOWLES, D; OBOLENSKY, D. **Nova História da Igreja: A Idade Média.** Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

KRUS, L. **A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380). Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

LADURIE, E. L.R.; DUBY, G. , **Histoire de la France urbaine, t. III, « La France classique de la Renaissance aux révolutions »**, Paris, Seuil, 1980, p. 391-406. E. Le Roy Ladurie s'inspire notamment de G. Chaussinand-Nogaret, *La noblesse au XVIIIe siècle. De la féodalité aux Lumières*, Paris, 1976, réédition Bruxelles, éd. Complexe, 1984.

LALOUETTE, J. Do exemplo à série: historia da prosopografia, in: **Por outra história das elites.** HEINZ, F. (Org.). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, pp. 55- 74.

LANGLOIS E. (Ed.). **Le couronnement de Louis : chanson de geste du XIIe siècle** (2e éd. rev.) Paris: LIBRAIRIE HONORÉ CHAMPION,1984.

LARAIA, R. B. **Cultura. Um conceito antropológico.** 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LE GOFF, J. **A nova História.** 5. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A civilização do Ocidente Medieval.** São Paulo: EDUSC, 2005

_____. **História e Memória,** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. **Heróis e maravilhas da Idade Média.** Rio de Janeiro:Vozes, 2009.

_____. **Imaginário Medieval.** Lisboa: Estampa, 1994

_____. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval.** Lisboa: Edições 7, 1983.

_____. **O Apogeu da Cidade Medieval.** São Paulo: Martins Fontes, 1992;

_____. **L'apogée de la France urbaine médiévale 1150-1330,** dans G. Duby (dir.), *Histoire de la France urbaine, t. II, « La ville*

médiévale des Carolingiens à la Renaissance », Paris, éditions du Seuil, 1980, p. 333

_____. PALAZZO, Eric (orgs). **Le sacre royal à l'époque de Saint Louis**. França: Éditions Gallimard, 2001.

_____.e SCHMITT, Jean – Claude (Org.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2006.

LE ROY LADURIE, E.; DUMONT, P.; DEMONET, M. « **Anthropologie de la jeunesse masculine en France au niveau d'une cartographie cantonale (1819-830)** », Annales ESC, juillet-août ; repris dans Le territoire de l'historien, vol. II, Paris, 1978, p. 98-135.

_____. **Montailou: cátaros e católicos numa aldeia francesa – 1294-1324**. Lisboa: Edições 70, 1975.

LEMARIGNIER J.F., **Le gouvernement royal aux premiers temps capétiens, 987-1108**, Paris, A. et J. Picard, 1965.

LEWIS, P. The problems of prosopography in later medieval France. In: AUTRAND, F. (Ed.) **Prosographie et genèse de l'état moderne**. Paris: [s.n.], 1986.

LION, A., SMAHEL, F. La Révolution hussite, une anomalie historique. In: **Archives de sciences sociales des religions**. N. 61/2, 1986. pp..

LOYN, H. R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990

LOMBARD, M. **The Golden Age of Islam**, Markus Wiener, Princeton, 1971.

LOPES, L. H. A. Mapas Temáticos. Expressão gráfica para análise de resultados de pesquisas envolvendo espaço e tempo. In **Revista Graphica VII International Conference on Graphics Engineering for Arts and Design**. UFPR, 2007.

LOPEZ, R. **A cidade medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

LUCHAIRE, A. **Innocent III la croisade dès albigeois**. Paris: Libraire Hachette, 1911.

_____. **Innocent III Les royautés vassales du Saint-Siege**. Librairie Hachette Et C., Paris, 1908.

_____. **Manuel des Institutions Françaises**. Mégarlotis Reprints, Gêneves, 1979.

_____. **Les Premiers Capétiens, nous ed.**, Paris, Libraireir Jules Tallandier, Paris, 1980.

_____. **Philippe Auguste et son temps (1137-1226)** Libraireir Jules Tallandier, Paris, 1980.

LUCIAN, B. « **L'imaginaire de l'Europe au xixe siècle. Unité ou éclatement ?** », 1998 Iris, hors série « Imaginer l'Europe », p. 83-91. – L'Occident. Une interprétation historique, Paris, Les Belles Lettres, 2007.

MACEDO, J.R. **Heresias, cruzada e inquisição na França Medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MARTINELLI, M. **Cartografia Temática – Caderno de Mapas**. São Paulo: EDUSP, 2003 e RAMOS, C.S. Visualização cartográfica e multimídia: conceitos e tecnologias. São Paulo: Unesp, 2005.

MARTÍNEZ, C. A. Definición de cruzada: estado de la cuestión. **Revista Clío e Crimen** vol 6 2009.

MARTINS, M. S., Nuno Álvares Pereira e a Apologia da Cavalaria na Crônica do Condestável. **Revista Vernáculo**, nº 21. 2008.

MARY-LAFON, M. **Histoire Politique, Religieuse et Literature du Midi de la France**, Tome I, Paris, 1845.

MATTOSO, J. **A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MEDEIROS, E. L. Análise da estrutura da fonte cronística e registros chancelares na monarquia francesa entre 1180 e 1223. In. **Atas da IX Semana de Estudos Medievais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

_____. Simon de Montfort e a figura do Vassalo Perfeito na obra *Histoire Albigeoise* de Pierre dês Vaux de Cernay. **Trabalho Monográfico UFPR**, Curitiba, 2006.

MIETHKE, J. **Las ideas políticas de La Edad Media**. BERTELLONI, F. (Trad.) Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.

OLIVEIRA, T. Considerações sobre o trabalho na idade média: Intelectuais medievais e Historiografia. **Revista de História**. São Paulo, n. 166, p. 109-128, jan./jun. 2012

O'SHEA, S. **A heresia perfeita: A vida e a morte revolucionária dos cátaros na Idade Média**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PERRY, M. **Civilização Ocidental: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CONTAMINE, P.H. La noblesse et les villes dans la France de la fin du Moyen Âge, **Bollettino dell'Istituto storico italiano per il Medio Evo e Archivio Muratiano**, 1986, t. 91, p. 467-489.

PICAVEA, E. R. Diplomacia, Propaganda y Guerra Santa. **Anuario de Estudios Medievales (AEM)**. 2010.

PIRENNE, H. **As Cidades da Idade Média**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1964.

_____. **História Econômica e Social da Idade Média.** 4ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968. p. 43-44

POLY, J.P.; BOURNAZEL, E.; HIGGITT, C., **The feudal transformation: 900-1200**, Holmes & Meier, 1991.

PORTAL, C.I. **Histórique de la Region albigeoise**, Albi, 1913.

POWER, D. **'Between the Angevin and Capetian Courts: John de Bouvray and the Knights of the Pays de bray, 1180-1225'**, pp. 361-384.

RICOEUR, P. **Tiempo y narración, tomo I.** México: Siglo XXI, 1995.

RIGAUDIÈRE, A., **Gouverner la ville au Moyen Âge**, Paris, Economica, 1993.

ROEDEL, L. R. A Cristianização e a tradição clássica na transição da antiguidade para a Idade Média: o caso Suevo. In: **Boletim do CPA** nº 4. Campinas: UNIP, 1997.

ROJAS, C. A. **Fernand Braudel e as ciências humanas.** Londrina: Eduel, 2013.

RUCQUOI, A. **De los Reyes que non son taumatugos: los fundamentos de la realeza en España.** Relaciones, 1992.

RUIZ, T. Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Âge. **Annales. Economies, Sociétés, Civilisations.** Année 1984, vol 39, número 3.

RUNCIMAN, S. **A História das Cruzadas.** Volume 2. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SABATÉ, F. Expressões da representatividade social na Catalunha tardomedieval. In: FERNANDES, F. R. (Org). **Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico.** Curitiba: Editora Juruá, 2013.

SANJUÁN, A. García Bases doctrinales y jurídicas Del yihad em el derecho islâmico clássico (siglos VIII-XIII) **Revista Clío e Crimen** vol 6 .2009.

SCHMITT, J. C. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média.** MACEDO, J.R. (trad.). Bauru: Edusc, 2007.

SELAMI, J. Lectures du Couronnement de Louis. **Perspectives médiévales**, 36 | 2015.

SILVA, M. C. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média.** São Paulo: Alameda, 2008.

SILVEIRA, A. D. Fronteiras da Tolerância e identidades na Castela de Afonso X. In: FERNANDES, F.R. (Org). **Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico.** Curitiba: Editor Juruá, 2013.

SORIA, J. M. N. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII- XVI)** Eudema: Madrid, 1988.

_____. Imágenes religiosas del rey y poder real en la Castilla de siglo XIII. **En la España Medieval**. tomo V. Editorial de la Universidad Complutense: Madrid, 1986.

STRAYER, J. R., LANSING, C. **The Albigensian Crusades**. Ann Arbor, Mich, 1992.

TERTULIANO. **El Apologetico. Versión y notas Germán Prado**. Sevilla: Apostolado Mariano, 1991.

TH. DUTOUR, **La ville médiévale. Origines et triomphe de l'Europe urbaine**, Paris, éditions Odile Jacob, 2003.

_____. « **Les nobles, les activités civiles et la vie urbaine dans l'espace francophone (XIIIe-XVe siècles)** », Histoire urbaine, 2006, à paraître.

THOMÉ, L. M. S. Da ortodoxia à heresia: os valdenses (1170-1215). **Dissertação de Mestrado**. Curitiba, UFPR, 2004.

VERGER, J. **Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Edusc, 2001.

VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. BOTO, C. (trad.). Bauru: EDUSC, 1999.

VILLOSLADA, R. G. **Historia de la Iglesia Católica**. Madrid: Editorial Católica, 1953.

WAARD, R. **Le Couronnement de Louis et le principe de L'hérédite de la couronne**. Neophililigus. Volume 30, 1945, pp 52-58.

WAKEFIELD, W. L. Heresy, crusade and inquisition in southern France, 1100-1250, **American Council of Learned Societies**, 1974. E-Book Project, 2008.

WARNKONIG, L. A. **Histoire de la Flandre et de ses Institutions civiles et Politiques**. Bruxelles: Imprimneur de L'Académie, 1835. p. 345.

WHITE, L. **Medieval Technology and Social Change**. Oxford University, London, 1964.

WOOD, E. M. **De ciudadanos a señores feudales – Historia social del pensamiento político de la Antigüidade a la Edad Media**. Barcelona: Paidós, 2011.